

# MOVIMENTOS POPULARES, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

César Barreira (Introdução)

Ana Claudia Diogo Tavares

Fernanda Maria da Costa Vieira

Mariana Trotta Dallalana Quintans

Ana Lúcia Ribeiro Pardo

Mauricio Hiroaki Hashizume

Cláudio Luis Camargo Penteado

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos

Rafael de Paula Aguiar Araújo

---

Prêmio de Ensaio **Eder Sader**

---

**MOVIMENTOS POPULARES,  
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO  
SOCIAL NO BRASIL**

Movimentos populares, democracia e participação social no Brasil /  
Ana Claudia Diogo Tavares... [et al.]; prólogo de César Barreira. -  
1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016.  
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online  
ISBN 978-987-722-190-9

1. Democracia. 2. Participación Social. 3. Brasil. I. Diogo Tavares,  
Ana Claudia II. Barreira, César, prolog.  
CDD 323.6

Outros descritores designados por CLACSO:  
Movimentos populares / Democracia / Participação Social /  
Participação Política / Brasil

PRÊMIO DE ENSAIO CLACSO - EDER SADER

**MOVIMENTOS POPULARES,  
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO  
SOCIAL NO BRASIL**

**César Barreira**

(Introdução)

**Ana Claudia Diogo Tavares**

**Fernanda Maria da Costa Vieira**

**Mariana Trotta Dallalana Quintans**

**Ana Lúcia Ribeiro Pardo**

**Mauricio Hiroaki Hashizume**

**Cláudio Luis Camargo Penteado**

**Marcelo Burgos Pimentel dos Santos**

**Rafael de Paula Aguiar Araújo**



CLACSO

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

**Editor Responsable** Pablo Gentili - Secretário Executivo de CLACSO

**Diretora Acadêmica** Fernanda Saforcada

### Área de Produção Editorial e Conteúdos Web de CLACSO

**Coordenador Editorial** Lucas Sablich

**Coordenador de Arte** Marcelo Giardino

### Primeira edição

*Movimentos populares, democracia e participação social no Brasil* (Buenos Aires: CLACSO, julho de 2016)

ISBN 978-987-722-190-9

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Queda hecho el depósito que establece la Ley 11.723 - Fica feito o depósito que estabelece a Lei 11.723

### CLACSO

**Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**

Estados Unidos 1168 | C1101AAX Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Tel. [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <clacsoinst@clacso.edu.ar> | <www.clacso.org>

Patrocinado pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional



Este livro está disponível em texto completo na Rede de Bibliotecas Virtuales de CLACSO [www.biblioteca.clacso.edu.ar](http://www.biblioteca.clacso.edu.ar)

Não é permitida a reprodução total ou parcial deste livro, ou o armazenamento num sistema de computador, ou a transmissão de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, fotocópia ou outros métodos, sem a autorização prévia do editor.

A responsabilidade pelas opiniões expressas nos livros, artigos, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre os autores signatários, e sua publicação não reflete necessariamente a opinião da Secretaria Executiva de CLACSO.

# ÍNDICE

**César Barreira**

*Introdução* | Movimentos sociais e movimento de ideias:  
Homenagem como campo de interlocução | 9

**Ana Claudia Diogo Tavares, Fernanda Maria da Costa Vieira  
e Mariana Trotta Dallalana Quintans**

Estado de Exceção e as ações diretas em busca da democracia:  
Uma análise dos novos movimentos reivindicatórios  
diante dos megaeventos | 23

**Ana Lúcia Ribeiro Pardo**

Jovens protestam nas ruas do Brasil: O que revela essa potência  
da multidão em revolta? | 81

**Mauricio Hiroaki Hashizume**

Quando *outros* personagens mudam o cenário: Lutas dos  
movimentos indígenas a partir da Constituição de 1988 | 139

**Cláudio Luis Camargo Penteadó, Marcelo Burgos Pimentel dos Santos  
e Rafael de Paula Aguiar Araújo**

Sociedade Civil e a *eParticipação* em Políticas Públicas:  
O Índice de Participação Política e Influência (IPPI)  
do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil | 179



## Introdução

# MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO DE IDEIAS: HOMENAGEM COMO CAMPO DE INTERLOCUÇÃO

César Barreira\*

*“Isso que estou chamando de ‘novas configurações dos trabalhadores’ não consiste num fenômeno extensivo ao conjunto dessa classe, mas, antes, a uma parcela, que constituiu movimentos sociais, com novos padrões de ação coletiva, que nos permitem falar da emergência de novos sujeitos políticos.”*

Eder Sader (1988: 17)

O PRÊMIO EDER SADER instituído pela CLACSO e destinado a pesquisadores da América Latina e do Caribe é tanto uma homenagem ao grande intelectual e ativista político brasileiro, como uma oportunidade de manter viva a sua memória; uma memória recolocada e cultuada, tendo como referência a reflexão e o debate sobre movimentos populares, democracia e participação política. São temas caros a Eder Sader que fez de sua vida, precocemente finalizada, uma simbiose perfeita entre militância e saber, ativismo e reflexão.

O prêmio possibilita também fortalecer a reflexão sobre os movimentos sociais que demarcam historicamente a sociedade latino-americana. Os jovens pesquisadores que se debruçam sobre tais assuntos prestam também uma reverência a Eder Sader, calcada em seu legado intelectual e trajetória de envolvimento, perseguição e busca de liberdades políticas e sociais que lhe forçaram viver no exílio, de 1970 a 1979, no Uruguai, Chile e França.

A homenagem que a CLACSO presta a este intelectual brasileiro reverencia também a personalidade de Sader, caracterizada pela

\* Professor titular em Sociologia e coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Sociologia pela USP, Pós-Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris.



simplicidade típica dos grandes homens. Como diz o seu preclaro amigo Marco Aurélio Garcia, “nada mais avesso à personalidade de Eder Sader do que as honrarias e as formalidades. A sua opção pelos trabalhadores jamais se confundiu com as concessões demagógicas e populistas atitudes que ele considerava um desrespeito aos trabalhadores, uma tentativa de exercer uma tutela sobre eles” (Garcia, 1988).

Eder Sader teve uma militância política, não só no Brasil, mas também no Chile e em França. Em 1961, participou da formação da Organização Marxista Revolucionária Política Operária (POLOP). Teve intensiva atuação no Partido Operário Comunista (POC), sendo dirigente até 1970. No período em que ficou exilado no Chile, participou do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Em França, destacou-se como excelso articulador em defesa dos movimentos políticos do Cone Sul, principalmente, do Chile, continuando sua atuação como filiado ao MIR.

No Chile, além de militante político, ministrou aulas na Universidade Católica de Santiago e Universidade de Concepción. Durante o período de exílio em França, trabalhou no Departamento de Sociologia e Economia da Universidade Paris VIII – Vincennes.

Eder Sader conduziu suas reflexões criticando o vanguardismo das esquerdas, bem como procurou sempre uma valorização das experiências de luta autônoma das classes exploradas e oprimidas da sociedade. A estreita relação entre socialismo e democracia conduziu, em grande parte, as suas preocupações teóricas e políticas.

No retorno ao Brasil, em 1979, a busca de compreensão das novas configurações políticas marca as inquietações de Eder Sader, em um nascedouro período na história das classes trabalhadoras do Brasil. Esta temática conduziu, em boa medida, sua tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, em 1987, sob a orientação do Professor Azis Simão. Eder Sader, pouco tempo depois do seu regresso ao Brasil, foi reintegrado aos quadros da USP.

Para Marco Aurélio Garcia, as análises sobre a valorização das experiências de luta autônoma das classes exploradas e oprimidas da sociedade e suas críticas ao vanguardismo das esquerdas permitiram uma rápida e natural reinserção de Eder Sader no Brasil, quando da sua volta: “ele está como um peixe n’água. Participa dos debates da esquerda, frequenta cursos e seminários nos meios sindicais e nas periferias. Está presente na constituição do Movimento pró-PT e, logo após, participa da fundação do Partido dos Trabalhadores” (Garcia, 1988: 3).

A honestidade e argúcia acadêmica do estudioso, militante e pesquisador foram se delineando nos percursos de pesquisa: “A verdade

é que o modo como procurei entender o significado do que acontecia, através dos movimentos sociais em São Paulo, exigiu um longo percurso intelectual, que percorri sem saber, no início, exatamente do que se tratava. Fui levado por minhas interrogações, que, no início, nem tinham seus contornos bem definidos, mal podendo configurar um ‘objeto de pesquisa’ tal como apareceu no meio da jornada. Até que, quase simultaneamente, se desenharam com mais clareza o objeto, a questão e os caminhos da pesquisa” (Sader, 1988: 18).

O Prêmio Eder Sader materializa-se em quatro grandes estudos. Dois artigos nos brindam com reflexões sobre as manifestações de rua de 2013. O estudo de Ana Claudia Diogo Tavares, Fernanda Maria da Costa Vieira e Mariana Trotta Dallalana Quintans, intitulado “Estado de Exceção e as ações diretas em busca da democracia: uma análise dos novos movimentos reivindicatórios diante dos megaeventos”, tem como foco central “a atuação das instituições políticas e jurídicas no contexto dos preparativos para o megaevento Copa do Mundo, bem como os protestos e movimentos sociais emergentes no cenário brasileiro desde junho de 2013, tendo como marco inicial ações contra o aumento das passagens, com manifestações e ocupações convocadas pela internet sem uma coordenação previamente definida”.

Um aspecto importante desse estudo, no âmbito metodológico, é que a ação coletiva foi analisada buscando compreender as inter-relações dos grupos sociais, destacando-se o fato de que “a ação política pode promover novos contornos” aos grupos sociais em curso e reconfigurá-los. Os autores privilegiam a análise das atuações dos magistrados, promotores e advogados nas ações coletivas impetradas neste período.

Na busca de um diálogo instigante com Eder Sader, principalmente com suporte na obra *Quando novos personagens entraram em cena*, os autores chamam a atenção para os movimentos sociais populares da segunda metade da década de setenta, estudados pelo intelectual paulista, que protagonizaram diversas lutas “fora do reconhecimento estatal”. Entre os movimentos populares estudados por Eder Sader, ganha destaque o Clube das Mães da periferia sul de São Paulo, no início da década de setenta, bem como o movimento de saúde da periferia leste, formado por donas de casa de alguns bairros pobres dos subúrbios de São Paulo, com a intervenção decisiva da Igreja Católica. Eder Sader também destaca o Movimento de Oposição Sindical, que surge na região de industrialização automobilística paulista, mediante as lutas nas fábricas e nas comissões de fábrica, com origem de grandes greves nos anos 1978 e 1979. Estas lutas nas fábricas passam a ser valorizadas e assumidas, segundo Sader, “como processos de constituição de sujeitos políticos”.

Com relação às manifestações de 2013, os autores chamam a atenção para as características dos participantes, predominando “jovens, filhos da classe trabalhadora, estudantes de escolas públicas do Rio de Janeiro, que sentindo as privações do dia-a-dia, motivados pelo sentimento de injustiça, se engajaram nos protestos”.

Para os autores, no Brasil, atualmente, se configuram dois processos políticos. Por um lado, temos um panorama político que traz o desafio de se pensar as motivações da ampliação punitiva nas últimas três décadas e seus reflexos no campo normativo. De outra parte, o que se observa é uma paulatina flexibilização normativa, com quebra das garantias constitucionais, permitindo a gestação de um direito penal máximo, um *direito penal contra o inimigo*.

O cenário analisado por os autores aufere concretude nas classificações preconceituosas e na judicialização dos movimentos de protesto. Os protestos sociais em 2013 foram objeto de extensiva criminalização pelo Estado, considerando os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e também instituições. A mídia teve importante papel na difusão e consolidação das visões negativas sobre os protestos e os manifestantes, conferindo legitimidade às políticas repressivas de segurança pública.

O estudo mostra como os *novos inimigos passam a ser* classificados por suas posições ideológicas e descredenciados como desordeiros e vândalos. Segundo os autores, esse “processo nos remete ao período da ditadura militar onde os inimigos eram os integrantes das organizações partidárias de esquerda. A mesma desqualificação, barbarização, realizada pela ditadura militar vai ser adotada no presente para desqualificar e legitimar a perseguição penal contra os jovens anarquistas”.

Para eles, “de fato, compreender como essa estrutura punitiva vai se orquestrando no processo de criminalização das jornadas, nos obriga a perceber a antecedência dessa lógica seletiva, que teve nas jornadas a sua clarificação: enquanto setores da classe média assistiam assustados com a brutalidade da reação estatal, e supunham que o ocupar das ruas era um demonstrativo de que ‘o gigante acordou’, os moradores das favelas respondiam ‘o asfalto acordou, mas a favela nunca dormiu!’”. Essas máximas, em boa medida, conduzem as reflexões desse estudo.

Um aspecto importante destacado na análise mostra que, no período de aproximação do megaevento Copa do Mundo se tornou visível o recrudescimento das ações de controle, com uso de violência abusiva e com ausência dos poderes constituídos para impedir tais arbítrios. Esta ausência levou a uma série de irregularidades, como prisões, detenções arbitrárias e abusos policiais de todo tipo.

O trabalho de Tavares, Vieira e Quintans aponta para peculiaridades importantes destes protestos, principalmente no repertório dessas ações coletivas, com manifestações e ocupações, convocadas pela *internet*, sem uma coordenação previamente definida, diferentes daquelas promovidas pelos novos movimentos sociais que se organizaram no período do final da década de setenta e início dos anos oitenta.

O estudo destaca, não só, o caráter massivo destes protestos, mas também criativo, com ações no campo cultural, que apontaram promessas de elaboração de outros meios de participação política, gestando desafios com relação aos modelos tradicionais de participação política. Esse último aspecto faz uma relação direta com o segundo artigo desta coletânea.

O artigo de Ana Lúcia Ribeiro Pardo, intitulado “Jovens protestam nas ruas do Brasil: O que revela essa potência da multidão em revolta?”, contém uma abordagem diferente do artigo precedente, tendo “como principal foco as manifestações nas ruas do Brasil, iniciadas em junho de 2013, assim como a magnitude e proporção que tomaram nas diversas regiões e principais cidades do país”. Em uma mescla, inovadora, de coberturas jornalísticas com entrevistas realizadas no calor da hora, a autora busca responder a algumas perguntas, bastante inquietantes, como: “Quais são os marcos de identificação que esses jovens usam quando se manifestam? Quais são os princípios / horizontes utópicos da juventude brasileira? Se esses jovens usam formas não convencionais de mobilização, que não são as políticas tradicionais, em que medida a cultura e a arte passam a ser instrumentos de mobilização de coletivos que lutam por alguma demanda? O que revela essa potência da multidão em revolta?”.

Suas perguntas norteiam o inovador trabalho escrito por uma atriz, jornalista, gestora e pesquisadora na área de Cultura. Somado a este material, foi feito um levantamento de imagens, tanto de *links* de vídeos produzidos por coletivos, pelo Mídia Ninja e por outros grupos, mas, principalmente, de fotografias difundidas durante o processo, tendo sempre como foco o campo imagético das intervenções político-estéticas. Para a autora, a “arte revelou sua potência criadora e dimensão transformadora, tanto nos corpos e movimentos desses atores na luta por mudança”. Neste plano foram utilizadas, com destaque, imagens do fotógrafo chileno Pablo Vergara, que trabalha em diversos veículos de comunicação, sobretudo fazendo coberturas jornalísticas de movimentos sociais, no jornal *Brasil de Fato*, incluindo, também, imagens do fotógrafo Gabriel Mascaro, que “também fez uma imersão nesse cenário político e conseguiu capturar significativas expressões, concentrando um de seus trabalhos nos pés dos manifestantes, não só por uma escolha estética, mas pela dimensão política ao descobrir, na

sua pesquisa, que o sistema de inteligência da polícia utilizava imagens como essas para criminalizar e prender ativistas, assim como tentaram inicialmente fazer com as máscaras. Suas pesquisas, sob a forma de fotografias, contribuíram em muito para este trabalho, que não está isento de minha formação, trajetória, opção política e visão de mundo, envolvendo a militante, a jornalista, a artista, a gestora de cultura e, nesse caso, a pesquisadora, que residem em mim”. O “lugar de fala” da autora é claramente explícito neste estudo.

A autora destaca também a sua veia militante, quando diz que: “o clamor dos protestos nas ruas, naquele mês de junho de 2013, instigou, num primeiro instante, a militante que estava adormecida, descrente e tomada pelo desencanto com os caminhos atuais da política, levando-me a sair porta afora e a lançar-me ao desconhecido, ao participar de manifestações que imprimiam outro discurso e outra forma de fazer política, diferenciada das antigas modalidades de lutas, próprias da minha geração”.

Além da sua atuação militante, destaca a sua vocação jornalística e artística. O lado jornalístico é assim ressaltado: ao “ficar plenamente tomada pelos protestos dia a dia, passei a reunir um farto material de imprensa, pois, como jornalista, me chamou a atenção o fato dos protestos terem ocupado a agenda, a pauta dos veículos de comunicação, impressos e televisivos”. O pendor artístico é realçado, observando “as intervenções e estratégias utilizadas pelos ativistas assumiram uma forma estética, expressa pelo atravessamento das imagens e pela performance artística, dispensando muitas vezes o tradicional uso da palavra escrita, falada em microfones ou transmitida em matérias jornalísticas”.

Relembrando a forma de inserção no mundo acadêmico de Eder Sader, a autora assinala que a sua principal motivação é o dever revolucionário, pois não se via, simplesmente, como observadora, mas participante do processo. Neste enfoque, Ana Lúcia questiona: “se esses jovens usam formas não convencionais de mobilização que não são as políticas tradicionais, em que medida a cultura e a arte tornam-se instrumentos de mobilização de coletivos que lutam por alguma demanda? O caráter performático está associado ao caráter de violência? Que termos novos aparecem nas discussões? O que pensam esses ativistas acerca da política? O que pensam da democracia? Que subjetividades expressam? Como eles avaliam os protestos de junho?”.

Estas questões, para a autora, são fundamentais não só para penetrar as manifestações, mas também para interpretar o mundo contemporâneo.

Alguns aspectos já trabalhados por Tavares, Vieira e Quintans são retomados por Pardo, tais como a criminalização destes movimentos

sociais de rua, o uso de classificações como *vândalos*, *baderneiros* e *desordeiros*, bem como a atuação dos órgãos repressores. A autora destaca que “o comportamento ostensivo dos policiais no conflito armado durante as manifestações acabou por acirrar os ânimos de parte dos ativistas e transformar as ruas em verdadeiras arenas de guerra. Esse poder de dominação da polícia e do seu sistema penitenciário entra em ação na sociedade disciplinar”.

Incorpora, também, o estudo de Pardo algumas de suas reflexões realizadas no Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho (ALAST): “A grande mídia imediatamente se manifestou em favor da ação da polícia, caracterizando os protestos como ‘vandalismo’. Ante, porém, a indignação crescente e a intensificação dos protestos, esta mesma mídia resolveu mudar rapidamente de posição e passou a fazer uma cobertura simpática, distinguindo sistematicamente dentre os manifestantes uma “minoría violenta”, cuidando de blindar o Governo de São Paulo, e demais governos de oposição ao Governo federal, procurando (acintosamente) induzir uma pauta de seu interesse (corrupção, “mensalão”, governo federal, superfaturamento nas obras da Copa)”.

Ana Lúcia recorre aos trabalhos de Eder Sader, principalmente o livro *Quando novos personagens entraram em cena*, para interpretar o comportamento desses atores emergentes que surgiram no cenário político, com os protestos de 2013, nas ruas e redes sociais do País. Uma preocupação básica da autora é tentar compreender que motivações fizeram estes jovens irem para as ruas. Uma das conclusões é que “se a multidão assume a dimensão corpórea ocupada por um corpo múltiplo, se não tem unidade, ganhando contornos de uma multiplicidade expressiva, no espaço do entre, da chamada comunidade dos “sem comunidade”, o que seriam, então, esses corpos enquanto unidade, o “entre” pessoas diferentes? Isso se entendermos que esses agenciamentos coletivos têm uma lógica própria que está se construindo na corporeidade da multidão de processos comunicacionais intrínsecos, cujo alcance dessas mídias nas redes sociais é cultural, mas também performático no âmbito do corpo, do discurso, do gesto”.

Outro aspecto importante deste estudo é “ressaltar que, possivelmente, as práticas de resistência dos jovens contemporâneos estejam além do embate, do confronto e das figuras clássicas de recusa”.

Ao longo do trabalho, a autora cita diversos e importantes fatos e depoimentos: Brás, de 27 anos, técnico em Química, quebrou uma estátua que estava na Câmara, justificando o ato como uma forma de “protestar contra o que os políticos representam”. Ele afirmou na entrevista: “Eu não sou *Black Bloc*, visto preto pra poder ir na frente, só isso”. A estudante Natália R., 19 anos, defende “depredações de sím-

bolos capitalistas”. “Entrei no grupo porque os acho corajosos, mais revolucionários do que quem só levanta cartaz. Fui seduzida por esse tipo de luta há um mês. A gente tem que afrontar, não se faz revolução com flores”. O estudante de Psicologia Jean S., de 19 anos, participou da ocupação da Câmara Municipal do Rio e afirma ter depredado as agências bancárias no Leblon, na zona Sul. Já foi ferido por estilhaços de vidro. Indagado se manifestava algum medo respondeu: “De ser preso, pela vergonha que minha mãe teria”.

Para a autora os “depoimentos dos jovens entrevistados expressam um misto de temor da perseguição política e da violência policial e, ao mesmo tempo, a resistência de manter a ocupação mesmo com a pressão para seguirem obedientes às normas da sociedade disciplinar”.

Aspecto importante nesse estudo é a busca de identificar estas personagens ou atores políticos, suas estéticas e subjetividades, no contexto destas manifestações. A máxima era “falamos de desejos, não de reivindicações”. Para Pardo, estes jovens saíram das redes sociais para as ruas, fazendo o País trepidar, os “protestos ganharam tanta dimensão e grandiosidade que, mesmo tendo eclodido e se estendido pelo curto tempo de menos de dois meses e pequenos focos de continuidade, conseguiram produzir abalos em todas as organizações, estruturas e instituições existentes: sindicais, partidárias, governamentais, legislativas, empresariais, comunicacionais, religiosas, acadêmicas”.

Os motivos que explicam os protestos são diversos e deixam configurar qual o modelo de sociedade que é idealizado. Um aspecto ressaltado nas falas dos jovens é que esta sociedade tem que ser construída por todos, “pelas pessoas”, mas “tem a ver com a certeza de que o transporte deveria ser um bem comum, assim como o verde da praça, o aumento do aluguel, a remoção das favelas, as condições de atendimento nos hospitais, a melhoria da educação, a eliminação da violência policial, assim como pela água, a terra, a internet, os códigos, os saberes, a cidade”. Não faltam motivos para protestar.

Os destaques do artigo podem ser resumidos pela própria autora, quando diz: “da mesma forma, o roteiro dessa história é tão multifacetado, híbrido quanto seus atores. Outro ponto a destacar é que nunca se falou tanto em política na cidade, por todos os cantos e na voz de muitos dos cidadãos comuns, considerados Anônimos, rompendo com uma certa atmosfera apática, despolitizada e morna, de uma aparente zona de conforto que buscava evitar o conflito e o senso crítico. O estado de torpor trazido pelas facilidades utilitárias das mercadorias, dos equipamentos e roupagens, da corrida veloz que nos faz sentir atrasados em comparação com a máquina, as novas técnicas e o curto tempo, parece ter se rompido soltando uma infinidade de gritos sufocados de uma só vez”.

O terceiro artigo da coletânea, intitulado “Quando outros personagens mudam o cenário: lutas dos movimentos indígenas a partir da Constituição de 1988”, de Maurício Hashizume, fundamenta-se em análises historiográfico-bibliográficas e em pesquisa de campo realizada na Terra Indígena *Raposa Serra do Sol* (no Estado de Roraima). Tem como foco central o papel dos movimentos indígenas no contexto sociopolítico dos últimos 30 anos, privilegiando o seu lugar estratégico nas lutas pela democratização e participação social do Brasil.

O trabalho também estabelece diálogo com o clássico trabalho de Eder Sader acerca da emergência de novos personagens sociopolíticos na cidade de São Paulo de 1970 a 1980. Segundo Hashizume, seu estudo promove duplo e simultâneo movimento de aproximação e afastamento com relação ao trabalho de Sader. De uma parte, há uma convergência no “ênfase em determinadas lutas protagonizadas por organizações específicas como uma espécie de ‘articulação simbólica’ de um processo estendido que não se encontra encapsulado a demandas e interpretações particulares da realidade”. O afastamento ocorre, quando Eder Sader se dedica a esmiuçar a “politização do cotidiano”. Para o autor desse ensaio, “a atuação da parte dos movimentos indígenas poderia ser entendida como ‘cotidianização do político’, no sentido de que denuncia o caráter etnocêntrico e supostamente “universalista” das estruturas de poder vigentes e reivindica o pleno exercício de seus modos de vida”. A “cotidianização do político”, nesse estudo, ocupa lugar central, denunciando de forma enfática “as lógicas e estruturas que regem o funcionamento de alianças e disputas no interior da ‘nobreza dirigente’ que se descolaram das práticas concretas de democracia e de participação social que se exercitam entre os povos indígenas”.

Tendo como norte teórico Boaventura de Sousa Santos, o autor desse estudo, desde as bases de fragilidade, parcialidade e, em especial, a *colonialidade* em que o Estado brasileiro se ampara, é possível realçar, por meio das lutas dos movimentos indígenas, as enormes *ausências* do projeto discriminatório em que este Estado-Nação, que tende a priorizar as vontades e os interesses de uma minoria branca, masculina, dominante e “esclarecida”.

O trabalho de campo realizado junto a integrantes de comunidades, lideranças e membros do Poder Público, na região de Uiramutã, contendo entrevistas, observações acerca de fluxos, processos e interações sociais (entre outros registros), permitiu o detalhamento dos impasses e inflexões referentes ao “funcionamento” (ou não) da democracia em sua vertente representativa, tal como esta é operacionalizada.

Outro aspecto importante desse ensaio é a busca do entendimento dos espaços de participação social dos movimentos indígenas, clas-



sificados pelo autor como “de baixo para cima na reformulação, aplicação, avaliação e ‘subversão’ de políticas públicas, com iniciativas avançadas que enfrentam o paradigma do capitalismo-colonização-patriarcado na área social (educação e saúde)”.

Nesta perspectiva, o estudo assume grande desafio de se diferenciar de esforços anteriores ou marcos da produção intelectual nacional, adotando a perspectiva descolonial, nem sempre expressa na formação dos movimentos indígenas. Outro desafio destacado pelo autor é o de não se empenhar em outra vertente consolidada da área: o exame pormenorizado das chamadas “políticas indigenistas”. “Em vez de avaliar leis e programas lançados pelo Estado, a intenção deste trabalho é seguir os passos dos movimentos indígenas, que passam eles próprios por processos contínuos de (re)construção, nas lutas pela vivência e reprodução da diversidade social, seja em suas dimensões culturais, econômicas e políticas”.

Para o autor, a oficialização deste imenso território, pela corte máxima do Poder Judiciário, depois de todas as pressões e violências capitalistas, desde a invasão colonial, mesmo que se levem em conta todos os auxílios e estruturas propiciados por apoiadores importantes, como os missionários da Consolata, deve-se principalmente à iniciativa dos próprios povos indígenas.

Hashizume destaca que a área segue despertando cobiça, não apenas por ser rica em minerais, mas também por causa de seu potencial hidrelétrico, que só não foi explorado graças à mobilização das organizações indígenas locais. A resistência, a legitimação e a perseverança das lutas dos movimentos indígenas, no entanto, em suporte na Constituição de 1988, deixam expostas, também, as fragilidades do modelo canônico democrático entronizado pela Modernidade ocidental hegemônica. Nesta perspectiva, o autor recorre novamente a Boaventura de Sousa Santos, na compreensão do desmonte de experiências de “ecologia de saberes”, bem como nas reflexões acerca da “tradução intercultural”.

O objetivo fulcral deste ensaio, segundo o autor, é “realçar o sentido descolonial das lutas que tiveram os movimentos indígenas como protagonistas no contexto do apagar das luzes da funesta ditadura militar que dominou o Brasil entre as décadas de sessenta e oitenta”. O autor tenta fugir das classificações que apostam nos “culturalismos” e “essencialismos” dos movimentos indígenas: “A abordagem aqui escolhida em nenhuma passagem louva possíveis virtudes e qualidades típicas ou tradicionais”.

Encerrando os destaques desse estudo, é importante fazer-se referência, novamente, as aproximações e distanciamentos das contribuições de Eder Sader. Para Maurício Hashizume “compartilha-se, por

certo, o foco na atuação de sujeitos políticos capazes de influir de maneira mais ampliada nas disputas políticas de fundo que se dão no país. No caso das lutas dos movimentos indígenas, contudo, são mobilizadas interpelações *outras* que evidenciam a existência e o funcionamento, na definição do próprio núcleo (e não necessariamente nas “fronteiras”) da concepção hegemônica moderna - e, poderia se acrescentar, “desco-tidianizada” - de “política”, de uma “linha abissal” determinante e legitimadora de profundas desigualdades e injustiças sociais. Pleiteada por “personagens” indígenas que vêm denunciando, encarando e reagindo às violências e às opressões combinadas da *colonialidade do poder* e do *colonialismo interno*, essa “mudança de cenário” sofre muitos ataques (diretos e indiretos), mas também angaria suportes via campanhas e apoios inclusive de organizações urbanas”.

O quarto e último trabalho desta coletânea é um estudo coletivo, fruto de uma experiência que envolveu Cláudio Luis Camargo Penteado, da UFABC, Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, da UFPB, e Rafael de Paula Aguiar Araújo, da PUC/SP, intitulado “Sociedade Civil e a eParticipação em Políticas Públicas: o Índice de Participação Política e Influência (IPPI) do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil”. Esse estudo analisa a participação política, por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Destaca a premissa de que esta participação permite ampliar e aprofundar a atuação cidadã no processo político. Para os autores: “No contexto no qual as organizações da sociedade civil, além de exercerem pressão, têm atuado em parceria com os governos, a partir do paradigma de rede, essas organizações passaram a, apropriar-se das TIC para promover suas diversas atividades e ativismos”.

Eles supõem, logo de saída, que a *internet*, pelo seu caráter interativo e colaborativo, possibilita aos usuários maior participação na vida pública da sociedade. No âmbito desse recorte, a pesquisa analisa, de forma comparativa, dois atores da sociedade civil organizada, que estão se apropriando das ferramentas digitais para promover suas ações no ambiente público: o Instituto Pólis e o Mobilize Brasil, verificando a capacidade de influência dessas instituições sobre o processo decisório de políticas governamentais.

As pesquisas sobre estes institutos foram destacadas, pelos autores, como possibilidade de contribuir empiricamente para compreender os efeitos que o uso das TIC exercem nas organizações sociais sobre o ciclo das políticas públicas. Durante a realização da pesquisa, foram observados vários desdobramentos de ações realizadas pelo Instituto Pólis ou pelo Mobilize Brasil que ganharam repercussão na chamada mídia tradicional. Para a realização dessa pesquisa, foi utilizado o Índice de Participação Política e Influência (IPPI), que pro-

curou identificar o grau de influência exercido pelas organizações da sociedade civil sobre o ciclo de políticas públicas.

O estudo aúfere relevância em virtude da popularização da *internet* e da aceleração do desenvolvimento tecnológico. Para os autores, essa “realidade vem produzindo novas dinâmicas nas relações sociais e novos processos políticos. A população mundial, conectada ao ciberespaço, passou a desenvolver algumas de suas atividades cotidianas com a mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)”. Desse modo, a velocidade e a facilidade de acesso à informação e a esses meios de propagação coletiva permitiram aos seus usuários o estabelecimento de novas práticas de sociabilidades no trabalho, no entretenimento, bem como nas atividades políticas. Os autores destacam que nos “últimos anos, em diversas localidades do globo, ocorreram manifestações que foram organizadas e articuladas por meio dos canais de comunicação da internet, principalmente as redes sociais, que criaram condições para a rápida e livre divulgação de informações, possibilitando a mobilização dos manifestantes”.

Os autores desse trabalho tiveram como hipótese central o fato de que algumas “formas de mobilização da sociedade civil acompanham as transformações da conjuntura política e as mudanças tecnológicas. Essas organizações deixaram de ser somente formas de pressão e protesto contra o Estado e passaram a atuar também em parceria com os governos, tornando-se mais ativas e propositivas. Essas mudanças são exemplos da nova permeabilidade ou capilaridade do Estado em relação à sociedade civil desenvolvida a partir de novos desenhos institucionais da administração pública, além do estímulo constitucional e das tecnologias desenvolvidas”.

Fazendo uso do suporte teórico dos estudos sobre Capital Social, eles procuraram compreender a formação de redes de movimentos sociais ou formas outras de organização da sociedade civil, exercendo o ofício de conexão estrutural entre os membros e participantes, ampliando sua capacidade de influência, pressão e mobilização. Nesta perspectiva, as relações de cooperação (laços), desenvolvidas por meio de relações de confiança, são fatores essenciais no recrutamento dos movimentos sociais.

O estudo, finalmente, aponta para uma mudança no perfil de atuação da sociedade civil, abrindo caminho para que as entidades civis tenham uma participação mais ativa na vida pública, bem como os mecanismos de comunicação interativos e colaborativos da *internet* que criam condições para que esses grupos da sociedade desenvolvam novas atividades políticas, principalmente no exercício de influência sobre políticas públicas setoriais.

Evidencia, também, o estudo os mecanismos de comunicação e mobilização utilizados pelos movimentos de contestação de rua de 2013, analisados pelos dois primeiros trabalhos desta coletânea.

O conjunto dos textos exibidos induzem uma reflexão sobre as novas práticas dos movimentos sociais contemporâneos, principalmente acerca do perfil dos novos sujeitos políticos, suas agendas de reivindicações e as formas de fazer política.

Aspecto importante que faço questão de destacar é o fato de que os três primeiros trabalhos desta coletânea dialogam diretamente com Eder Sader, possibilitando uma revisita das reflexões do autor sobre a “politização do cotidiano”, tão cara a Eder Sader e por demais fundamental para a consolidação da democracia brasileira.

Em síntese, o livro é um chamamento ao leitor para refletir, conjuntamente, sobre a busca de compreensão do momento político atual. É também um convite para pensarmos sobre os significados dos novos movimentos sociais e as diversas formas de contestação política.

## **BIBLIOGRAFIA**

Garcia, Marco Aurélio 1988 “Memória: Eder Sader – O futuro sem este homem” em *Teoria e Debate*, N° 4, 1 de setembro.

Sader, Eder 1988 *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).



Ana C. Diogo Tavares\*, Fernanda M. da Costa Vieira\*\*  
e Mariana T. Dallalana Quintans\*\*\*

## ESTADO DE EXCEÇÃO E AS AÇÕES DIRETAS EM BUSCA DA DEMOCRACIA

### UMA ANÁLISE DOS NOVOS MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS DIANTE DOS MEGAEVENTOS

*“Os manifestantes são descartados como sonhadores, mas os verdadeiros sonhadores são os que pensam que as coisas podem continuar indefinidamente como estão, apenas com algumas mudanças cosméticas. Eles não são sonhadores, são o despertar de um sonho que está se transformando em pesadelo. Não estão destruindo nada, estão reagindo ao modo como o sistema gradualmente destrói a si próprio.”*  
Slavoj Žižek (2012: 17)

- \* Graduada em Direito (2004) e Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2007), e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012). Professora adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da UFRJ e colaboradora no Programa de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) Direitos Sociais do Campo da Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi professora substituta da UFRJ (2012-2014); professora substituta da UFF (2006-2008); professora colaboradora da Universidade do Grande Rio (2012) e professora da Fundação Educacional Rosemar Pimentel (2006-2007).
- \*\* Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2004), Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012) e Doutora em mobilidade no programa de Pós-colonialismo e Cidadania pelo Centro de Estudos Sociais — Universidade de Coimbra (2010). Atualmente é professora adjunta I da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- \*\*\* Professora Adjunta da Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ) e Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFRJ. Doutora pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRJ. Fez doutorado sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES/FEUC). Possui graduação em Direito pela PUC-Rio (2002) e mestrado em Direito pela mesma instituição (2005).

## INTRODUÇÃO

Diversos autores, desde meados da década de noventa, buscaram compreender o atual cenário de crescimento da gestão penal e, por consequência, das quebras das garantias constitucionais em nome de um ideário ampliado de segurança (Agamben, 2004; Canotilho, 2008) e da exigência de uma “política de ordem pública” (Baratta, 2013).

Giorgio Agamben (2004) percebe no período contemporâneo, adensado a partir do 11 de Setembro americano, um avanço do *estado de exceção*, que se configura por gestar *campos*, territórios, sobre os quais há uma quebra da ordem constitucional, marcada por uma lógica punitiva de exceção. Para Agamben, o que caracteriza o período contemporâneo reside na permanência da excepcionalidade sem que se configure a noção de um estado autoritário, modelo de análise dos anos setenta, visto ser possível romper com a ordem sem que haja necessidade da quebra das instituições políticas.

Essa mesma dimensão é apontada por David Harvey, para quem o atual estágio do capitalismo de cunho neoliberal reforça a necessidade de controle de novos territórios, especialmente urbanos, decorrendo daí as reações de controle inclusive militarizado como vem sendo vivenciado no Rio de Janeiro a partir das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs), que, no limite, gestam uma “naturalização” do extermínio da pobreza, marcadamente negra. Para Harvey, as democracias ocidentais podem ser lidas como *democracias totalitárias*, diante do que ele denomina como uma *oligarquia global*, que controla “toda a riqueza mundial, a mídia, os partidos políticos, o processo político”<sup>1</sup>.

Nessa perspectiva, Harvey aponta para a importância para o capital dos chamados megaprojetos, ou megaeventos, como uma forma de possibilitar a circulação do capital excedente. Muitos são os setores econômicos interessados nesses eventos, como empreiteiras, construtoras, sistema financeiro. Os megaeventos transformam em escala global as cidades em mercadorias e para esse modelo uma grande parcela da população está convidada a se retirar, seja pela eliminação, seja por um controle punitivo brutal transformando o Brasil no quarto país em população carcerária.

Historicamente a noção de Estado Moderno e de democracia se sedimentou na possibilidade de obtenção de direitos, rompendo com uma ordem que se configurava pelo privilégio. Diversos são os movimentos, sejam eles: sindicais, de mulheres, sociais, que no seu

---

1 Entrevista acessível em <[http://www.ihu.unisinos.br/noticias/527088-vivemos-  
hoje-no-que-eu-chamaria-de-democracias-totalitarias-entrevista-com-david-harvey](http://www.ihu.unisinos.br/noticias/527088-vivemos-hoje-no-que-eu-chamaria-de-democracias-totalitarias-entrevista-com-david-harvey)>  
acesso 22 de setembro de 2014.

processo de constituição tiveram a garantia de direitos, bem como, a pressão para ampliação desses direitos, como fonte legitimadora das suas ações políticas.

A própria noção de democracia será perpassa pela ideia da ação coletiva dos movimentos sociais. Os anos sessenta e setenta assistiram uma série de mobilizações para além dos movimentos tradicionais. O movimento estudantil que marcou com suas mobilizações em diversos países, o movimento negro, seja na reivindicação pelos direitos civis até ações mais radicais como os Black Panthers, enfim, novos modos de mobilização e pressão não institucionalizados que começam a atrair a atenção dos pesquisadores.

Mas se a democracia se constrói como potencialidade de reconhecimento, como pensar a questão da democracia e dos direitos sob a égide do Estado Penal? É possível ampliar as garantias dos direitos quando se vivencia um paulatino processo de redução de direitos? O atual cenário de configuração neoliberal recoloca a necessidade de uma intervenção dos movimentos sociais para além dos marcos institucionais?

Leituras dos processos de construção democrática dão conta da permanência dos conflitos sociais como marcos necessários para o desenvolvimento democrático. Muitas são as análises que apontam para certa juventude da noção de democracia no Brasil (Santos; Avritzer, 2003). Nossa recente experiência democrática seria responsável pelo recrudescimento das políticas de criminalização dos movimentos sociais?

As pesquisas de Lóic Wacquant (2001, 2002, 2008) revelam as teias complexas em que se tece o processo de criminalização da pobreza, que vão desde a construção simbólica da classe perigosa, o inimigo a ser combatido, imagem sedimentada pela mídia, passando pela produção dos guetos nas cidades divididas, até um amplo processo de encarceramento combinado com um recrudescimento do aparato de segurança e dos estatutos punitivos.

As análises de Wacquant remetem à crise do estado de bem-estar social para compreender como a partir da erosão desse modelo surge o que ele denomina de Estado Penal, com o conseqüente crescimento das políticas de segurança. Também nos alerta para a maior gravidade quando tomamos como objeto de análise países da América Latina, onde o Estado de Bem Estar Social não chegou a se firmar.

Compreender esse processo atual de encarceramento coloca em discussão o papel que vem sendo desempenhado pelo Poder Judiciário nesse processo de criminalização da miséria e dos protestos sociais. Como analisar a questão dos processos de reivindicação no contexto



democrático? Estaria nosso judiciário apto a responder às pressões dos movimentos reivindicatórios?

O Judiciário pode ser um campo importante de reflexão da atual conjuntura, em especial, por haver um crescimento de demandas judiciais, em razão de múltiplos fatores, dentre eles: as garantias jurídicas nas relações de consumo; uma ampliação normativa com relação à responsabilidade civil; ampliação de oferta das instituições mediadoras, como os juizados especiais em diversos locais e, por outro lado, ausência de outros espaços de resolução de conflito, que não sejam o judiciário ou a delegacia de polícia<sup>2</sup>.

Isto porque o sentimento de injustiça, vivido como experiências individuais, gesta potencialidades de ação coletiva, na medida em que ao serem incorporadas pela coletividade ao serem absorvidas pelo grupo social “podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações de ampliadas de reconhecimento” (Honnet, 2003: 257).

De fato, ao longo da história há múltiplas experiências de revolta. Com o marco da democracia liberal sedimenta-se como palco de ação para os processos reivindicatórios os espaços institucionais. A globalização do modelo de gestão baseado no Welfare State gestou um ethos de responsabilidade ao outro, com suas políticas compensatórias partidas do Estado e conquistas para diversos movimentos em termos de direitos.

Com a crise desse modelo e a globalização do modelo neoliberal, discute-se uma resignificação no cenário reivindicatório. É possível então se pensar que o atual cenário reduz a abrangência de repertórios reivindicatórios impondo como território de ação os espaços institucionais? A hegemonia neoliberal que vem informada pela noção de democracia liberal, reduzida, em muitos casos, à dimensão eleitoral do jogo político, reduziria as potencialidades de ação coletiva, impondo políticas persecutórias aos movimentos de desobediência civil?

As análises de parte significativa da história mundial pela ótica dos movimentos antissistêmicos (Arrighi et al., 1999) revelam que ao lado da incapacidade dos Estados individuais de moderar o funcionamento da economia-mundo capitalista está o êxito dos movimentos antisistêmicos em gerar expectativas em termos de direitos humanos, democracia, igualdade, entre outros. Expectativas estas que os Estados têm cada vez mais dificuldade de satisfazer, o que implica na corrosão da autoridade estatal (Arrighi et al., 1999: 109-110).

---

2 Um dos autores que buscou analisar o fenômeno do crescimento das disputas judiciais, a judicialização das relações sociais e da política, foi Vianna (1999).

A cidade do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2013, foi marcada pela realização de vários protestos sociais. As manifestações tiveram como estopim o aumento das passagens de ônibus na cidade. Os protestos sociais em torno do transporte coletivo não são um fato recente no Brasil, elas acompanham a história do país, desde a formação das primeiras metrópoles. “[...] Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracasos, os muros ‘pixados’ com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria” (MPL-SP, 2013: 13).

Entretanto, as manifestações que tomaram as ruas no segundo semestre de 2013 trouxeram algumas peculiaridades, reunindo muitas pessoas<sup>3</sup> e paulatinamente incorporando pautas diversas, especialmente relacionadas aos problemas no acesso ao direito à cidade, mas não exclusivamente. Nesse sentido, como nos alerta Ermínia Maricato (2013) é “impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades” (Maricato, 2013: 19).

Ermínia Maricato contextualiza as lutas políticas no Brasil a partir de 1980, em que o Brasil sofre os impactos da política neoliberal entre os quais destaca o aumento da violência urbana e da taxa de homicídios, que cresceu em 259% entre 1980 e 2010, e teve como principal vítima os jovens negros moradores de periferias metropolitanas (2013: 21).

A autora destaca os problemas da mobilidade urbana nas metrópoles brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, acirrados paulatinamente pelas políticas desenvolvidas para essa área, como os inúmeros subsídios destinados aos transportes individuais (como desonerações de impostos para os veículos automotivos), que é maior do que para os transportes coletivos (Bicallho, 2012 apud Maricato, 2013).

Maricato explica que

a prioridade ao transporte individual é complementada pelas obras de infraestrutura dedicadas à circulação de automóveis. [...] Os investimentos em obras de viadutos, pontes e túneis, além de ampliação de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas

---

3 Desde o impeachment do ex-presidente Collor de Mello com o movimento dos “caras pintadas”, a cidade do Rio de Janeiro não era palco de atos de massa da proporção dos atos de junho. Antes, apenas na década de 1980, no período da redemocratização do Brasil após 21 anos de governos militares, de repressão e de ausência de participação política no país, com a campanha das “diretas já” em 1984, as pessoas tinham tomado as ruas da cidade com tanta intensidade.

com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas. (Maricato, 2013: 25)

Esse quadro faz aumentar o número de carros nas cidades, aumentando engarrafamentos<sup>4</sup>, agravando a poluição do ar e, gerando maiores problemas de saúde na população. (Maricato, 2013).

Além de problemas na área da saúde e educação, um impacto muito grande sentido pela população do Rio de Janeiro, tem sido o aumento do valor dos imóveis em 184%. Maricato (2013) relaciona esse “boom imobiliário” com os programas de infraestrutura do governo federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, PAC II em 2009<sup>5</sup> e do programa habitacional Minha Casa e Minha Vida (MCMV) no mesmo ano. Para os empresários do setor imobiliário e da construção civil a política garantiu uma expansão dos lucros. Por outro lado, “com exceção da oferta de emprego na indústria da construção civil, para a maioria sobrou o pior dos mundos” (Maricato, 2013: 23), com a manutenção dos problemas de acesso ao direito à moradia.

Os problemas do direito à cidade ainda foram mais agravados pelos investimentos feitos na cidade do Rio de Janeiro para os megaventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) que a cidade sediará (Maricato, 2013 e Vainer, 2013).

Carlos Vainer, no artigo “Quando a cidade vai às ruas” (2013) considera que os protestos iniciados em junho no Brasil foram manifestações de massa que desfizeram, parcialmente, o paradoxo de uma sociedade urbana que nos últimos 10 a 20 anos assistiu os movimentos rurais dominarem as pautas do movimento popular.

Em sua leitura sintética e contextual das lutas políticas no Brasil, entende que enquanto nos anos oitenta os movimentos operários e urbanos pareciam traduzir as contradições da modernização acelerada, nos anos noventa, houve uma espécie de “reruralização da luta social”, através de movimentos como o MST, o MAB e a resistência das populações tradicionais (Vainer, 2013: 36).

---

4 “O tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos em 2007. Para um terço da população, esse tempo é de mais de três horas, ou seja, uma parte da vida se passa nos transportes, seja ele um carro de luxo ou num ônibus ou trem superlotado — o que é mais comum.” (Maricato, 2013: 24). Esse quadro não é muito diferente na cidade do Rio de Janeiro.

5 Segundo a autora esse “modelo visava a desoneração fiscal de produtos industriais e alavancar o emprego na indústria da construção” (Maricato, 2013: 23). A autora também destaca que o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi pensado pelos empresários da construção civil e do mercado imobiliário junto com o governo federal (Maricato, 2013).

Ele identifica a constituição de uma cidade caracterizada como “cidade neoliberal” ou “cidade de exceção” ou “cidade-empresa” que, em especial nos anos dois mil passou a ser desafiada por movimentos de longa trajetória como o MTST, o MNLM, a CMP, etc., articulados em especial a partir do Fórum Social do Pan, criado em 2005 e, mais recentemente pelo Fórum Social Urbano, realizado em 2010, no Rio de Janeiro, em oposição ao Fórum Mundial Urbano que ocorria no mesmo período sem a participação de movimentos e organizações populares.

A articulação em torno dos Comitês Populares da Copa criados no Brasil em 2013 também foi lembrada como precedente da ampla mobilização vista em meados de 2014.

Carlos Vainer (2013) destaca entre os impactos do modelo de cidade pensada para os referidos megaeventos a remoção de 200 a 250 mil pessoas de baixa renda, moradores de favelas e assentamentos irregulares em geral nas cidades anfitriãs da Copa<sup>6</sup>. Esses “indesejáveis são mandados para as periferias distantes, a duas, três ou quatro horas dos locais de trabalho, a custos monetários absurdos e condições de transportes precaríssimas” (Vainer, 2013: 39).

Esses temas ganharam destaque nos cartazes erguidos pelos manifestantes a partir de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro, junto a gritos de ordem como “Da copa eu abro mão, eu quero mais dinheiro pra saúde e educação” e “Se a tarifa não abaixar o Rio vai parar”, “mãos ao alto a tarifa é um assalto”. Giuseppe Cocco (2014: 11) destaca que aos poucos “a luta pelos transportes foi contaminada por um sem número de protestos e, em particular, pelas mobilizações contra os megaeventos, transformando cada partida da Copa das confederações em massivas manifestações de protesto”.

Esse artigo busca compreender os protestos sociais que tiveram como palco a cidade do Rio de Janeiro entre junho e dezembro de 2013, em meio a essa conjuntura, analisando as ações coletivas, seus significados e suas características. A análise da ação coletiva é feita sem estar presa aos modelos teóricos pré-existentes, assim como nos inspira Marcelo Castañeda (2014), devido ao grande desafio analítico colocado por esses protestos depois do dia 20 de junho, quando estiveram reunidos nas ruas do centro do Rio de Janeiro mais de 1 milhão de pessoas com pautas diversas, muitas vezes contraditórias entre si. Nesse sentido a opção foi por tentar descrever as ações coletivas, buscando compreender seu significado.

---

6 Vainer (2013) destaca que essa política de remoção viola o direito à moradia e à cidade previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e o no Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257/2001). O artigo 429 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro estabelece o princípio da não remoção.

O objetivo não foi analisar detidamente os grupos sociais previamente existentes de forma isolada, mas analisar a ação coletiva no processo, observando as inter-relações desses grupos sociais, pensando que a ação política pode promover novos contornos aos grupos sociais já existentes e configurar novos grupos.

No artigo, pretendemos examinar atuação das instituições políticas e jurídicas no contexto marcado pelos preparativos para o megaevento Copa do Mundo, bem como os protestos e movimentos sociais emergentes no cenário brasileiro desde junho de 2013, iniciados contra o aumento do preço das passagens dos transportes coletivos.

Buscamos compreender a atuação do sistema de justiça frente as ações coletivas de junho a dezembro de 2013, enfocando a atuação dos diferentes atores sociais do campo jurídico, como magistrados, promotores e advogados.

Utilizamos a metodologia da pesquisa-ação, que pretende promover uma ruptura com a divisão entre investigador e objeto de pesquisa, na medida em que o investigador nesse tipo de pesquisa “é ou se torna um integrante do campo investigado e dele participa efetivamente” (Gustin e Dias, 2013: 90). Existe um “envolvimento *solidário e dialógico* de todos os participantes” e “há uma preocupação em conhecer a realidade investigada buscando contribuir para a resolução dos problemas enfrentados” (Gustin e Dias, 2013: 90, grifos no original).

A partir desse referencial metodológico, a pesquisa de campo foi fruto do acompanhamento da maioria dos protestos que ocorreram na cidade de 17 de junho a 20 de dezembro de 2013 e incluiu a análise de processos judiciais, bem como entrevistas com uma estudante e uma advogada que participaram desses protestos.

### **A “NOVIDADE” DE MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL ENTRE O FIM DA DÉCADA DE SETENTA E INÍCIO DA DÉCADA DE OITENTA**

Os protestos sociais em torno do transporte coletivo não são um fato recente no Brasil, elas acompanham a história do país, desde a formação das primeiras metrópoles, assim como a organização de movimentos sociais. No período da redemocratização do país final da década de setenta e início dos anos oitenta, vários movimentos sociais entraram na cena política e social, esses grupos foram denominados pela teoria como novos movimentos sociais (Sader, 1988).

Essa categoria surge da diferenciação dos movimentos sociais clássicos tratados pela teoria marxista clássica. Segundo José Geraldo de Souza Jr. (2002) esses novos movimentos sociais se diferem dos movimentos da classe operária que historicamente promoveram lutas por direitos, pois esses novos movimentos diferentes dos anteriores

se articulam em torno de demandas identitárias não necessariamente relacionadas a classe social na sua dimensão marxista, como o movimento feminista, negro, indígena, etcétera.

Esses novos movimentos sociais tiveram como papel politizar espaços antes silenciados na esfera privada, percebendo que as privações da vida privada não são repetições naturais do cotidiano mas sim injustiças sociais. Segundo Souza Jr. (2002) esses novos movimentos sociais desenvolvem um projeto coletivo de mudança social com base nas próprias experiências, constituindo-se nas lutas sociais.

O sociólogo Eder Sader (1998) examinou os processos de construção de identidades como sujeitos políticos de uma pluralidade de movimentos sociais populares que protagonizaram diversas lutas “fora do reconhecimento estatal”, a partir da segunda metade da década de setenta.

Entre os movimentos populares, destaca-se o clube das mães da periferia sul de São Paulo, que no início da década de setenta, a partir da provocação de um padre, mudou sua natureza de grupo de mulheres pobres que recebia assistência de mulheres ricas para um grupo autônomo, que adquiriu consciência sobre a injustiça social, organizando ações “para fora”, de reivindicação ante os poderes públicos, além de atividades comunitárias (Sader, 1998: 207).

Outro movimento impulsionado por mulheres e lembrado por Sader (1998) é o movimento de saúde da periferia leste, formado por donas de casa de alguns bairros pobres da periferia de São Paulo com a intervenção decisiva da Igreja católica<sup>7</sup>, que, no processo de conscientização para perceber “uma carência” como “negação de um direito que provoca uma luta para conquistá-lo” (Sader, 1998: 261), passa de uma fase de caridade cristã para uma de reivindicação de direitos.

Sader (1998) também menciona o Movimento de Oposição Sindical, que surge na região de industrialização automobilística paulista através das lutas nas fábricas e nas comissões de fábrica, a partir de grandes greves nos anos 1978 e 1979.

Conforme Sader (1998), as lutas nas fábricas passam a ser valorizadas e assumidas “*como processos de constituição de sujeitos políticos*” (1998: 261), o que opera uma revisão de um aspecto fundamental da tradição socialista, que entendia que as lutas na fábrica, deixadas a si mesmas, só levam ao aperfeiçoamento do sistema e, para contribuir na transformação social, devem se enquadrar na “luta global” conduzida por um partido revolucionário. Isto, pois, no contexto ditatorial onde “partidos e estratégias revolucionárias que, de fora,

---

7 Em especial a partir da nomeação de Dom Angélico Sândalo como bispo de São Paulo em 1975.

pretendiam conduzir o movimento operário, haviam sido derrotados, dizimados, desmoralizados” (Sader, 1998: 249).

A filósofa Marilena Chauí, no “Conformismo e Resistência” (1987), no mesmo contexto em que Sader analisa a emergência desses “novos personagens” na cena política, destaca a ambiguidade da cultura popular entre o conformismo e a resistência.

A autora questiona a identificação entre a “Cultura Popular” e a “Cultura de Massa” —encontrada tanto entre os “liberais” norte-americanos das décadas de cinquenta e sessenta, quanto entre os frankfurtianos, distinguindo-as ao relacionar Cultura de Massa à classe dominante (que a elabora e impõe) e Cultura Popular à classe dominada. O comportamento da Classe Popular diante da Cultura de Massas é analisado em termos de estratégias de aceitação e recusa; assim, enfatiza “a dimensão cultural popular como prática local e temporalmente determinada, como atividade dispersa no interior da cultura dominante, como mescla de conformismo e resistência” (Chauí, 1987: 43).

Embora considere que não apenas o Estado brasileiro é autoritário, mas a própria sociedade civil, Chauí (1987) procura mostrar que há “esforços feitos pela população no sentido de superar o autoritarismo”, esforços que não podem ser invalidados pelo “insucesso de muitas lutas sociais e políticas” (Chauí, 1987: 61).

Ela ressalta as lutas para a conquista da cidadania, realizadas em três níveis simultâneos e diferentes: o primeiro, “como exigência do estabelecimento de uma ordem legal de tipo democrático na qual os cidadãos participam da vida política através de partidos políticos, da voz e do voto, implicando uma diminuição do raio de ação do Poder executivo em benefício do Poder Legislativo e dos parlamentos”, nível em que “a cidadania esta referida ao direito de representação política, tanto como direito a ser representado como direito a ser representante” (Chauí, 1987: 61).

No segundo nível, a cidadania se refere “aos direitos e liberdades civis” e a ênfase está “na defesa da independência e liberdade do Poder Judiciário”, com “exigência do estabelecimento de garantias individuais, sociais, econômicas, políticas e culturais cujas linhas gerais definem o estado de direito onde vigorem pactos a serem conservados e respeitados e o direito à oposição” (Chauí, 1987: 61).

No terceiro nível, “a cidadania surge como emergência sócio-política dos trabalhadores (desde sempre excluídos de todas as práticas decisórias no Brasil) e como questão de justiça social e econômica”, exigindo-se “um novo modelo econômico destinado à redistribuição mais justa da renda nacional”, de modo a desfazer a “excessiva concentração de riqueza” e a modificar “a política social do Estado” e, sobretudo, exigindo-se “que as classes trabalhadoras possam defender

seus interesses e direitos tanto através de movimentos sociais, sindicais e de opinião pública, quanto pela participação direta nas decisões concernentes às condições de vida e de trabalho” (Chauí, 1987: 62).

Em síntese, para Chauí (1987), “representação, liberdade e participação têm sido a tônica das reivindicações democráticas que ampliaram a questão da cidadania, fazendo-a passar do plano político institucional ao da sociedade como um todo” (1987: 62).

Ao examinar as lutas populares naqueles últimos anos (antes de 1985), a autora observa que “a novidade dessas lutas se localiza em dois registros principais”: no “político”, em que a luta é “pelo direito de se organizar politicamente e de participar das decisões, rompendo a verticalidade hierárquica do poder autoritário” (e não por tomar o poder do estado) e no registro social, em que “as lutas não se concentram apenas na defesa de certos direitos ou na sua conservação, mas são lutas para conquistar o próprio direito à cidadania e constituir-se como sujeito social” (Chauí, 1987: 62).

Movimentos sociais rurais também emergiram na cena no período que coincidiu com a gradual abertura política no Brasil, após uma intensa repressão aos movimentos operários e aos trabalhadores rurais na conjuntura pós-golpe de 1964. Leonilde Servolo de Medeiros (1989) explica que, no final da década de setenta — com o surgimento de oposições sindicais apoiadas por agentes de pastoral, padres e bispos ligados à Teologia da Libertação e os primeiros sinais de esgotamento do regime militar — há mudança nas linhas políticas do próprio sindicalismo rural<sup>8</sup> e greves dos canavieiros em Pernambuco em 1979 dentro dos parâmetros da Lei de Greve, peculiares em relação a greves urbanas em razão da participação da Federação e da Confederação na coordenação da greve (Medeiros, 1989).

Nesse contexto, também surgem novos personagens de lutas no campo, entre os quais destaca-se os “sem terra”, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984; os atingidos por barragens e os seringueiros (Medeiros, 1989).

### **A EMERGÊNCIA DE MOVIMENTOS ANTISISTÊMICOS NO CONTEXTO INTERNACIONAL, OS NOVOS E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL**

Giovani Arrighi, Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein, no livro *Movimentos anti-sistêmicos* (1999), examinam uma parte significativa da história mundial, a partir de movimentos que sintetizaram processos de transformação em curso na sociedade, e que, de certa forma,

---

8 Evidenciadas no III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1979.



abriram caminho para novas mudanças. Porém, também destacam permanências. Alguns anos marcam essas rupturas e continuidades: 1848, 1968 e 1989.

Na visão dos autores, 1848 representou a tentativa de cumprir as esperanças originais da Revolução Francesa (1789), de forma que se constituiu contra a contra-revolução de 1815, assim como 1968 marcou a oposição à organização estadunidense da hegemonia mundial a partir de 1945 e representou a tentativa de reconstruir os objetivos originais da Revolução Russa (1917). E tanto 1848, quanto 1968 foram anos onde ocorreram revoluções espontâneas, que não estavam planejadas e, por isso, fracassaram ao mesmo tempo em que transformaram o mundo, superando as Revoluções, cujos objetivos tentaram reconstruir (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999: 83-84).

Já 1989 é tanto uma continuidade de 1968, na medida em que se verifica a persistência de algumas ilusões do que os autores nomeiam de “velha esquerda”, quanto o ano em que se revela o colapso dos regimes comunista, restando pulverizados os últimos resquícios dessas ilusões (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999: 114-116).

A partir desses marcos, entretanto, os autores revelam outros acontecimentos históricos que preparam o terreno que os torna possíveis. Assim, 1968 acontece em meio a um processo de crise do capitalismo e no qual a hegemonia dos Estados Unidos está sendo minada sem que se perceba claramente a existência de uma ordem que a substitua, e num contexto de aumento das desigualdades de bem-estar entre trabalhadores do mundo (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999: 94-95). O colapso dos regimes da velha esquerda, marcado pelo ano de 1989 pode ser observado em três acontecimentos históricos que o antecedem: o último partido social democrata no mundo Ocidental a acessar o governo com projeto de nacionalização (o Partido Socialista Francês em 1981), dois anos depois admite derrota diante da economia mundo e a nacionalização é substituída pela gestão do rigor; a crise da dívida externa no terceiro mundo (resultado de manipulações das forças dominantes do sistema mundial) que forçam governos a adotar programas de austeridade do FMI; o colapso do bloco socialista, diante do fracasso econômico dos países de modelo nacional desenvolvimentista nacional leninista (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999: 115).

Os autores trazem ainda outro elemento para pensar as transformações em curso no âmbito mundial, que tais movimentos ou momentos possibilitaram e sintetizaram: o aprendizado, em termos de táticas de lutas, que interferiu na mudança de curso das ações e na própria ideologia.

Eles também verificam processos essenciais do capitalismo que conformam a pauta de ações, como a redução da soberania dos Estados

para redes transestatais, interesses seccionais e seccionistas de empresas e consumidores, que mediam a atividade dos legisladores e promovem a tendência à centralização do capital e a polarização sócio-econômica.

Assim, ao lado da incapacidade dos Estados individuais de moderar o funcionamento da economia-mundo capitalista está o êxito dos movimentos antissistêmicos aos Estados e a todas as instituições sociais em gerar expectativas em termos de direitos humanos, democracia, igualdade, entre outros. Expectativas que os Estados têm cada vez mais dificuldade de satisfazer. E é esse, na opinião dos autores, o ponto decisivo que o sistema mundial enfrenta em fins do século XX, uma vez que implica na corrosão da autoridade estatal (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999: 109-110).

David Slater (2000) considera que as correntes contemporâneas da teoria social e dos estudos culturais refletem cada vez mais sobre a compreensão do tempo-espaço através de conceitos como velocidade e mobilidade e de termos como “globalização”, “nexo global local”, “globalismo crítico” e “condição global”, o que reflete “uma sensibilidade ampliada da necessidade de ir além das fronteiras nacionais” (2000: 503). Isto porque a característica de algumas “novas formas de mobilização, de resistência e movimento” tem sido “fazer atravessar as fronteiras nacionais e fazer conexões globais” (Slater, 2000: 503).

O uso da expressão “novos movimentos sociais”, segundo o autor, foi encorajada em razão do surgimento, em diferentes sociedades, de “arquipélagos de resistência e discursos inversos que tem o potencial de se conectar através dos espaços, mas que são também distintos, específicos e arraigados em contextos locais e regionais” (Slater, 2000: 503). A expressão é relacionada a temas que vão “do desenvolvimento à democracia, da cidadania à cultura e do meio ambiente à emancipação” (Slater, 2000: 504).

Enquanto a classe perde seu papel central<sup>9</sup>, o renascimento do interesse pela sociedade civil e pelas relações entre Estado e sociedade em geral é acompanhado por uma busca de formas alternativas de “fazer política” numa variedade de contextos culturais e contra um pano de fundo de projetos normalizadores da ordem e do poder global. (Slater, 2000: 504)

Para Slater (2000), vários movimentos reinscrevem os significados e as práticas de democratização, como “os movimentos feministas que

---

9 Ressalte-se que o recorte de classe continua em vários movimentos que se organizaram na redemocratização brasileira, como MST, MNU, alguns movimentos feministas, etc.

continuam a luta pela libertação das mulheres de todos os tipos de opressão” e “construíram formas novas de organização e solidariedade transnacionais”, como os encontros semestrais realizados desde 1981 na América Latina ou, ainda, os “grupos ambientalistas transnacionais” que “ampliaram suas atividades para além dos limites territoriais de um determinado país” (p. 505-506).

O autor refuta a tendência da interpretação dos movimentos sociais “como parte da sociedade civil que, por sua vez, foi vista como separada dos negócios políticos do Estado moderno”, reproduzindo “uma abordagem da política que fica confinada a um domínio predefinido, implicitamente construído como não-problemático”, separado do econômico e do social, demarcando-se “um domínio nacional interno e um domínio externo da política mundial” (Slater, 2000: 508). Isto porque ele entende que há uma mudança do que é ou não político conforme surgem “novas questões postas por novos modos de subjetividade”, bem como pela heterogeneidade cultural, pois “um traço básico do político relaciona-se com o questionamento do socialmente dado, do que parece ser socialmente natural e incontestado” (Slater, 2000: 508-509).

Dessa forma, “os movimentos sociais contemporâneos contestaram e redesenharam as fronteiras do político” o que significa que

os movimentos podem subverter os dados tradicionais do sistema político — poder estatal, partidos políticos, instituições formais — contestando a legitimidade e o funcionamento aparentemente normal e natural das ações no interior da sociedade. Mas o papel de alguns movimentos sociais também tem sido o de revelar os significados velados do político encerrados no social. As lutas sociais podem ser consideradas “guerras de interpretação” nas quais a orientação e a significação de suas demandas e reivindicações são construídas por meio de sua prática. (Slater, 2000: 509)

Para Slater, há uma inter-relação e, ao mesmo tempo, uma distinção entre a política e o político:

A política tem seu próprio espaço público — é um campo de trocas entre partidos políticos, de negócios parlamentares e governamentais, de eleições e representação e, em geral, dos tipos de atividades, práticas e procedimentos que acontecem na arena institucional do sistema político. Porém, o político, como propôs Ardit (1994: 21), pode ser visto de modo mais eficaz como um tipo de relação que pode se desenvolver em qualquer área do social, independente de se permanece ou não dentro do recinto institucional da “política”. O político é, então, um movimento vivo, um tipo de “magma de vontades em conflito” ou antagonismos; ele é móvel e ubíquo, indo além, mas também subvertendo os cenários e amarras institucionais da política. (Slater, 2000: 513-514)

Sobre a “relevância potencial do espacial para qualquer demarcação da política e do político”, relaciona duas instâncias de análise: 1<sup>a</sup>) o interior do domínio delimitado do Estado nacional, lembrando de exemplos em sociedades periféricas que desafiaram e desafiam as ordenações estabelecidas do Estado, como a Nicarágua, a Bolívia, a Colômbia e o Peru, nesses três últimos as sociedades indígenas na luta contra o Estado centralizado se movimentaram de forma heterogênea e abarcaram reivindicações diversificadas (Slater, 2000: 516), e 2<sup>a</sup>) a constituição original das soberanias nacionais, contexto no qual o geopolítico “pode ser usado para desestabilizar alguns dos significados anteriormente ligados ao político, pois em muitas dessas conceituações a análise da relação entre a política e o político é feita dentro dos limites de um Estado territorial implicitamente ocidental”, havendo “uma suposição de integridade e impermeabilidade territoriais predeterminadas”, embora “na situação das sociedades periféricas, as realidades históricas” apontem para “a falta de igualdade no reconhecimento pleno da integridade territorial dos Estados-nações” (Slater, 2000: 518).

Isto porque

para as sociedades da América Latina, da África e da Ásia, os princípios que governam a constituição de seu modo de ser político foram profundamente moldados pela penetração externa. O colonialismo, por exemplo, representou a imposição e a instalação de princípios do político que violaram o vínculo entre a soberania nacional e a constituição do ser social. (Slater, 2000: 518)

A lógica para o enquadramento do tempo e a ordenação do espaço, nesses casos, foi “externamente imposta”, o que possui efeitos presentes no período pós-colonial e é objeto de lutas de indígenas e dos movimentos anti-imperialistas posteriores às “guerras de libertação nacional” (Slater, 2000: 518).

Um exemplo dos entrecruzamentos entre poder, cultura, interior/exterior e movimentos e dos “níveis de análise” que interpretam a imbricação entre o global, o regional e o local com a noção de “fronteirização” do mundo, para ressaltar “a fragilidade das ordens espaciais estabelecidas”, é o levante armado de 3 ou 4 mil índios, ocorrido em Chiapas, em 1º de janeiro de 1994, com a tomada de 7 cidades, marcado para coincidir com a entrada do México no Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA), junto com EUA e Canadá. Um dos primeiros comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) declarava que o NAFTA “é o atestado de óbito dos povos indígenas do México, que são dispensáveis para o governo de Carlos

Salinas de Gotari”, conectando “o interior ao exterior” e “o global, o regional e o local” (Slater, 2000: 520).

Em síntese, o autor sugere, em sentido comparativo restrito ao domínio territorial interno, três modalidades de geopolítico para pensar os efeitos desestabilizadores dos movimentos sociais: 1º) “movimentos regionais que contestam o poder territorial do Estado central e pedem uma extensão espacial e um aprofundamento do processo democrático” (exemplo: Bolívia e Peru); 2º) “um levante armado — um movimento guerrilheiro que está enraizado regionalmente, mas que não se confina a sua região”, ou seja, “atravessa fronteiras entre o interior e o exterior, causando efeitos numa série concreta de esferas” (exemplo: levante de Chiapas no México e Sendero Luminoso no Peru); 3º) “crescimento das reivindicações indígenas de autonomia territorial em várias sociedades latino-americanas combina uma interrogação da ordenação espacial existente com um questionamento profundo dos fundamentos do próprio Estado” (Slater, 2000: 524).

São três tipos de contestação nem sempre separáveis, pois “representam o potencial para minar e enfraquecer a solidez dos sistemas políticos contemporâneos e, às vezes, se cruzaram com outros movimentos sociais preocupados, por exemplo, com meio ambiente e direitos humanos” (Slater, 2000: 524).

Maria da Glória Gohn, no livro *Sociologia dos Movimentos Sociais*, expõe a emergência do movimento alter ou antiglobalização no cenário internacional, na década de noventa, com repertórios temáticos focados nas políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado, defendendo-se que “um outro mundo é possível” (2013: 14).

Conforme a autora, o “essencialismo da luta de classes foi substituído pelo pluralismo das lutas antirraciais, feministas, etc.”, verificando-se múltiplas formas de organização dos sujeitos das manifestações: etnia, raça, gênero, idade, tipo de atividade (rural ou urbana), entre outros, e o predomínio de fóruns, assembleias, grandes encontros, longas caminhadas, a exemplo do Fórum Social Mundial (Gohn, 2013: 14-15).

Essas formas plurais de luta se mantiveram até 11 de setembro de 2001, data em que ocorreu a queda das torres gêmeas em Nova York, nos Estados Unidos, o que levou a mudança de táticas do movimento altermundistas e ao surgimento de outras formas de protesto transnacionais (Gohn, 2013: 15).

Para a autora, em especial a partir da crise econômico-financeira de 2008,

o campo temático das lutas e protestos contemporâneos continuou a destacar o plano macroeconômico, mas foi mais detalhista, visto que focalizou

nesse cenário o capital financeiro, contestando os resultados das políticas econômicas para a vida dos cidadãos, a financeirização como norma reguladora do cotidiano dessas vidas — via a gestão das dívidas de seus cartões de crédito, o desemprego e a falta ou má qualidade de serviços públicos. “Precariado” é a nova denominação dada aos cidadãos deste novo século, os filhos de uma sociedade precária onde impera a desigualdade social e econômica, onde há perda de direitos sociais e políticos, exclusão de imigrantes etc. É um novo proletariado do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, sem garantias legais. A forma de comunicação entre os jovens também se alterou e saber se comunicar on-line ganhou status de ferramenta principal para articular ações coletivas. Celulares e diferentes formas de mídia móvel passaram a ser meios de comunicação básicos e o registro instantâneo de ações transformou-se em arma de luta, em ações que geram outras ações como resposta. Twitter, Facebook, YouTube, LinkedIn, Zynga, etc., acionados principalmente via aparelhos móveis, como BlackBerry e iPhone, são ferramentas do ciberativismo que se incorporaram ao perfil do ativista. (Gohn, 2013: 16-17)

Configura-se, dessa forma,

um novo cenário político, em que marchas, ocupações e manifestações voltaram à cena em diferentes partes do mundo globalizado. Elas negam a política e o comportamento antiético de muitos políticos; protestam contra a exclusão socioeconômica e a de categorias sociais, como os próprios jovens. As manifestações atuais são diferentes das dos anos de 1990, mas são, ao mesmo tempo, resultado de conjunturas econômicas e políticas que foram estruturadas naquela década com a globalização que produziu uma geração ampliada de excluídos. Aos excluídos pela pobreza, agregaram-se os excluídos pelas novas regras da divisão internacional do trabalho, no acesso ao emprego no mercado de trabalho, especialmente aos jovens, limitando-lhes também o acesso ao mundo do consumo. (Gohn, 2013: 19)

A autora observa uma heterogeneidade cada vez maior dos movimentos nos cenários regional e global e novas estratégias de ação coletiva impulsionadas pelas transformações da comunicação e informação, consubstanciadas em um processo de transição dos movimentos alterglobalizantes “para outras ações, transnacionais, que utilizam ‘antigas’ estratégias, como marchas e ocupações, com novas ferramentas de atuação, como as mídias sociais” (Gohn, 2013: 20).

A partir de 2000, Gohn identificou dois eixos temáticos centrais nos protestos ocorridos no exterior:

... democracia e liberdade de expressão no Oriente Médio (Tunísia, Egito, Síria, Iêmen, Argélia, Turquia, Líbia, Arábia Saudita etc.) e, na Europa, contra as recentes reformas econômicas, o desemprego, os acordos fechados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a rejeição à categoria

de políticos considerados corruptos e desvinculados dos interesses da população. (Gohn, 2013: 22-23)

Nas manifestações recentes, foi um traço comum o uso do espaço público, como praças, parques e ruas: “praça Tahrir, no Cairo, praça Puerta del Sol, em Madri, praça Catalunha, em Barcelona, praça Syn-tagma, em Atenas, [...], etc.” (Ibídem: 23).

Conforme a autora:

As manifestações de jovens em 2011 por meio de atos públicos, ocupações e marchas, chegaram a derrubar ditaduras, como a Primavera Árabe, em 2011, abalaram governos europeus desestabilizados por crises econômicas e ondas de desemprego, como o Movimento dos Indignados, na Espanha, ou, ainda, questionaram o modelo econômico-financeiro vigente, como o Movimento Occupy Wall Street, iniciado em Nova York e que se espalhou pelo mundo. (Gohn, 2013: 26)

### **OS PROTESTOS NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO**

De acordo com Gohn, no Brasil, o quadro do associativismo da sociedade civil em relação ao predominante nas décadas de oitenta e noventa se modificou, em um cenário político de ascensão de novos grupos ao poder e de reformas na gestão de políticas sociais (2013: 53).

A autora cita o alerta do economista Paul Krugman sobre o contraste do Brasil em relação a alguns países europeus, no início da década de dois mil dez, na medida em que o Brasil vivenciava um período de estabilidade e de crescimento econômico desde 2000, “associado à redução da desigualdade, com políticas como o Bolsa-família, juntamente com a melhoria dos níveis de educação”, porém a migração de investimentos do Norte para o Sul deveria ser vista com cautela, pois na última década a Grécia e a Espanha, que estavam no centro da crise europeia (estou unificando o texto pelo acordo ortográfico), tinham sido “os queridos do capital”.

No segundo semestre de 2012, são anunciados problemas econômicos no Brasil, que havia escolhido

um modelo baseado na exportação de commodities agrícolas, regulação do câmbio e das taxas de impostos afetando a dinâmica anterior do mercado financeiro, a política de recomposição do salário mínimo dos trabalhadores, as políticas sociais compensatórias de proteção e inclusão social, aliados à ativação do consumo interno de novas camadas emergentes, alçadas pela propaganda como “classes médias”, provocou uma acelerada desindustrialização e enfraqueceu o movimento sindical. (Gohn, 2013: 54)

Gohn identifica uma mudança, nesse cenário, dos principais movimentos sociais brasileiros: “há novas lutas entre as mulheres, os eco-

logistas, os afrodescendentes e os grupos indígenas. Esses últimos, após importantes conquistas com a Constituição de 1988 relativas a suas terras, enfrentam problemas para sua demarcação; o direito de alfabetização em sua própria língua convive com a escassez de professores habilitados” entre outros conflitos em seus territórios que decorrem do “avanço do agronegócio, especialmente a produção de soja para exportação, a extração de minério, também para o mercado externo [...] e o avanço da produção de gado no campo” (2013: 55).

Embora Gohn perceba avanços para o movimento dos afrodescendentes, representados pela política de cotas nas universidades e pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, ela identifica “uma lentidão ou quase paralisação da titulação de terras dos quilombos reconhecidos e a maioria dos remanescentes vivem em situações de extrema pobreza” (2013: 56).

Entre as lutas por direitos relacionadas à construção de identidades, os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes (LGBTTS) teve o direito ao casamento reconhecido.

Para a autora, a luta por moradia dos movimentos sociais urbanos seguiu sendo central “como a luta popular mais organizada” e uma parte dela se institucionalizou e atuou no plano jurídico, através de assessorias, conquistando o Estatuto da Cidade. Outra parte passou a participar de projetos institucionais em Ongs, “como cooperativa mútua e autogestão” ou, no caso de setores do movimento de favelas, atuar em projetos do poder público (reurbanização ou remoção) através de movimentos de associações de moradores locais (Gohn, 2013: 58). E há também os que seguiram o modelo do movimento popular rural e realizaram ocupações de “prédios públicos ou privados, ociosos ou abandonados, nas áreas centrais das grandes cidades” (Gohn, 2013: 58).

O estímulo ao setor informal da economia propiciou o surgimento de extensas redes produtivas comunitárias expandindo o associativismo via o desenvolvimento de projetos socioculturais e econômicos com as populações demandatárias de bens e serviços, ou seja, a ação coletiva, antes presente na maioria dos movimentos sociais, de pressão e reivindicação na década de 1980, ganhou nuances novas a partir dos anos 1990, e durante a primeira década de 2000, passaram a predominar as ações civis voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria envolvendo diferentes setores públicos e privados. (Gohn, 2013: 60)

O contexto pós-Constituição de 1988, que descentralizou a administração pública e possibilitou formas de participação da sociedade civil no Estado, desconcentrou várias atividades estatais nas áreas sociais.



Novas legislações federais permitiram a criação de Organizações Sociais (OSs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e programas de Parceria Público-Privada (PPP), que acarretaram “a desativação da atuação direta do Estado na prestação de alguns serviços sociais e a transferência da operacionalização desses serviços para o setor privado sem fins lucrativos” (Gohn: 2013, 60).

Isso “contribuiu para a reconfiguração do cenário do associativismo civil brasileiro, gerando a criação de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil” e a criação de “novas redes de participação institucionalizada” com “os conselhos, câmaras, fóruns e assembleias nacionais, implementadas pelo poder público por meio de políticas públicas para atender às novas exigências constitucionais”; formas de participação institucionalizada que “passaram a ocupar o espaço associativo antes dominado pelos movimentos sociais” (Gohn, 2013: 60-61).

Gohn (2013) menciona vários protestos ocorridos no Brasil em 2011 e 2012, desde as Marchas contra a corrupção, a marcha da maconha, os Ocupa inspirados no Occupy Wall Street, articulados via internet, os escrachos organizados pelo Levante Popular da Juventude desde 2011, entre outros.

A autora conclui que

a questão do capital e os efeitos de sua expansão desordenada, deixada de lado nos “novos” movimentos sociais identitários dos anos de 1980 a 2000, retornaram com vigor; ou seja, demandas clássicas de “velhos atores” (movimentos operários, luta contra o capital, emprego, salário etc.) retornaram unindo as demandas dos movimentos identitários, gerando algo novo, que está atraindo os jovens e a geração dos “tuitados” de hoje. (Ibídem: 109)

Vale ressaltar que a publicação de seu livro é anterior à eclosão de protestos ocorrida a partir de junho de 2013 no Brasil, mas já anunciava o ensaio de novas formas de protesto, que atraíam os jovens e se utilizavam da internet.

A dimensão dos protestos iniciados contra o aumento do preço das passagens em junho de 2013 surpreendeu não apenas a mídia e os setores empresariais, mas também uma gama de intelectuais, partidos políticos e movimentos sociais organizados de esquerda.

Para Mauro Iasi, o que movimentou a classe nos protestos de junho foi a própria resposta governamental ao movimento contra o aumento das passagens: a impossibilidade de reverter o aumento e a repressão policial, que é sempre usada quando as mediações do cotidiano da ordem não funcionam. Para ele, esse movimento representou a “rebeldia do desejo” e reivindicou “a impossibilidade de manter

a impossibilidade do real”, retomando ideias de Jean-Paul Sartre, que vivenciou as revoluções de maio de 1968 na França (Iasi, 2013).

## **VOZES DAS RUAS: OS PROTESTOS SOCIAIS INICIADOS EM JUNHO DE 2013 NO RIO DE JANEIRO E AS AÇÕES COLETIVAS DIRETAS**

Algumas das novas características apresentadas por Maria da Gloria Gonh (2013) para destacar o surgimento de novíssimos movimentos sociais na cena mundial, em especial ao analisar as marchas, manifestações e ocupações promovidas por jovens no Egito, Líbia, Iêmen, Síria etc., podem ser cotejadas com a análise dos protestos iniciados em junho de 2013 em diversos estados do Brasil, em oposição ao aumento do preço das passagens de ônibus anunciados por diversos municípios.

Também surgiram novas configurações a partir de eventos como o OcupaCabral<sup>10</sup> e OcupaCamãra<sup>11</sup>. Esses eventos foram mais do que atos de protestos, mas como alerta Castañeda (2014) não se configuraram também como um movimento social “com lideranças claramente definidas e uma pauta de reivindicações para negociar com os governos”. Apesar dessas ocupações terem surgido com uma pauta específica, contrárias ao governador do Estado do Rio de Janeiro e a atuação dos Vereadores do Município, respectivamente, elas passaram a ser mais espaço comum de diálogo e seus participantes passaram a não se preocupar tanto com o resultado (Castañeda, 2014: 109).

Uma das participantes do Ocupa Câmara, entrevistada pelas autoras, informa ter tomado conhecimento dos protestos de junho de 2013 pelo “Facebook” e iniciado sua participação de protestos devido ao agravamento da violência policial contra os manifestantes percebi-

---

10 Essa ocupação ocorreu em frente à casa do governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e, por esse motivo, a ocupação foi nomeada como “OcupaCabral”. Essa ocupação teve como objetivo problematizar a política do governador.

11 Como resposta aos protestos em torno do transporte público de junho, foi criada na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades no sistema de transporte público do município. Entretanto, foram indicados vereadores para presidir a CPI que se vinculavam ao Prefeito Municipal. Devido a esse fato, aproximadamente 90 manifestantes ocuparam o Plenário da Câmara dos Vereadores. Um grupo se recusou a sair e passou alguns dias ocupando o espaço interno da Câmara, enquanto outro grupo de pessoas acampou em frente à Câmara, ocupando as escadarias principais e parte da Cinelândia com barracas. O Judiciário concedeu uma ordem de reintegração de posse e determinou a retirada dos manifestantes do interior do prédio da Câmara, mas as pessoas permaneceram acampadas em frente à Câmara Municipal na Cinelândia, acampamento conhecido como “Ocupa Câmara”, até o dia 15 de outubro de 2013, quando foi retirada a força pela polícia militar.

do pelas “cenas que circulavam na internet, em que os manifestantes eram atacados de forma violenta e covarde”, tendo como motivação “muito mais a defesa do direito de manifestação e da liberdade de expressão e contra a violência do Estado, do que propriamente a questão do aumento das passagens”.<sup>12</sup>

Em comparação com protestos anteriores, a entrevistada considera haver “muita diferença”, pois:

A mobilização para os protestos era viralizada na internet. Não havia líderes conciliando as pautas em mesas de negociação. As pautas levadas para as ruas eram múltiplas, ultrapassando a questão do aumento das passagens que motivou o início das manifestações. O que se percebia era um sentimento comum de revolta e indignação que estava além de pautas específicas, e uma forte crise de representatividade não apenas em relação aos políticos no poder, mas a entidades de classe, sindicatos, movimentos institucionalizados em geral, que antes se colocavam como representantes de determinados setores da sociedade em mediação com o poder público. Em junho, não havia essa mediação, era cada um com as suas demandas, as suas revoltas, o seu corpo na rua, a sua forma de luta, descobrindo e inventando outras formas de ação política, em que cada um é protagonista, mas ninguém é líder. As organizações dos protestos eram descentralizadas, com articulações em redes. Muitos protestos e ações diretas não tinham um roteiro pré-definido, mas aconteciam na hora. As transmissões realizadas em streaming por coletivos de mídia livre criando uma rede de informação contra-hegemônica foi outro dado relativamente novo. Também a repressão policial me pareceu bem mais violenta do que em manifestações das quais eu havia participado anteriormente. E, em resposta, a adoção da tática Black Bloc foi crescendo, o que não era antes uma forma de ação usual por aqui. (Entrevista, 23/09/2014)

Esses eventos parecem ter sofrido a influência dos protestos globais, como a onda de mobilizações em países como Egito, Líbia, Iêmen, Síria etc. — conhecida como Primavera Árabe —, as marchas e ocupações na Europa, como dos Indignados na Espanha, do movimento 12 de março (M12M) ou Geração à Rasca em Portugal e, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos da América em 2011 e 2012<sup>13</sup>. Além de algumas características semelhantes entre esses eventos e as manifestações no Rio de Janeiro, convém destacar que nos primeiros protes-

12 Entrevista concedida às autoras em 24 de setembro de 2014.

13 Além de algumas características na forma organizativa dessas experiências, merece destacar o comentário de Gohn (2013) sobre a utilização nesse último evento das máscaras de Guy Fawkes, dos quadrinhos de David Lloyd (transformado em filme) *V de Vingança*. Durante os protestos de junho no Rio de Janeiro, muitos manifestantes também passaram a utilizar a máscara do personagem do filme “V” (*V de vingança*, no original “V for Vendetta”).

tos de junho de 2013, os jovens manifestantes proferiam palavras de ordem como “*acabou o amor, isso aqui vai virar a Turquia*”, em clara alusão aos protestos em curso naquele país.

Maria da Gloria Gohn (2013) ao analisar esses protestos internacionais, vislumbra o surgimento de “novíssimos movimentos sociais”, distintos dos movimentos sociais das décadas de noventa, mas “resultado de conjunturas econômicas e políticas que foram estruturadas naquela década com a globalização que produziu uma geração ampliada de excluídos” (Gohn 2013: 19). A autora destaca que apesar das diferenças desses movimentos atuais relacionadas as conjunturas de cada país, existem algumas características semelhantes da nova configuração desses protestos globais

Marchas, manifestações e ocupações na atualidade são promovidas por coletivos organizados que estruturam, convocam/convidam e organizam-se on-line, por meio das redes sociais. [...] De simpatizantes da causa, os sujeitos que atendem às chamadas para os atos de protesto poderão se tornar ativistas de um novo movimento social. A sensibilização inicial é uma causa, vista como um problema social. [...] As pedagogias alternativas utilizadas também se recriam, se reinventam, porque a conjuntura socio-política, econômica, cultural, tecnológica é outra. (Gohn, 2013: 21)

David Harvey (2012) também analisa a experiência do *Ocuppy Wall Street* e o relaciona com as lutas nos outros locais como na Praça Tahir (Cairo), Praça do Sol (Madrid), Praça Syntagma (Athenas), o autor explica que esse movimento “mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado” (Harvey, 2012: 61).

Espalhando-se de cidade em cidade, as táticas do *Ocuppy Wall Street* são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance. (Harvey, 2012: 61)

As ocupações vividas na cidade do Rio de Janeiro em 2013 apontam que esses ventos internacionais chegaram ao Brasil e inspiraram também novas formas organizativas. Convém destacar que mesmo com o fim dessas ocupações, após forte repressão policial, continuou em curso na cidade a ocupação de praças, mas de forma momentânea, para a realização de assembleias abertas, como a Assembleia Popular, a Assembleia do Largo, dentre outras. Esses eventos não conseguiram

manter o número de participantes das primeiras experiências, mas continuam ocorrendo.

Conforme uma participante de espaços como Ocupa Câmara Rio e Assembleias Populares,

uma das qualidades desse movimento está no fato de reunir pessoas muito diferentes, e de que essas diferenças sejam potencializadas para a construção do comum. Um dos aspectos que me chama a atenção, por exemplo, é a tentativa de construção de consenso nas reuniões do Ocupa Câmara Rio e nas Assembleias Populares. O consenso não é alcançado porque todos concordam. É construído a partir das diferentes visões, tentando-se achar um ponto de convergência, em que as diferenças não sejam abafadas em prol da opinião da maioria como nos processos de votação, mas contribuam para a construção de uma proposta em que essa diversidade esteja contemplada. O consenso, assim construído, afirma a diferença, e não simula uma homogeneidade ilusória. (Entrevista, 23/09/2014)

Essas experiências foram influenciadas pelos protestos sociais iniciados em junho de 2013 em algumas capitais do Brasil, contra o aumento das passagens dos transportes públicos, conhecidas como as “jornadas de junho”.

No Rio de Janeiro, os primeiros atos de junho de 2013 foram convocados pelo Fórum de Lutas contra o aumento das passagens, que passaremos a denominar de “Fórum de lutas”.<sup>14</sup> Esse fórum já estava organizado na cidade e convocava atos contra os aumentos das passagens no Rio de Janeiro, ao menos desde dezembro de 2012. Esses atos eram discutidos em plenárias presenciais e convocados também por meio da página do Facebook. O primeiro ato contou com a participação de menos de mil pessoas. Entretanto, progressivamente o número de participantes nos atos aumentou.

A violência policial é apontada como um dos motivos para a adesão social aos protestos, Castañeda (2014) aponta que apesar do número pequeno de manifestantes nos primeiros atos a polícia já estava atuando para reprimir o protesto utilizando bombas de gás lacrimogênio e balas de borrachas. Castanheda relata que “ao invés de dispersão completa, houve resistência” (Castañeda, 2014: 108).

Sobre a diferença dos protestos de junho em relação aos anteriores, uma advogada e ativista entrevistada informa que, embora tenha participado de poucos protestos antes:

Todos esses poucos que eu fui eu não lembro de ter tido nenhuma experiência de repressão policial. Não lembro de ter tido esse tipo de experiência

---

14 Interessante análise sobre as diferenças políticas entre anarquistas e marxistas é feita por Hobsbawm (1985).

de perseguição política. Enfim, as pessoas iam pra rua, falar, protestavam e depois voltavam pra casa. E eu acho que exatamente esse impedimento desse exercício que na verdade que me deixou mais indignada, que me levou pra rua e que me mantém na rua. Essa proibição quase uma proibição em relação a se manifestar. A usar o espaço público pra manifestações. (Entrevista, 29/10/2014)

Os relatos sobre a atuação da polícia num ato pacífico e a detenção de manifestante foram postados pelos participantes do evento nas redes sociais pelo Facebook, Twitter e Youtube aumentando o sentimento de solidariedade e revolta social. Esses fatos somado as condições materiais na cidade do Rio de Janeiro, com uma elevação do custo de vida sem aumento de salário, quadro gerado pelas políticas adotadas especialmente buscando preparar a cidade para os megaeventos, fez com que a população do Rio de Janeiro aderisse aos protestos sociais. No dia 20 de junho, essa participação chegou a seu auge com a presença nas ruas do centro da cidade de 1 milhão de pessoas.

Pesquisas de opinião realizadas entre os participantes nesse protesto apontam que 46% dos manifestantes possuíam entre 15 a 39 anos, 46% nunca tinham participado de uma manifestação antes, 62% souberam do protesto pelo Facebook, 75% utilizaram o Facebook para convidar amigos para o protesto. Apesar de 38% indicar como motivo para a participação o transporte público, 30% indicaram a insatisfação com a política, 12% com a saúde, 6% a PEC 37, 5% gastos com a Copa e 5% os problemas na educação (IBOPE *apud* Fernandes e Roseno, 2013).

A insatisfação com as estruturas de poder político é sintetizada na exposição de uma das participantes dos protestos, questionada sobre sua percepção do Estado e dos governos no Brasil da seguinte forma:

O único mecanismo que nos é dado de participação em decisões políticas nesse sistema representativo que chamam de democracia é o voto. Em tese, o candidato eleito deveria representar o eleitor. Mas, ao contrário, ele manda no eleitor, toma decisões por ele (Nesse tipo de democracia o poder é tirado do povo, e não dado a ele — isso pode se chamar democracia?). Então você delega poder a alguém pra que essa pessoa mande em você, quando na verdade ela deveria te obedecer. Tem um texto dos zapatistas em que se faz essa diferenciação entre “mandar mandando” e “mandar obedecendo”. Lá os delegados eleitos tinham um dever, e não um poder. Eles tinham que obedecer às decisões coletivas. Caso não o fizessem, não permaneciam naquela função representativa. A representação como uma função, não como um poder. A crise de representatividade que a gente vive vem do fato de que essa função não é exercida. O que se exerce é poder. Aqui ninguém manda obedecendo, todos mandam mandando. O que agrava ainda mais isso é o fato de as campanhas eleitorais receberem financia-

mento privado, e ficarem em dívida com seus patrocinadores. Então além de mandar mandando, os políticos mandam obedecendo aos interesses da iniciativa privada, dos grandes empresários, de determinados setores. Isso compromete o Estado todo, em todos os níveis, executivo, legislativo. Eu não considero isso uma democracia, e não acredito na possibilidade de se transformar por dentro dessa estrutura, porque quem está nela já está comprometido com ela, com a sua perpetuação. Eu acredito na construção de uma democracia direta e participativa, mas essa construção se dá nas ruas, com muito trabalho e muita luta. Não basta “derrubar o Estado”, como alguns revoltosos gritam nos protestos. A gente tem que construir alternativas a esse sistema excludente e autoritário, fortalecendo espaços de autogestão e democracia direta, em que qualquer forma de representação seja uma função temporária e um “mandar obedecendo”. Eu acho que de certo modo foi esse o grito das ruas: Ninguém manda em mim! As pessoas querem poder decidir sobre tudo aquilo que lhes afeta. O PT no poder desiludiu muita gente. Talvez fosse necessária mesmo essa desilusão pra gente entender melhor toda essa estrutura. Porque aí a gente percebe que quem está no poder importa menos do que a própria estrutura de poder, e é essa estrutura que tem que ser corroída, derrubada, revirada. Não é passar o poder de uma mão pra outra, mas acabar com o poder: isso é o “poder do povo” que se canta nas ruas. (Entrevista, 23/09/2014)

Nesses protestos chamou a atenção a participação de jovens que vestindo preto e utilizando máscaras, resistiam a violência policial, adotando a tática “black bloc”.<sup>15</sup> Muitos repetiam o cântico iniciado por alguém que gritava: “Poder! Poder! O poder do povo vai fazer um mundo novo!”. Adriano Pilatti (2013) ao analisar esses jovens explica que:

---

15 Dupuis-Déri (2014) explica que a marca dos “Black Blocs” é a utilização de roupas pretas e máscaras, alguns utilizam como tática a defesa dos demais manifestantes e outras ações diretas, mas segundo esse autor não há uma uniformidade de táticas entre os “Black Blocs”. O autor também esclarece que “não se sabe ao certo quando o termo ‘Black Bloc’ foi utilizado pela primeira vez” (Dupuis-Déri, 2014: 42). Alguns defendem que o termo surgiu em 1980 numa manifestação convocada por uma organização anarquista em Frankfurt, outros defendem que foi na mesma época, mas na Baixa Saxônia. Outros ainda defendem que a expressão foi utilizada pela primeira vez pela polícia de Berlim Ocidental em 1980, para designar a ação dos Autonomen, ativistas do movimento “autonomista”, que foram as ruas naquele período utilizando máscaras e roupas pretas em contra despejos e em favor de suas ocupações. O autor destaca que “nesse cenário, chegou a haver ação jurídica contra a ‘organização criminoso’ conhecida como ‘o Black Bloc’” (Dupuis-Déri, 2014: 43). Segundo o autor essa tática teria migrado para os Estados Unidos da América (EUA) no início da década de 1990, tendo sido utilizada nesse país, pela primeira vez em manifestação, em janeiro de 1991, contra a primeira guerra do Iraque e, posteriormente, nas manifestações contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em novembro de 1999.

[...] a maioria era de meninas e meninos pobres ou ´remediados, oriundos da Baixada Fluminense, dos subúrbios cariocas da Zona Norte e Oeste e das favelas de toda a cidade. Traziam impressos na estrutura franzina e na cor mais ou menos ´escura´ da pele os ´sinais exteriores de pobreza´ através dos quais a burguesia e a pequena burguesia os reconhecem e repelem, no exercício de seus atávicos preconceitos raciais e sociais. [...] Traziam as amargas lembranças de agressões, humilhações, abusos e militantes até mortes de familiares e amigos por policiais ou milicianos. Muitos participavam de coletivos anarquistas ou de outras orientações ´radicais´ de esquerda, quase todos assumiam posição anticapitalista, alguns eram individuais autônomos. (Pilatti, 2014: 60)

Durante a observação dos participantes nos protestos, notamos as mesmas características apresentadas pelo autor, uma maioria de jovem entre os manifestantes, filhos da classe trabalhadora, estudantes de escolas públicas do Rio de Janeiro, que sentindo as privações do dia-a-dia, motivados pelo sentimento de injustiça, se engajaram nos protestos. Uma das manifestantes entrevistadas traça perfil semelhante sobre a maioria dos participantes, considerando-os “jovens, que não se sentem representados por nenhuma instância de poder político, e desejam ter participação ativa em decisões políticas que afetam as suas vidas” e que “se comunicam principalmente pela internet, e não reconhecem lideranças” (entrevistada em 23 de setembro de 2014).

Hobsbawm (2000) destaca, ao estudar os protestos ao longo da histórica, que o engajamento e as lutas por direitos são normalmente motivadas pela ausência de reconhecimento de direitos e pela ameaça de perder esses direitos<sup>16</sup>.

Ora, as pessoas raramente exigem direitos, lutas por eles ou se preocupam com eles, a não ser que não os desfrutem suficientemente ou de nenhuma forma, ou, caso desfrutem deles, a não ser que sintam que estes direitos não estão seguros. Ninguém jamais iniciou um movimento pelo direito de andar, porque todos nós temos como certo que podemos fazê-lo sempre que desejamos, e dificilmente seríamos tolhidos. Por outro lado, já houve agitação pelo direito de caminhar com um propósito específico — por exemplo, em demonstrações públicas — ou em lugares específicos — por exemplo, ao longo de domínios públicos fechados por proprietários particulares — ou em momentos específicos. E, naturalmente, o direito de não ser detido arbitrariamente (que interferiria com a possibilidade de caminhar) faz parte da maioria das Declarações de Direitos Humanos. Grupos especiais que esperam desfrutar de certas prerrogativas raramente se inco-

---

16 Hobsbawm (2000) compreende direito como as prerrogativas previstas no direito positivo assim como a prerrogativa moralmente aceita na sociedade, mas não reconhecida em lei, ou seja, os direitos reivindicados pelas pessoas e ainda não reconhecidos pelo Estado.



modam em exigir o que eles já possuem. Os ricos não precisam se incomodar com o direito a tratamento médico barato ou gratuito. Os pobres é que têm de se incomodar com isso. (Hobsbawm, 2000: 418-419)

Merece ser destacado que o perfil plural apontado nas manifestações de junho foi sendo substituído por um perfil mais homogêneo de jovens pobres. Os demais participantes dos primeiros atos da “jornada de junho” se dispersaram e deixaram de participar dos protestos.

Uma advogada que atuou durante os protestos nas ruas, sobre o perfil dos manifestantes, considera que

a grande maioria é classe baixa, são pessoas que às vezes não tem nem o dinheiro da passagem. E eu vejo muito frequentemente acontecer das pessoas se mobilizarem pra poder garantir que algumas pessoas fossem aos atos. Eu acho que essa é a grande maioria. Tem classe média também, mas eu vi que depois de junho de 2013 pra cá que eu venho assistindo é que quem vem resistindo e quem vem frequentando mais os protestos é essa classe mais baixa. O número de pessoas da classe média vem diminuindo e também da classe alta eu vi poucas pessoas. A maioria voltada mais para a construção intelectual assim, mas não muito na rua, mas frequentando os atos, mais frequentando a rua em assembleia, esses outros espaços de construção. Mas a grande maioria das pessoas pobres mesmo. Principalmente as pessoas que praticavam a tática Black Bloc. (Entrevista, 29/10/2014)

Os jovens adeptos da tática *black bloc* ganharam destaque nos noticiários como o grupo que estaria promovendo atos de “vandalismo” e, que usariam as máscaras para impedir a identificação dos agentes da segurança pública. Mauro Iasi (2014) compreende que essa identificação dos black blocs como “violentos” e “vândalos” fez parte do processo de estigmatização simbólica separando os manifestantes pacíficos dos “vândalos”, dessa forma, o discurso da ordem defendia que “as manifestações seriam ‘legítimas’, mas estariam sendo desvirtuadas pelo uso da violência por parte de alguns” (Iasi, 2014: 173). Nesse sentido, “de um lado ‘cidadãos’ que exatamente pelo sucesso do atual governo seriam levados a pedir mais e, de outro, ‘vândalos’ e ‘baderneiros’ que, ao lançar mão da violência contra as pessoas e o patrimônio público e privado, pode e devem ser contidos pela força” (Iasi, 2014: 173). Os black blocs “com o capuz de seu moletom negro cobrindo a cabeça, escudos pichados com seus símbolos, máscaras antigas e óculos de soldador, representavam a violência e não a reivindicação. Encontra-se o inimigo”. (Iasi, 2014: 175). Essa estigmatização, construída pelo discurso da ordem, contribuiu para a utilização do aparato repressivo nas manifestações e para o acirramento do processo de criminalização dos protestos como será tratado em outro tópico.

Entretanto, como destacado por Pilatti (2014), os jovens adeptos da tática black bloc explicam que a utilização das máscaras se deve a outros motivos:

... precisavam das máscaras para se proteger de retaliações em seus territórios de origem, seja por parte das polícias e suas estruturas paralelas ou conexas, seja por parte de empregadores intolerantes, ou mesmo por parte dos pais, pelo simples fato de participarem de manifestações ou ocupações, mesmo que sem tomar parte nas depredações contra bancos, as mais frequentes. Em uma enquete realizada pelos próprios ocupantes, o enunciado “eu uso a máscara porque” recebeu — entre dramáticos, realistas e irreverentes — os seguintes complementos: “porque se minha mãe souber, tô frito”, “por causa da perseguição política”, porque é garantido pela Constituição”; “porque é fundamental se ficcionalizar”, “porque eu amo bacon”, “porque todo super herói usa máscara”, “porque o PM sobe o morro mascarado pra matar favelado”, “se os PMs podem, porque nós não podemos?”, “porque acho fashion”, “porque eu posso virar um Amarelado”, “porque eu não me importo com vidraças”, “porque a Constituição me veda o anonimato mas me garante a privacidade.” (Pilatti, 2014: 60).<sup>17</sup>

Diante desses motivos, Alexandre Mendes (2014) defende que “o anonimato em um estado que tem na violência o seu lastro é, no mínimo, a brecha encontrada para que jovens da periferia possam se expressar politicamente [...] a máscara é tanto autodefesa como constituição potente dos corpos que questionam os arcanos dos governos. Urge, portanto, não confundir as máscaras da resistência com as máscaras do poder” (Mendes, 2014: 251).

Uma advogada entrevistada entende que a tática black bloc é “extremamente importante pra segurança das pessoas que vão pras ruas”, embora lembre que nos primeiros atos “quando eu ia pra rua eu era a pessoa que tinha medo dos black blocs”. Afirma que, conforme começou a “acompanhar de perto”, observou que na prática o discurso das pessoas que usavam a tática com o objetivo de defender os manifestantes da repressão policial “se realizava” e passou a se sentir

---

17 Deve ser destacado que alguns jovens podem utilizar máscaras com a finalidade de não serem identificados pelas forças repressivas durante ações diretas contra prédios públicos e símbolos do capitalismo. Como relembra Iasi (2014: 176) “a esquerda sempre foi a portadora do valor da rebelião contra o instituído, enquanto a ordem era o valor dos conservadores.” Brech como lembrado por Zizek (2014: 12), já questionava que “O que é um assalto a banco comparado com a fundação de um banco?”. O que pretendemos chamar atenção é que o emprego do anonimato e da violência nos repertórios de ação coletiva não é algo novo, acompanham a história das revoltas e protestos populares, como também destacado por Maricato (2013) ao lembrar dos bondes virados e dos ônibus queimados nos protestos em torno do transporte no Brasil.

“mais segura” quando via os “Black Blocs”, porque sabia que eles iam fazer uma “corda de contenção” para as pessoas conseguirem correr da violência policial (entrevista, 29/09/2014).

Deve ser destacado que as jornadas de junho promoveram novas configurações nas lutas políticas da cidade do Rio de Janeiro, uma delas foi a criação da Frente Independente Popular (FIP) que passou a congregiar grupos anarquistas, independentes, maoístas, dentre outros. Essa articular como será visto em outro tópico passou a ser alvo do processo de criminalização dos protestos sociais.

### **OS VELHOS E (NÃO TÃO) NOVOS INIMIGOS DO ESTADO: A CRIMINALIZAÇÃO DOS PROTESTOS SOCIAIS**

Os protestos sociais em 2013 sofreram um forte processo de criminalização pelo Estado, considerando aqui seus três poderes (legislativo, executivo e judiciário) e, também por instituições como a mídia, que teve um importante papel na difusão e consolidação das visões negativas sobre os protestos e os manifestantes, conferindo legitimidade as políticas repressivas de segurança pública.

De fato, compreender o processo de criminalização por parte do Estado não é um fenômeno novo, Georg Rusche, e Otto Kirchleimer, já na década de trinta, em sua obra *Punição e estrutura social* (1999) apontavam para a correlação entre a estrutura econômica e sua ação no campo penal, percebendo o papel significativo que a estrutura celular, panóptica, que é a prisão exerceu no capitalismo.

Trata-se agora de perceber as novas configurações da questão penal a partir dos marcos da gestão do capital de configuração neoliberal.

Esse é o trabalho empreendido por Lóïc Wacquant (2012) que busca perceber como a gestão neoliberal vem redimensionando o campo penal em diálogo com as políticas sociais, demonstrando as estreitas relações de controle social, que impõe “*um estado penal pro-ativo*” com sua

alegoria cultural da “responsabilidade individual”. Isto sugere que nós precisamos teorizar a prisão não como um implemento técnico para o cumprimento da lei, mas como o âmago de poder político, cujo emprego seletivo e agressivo nas regiões inferiores do espaço social viola os ideais de cidadania democrática (2012: 12)

Nessa perspectiva, se propõe Wacquant (2012) a desconstruir as análises, *os mitos acadêmicos*, até então em vigor seja no campo sociológico, seja no campo jurídico, que buscam correlacionar delito x cumprimento da lei, pois a prisão se transmuta numa necessidade estrutural do atual estágio do capitalismo, que diante da insegurança social

crescente decorrente das ações reducionistas no campo das políticas sociais apontam para a necessidade de uma ampliação do leque penal, como “um ingrediente constitutivo do Leviatã” (2012: 15).

Não sem razão, Loic Wacquant aponta para o atual cenário como marcado por uma militarização da marginalização urbana, onde a redução do Estado ao seu braço repressor, promovida em escala global pelo ideário neoliberal, gestará uma simbiose com as

suas forças militares e civis para a manutenção da ordem. Isso transforma a segurança pública em um empreendimento marcial, [...] faz com que a imposição da lei nos e ao redor dos infames bairros de classe baixa se transforme, literalmente, em uma guerra com seus moradores, com batalhas armadas e manobras [...] e a vil demonização do “inimigo” pela mídia e as autoridades, incluindo o visível “repúdio de qualquer referência aos direitos dos criminosos”. (Wacquant, 2007: 216)

Esse processo de militarização do campo social legitima as ações de extermínio da pobreza, se estruturando num discurso de combate contra inimigos da sociedade,

esta imagem bélica, legitimante do poder punitivo por via da absolutização do valor segurança, implica aprofundar sem limite algum o que o poder punitivo provoca inexoravelmente, que é a debilitação dos vínculos sociais horizontais (solidariedade, simpatia) e o reforço dos verticais (autoridade, disciplina). [...] As pessoas se acham mais indefesas diante do estado, devido à redução dos vínculos sociais e do desaparecimento progressivo de outros loci de poder na sociedade. A própria sociedade — entendida como conjunto de interações — reduz-se e torna-se presa fácil da única relação forte, que é a vertical e autoritária. (Zaffaroni et al., 2003: 59)

Essa mesma dimensão do atual estágio do capitalismo será propugnada por Marildo Menegat (2006), que analisa o século XXI a partir do conceito de barbárie em seu livro *O olho da barbárie*, recuperando a análise de Engels a partir do lema “socialismo ou barbárie”, demonstrando que o capital só pode se reproduzir através do crescente aumento da destruição o que torna impossível logicamente uma “regulação humanista do capitalismo” defendida no Estado de bem-estar social ou no Estado nacional-desenvolvimentista (Menegat, 2006: 1).

A sobreposição do caráter destrutivo do capitalismo sobre antigas formas de exploração restariam demonstradas através das “crescentes restrições ao debate sobre direitos humanos e a quebra de consenso em torno deles” e os limites do Estado se revelariam na realização do “conceito liberal de governabilidade” sob a forma de uma “guerra civil legitimada, embora ainda não legalizada” (Menegat, 2006: 12).

Essa guerra civil, de acordo com Menegat (2006), elimina fisicamente as “massas ‘sobrantes’ dentro de um Estado que um dia surgiu como uma crítica radical à forma demasiado ‘bárbara’ do Estado absolutista” (2006: 13). O filósofo conclui que “a barbárie está presente na dinâmica da vida social” (Menegat, 1996: 20).

O século XXI, de acordo com ele, “é marcado por regressões generalizadas, na medida em que o neoliberalismo é a mais violenta e destruidora das formas de sociabilidade e desprezo por valores éticos como dignidade, vida e direitos humanos, o que demonstra a atualidade da barbárie” (Menegat, 1996: 26).

O capitalismo na barbárie é marcado pelo desemprego estrutural e pela criminalidade, com o uso do aparato jurídico de forma esconder a “intenção de exclusão por meio da violência” (Menegat, 2006: 41). Nesse momento, há também um ressurgimento de “velhas formas de opressão”, como a discriminação racial e de gênero, que “devem ser superadas para que de fato se possa presenciar uma nova fundação da vida social” (Menegat, 2006: 41).

Para o autor, há grupos sociais que não se explicam pela sua incorporação ao mundo valorativo do trabalho, entre os quais cita as mulheres, negros, judeus, palestinos e, portanto, não são possíveis “valores universais para todos os grupos sociais, salvo o permanente direito à diferença e sua manifestação, que seria a sociedade autogovernada” (Menegat, 2006: 44). O desafio, portanto, é pensar a revolução “nessa perspectiva emancipatória e pluralista” em uma época marcada pela “tendência ao aprofundamento da barbárie” (Menegat, 2006: 44).

Para Menegat (2006), o contexto atual no Brasil pode ser compreendido a partir do conceito de guerra, cuja efetivação “inviabiliza a democracia e sua radicalização”, o que pode ser exemplificado pelos “gritos de guerra” do Bope no Rio de Janeiro que pregam o extermínio da população pobre residente em favelas (p. 111-112). A crise do corpo teórico da legitimação do Estado pode ser percebida na ação do Exército e do Bope “como se estivéssemos em meio a uma guerra civil”, o que “significa uma crise de legitimação do Estado” (Menegat, 2006: 113).

Esse novo modo atual de efetivação da guerra produz um grau de destruição da esfera pública que pode ser denominada de “epidemia da guerra”, na qual a barbárie parece demonstrar a “impossibilidade da humanidade continuar a se desenvolver dentro das formas burguesas de vida social” (Menegat, 2006: 115). O conceito de barbárie, segundo Menegat (2006), torna-se um eixo de interpretação crítica da sociedade atual que aponta para seu esgotamento (ibidem: 116).

Wacquant (2012) também constrói sua análise sob esse paradigma do crescimento bárbaro de uma *onda punitiva*, que se dirige aos estratos sociais mais vulneráveis e em grande parte para a população

negra, percebendo com isso uma *ação afirmativa* quando se discute o sistema penal.

De fato, ainda que as análises de Wacquant<sup>18</sup> abordem o sistema americano em pesquisa realizada em 2011/2012, financiada pelo Ministério da Justiça, com o objetivo de verificar a aplicação da Lei de Execução Penal, averiguamos no decorrer do trabalho de campo, que se debruçou sobre o perfil do condenado no Rio de Janeiro e na Paraíba, a mesma *ação afirmativa* onde negros e pardos compõem a massa majoritária dos encarcerados.

Essa seletividade, que se amplia na gestão neoliberal, reforça o imaginário de periculosidade e insegurança a exigir como resposta ativa do estado<sup>19</sup>, mais cadeia, mais polícia, mais prisão. Assim, se amplia, por conseguinte, o rol de categorias entendidas como perigosas, *os inimigos do estado* que se reflete no aumento da população carcerária, tendo como apoio uma mídia<sup>20</sup> atenta em explorar os sentidos e os medos, que são gestados pela própria insegurança social que o capitalismo neoliberal nos impõe.

Massimo Pavarini (2012) alerta para ausência de relação direta entre as taxas de crescimento da criminalidade e os números de encarcerados. Assim, em muitos casos não há uma correspondência entre o crescente numérico de encarcerados e detrimento da redução ou manutenção de índices de criminalidade

---

18 Em sua obra *As prisões da miséria*, Wacquant alerta para o fato de que durante sua existência “um homem negro tem mais de uma chance sobre quatro de purgar pelo menos um ano de prisão, e um latino, uma chance sobre seis, contra uma chance sobre 23 de um branco” (Wacquant, 1999: 94).

19 Trabalhamos aqui com a noção de Estado ampliado de Antônio Gramsci (2002) que compreende que o Estado tem uma forma dúplice, composto pela coerção, mas, principalmente pelo consentimento. Este consentimento é garantido através da conquista da hegemonia dos aparelhos da sociedade civil, é esta hegemonia que confere legitimidade ao Estado, com a aceitação social das leis elaboradas por ele. Neste sentido, o Estado Ampliado é composto pela sociedade política (aparelhos burocrático-repressivos, como o exército, a polícia e os órgãos de aplicação das leis) marcada pela coerção e da sociedade civil, espaço do consenso, os aparelhos privados de hegemonia (como os sindicatos, igrejas, escola, etc.). A referência ao elemento privado destes aparelhos reforça a ideia de autonomia material em relação ao estado em sentido estrito, aos aparelhos burocrático-repressivos.

20 Vera Malaguti Batista (2012), analisando a cobertura dos meios de comunicação sobre as políticas de segurança, denomina a mídia como uma agência do sistema penal que atua conferindo legitimidade a essas políticas, isto porque os meios de comunicação vêm produzindo um consenso conservador no campo da segurança pública. Baker e Damazio (2014) analisando o papel da mídia nos protestos de 2013 percebem o mesmo processo, destacando que a mídia atua como uma agência extraoficial do sistema penal.

Nos Estados Unidos da América, as taxas de delituosidade são, possivelmente, bastante próximas daquelas registradas na Inglaterra ou na Alemanha, à exceção apenas dos homicídios com arma de fogo em situações de extorsão, muito embora a população carcerária norte-americana seja sete vezes superior à europeia. Ademais, as taxas de delituosidade nos EUA estão em sensível regressão nos últimos dez anos, período no qual a população carcerária atrás das grades quase duplicou. (Pavarini, 2012: 298)

Esse cenário coloca o desafio de se pensar as motivações da ampliação punitiva nas últimas três décadas e seus reflexos no campo normativo. O que se observa é um paulatino processo de flexibilização normativa, com quebra das garantias constitucionais, permitindo a gestação de um direito penal máximo, um *direito penal contra o inimigo*.

### **ESTADO DE EXCEÇÃO E A DESORDEM CONSTITUCIONAL**

Esse cenário de ruptura com uma série de princípios garantistas vem sendo debatido por juristas, criminólogos críticos, dentre outras áreas do conhecimento, por ser um fenômeno perceptível em escala global. De fato, há uma alteração a partir do 11 de Setembro americano no que se refere às políticas de segurança, demarcadas tradicionalmente pelo binômio local e nacional, agora se imiscuam para a dimensão do global, reforçando com isso novos marcos normativos, ainda que produzidos por mecanismos de exceção.

O constitucionalista português José Joaquim Gomes Canotilho (2008) observa as modificações no paradigma que marcou desde o iluminismo os princípios no campo penal e processual penal. Não são poucas as modificações que minimizam as garantias constitucionais, quando não as eliminam. Trata-se de perceber o quão os discursos anti-garantistas cresceram e se legitimaram a partir do 11 de Setembro e têm como alvo a própria Constituição, entendida como um fator de proteção a crescente escalada criminosa, na medida em que cria limites para a perseguição penal diante de tantas “seguranças” destinadas aos réus.

Para Canotilho (2008) essa reação anti-garantista servirá de base para o surgimento de teses construtoras do *direito penal contra o inimigo* que se demarca por uma ampliação de ações persecutórias penais e por releituras interpretativas flexibilizando os marcos constitucionais. Uma das características observáveis desse cenário estabelecido pelo *direito penal contra o inimigo* é

aquele que na doutrina germânica se designa por ‘criminalização antecipada’ [...], fundamentalmente reconduzível a: (1) tutela marcada, e intencionalmente antecipada, de bens jurídicos (segurança, ordem, bens materiais e pessoais); (2) centralidade do paradigma do crime de perigo indirecto,

de forma a possibilitar a incriminação de condutas que, em abstracto, se revelam inidóneas e desadequadas para criar aquelas situações de perigosidade legitimadoras de antecipação de intervenção penal [...] (4) inversão do *onus probandi*, atenuando a presunção de inocência do arguido; (5) radicalização da pena de prisão nos seus limites máximos e mínimos [...]. (Canotilho, 2008: 236)

As análises de Canotilho dialogam com a perspectiva trazida pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2004) que discorre sobre a configuração de um estado de exceção configurado a partir do 11 de setembro americano.

O filósofo italiano em sua obra Estado de exceção irá dialogar com o jurista alemão Carl Schmitt. A tese central está em desmontar as brechas abertas no campo constitucional para a sedimentação de supressões legais instituídas pelo poder soberano, apontando para esse fenômeno não mais como uma exceção, mas na perspectiva de uma permanência que se encontra plena a partir do 11 de setembro.

Daí se debruçar sobre os alicerces normativos voltados para a imigração, em especial os *USA Patriot Act*, promulgado em 2001 pelo Senado Estadunidense. Tais atos possibilitam a detenção provisória de qualquer estrangeiro suspeito de atividades terroristas. Esse fenômeno irá demarcar as cartas constitucionais contemporâneas, ou seja, a criação de normas infraconstitucionais que reduzem, a cada dia, os direitos e as garantias historicamente estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Essas restrições, longe de serem isoladas, perpassam diversas experiências recentes, e nos desafiam a pensar os limites desse processo de desterritorialização do direito a partir de normas de caráter internacional, bem como o papel a ser desempenhado pelos Estados-Nação quanto à garantia dessa mesma ordem jurídica.

Por isso mesmo busca Agamben (2004) compreender a necessária tarefa de imposição de limites para o poder soberano e as implicações na definição dos espaços entre a política e o campo jurídico.

É essa terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida, que a presente pesquisa se propõe a explorar. Somente erguendo o véu que cobre essa zona incerta poderemos chegar a compreender o que está em jogo na diferença — ou na suposta diferença — entre o político e o jurídico e entre o direito e o vivente. E só então será possível, talvez, responder à pergunta que não para de ressoar na história da política ocidental: o que significa agir politicamente? (Agamben, 2004: 12)

Agamben (2004) busca, então, romper com a leitura tradicional que percebe no exercício do estado de exceção uma excepcionalidade



temporal, para demonstrar que há uma contradição nos atuais regimes democráticos que podem ser identificados com formas totalitárias de governo.

Daí colocar em questão premissas de que o estabelecimento do estado de exceção se justifica como mecanismo de salvaguarda dos direitos:

A expressão “plenos poderes” (*pleins pouvoirs*), com que, às vezes, se caracteriza o estado de exceção, refere-se ampliação dos poderes governamentais e, particularmente, a atribuição ao executivo do poder de promulgar decretos com força de lei. Deriva da noção de *plenitudo potestatis*, elaborada no verdadeiro laboratório da terminologia jurídica moderna do direito público, o direito canônico. O pressuposto aqui é que o estado de exceção implica um retorno a um estado original “pleromático” em que ainda não se deu a distinção entre os diversos poderes (legislativo, executivo etc.). Como veremos, o estado de exceção ao constitui muito mais um estado “kenomático”, um vazio de direito, e a ideia de uma indistinção e de uma plenitude originária do poder deve ser considerada como um “mitologema” jurídico, análogo a ideia de estado de natureza (não por caso, foi exatamente o próprio Schmitt que recorreu a esse “mitologema”). (Agamben, 2004: 17)

Com isso, Agamben aponta para a gestação de um estado absolutista ao estilo hobbesiano. No entanto, esclarece o autor que não se trata de um marco apenas presente em regimes totalitários, a ocorrência do estabelecimento do estado de exceção foi uma experiência também da democracia, que marcada por “uma lacuna do direito que deve ser preenchida por disposições excepcionais — mostra que a teoria do estado de exceção não é de modo algum patrimônio exclusivo da tradição antidemocrática” (2004: 30).

Esse cenário nos auxilia a compreender a gestação de uma série de legislações de exceção ocorridas em defesa dos interesses econômicos em jogo no megaevento Copa do mundo. Como exemplo, temos a Lei Estadual Nº 6.528, aprovada em 11 de setembro de 2013. Essa lei que, regulamentou o artigo 23 da Constituição do Estado<sup>21</sup>, proibiu o uso de máscaras nas manifestações estabelecendo que seria “especialmente proibido o uso de máscara ou qualquer outra forma de ocultar

---

21 O artigo 23 da Constituição do estado do Rio de Janeiro estabelece que “Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido apenas prévio aviso à autoridade. Parágrafo único — A força policial só intervirá para garantir o exercício do direito de reunião e demais liberdades constitucionais, bem como para a defesa da segurança pessoal e do patrimônio público e privado, cabendo responsabilidade pelos excessos que cometer”.

o rosto do cidadão com o propósito de impedir-lhe a identificação.” (Baker e Damazio, 2014: 94)

Também, em resposta aos protestos de junho, foi criada pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, com a participação do Ministério Público, a Comissão Estadual para a Investigação de Crimes de Vandalismo (CEIV)<sup>22</sup>.

Nesse mesmo sentido, foi produzida decisão judicial autorizando a detenção e condução para a delegacia para a identificação criminal de todos os manifestantes mascarados; a decisão cita expressamente também os grupos black bloc Brasil e Rio de Janeiro. Dessa forma, ocorre uma criminalização dos indivíduos que se identificam como black blocs, pelo simples fato de estarem usando máscaras e não por estarem cometo um delito específico. Esse processo promove uma completa inversão das regras jurídicas, na medida que, ao invés de se punir o delito em si, ocorre a punição dos manifestantes.

Outra decisão judicial proferida no dia 04 de setembro de 2013, autorizou o cumprimento de mandados de busca e apreensão pela polícia nas casas dos administradores das páginas dos black blocs. Durante essa operação foi feita a apreensão de materiais considerados de caráter criminoso ou que estimulasse atividades criminosas, entre esses pertences foram apreendidos livros, todos os tipos de máscaras inclusive máscaras de carnaval típicas de Veneza, equipamentos de informática, etcétera<sup>23</sup>.

Esse fato causou espanto em vários seguimentos da sociedade brasileira visto que a Constituição Federal de 1988 estabelece entre os direitos fundamentais da cidadania o direito ao livre manifestação do pensamento (artigo 5º, CRFB). Também foram expedidos mandados de prisão a esses manifestantes.

Por certo que há reflexos desse estado de exceção no sistema judicial, que vem tendo uma atuação harmônica com os poderes legislativo e executivo, produzindo uma resposta quase em uníssono no controle e *combate* às novas mobilizações nas ruas, os jovens anarquistas e/ou black blocs são agora entendidos como os novos inimigos do estado.

---

22 Essa comissão, criada com poderes especiais ao arripio das normas garantidas na Constituição de 1988, ainda que tenha sido desmobilizada manteve intacta a sua lógica de funcionamento interna, ou seja: os poderes de intervenção no campo processual penal (desde a investigação até a ação criminal) foram ampliados em defesa de uma segurança pública, que justifica inclusive a quebra de paradigmas clássicos no campo do processo.

23 Deve ser destacado que a prática de apreensão de livros foi muito utilizada pelas forças de seguranças brasileiras no período da Ditadura Civil-Militar de 1964.

## SISTEMA JUDICIAL INQUISIDOR E O BANCO DOS RÉUS: ANÁLISE DE CASOS EMBLEMÁTICOS CASO RAFAEL BRAGA VIEIRA

A configuração trazida por Canotilho (2008) de uma ampliação dos chamados crimes de perigo abstrato que acaba por gerar uma antecipação punitiva se verifica plena quando analisamos o processo criminal<sup>24</sup> em face de Rafael Braga Vieira, um caso emblemático que exprime com perfeição a manutenção do resquício inquisitorial nas práticas persecutórias do estado. Trata-se de um jovem, morador de rua, que foi preso no dia 20 de junho, junto a vários manifestantes, no ato que reuniu 1 milhão de pessoas no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ele foi preso portando material de limpeza (uma garrafa plástica contendo desinfetante e outra de água sanitária). Os policiais que o conduziram declararam em sede policial que o mesmo portava “dois frascos em suas mãos, aparentemente ao artefato semelhante ao coquetel molotov”. Essa declaração serviu para que fosse apresentada denúncia pelo Ministério Público.

No decorrer da instrução criminal, foi apresentado o laudo pericial, cuja conclusão é:

1. No estado em *que* este material se encontra, está apto a ser acionado (por chama) e lançado, porém com mínima aptidão para funcionar como “coquetel *molotov*”
2. Pode ser utilizado com eficácia na prática de crimes como arma de coação, intimidação ou ser acionado e lançado contra populares ou forças policiais, apresentando contudo ínfima possibilidade de funcionar como “coquetel *molotov*”. (Processo N° 0212057-10.2013.8.19.0001: 71)

No entanto, ainda assim, sua condenação restou decretada com base nos depoimentos dos policiais civis, conforme expôs o magistrado, “Em princípio, ressalte-se que as testemunhas são pessoas idôneas, isentas e não têm qualquer interesse em incriminar o réu” (processo N° 0212057-10.2013.8.19.0001: 123).

Em sua defesa, Rafael argumenta que por ser morador de rua, costuma entrar em locais abandonados, por se sentir mais seguro do que dormir ao relento, tendo entrado em determinado prédio encontrou as duas garrafas que estavam com inscrição de “pinho sol” e “água sanitária”, assim pegou, pois serviriam para a limpeza do local onde dormiria.

Apesar das garrafas possuírem a inscrição de “pinho sol” e água sanitária, o depoimento de Rafael será totalmente desacreditado pe-

---

24 Processo N° 0212057-10.2013.8.19.0001 em trâmite na 32ª vara Criminal da Comarca da Capital — Rio de Janeiro.

los integrantes do sistema judicial, cujas convicções são demarcadas antes mesmo do início da instrução criminal.

Para compreendermos essa relação de poder que se estabelece no Processo, temos que recuperar o trabalho de Michel Foucault (2003), em seu livro *A verdade e as formas jurídicas*, na qual realiza um estudo minucioso na transformação a partir da segunda metade da Idade Média nos procedimentos judiciários.

Para o filósofo, a partir do final do século XII e início do século XIII, o inquérito ressurgiu como prática judicial na busca da verdade dos fatos. O autor vai nos mostrar como o surgimento dessa entidade chamada Estado, foi acompanhado de necessárias transformações na forma de se estabelecer o poder.

Dentre essas transformações está a própria noção de conflito jurídico, que se antes era entendido como um conflito entre dois indivíduos, passa a ter como centro o próprio Soberano. Assim, o lesado não mais era o indivíduo que foi furtado, mas o próprio Soberano. Como nos lembra Foucault,

uma justiça que não é mais contestação entre indivíduo e livre aceitação por esses indivíduos de um certo número de regras de liquidação, mas que, ao contrário, vai-se impor, do alto, aos indivíduos, aos oponentes, aos partidos. Os indivíduos então não terão mais o direito de resolver, regular ou irregularmente, seus litígios; deverão submeter-se a um poder exterior a eles que se impõe como poder judiciário e poder político. (2003: 65)

A dimensão política, e, portanto, da própria manifestação de poder, da efetivação da justiça se impõe de forma cristalina quando se analisa o inquérito, como procedimento jurídico. Mais uma vez Foucault lança luz nas suas análises das transformações ocorridas ao longo da história até chegarmos ao modelo de inquérito que hoje é conhecido entre nós.

Ele (o inquérito) irá recuperar a noção de poder “[...] para determinar a verdade, dirige-se aos notáveis, pessoas consideradas capazes de saber devido à situação, idade, riqueza, notabilidade etc.” (Foucault, 2003: 69). Por isso mesmo, para Foucault “somente a análise dos jogos de força política, das relações de poder, pode explicar o surgimento do inquérito” (Foucault, 2003: 73).

Essa é a perspectiva que Pierre Bourdieu (2004) expõe ao analisar o campo jurídico, marcado por um *capital social*, que gesta uma *violência simbólica* não somente entre os integrantes do campo (os profissionais), mas muito mais visível quando a disputa se dá entre os profissionais e os profanos.

Nessa configuração, os réus já se encontram *condenados* por uma lógica interna que os vê como hordas, desordeiros, os *homo sacer*,

cujas vidas sem significado podem ser eliminadas seja pelo esquecimento nas celas dos presídios superlotados e deteriorados estruturalmente, seja pela bala *perdida* ou *achada*.

A seletividade do sistema penal é objeto de diversas análises e nos remontam a noção trazida por Walter Benjamin (1994) em seu texto *O narrador*. Benjamin resgata as experiências dos soldados que participaram da 1ª guerra mundial e as suas incapacidades de *comunicar* a experiência vivida, isto porque a barbárie, a violência não possibilita a riqueza das trocas de experiências:

No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos dos campos de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. [...] Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes. (Benjamin, 1994: 198)

Se tomarmos como referência a perspectiva do filósofo alemão e transportarmos para o processo criminal, que se direciona para uma massa humana barbarizada pela pobreza, com baixíssimo grau de instrução educacional, reduzindo ainda mais a capacidade de produção de narrativa por dentro do processo, temos a dimensão do quão perversa é a ação criminalizadora do estado, de combate ao crime, e o discurso do processo como elemento democratizador e garantidor da verdade, pois significa em última instância a sedimentação do *poder nomeação*, de que nos alerta Bourdieu (2004) da qual o juiz se vale para determinar que o indivíduo que responde uma ação criminal, é um “vacionado para o cometimento do delito”.

Rafael Braga compõe essa massa humana vulnerável que sistematicamente será objeto de apreensão pelo sistema criminal, que direciona suas agências de controle para indivíduos com as características de Rafael: negro, jovem, pobre e de baixa escolaridade.

As pesquisas sobre o perfil dos condenados e presos no Brasil, apontam para uma seletividade racial no processo de encarceramento que se direciona para a população preta e parda. Na pesquisa coordenada por Prado (2012) constatou-se que no Município do Rio de Janeiro, 64,53% da população carcerária no regime semiaberto era de negros e pardos e no regime fechado esse segmento representava 62,88% dos condenados. Convém destacar que o Censo 2010 do IBGE, levantou o percentual de 43,1% de pardos e 7,6% de pretos na população brasileira. Na distribuição entre os estados, o Rio de Janeiro apresentou 54,7% de brancos entre a sua população, 10,6% de pretos e 33,5% de pardos. Esses dados apontam que o número de pessoas

pretas no sistema prisional do Rio de Janeiro é muito superior à população preta total do estado e, que por outro lado, apesar dos brancos constituírem mais da metade da população do estado do Rio de Janeiro, os brancos representam menos de 1/4 dos presos em regime semiaberto e fechado no Município do Rio de Janeiro<sup>25</sup>.

Adorno (2002: 320) destaca que a “criação judiciária do direito contém [...] incontáveis preconceitos que grassam sobre a população suspeita de ser perigosa e violenta”, em sua pesquisa o autor releva alguns desses preconceitos, através de conversas e entrevistas realizadas com profissionais do campo jurídico, como o racial, ao perceber que segundo esses informantes “os réus seriam preferencialmente recrutados entre pobres, pretos e prostitutas” (Adorno, 2002: 320). Diante desses dados Adorno conclui que se o crime não é um privilégio de classe, a punição parece ser:

A condenação de Rafael com base na lei do desarmamento Lei 10.826/03, capitulada no artigo 16, III que tipifica as condutas de “III — possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” só se compreende a partir da análise de Canotilho (2008) e a ampliação punitiva preventiva que os crimes de perigo abstrato parecem servir ao intérprete judicial.

Tanto é assim, que na hora de definir a pena de Rafael Braga, o magistrado em sua sentença aumenta a pena base (a pena inicial que servirá para a definição final do tempo de condenação após a dosimetria) em razão de projeções não realizadas, ou seja, em dilações preventivas:

Mais uma vez o fato ocorreu enquanto centenas de milhares de pessoas reuniam-se, pacificamente, para reivindicar a melhoria dos serviços públicos. Naquele mesmo episódio verificou-se a presença da minoria, quase inexpressiva — se comparada com o restante de manifestantes — imbuída única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo, tendentes a desacreditar e desmerecer um debate democrático. A utilização do material incendiado, no bojo de tamanha aglomeração de pessoas, é capaz de comprometer e criar risco considerável à incolumidade dos demais participantes, mormente em se considerando que ali participavam famílias inteiras, incluindo crianças e idosos. “Por tal razão, diante das peculiares circunstâncias do fato, e da culpabilidade exacerbada, fixo a pena base pouco acima de seu mínimo legal, ou seja, em

---

25 Esse perfil também foi apontado nas pesquisas sobre presos provisórios no Município do Rio de Janeiro de Lemgruber (2011) e, dos réus e condenados nos processos no Tribunal do Júri da zona oeste de São Paulo na década de 1980 analisados por Adorno (2002).

4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa”. (processo Nº 0212057-10.2013.8.19.0001: 126)

Não sem razão Canotilho (2008) alerta para “radicalização da pena de prisão nos seus limites máximos e mínimos” (2008: 236). Tal dimensão acabou-se concretizando na sentença de Rafael, cuja pena inicial já se elevou em decorrência possibilidades abstratas, o pressuposto do magistrado que julgou o caso é construído como se Rafael (o réu) tivesse a intenção de causar o dano em múltiplas pessoas (perigo abstrato), e com isso a pena final acima dos 5 (cinco) possibilitou o início do cumprimento no regime fechado. Assim, Rafael é um dos poucos condenados (até o momento) das jornadas e ainda encontra-se, até o fechamento do presente artigo, encarcerado.

### **OS 23 RÉUS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 (PROCESSO PENAL Nº 0229018-262013.8.19.0001 EM TRÂMITE NA 27ª VARA CRIMINAL)**

De fato, compreender como essa estrutura punitiva vai se orquestrando no processo de criminalização das jornadas, nos obriga a perceber a antecedência dessa lógica seletiva, que teve nas jornadas a sua clarificação: enquanto setores da classe média assistiam assustados com a brutalidade da reação estatal, e supunham que o ocupar das ruas era um demonstrativo de que “o gigante acordou”, os moradores das favelas respondiam “o asfalto acordou, mas a favela nunca dormiu!”.

Tais palavras de ordem expressam o contexto da reprodução de um processo de controle social que historicamente se demarca pela barbárie. Como nos alerta Zaffaroni, ao analisar o sistema penal, há três características estruturais do mecanismo de poder que envolve esse sistema: todo sistema penal é *seletivo, violento e reprodutor da violência*:

a seletividade, a violência, a reprodução da violência do sistema penal é da essência do sistema penal. Não são dados circunstanciais, são dados essenciais, caracteres substanciais do exercício do poder próprio de todo sistema penal desde o século XII até agora. (Zaffaroni, 1990: 53)

Há, portanto, a manutenção de um *ethos* construído nos *subterrâneos* das estruturas punitivas, que de acordo com Zaffaroni (2003) revelando a face “oculta” do poder desse sistema

ocorre que, na verdade, a criminalização secundária é quase um pretexto para que as agências policiais exerçam um formidável controle configurador positivo da vida social, que em nenhum momento passa pelas agências judiciais ou jurídicas: a detenção arbitrária de suspeitos, a identificação de qualquer pessoa que lhes chame a atenção, a detenção por supostas contravenções, o registro das pessoas identificadas e detidas, a vigilância

sobre locais de reunião e espetáculos, de espaços abertos, o registro da informação recolhida durante a tarefa de vigilância, o controle alfandegário, o fiscal, o migratório, o veicular, a expedição de documentação pessoal, a investigação da vida privada das pessoas, os dados pessoais recolhidos no decorrer de investigações distintas, a informação sobre contas bancárias, patrimônio, conversas privadas, comunicações telefônicas, telegráficas, postais, eletrônicas etc. — tudo sob o argumento de prevenir e vigiar para a segurança ou investigação com vistas à criminalização —, constituindo um conjunto de atribuições que podem ser exercidas de um modo tão arbitrário quanto desregrado e que proporcionam um poder muitíssimo maior e enormemente mais significativo que o da reduzida criminalização secundária. Sem dúvida, *este poder configurador positivo é o verdadeiro poder político do sistema penal*. O que interessa politicamente são as formas capitalizadas e invasivas pelas quais as agências policiais exercem seu poder, e não, por certo a prevenção e o castigo”. (Zaffaroni, 2003: 52)

No processo de criminalização das jornadas, que teve sua publicização a partir da decretação de prisão dos 23 integrantes, entendidos pelo sistema judicial como as lideranças de uma série de atos criminosos para justificar a tipificação na nova lei de associação criminosa, com posterior ação penal, ainda em curso, observou-se uma série de medidas adotadas pelas agências de controle social que expressam uma flexibilização com as regras e princípios sedimentadas em nossa processualística e no texto constitucional<sup>26</sup>.

Para adentrarmos no processo dos 23 réus, precisamos traçar o terreno em que possibilitou tal ação penal. Em 15 de outubro de 2013, durante a manifestação dos professores, aproximadamente 200 pessoas foram detidas nas escadarias da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Os detidos foram conduzidos pelas autoridades policiais em três ônibus de empresas privadas do estado do Rio de Janeiro. Por ordem do então Governador, foi autorizado que os detidos fossem encaminhados para diversas delegacias e não aquela responsável pela investigação por ser o do local do delito.

Assim, Becker e Damazio (2014) destacam que “considerando que os policiais nas ruas não informavam — e quando o faziam, infor-

---

26 Um dos legados da Copa é justamente a legitimação de procedimentos de exceção que agora foram corporificados nos procedimentos cotidianos, como a criação do registro de ocorrência de *Medida assecuratória de direito futuro*. Esse registro foi efetuado pelas delegacias de polícia para qualquer pessoa que fosse detida por algum agente de segurança (polícia militar, guarda municipal, polícia civil) e ainda que não houvesse nenhuma conduta delitiva a justificar o registro nas dependências policiais, este era realizado com a nomenclatura acima mencionada como forma de se criar um banco de memória das pessoas (militantes ou não) que estivessem nos atos. A saber: inclusive os integrantes das assessorias jurídicas entram nesse registro como *envolvidos*.



mavam equivocadamente — para qual delegacia estaria sendo levado (a) o (a) manifestante, o espalhamento parece representar mais uma estratégia de cerceamento de defesa. Serve para dificultar a atuação de advogados durante os procedimentos policiais, antes do que uma necessidade logística.” (Becker e Damazio 2014: 91).

Dos detidos nessa noite, 64 ficaram presos sendo transferidos para o sistema penitenciário do Município, os demais não foram autuados sofreram apenas a identificação criminal, e depois foram liberados. Convém destacar que a prática da prisão para averiguação é proibida no direito penal brasileiro, entretanto, se tornou uma prática nos protestos do segundo semestre de 2013 no Rio de Janeiro.

Alguns dos autos de prisão em flagrante dos 64 presos, ao chegarem no judiciário foram arquivados de ofício pelo próprio juiz por verificar irregularidades nas prisões, faltas de provas etc. Ao final, apenas ficou preso Jair Rodrigues, conhecido como baiano, militante da Frente Internacionalista dos Sem Teto (Fist), ele foi liberado apenas em dezembro de 2013, atualmente responde ao processo em liberdade. Esse manifestante também carrega as marcas dos setores mais selecionados pelo sistema penal brasileiro apontadas por Adorno (2002) e Lemgruber (2011).

Nas semanas seguintes as pessoas que foram apenas detidas no dia 15 de outubro, sendo liberadas no mesmo dia, foram chamadas, posteriormente, para prestarem depoimentos em um inquérito policial na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI). Esse inquérito buscava apurar os fatos ocorridos na manifestação do dia 15 de outubro e nas manifestações da semana anterior, como queima de ônibus, quebra de lojas e do clube militar. Nesse inquérito policial foram feitas perguntas aos manifestantes como: se conheciam algum professor, se faziam parte de alguma organização política, se eram anarquistas e se liam livros dessa matriz teórica, se faziam parte da de alguma torcida organizada, como ficavam sabendo dos atos, etcétera.

As perguntas sinalizam para uma tentativa de identificar algum tipo de vínculo que pudesse caracterizar uma possível “organização criminosa” para a prática de “atos de vandalismo”. As autoridades policiais buscavam enquadrar os grupos de manifestantes na Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013, conhecida como Lei das Organizações Criminosas. Essa lei que em tese não foi proposta e aprovada com a intenção de criminalizar as manifestações, mas sim as milícias paraestatais, constantemente foi invocada nos inquéritos policiais (Becker e Damazio, 2014).

Esse inquérito (inquérito mãe) forneceu os elementos necessários para uma ação coordenada dentro do campo jurídico: man-

dados de busca e apreensão de computadores tanto de militantes, quanto de advogados, quebra de sigilo telefônico, quebra de sigilo eletrônico com acesso por parte dos órgãos de segurança aos endereços nas redes sociais.

Enfim, a construção feita, em grande medida com o apoio da mídia, é que havia um grupo organizado que se articulava por meio das redes sociais com o objetivo de produção de confrontos com o Estado, requerendo, portanto, um maior grau de controle.

A conceituação do inimigo faz-se necessária, pois a partir da sua demarcação, torna-se legítimo o poder de controle sobre o grupo entendido como *inimigo*. Zaffaroni (2007) em sua obra “O inimigo no direito penal” remonta historicamente esse poder de nomeação que *as razões de Estado* possuem para definir quem são seus inimigos. A trajetória da organização política ocidental é desenvolvida sobre o pilar do amigo x inimigo.

Não sem razão, Zaffaroni percebe na produção da definição do inimigo uma ação política, logo, do poder soberano, e quem é esse soberano? Para responder utiliza-se da concepção de Carl Schmitt, pensador alemão, cujas bases do pensamento torna-se mais visível no contemporâneo diante do reconhecimento de existências do estado de exceção:

Está claro que esta decisão política, como já assinalamos, nada tem a ver com o conceito de *inimigo* do positivismo de Garofalo, que pretendia uma sinalização única do indivíduo; em Schmitt, o inimigo é clara e inquestionavelmente político. ‘Soberano é quem decide sobre o Estado de exceção’ — é a premissa do seu *decisionismo* — e esta decisão é a que assinala o *inimigo*. O inimigo não vem *onticamente imposto*, não é um dado de fato que se impõe ao direito, mas é *politicamente assinalado* [...] Trata-se de uma definição vazia de conteúdo, que o poder pode preencher a seu bel prazer. (Zaffaroni, 2007: 142)

Se o inimigo é politicamente construído extrai-se daí o grau de gerência do campo jurídico para o controle dos que são nomeados inimigos. O Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) publicou em 2003 um levantamento do processo de reação do estado diante do protesto social na América Latina durante o período de 1996-2002.

O que se percebe é que a sedimentação do neoliberalismo veio acompanhada por reações diversas seja do setor sindical, juventude, camponeses, uma gama de reações como as observadas por David Harvey no processo mais recente de novas configurações de movimentos sociais e os protestos nas praças públicas.

Um dos aspectos levantados pelo CELS é justamente o papel desempenhado pelo poder judiciário no processo de criminalização. Isto

porque quem pode efetivar os laços jurídicos contra o inimigo é, por óbvio, o sistema judicial. A urdidura do campo jurídico é extremamente necessária, em especial para a manutenção do consenso de uma ordem democrática, como forma de se legitimar a *persecutio criminis*:

El tremendo poder coercitivo que se despliega contra quien es imputado en un proceso penal, además de la latente posibilidad de una pena, ha sido utilizada por la administración de justicia como una auténtica herramienta de sometimiento sobre los manifestantes. Miles de participantes en protestas legítimas han suportado y suportan la persecución penal como consecuencia de su acción crítica antes que como reacción a la infracción de la ley penal. Se ha desplegado así un inadmisibles control penal sobre la acción política. [...] La actividad del poder Judicial, y no la de otros poderes constitucionales, ha sido crucial en la determinación del fenómeno de la criminalización de protestas [...] se han verificado groseras violaciones de derechos en la faz ejecutiva del Estado —en particular, en la actuación de las fuerzas de seguridad—, ello ha sido posible, precisamente, gracias a la sustantiva ausencia de una intervención activa del Poder Judicial. (CELS, 2003: 48-49)

Aqui no Brasil, no decorrer das jornadas e com a aproximação do megaevento Copa do mundo torna-se visível o recrudescimento das ações de controle, com uso de violência abusiva sem que houvesse qualquer intervenção dos poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário para impedir tais arbítrios. O que acabou por gerar uma série de irregularidades como prisões, em grande medida sob o argumento de dano, quando não forjadas como ocorreu com o estudante, Bruno Teles<sup>27</sup>, detenções arbitrárias e abusos policiais de todo tipo.

Esse cenário percebido em outras experiências de reação do Estado diante dos protestos sociais fica evidente quando se analisa o processo penal N° 0229018-262013.8.19.0001 em trâmite na 27ª Vara Criminal, tendo 23 réus processados em decorrência das mobilizações que tomaram as ruas a partir de junho de 2013.

Os nomeados inimigos do Estado foram em sua maioria jovens com baixa condição econômica, pretos e pardos, portanto, aqueles que recebem um processo de controle social barbarizado por sua condição econômica e racial.

O inquérito policial que gestou o processo criminal N° 0229018-262013.8.19.0001 revela a matriz inquisitorial que jamais foi desconfigurada pela moderna processualística criminal. Um dos resquícios

---

27 Bruno chegou a ser preso enquanto estava no protesto do dia 22 de julho de 2013 contra o Governador do Estado e no dia seguinte as redes de televisão mostram cenas provando que o flagrante de porte de explosivos havia sido forjado por integrantes da polícia militar.

inquisitoriais que se mantém na nossa processualística está a possibilidade de investigação em caráter sigiloso. O segredo de justiça, que possibilita a investigação sem que o investigado imagine ser alvo de tal controle, é medida de exceção, no entanto, sempre em nome da garantia da segurança e ordem pública, vem sendo adotado com o aval do sistema judicial de forma cada vez mais frequente e, porque não dizer, autoritária por parte dos integrantes do sistema judicial.

Nesse processo, os indiciados foram surpreendidos no dia 12 de julho com mandados de prisão expedidos pela 27ª Vara Criminal, incluindo uma advogada, e assim descobriram que havia um processo criminal montado contra eles por associação criminosa em decorrência das suas participações nas passeatas.

Os *novos inimigos* serão seletivizados por suas posições ideológicas e com isso descredenciados como desordeiros e vândalos. A análise do processo nos remete ao período da ditadura militar onde os inimigos eram os integrantes das organizações partidárias de esquerda. A mesma desqualificação, barbarização, realizada pela ditadura militar vai ser adotada no presente para desqualificar e legitimar a perseguição penal contra os jovens anarquistas:

No entanto, a delinquência política de viés anarquista é a mais insidiosa. Ela é ideológica, age de modo dissimulado e sorrateiro, instrumentaliza os demais agentes violentos, infiltra-se e coopta movimentos sociais, apoderando-se dos focos de insatisfação difusos na sociedade para manipulá-los segundo as conveniências de seu interesse político. (Inquérito N° 218-01646/2013, anexo 2)

A mesma dimensão de periculosidade ideológica encontra-se no inquérito 709 (Inquérito Policial Militar, 1967), sendo que nesse momento os *perigosos, dissimulados* são os comunistas:

A máquina comunista contém muitas outras peças, impossíveis de mencionar neste rápido esboço. Falta espaço também para analisar toda a gama dos meios psicológicos [...] postos em ação para enganar a boa-fé, desviar os entusiasmos, mistificar os espíritos.

Como o comunismo joga:

com a imprudência de suas mentiras,

com a demagogia desenfreada

[...] com a ignorância da política, a inercia e a preguiça do público;

[...] com o complexo de culpa dos virtuosos, para inserir sua malícia. (Inquérito Policial Militar, 1967: 85)

A perseguição empreendida contra os militantes a jornada acabam atingindo também as assessorias jurídicas, pois com isso objetiva-se

proceder um juízo de desaprovação para os militantes das jornadas que nem mesmo são merecedores de uma assistência jurídica, lógica que será fundamentada pelos teóricos do direito penal do inimigo, como Günther Jackobs.

Daí Roberto Bergalli (2008) ressaltar o caráter eminentemente ideológico na criação da imagem de uma criminalidade “mais perigosa”, que acaba gestando mais exclusão social. Compreender, pois, o processo de criminalização vivenciado pela pobreza de um modo em geral e pelos movimentos sociais revela indícios do processo de ideologização contemporâneo que transforma o estatuto penal no paradigma jurídico privilegiado para resolução de conflitos.

Não foram poucas as narrativas tanto no inquérito policial, quanto no processo criminal, bem como na mídia, que fizeram menção negativa e de suspeição com relação ao papel dos advogados. O fato de haver advogados na defesa dos indiciados (o diga-se: é o papel do advogado) é visto pelas autoridades policiais como a comprovação de que se tratam também os advogados de agentes da “organização criminoso”:

Muitos advogados alegaram na imprensa que estavam sendo investigados por prestar assistência jurídica gratuita aos manifestantes violentos que são presos. Ocorre que *apenas aqueles que permaneceram com os manifestantes, em tempo integral, nos protestos e movimentos de ocupação de atos violentos, sem recebimento de honorários, e os que convocaram os manifestantes para ocupações demonstraram atitudes suspeitas e contrárias ao estabelecido no Código de Ética da OAB ao fomentarem práticas de crimes.* (Inquérito N° 218-01646/2013, anexo 2 — grifos no original).

### **CONTRA HEGEMONIA NO CAMPO JURÍDICO: ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS EM DEFESA DOS PROTESTOS SOCIAIS**

Com a ampliação do processo de controle, inclusive com diversas matérias nos meios de comunicação colocando em questão não apenas os militantes dos atos, mas suas assessorias jurídicas, um grupo de advogados começa a se articular para a defesa jurídica dos manifestantes<sup>28</sup>.

---

28 Ao longo da história brasileira, em vários momentos advogados assessoraram movimentos de protesto e de lutas por direitos como no período da ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985 (Sá 2010). Ou mesmo já na redemocratização assessorando movimentos sociais (Tavares, 2004 e 2007; Carlet, 2010; Kopittke, 2010 e Ribas, 2009). No caso, por exemplo, do período da ditadura civil-militar os advogados tiveram papel importante, como depreendemos do prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo emérito de São Paulo, no livro “Os advogados e a Ditadura de 1964”, no qual explica que “Nesses tempos terríveis percebi que um dos maiores esteios dos presos e de suas famílias eram os seus advogados. Um grupo de profissionais do Direito que, naquela época de muitos temores, arriscaram suas

Bourdieu (2004) ressalva que o campo jurídico exige de quem quer participar deste espaço que tenha o domínio do *habitus* jurídico<sup>29</sup>, do profissional socializado no campo, que conheça suas regras, possua o domínio da linguagem e retórica jurídica. Assim, a lógica do campo jurídico está relacionada com a divisão do trabalho jurídico, onde existem profissionais, agentes investidos de competência social e técnica para interpretar o corpo de leis e os profanos que, não conhecem o funcionamento do campo jurídico e, precisam da mediação/representação dos profissionais/advogados (Bourdieu 2004)<sup>30</sup>. Essa necessidade de defesa técnica, somada a uma ausência da Defensoria Pública nas ruas e delegacias na defesa dos manifestantes, fez com que paulatinamente advogados privados passassem a desempenhar majoritariamente essa função.

No Rio de Janeiro vários grupos de advogados passaram a atuar nos protestos<sup>31</sup> e novos grupos se formassem nesse processo, como o grupo denominado *Habeas Corpus*, formado por advogados voluntários que de forma gratuita passaram a atuar nos protestos. Esse grupo era formado por advogados liberais que passaram a atuar de forma voluntária acompanhando as manifestações, buscando impedir abusos policiais e acompanhar os procedimentos em caso de detenção nas delegacias policiais. Alguns dos advogados que passaram a formar esse grupo começaram a participar dos protestos em junho e paulatinamente passaram a perceber a necessidade de contribuir na defesa jurídica de outros manifestantes.

Muitos desses advogados são jovens e nunca tinham participado de protestos antes de junho, outros tinham participado do movimento estudantil na época da faculdade, mas em vários desses casos essa militância estava adormecida e foi despertada pelos “levantes de junho”,

---

próprias vidas e carreiras profissionais para se dedicarem a defender, na grande maioria dos casos gratuitamente, as vítimas da violência policial. [...] pequeno grupo de advogados que, voluntariamente, se posicionou contra o autoritarismo, defendeu a democracia, apoiou familiares e, principalmente, salvou muitas e muitas vidas.” (Sá, 2010: 8).

29 Segundo Bourdieu (1992) o *habitus* constitui as disposições de conduta padronizadas incorporadas pelos agentes muitas vezes de forma inconscientes e que modelam suas ações e práticas (estilo de vida).

30 Interessante descrição da atuação dos profissionais do campo jurídico e dos leigos num subcampo do campo jurídico brasileiro, o Tribunal do Júri, encontra-se no trabalho de Figueira (2008).

31 Como o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), o Centro de Assessoria Popular Mariana Criola, a Associação Brasileira de Advogados do Povo (ABRAPO), os advogados da Frente Internacionalista dos Sem Teto (Fist), dentre outros. Algumas dessas organizações serão exploradas nesse artigo.

outros tinha uma militância junto a partidos políticos ou um histórico na advocacia sindical<sup>32</sup>.

Muitos desses advogados possuíam ou passaram a ter relação com a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ). A OAB/RJ foi acionada em vários momentos a fornecer apoio aos advogados e a apuração denúncias de violação de prerrogativas dos advogados e de direitos humanos por policiais nos protestos<sup>33</sup>.

A entidade paulatinamente reassume o papel de defesa das liberdades, realizado em outros momentos da história brasileira, como no período da Ditadura civil-militar de 1964. Campilongo destaca que “durante o regime militar a OAB foi um destacado centro de resistência democrática, pautando sua atuação pela luta intransigente em favor do restabelecimento do Estado de Direito. Como as organizações político-partidárias sofriam incontáveis limitações para expressar a representação popular, algumas entidades da sociedade civil — entre elas, com relevo, a OAB — assumiram a posição de verdadeiras porta-vozes da população (Campilongo, 2011: 39).

Outros grupos de advogados de movimentos sociais e de defesa dos Direitos Humanos atuaram nos protestos como o Instituto dos Defensores de Direitos Humanos (DDH) e o Centro de Assessoria Popular Mariana Criola, ambos criados em 2007. Essas organizações são associações de defensores de direitos humanos e advogados que atuam contra a criminalização da pobreza e na assessoria jurídica de movimentos sociais.

Os protestos de junho de 2013 apresentaram um novo desafio aos advogados populares, visto o caráter múltiplo e plural das manifestações que tomaram as ruas. Dessa forma, assim como as mudanças nas formas de mobilização, os protestos também promoveram novas configurações e reconfigurações entre os grupos de advogados de defesa dos direitos humanos no Rio de Janeiro.

Mas algumas permanências podem ser notadas na visão de uma manifestante sobre a atuação dos advogados e advogadas nos protestos, que afirma ser “essencial para garantir alguns mínimos direitos, embora os próprios advogados também sejam alvo de ataques da polícia, investigados e criminalizados, e muitas vezes impedidos de realizar seu trabalho” (entrevista, 23/09/2014).

---

32 Essas informações foram obtidas durante conversas informais com esses advogados em delegacias e reuniões conjuntas.

33 A relação com a entidade nem sempre foi tranquila. Em alguns momentos, a resposta da entidade não respondeu as expectativas dos militantes e de alguns grupos de advogados. Entretanto, no que pese esses momentos de tensão, a entidade paulatinamente passa a assumir um importante papel na aglutinação de advogados dispostos a atuar na defesa dos manifestantes nos protestos e de apurar as referidas violações.

A presença de advogados e da mídia livre, de acordo com a manifestante, em alguns casos “garantiram que os abusos cometidos contra os manifestantes fossem controlados, ou, no mínimo, denunciados”, embora considere que

mesmo garantido o direito à defesa, a atuação do Judiciário tem sido lamentável, como no caso da condenação do Rafael Braga Vieira, preso com desinfetante e água sanitária e acusado de portar material explosivo, ou nos casos do Caio e do Fábio que tiveram os Habeas Corpus negados, mesmo sem antecedentes e sem oferecer risco à sociedade, ou como nos mandados de prisão emitidos para diversos ativistas na véspera da final da Copa, sem qualquer prova, com base num inquérito cheio de falhas. Imagino que, se o quadro já é esse com a atuação de advogados ativistas, sem a possibilidade de defesa jurídica a situação seria bem pior. (Entrevista, 23/09/2014)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

David Harvey, no artigo *A liberdade da cidade*, defende que a liberdade de fazer e refazer as cidades e a nós mesmos (como liberdades inter-relacionadas) é um dos mais preciosos direitos humanos. O direito à cidade seria um direito inerente às práticas diárias e não um direito simplesmente individual, pois “demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais” (Harvey, 2013: 32).

Entretanto, a globalização e o neoliberalismo enfatizaram as desigualdades sociais e restauraram o poder de classe às elites ricas de forma que as cidades se tornaram cada vez mais compostas “de fragmentos fortificados” (Harvey, 2013: 28).

Embora entenda que as cidades sempre foram lugares de desenvolvimento geográfico desigual, Harvey considera que a desigualdade foi intensificada através de um processo denominado de “criatividade destrutiva” (Harvey, 2013: 29).

Nesse contexto, as regras do jogo político foram modificadas de forma que

a governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades tem prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feiras sem transparência, substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas oposicionistas tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente. (Harvey, 2013: 32)

Nesse sentido, algumas demandas se inseriram em estruturas de governança, como as relativas a questões ambientais, e emergiram experimentações de formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal na cena urbana, como os orçamentos participativos.



Entretanto, para Harvey, o direito a cidade é “um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas [...], definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito” (Harvey, 2013: 33).

Com a imaginação de um mundo urbano refeito e a partir de ações diretas contrapostas a uma lógica urbana policialesca repressiva e autoritária de silenciamento da juventude mobilizada e aprisionada, os protestos iniciados em junho de 2013 tomaram as ruas de diversas cidades brasileiras.

Esse ensaio enfatizou os protestos sociais na cidade do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2013, uma vez que as autoras participaram da maioria dessas manifestações como advogadas populares.

Descrivendo os acontecimentos, foi destacado como os protestos que surgiram convocados pelo Fórum de Lutas contra o aumento das passagens tomaram paulatinamente grandes proporções. Nesse processo, verificamos o papel inicial da repressão policial em provocar o sentimento de injustiça na sociedade, associados aos problemas de acesso ao direito à cidade (transporte público, moradia, saúde e educação), agravados pelos megaeventos esportivos. Esse sentimento de injustiça promoveu uma adesão aos protestos. Entretanto, a repressão policial também contribuiu para o refluxo da participação social nesses protestos.

Vimos o papel da mídia em disputar interpretações sobre os sentidos dos protestos, os desejos dos jovens que tomaram as ruas, propondo algumas pautas que deveriam ser incorporadas pelos manifestantes, fenômeno que pode ter contagiado a juventude que saiu as ruas do Rio de Janeiro no dia 20 de junho de 2013, no protesto que reuniu mais de 1 milhão de pessoas no centro da cidade.

Essa mesma mídia, inicialmente, desqualificou os protestos, mas, posteriormente com a adesão social aos mesmos passou a defender a legitimidade das manifestações, ao mesmo tempo que promovia a construção de estereótipos de manifestantes, como os “vândalos” e os “pacíficos”.

A referida diferenciação também repercutiu nas respostas do Estado aos protestos, se por um lado a passagem de ônibus foi reduzida como era exigido no ciclo de protestos de junho, por outro lado, as manifestações foram acompanhadas de forte repressão policial e criminalização por parte do Estado (executivo, judiciário e legislativo), legitimadas pelos meios de comunicação, sinalizando para a dimensão do Estado Ampliado analisado por Antônio Gramsci (2002).

Nesse cenário de prisões, detenções arbitrárias e abusos policiais de todo tipo, coletivos de advogados se articularam e antigos coletivos

se rearticular para a defesa jurídica dos manifestantes. Esses advogados passaram a disputar a interpretação das leis nos processos da produção da verdade jurídica, buscando garantir a observância por parte das autoridades os direitos constitucionais dos manifestantes.

Assim, como entre os advogados, foi observado que os protestos de junho de 2013 produziram novas configurações e reconfigurações nas ações coletivas existentes antes desse período.

Nesse sentido, foram identificadas peculiaridades no repertório dessas ações coletivas, com manifestações e ocupações, convocadas pela internet sem uma coordenação previamente definida, diferentes daquelas promovidas pelos novos movimentos sociais que se organizaram no período do final da década de setenta e início dos anos oitenta.

As mobilizações de 2013 apontaram para traços semelhantes daqueles processos vividos pelos “novíssimos movimentos sociais” destacados por Gohn (2013) como a Primavera Árabe, os movimentos de ocupação de praças na Europa e Estados Unidos da América.

Foram mobilizações que pelo seu caráter massivo, mas também criativo com ações no campo cultural, apontaram promessas de construção de novos meios de participação política, gestando desafios com relação aos modelos tradicionais de participação política, afinal como nos lembra Mauro Iasi em sua poesia “Dissidência ou a arte de dissidiar”:

Há hora de somar  
E hora de dividir.  
Há tempo de esperar  
E tempo de decidir.  
Tempos de resistir.  
Tempos de explodir.  
Tempo de criar asas, romper as cascas  
Porque é tempo de partir.  
Partir partido,  
Parir futuros,  
Partilhar amanheceres  
Há tanto tempo esquecido.  
Lá no passado tínhamos um futuro  
Lá no futuro tem um presente  
Pronto pra nascer  
Só esperando você se decidir.  
Porque são tempos de decidir,  
Dissidiar, dissuadir,  
Tempos de dizer  
Que não são tempos de esperar [...]  
É tempo de rebeldia.  
São tempos de rebelião.

É tempo de dissidência.  
Já é tempo dos corações pularem fora do peito  
Em passeata, em multidão  
Porque é tempo de dissidência  
É tempo de revolução.

## BIBLIOGRAFIA

- Adorno, Sérgio 2002 “Crime, Justiça Penal e Desigualdade Jurídica” em Souto, Cláudio e Falcão, Joaquim (orgs.) *Sociologia e Direito* (São Paulo: Pioneira Thompson Learning).
- Arrighi, Giovanni; Hopkins, Terence K. e Wallerstein, Immanuel 1999 *Movimentos antisistêmicos* (Madri: Ediciones Akal).
- Baker, Eduardo e Damazio, Natália 2014 “A segurança Nacional e o Estilingue” em Cava, Bruno e Cocco, Giuseppe (orgs.) *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou* (São Paulo: Annablume) p. 87-96.
- Baratta, Alessando 2013 *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal* (Rio de Janeiro: Editora Renavan / Instituto Carioca de Criminologia).
- Batista, Vera Malaguti 2012 “O Alemão é muito mais complexo” em *Paz Armada — criminologia de cordel* (Rio de Janeiro: Revan/ICC).
- Benjamin, Walter 1994 *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (São Paulo: Brasiliense).
- Bourdieu, Pierre 1992 *A economia das trocas simbólicas* (São Paulo: Perspectivas).
- Bourdieu, Pierre 2004 *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil) 7ª edição, tradução de Fernando Tomaz.
- Campilongo, Celso Fernandes 2011 “Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo” em Campilongo, Celso Fernandes *O Direito na Sociedade Complexa* (São Paulo: editora Saraiva) 2ª edição.
- Carlet, Flavia 2010 “Advocacia Popular: práticas jurídicas e sociais no acesso ao direito e à justiça aos movimentos sociais de luta pela terra”, dissertação de Mestrado em Direito, Universidade de Brasília, Brasília.
- Castañeda, Marcelo 2014 “As manifestações de 2013: imbricamentos sociotécnicos e perspectivas” em Cava, Bruno e Cocco, Giuseppe (orgs.) *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou* (São Paulo: Annablume).
- Centro de Estudios legales y sociales (CELS) 2003 *El estado frente a la protesta social 1996-2002* (Buenos Aires: Siglo XXI).
- Chauí, Marilena 1987 *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil* (São Paulo: Brasiliense).

- De Decca, Edgar 1986 *1930 — O silêncio dos vencidos* (São Paulo: Brasiliense).
- Dupuis-Déri, Fancis 2014 *Black Blocs* (São Paulo: Veneta).
- Fernandes, Eder e Roseno, Ricardo 2013 *Protesta Brasil, das redes sociais às manifestações de rua* (São Paulo: editora Prata).
- Figueira, Luiz Eduardo 2008 *O ritual judiciário do tribunal do júri* (Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor).
- Foucault, Michel 1996 *A ordem do discurso* (São Paulo: Loyola).
- Foucault, Michel 2003 *A verdade e as formas jurídicas* (Rio de Janeiro: Nau Editora).
- Gohn, Maria da Gloria 2013 *Sociologia dos movimentos sociais* (São Paulo: Editora Cortez).
- Gramsci, Antonio 2002 *Cadernos do Cárcere* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira) 2ª ed., V. 3.
- Gustin, Miracy Barbosa de Sousa e Dias, Maria Tereza Fonseca 2013 *(Re)pensando a pesquisa jurídica* (Belo Horizonte: Del Rey) 4ª ed.
- Gutiérrez, Bernardo 2014 “Três anos de revoltas interconectadas” em Cava, Bruno e Cocco, Giuseppe (orgs.) *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou* (São Paulo: Annablume) p. 119-132.
- Harvey, David 2012 “Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis” em *Ocuppy — movimentos de protesto que tomaram as ruas* (São Paulo: Boitempo) p. 57-64.
- Harvey, David 2013 “A liberdade da cidade” em *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (São Paulo: Boitempo).
- Hobsbawm, Eric 1985 *Revolucionários* (São Paulo: Editora Paz e Terra) 2ª ed.
- Hobsbawm, Eric 2000 “O operário e os direitos humanos” em *Mundos do Trabalho* (Rio de Janeiro: Paz e Terra) 3ª ed.
- Honnet, Axel 2003 *Luta por reconhecimento: gramática moral dos conflitos sociais* (São Paulo: Editora 34).
- Iasi, Mauro 2013 “A rebelião, a cidade e a consciência” em *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (São Paulo: Boitempo).
- Iasi, Mauro 2014 “Violência, esta velha parteira: um samba-enredo”, Posfácio em Žižek, Slavoj *Violência* (São Paulo: Boitempo).
- Inquérito Policial Militar 1967 *O comunismo no Brasil* (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército) Inquérito Nº 709, 4 volumes.
- Jackobs, Günther et al. 2005 *Direito Penal do Inimigo* (Porto Alegre: Livraria do Advogado).

- Judensnaider, Elena et al. 2013 *Vinte centavos: a luta contra o aumento* (São Paulo: Veneta).
- Kopittke, Alberto Liebling 2010 *Introdução à Teoria e à prática Dialética no Direito Brasileiro: a experiência da Renap* (São Paulo: Expressão Popular).
- Lemgruber, Julita 2011 *Impacto da Assistência Jurídica a Presos Provisórios* (Rio de Janeiro: relatório de pesquisa).
- Maricato, Erminia et al. 2013 *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (São Paulo: Boitempo).
- Medeiros, Leonilde Sérvalo 1989 *História dos movimentos sociais no campo* (Rio de Janeiro: FASE).
- Mendes, Alexandre 2014 “A ética do anonimato, a vida da filosofia e as máscaras do poder” em Cava, Bruno e Cocco, Giuseppe (orgs.) *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou* (São Paulo: Annablume) p. 245-254.
- Menegat, Marildo 2006 *O olho da barbárie* (São Paulo: Expressão Popular).
- Pilatti, Adriano 2014 “Os anos das maravilhas e dos pesadelos” em Cava, Bruno e Cocco, Giuseppe (orgs.) *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou* (São Paulo: Annablume) p. 51-64.
- Prado, Geraldo Luiz Mascarenhas 2012 “Lei de execução penal” em *Série Pensando o Direito* (Brasília: Ministério da Justiça) Vol. 44. Disponível em: <<http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/02/joined-44.pdf>> acesso 15 de setembro de 2014.
- Ribas, Luiz Otavio 2009 “Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)”, dissertação de Mestrado, UFSC.
- Sá, Fernando (org.) 2010 *Os advogados e a Ditadura de 1964 — a defesa dos perseguidos políticos no Brasil* (Petrópolis: Vozes / PUC-Rio).
- Sader, Eder 1988 *Quando novos personagens entram em cena* (São Paulo: Paz e Terra).
- Santos, Boaventura de Souza; Avritzer, Leonardo 2003 “Para ampliação do cânone democrático” em Santos, Boaventura de Souza (org.) *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa* (Porto: Afrontamento).
- Secco, Lincoln 2013 “As jornadas de Junho” em *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (São Paulo: Boitempo).

- Slater, David 2000 “Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais” em Alvarez, Sonia; Danigno, Evelina e Escobar, Arturo (orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos* (Belo Horizonte: Novas Leituras).
- Souza Jr., José Geraldo de 2002 “Movimentos Sociais — Emergência de Novos Sujeitos: O Sujeito Coletivo de Direito” em Souto, Cláudio e Falcão, Joaquim (orgs.) *Sociologia e Direito* (São Paulo: Pioneira Thompson) 2ª edição atualizada, p. 255-263.
- Tavares, Ana Claudia Diogo 2004 *A luta pelo Direito e a assessoria jurídica popular: desafios e perspectivas da atuação da RENAP no estado do Rio de Janeiro* (Niterói: Universidade Federal Fluminense) monografia.
- Tavares, Ana Claudia Diogo s/f “Os nós da rede: concepções e atuação do(a) advogado(a) popular sobre os conflitos sócio-jurídicos no Estado do Rio de Janeiro”, programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF, dissertação de Mestrado.
- Thompson, E. P. 2004 *A formação da classe operária inglesa* (Rio de Janeiro: Paz e Terra) Vol. 1.
- Thompson, E. P. 2007 (1997) *Senhores e Caçadores* (São Paulo: Paz e Terra) 2ª ed.
- Vainer, Carlos 2013 “Quando a cidade vai às ruas” em *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (São Paulo: Boitempo).
- Zaffaroni, Eugenio Raúl; Batista, N.; Alagia, A. e Slokar, A. 2003 *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume — Teoria geral do direito penal* (Rio de Janeiro: Revan).
- Zaffaroni, Eugenio Raúl 1990 “A criminologia como instrumento de intervenção na realidade”, palestra proferida no *I Fórum de Debates sobre o Processo de Prisionização no Sistema Penitenciário*, promovido pela Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica — PUC/RS, Porto Alegre, 21-24/03.
- Zaffaroni, Eugenio Raúl 2007 *O inimigo no direito penal* (Rio de Janeiro: Revan/ICC).
- Žižek, Slavoj 2012 “O violento silêncio de um novo começo” em *Occupy — movimentos de protesto que tomaram as ruas* (São Paulo: Boitempo) p. 57-64.
- Žižek, Slavoj 2014 *Violência* (São Paulo: Boitempo).



Ana Lúcia Ribeiro Pardo\*

## JOVENS PROTESTAM NAS RUAS DO BRASIL

### O QUE REVELA ESSA POTÊNCIA DA MULTIDÃO EM REVOLTA?

*Dedico este trabalho a todos os ativistas, manifestantes, Black Blocs, Anonymous, jovens ou não, anarquistas, comunistas, socialistas, militantes partidários e apartidários, trabalhadores e os sem trabalho, com suas bandeiras, cartazes, faixas, vinagre, bandanas, máscaras, nariz de palhaço, roupas pretas ou vermelhas, seus tênis, sapatos, chinelos ou pés descalços... nas ruas, redes sociais, nas tribos, por reconhecer nessas subjetividades e suas práticas de resistência, seus diferentes modos de se manifestar, de se insurgir, de gritar, denunciar ou calar, de cantar e brincar, uma enorme potência criadora, que pode significar uma outra ética, outra estética, uma outra política e outra democracia, uma partilha de afetos, de pertencimento, de ocupação coletiva do espaço comum. Uma potência que me fez, de novo e sempre, ir pras ruas e voltar suficientemente provocada para fazer este*

\* Doutoranda no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013), Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ (2010). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Amazonas (1990). Formada na Escola de Teatro Martins Pena, Rio de Janeiro (1993). Professora do curso de Pós-Graduação em Produção Cultural na Universidade Cândido Mendes. Assumiu as funções de Ouvidora e de Chefe da Divisão de Políticas Culturais do Ministério da Cultura na Representação Regional RJ/ES; Assessora da Divisão de Estudos e Pesquisas da Funarte; Coordenadora de Feiras Nacionais de Livros da Fundação Biblioteca Nacional; Assessora da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio; Assessora Especial da Fundação Nacional do Índio; Consultora do Ministério da Cultura e Universidade Federal da Bahia na elaboração do Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.



*trabalho, compartilhado de muitas vozes, imagens e vontades de mudança.*

*A Eder Sader*

*“Las revoluciones son flujos caóticos de iniciativas colectivas sociales, impulsos fragmentados que se cruzan, se enfrentan, se suman y articulan para volver a dividirse y cruzarse. Nada está definido de antemano. No se tiene un programa escrito o una propuesta que sea capaz de prever lo que vendrá. Cada revolución es única por las fuerzas que la promueven, por la historia de los adversarios que enfrenta, por los problemas, territorios y raíces singulares e irrepetibles de quienes se involucran. Las revoluciones son flujos de lava social que se despiertan por todas partes y hacia todas partes y en las que cada nuevo paso es un referéndum mismo sobre el curso de la revolución. Las revoluciones no tienen un curso predeterminado, si lo tuvieran no serían tales sino decisiones burocráticas de un poder que ha expropiado el alma al pueblo. Ellas avanzan, se detienen, retroceden, se caen y vuelven a avanzar nuevamente, a veces sin saber bien cuál es el siguiente paso, inventando a cada rato su itinerario. Las luchas y contradicciones no pueden pues asustar a los revolucionarios porque son la sangre, el hálito de vida, el impulso fundante de las sociedades, de las clases sociales, de la propia vida de los revolucionarios, del cielo que nos cobija a todos”.*

*Álvaro García Linera (2011: 2)*

## **INTRODUÇÃO**

Inquietada com as manifestações que movimentaram nosso país, desde junho de 2013, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, decidi ir para as ruas e me embrenhar na multidão, o que resultou em levantamento de vasto material de pesquisa em curso, cujo ensaio nesta publicação da CLACSO representa uma importante oportunidade de compartilhar parte destas inquietações com você, car@ leitor@. Esta experiência me revelou que estou tão diretamente envolvida ao parti-

cipar dessas movimentações, quanto instigada a entender o fenômeno sob os diferentes olhares para interpretá-lo.

Este trabalho tem como fonte de pesquisa uma série de entrevistas realizadas com jovens manifestantes durante os protestos nas ruas do Rio de Janeiro, bem como, uma análise de reportagens que destacaram este tema, veiculadas nos meios de comunicação, principalmente em jornais e revistas, juntamente com muitos livros, entrevistas e artigos de teóricos, publicados nesse período, e suas interpretações do fenômeno e/ou subtemas que apareceram na pauta de reivindicações da multidão em revolta. Somado a este material, foi feito um levantamento de imagens, tanto de links de vídeos produzidos por coletivos, pelo Mídia Ninja e por outros grupos, mas princi-



Fotografia de Pablo Vergara, na Av. Presidente Vargas, Rio de Janeiro, nas manifestações de junho de 2014.

palmente, de fotografias difundidas durante o processo, uma vez que o nosso foco está centrado no campo imagético dessas intervenções político-estéticas.

Por conta disso, utilizamos neste ensaio algumas imagens do fotógrafo chileno Pablo Vergara, que trabalha com diferentes veículos de comunicação, sobretudo fazendo coberturas jornalísticas de muitos movimentos sociais, no jornal *Brasil de Fato*. Vergara se embrenhou no meio da multidão, acompanhou de perto os confrontos, as ocupações nas ruas e as marchas ocorridas desde junho de 2013, pelo país. Desse farto material colhido, selecionamos algumas imagens que contam um pouco dessa história, revelam o colorido de seus personagens, suas expressões e símbolos, suas subjetividades, suas práticas de resistência estética. A arte revelou sua potência criadora e dimensão transformadora, tanto nos corpos e movimentos desses atores na luta por mudança, quanto no trabalho de Pablo Vergara, que fez parte do processo e registrou com suas lentes o seu olhar sobre este fenômeno. Trazemos imagens dos Black Blocs de bandanas em confronto com a polícia, de um professor empunhando um cartaz no meio da avenida convocando uma aula na rua durante a manifestação, do Ocupa Câmara Municipal do Rio na Praça Cinelândia, de uma manifestante que pintou o corpo todo até o pescoço e foi para as ruas, ou do ativista usando máscara do Anonymous com a bandeira brasileira e muitos outros personagens ocuparam a arena pública.

O fotógrafo Gabriel Mascaro também fez uma imersão nesse cenário político e conseguiu capturar significativas expressões, concentrando um de seus trabalhos nos pés dos manifestantes, não só por uma escolha estética, mas pela dimensão política ao descobrir, na sua pesquisa, que o sistema de inteligência da polícia utilizava imagens como essas para criminalizar e prender ativistas, assim como tentaram inicialmente fazer com as máscaras. Suas pesquisas, sob a forma de fotografias, contribuíram em muito para este trabalho, que não está isento de minha formação, trajetória, opção política e visão de mundo, envolvendo a militante, a jornalista, a artista, a gestora de cultura e, nesse caso, a pesquisadora, que residem em mim.

### **A VEIA MILITANTE**

O clamor dos protestos nas ruas, naquele mês de junho de 2013, instigou, num primeiro instante, a militante que estava adormecida, descrente e tomada pelo desencanto com os caminhos atuais da política, levando-me a sair porta afora e a lançar-me ao desconhecido, ao participar de manifestações que imprimiam outro discurso e outra forma de fazer política, diferenciada das antigas modalidades de lutas, próprias da minha geração.

Nossas bandeiras vermelhas de esquerda não estavam lá, nem o megafone, os panfletos, o carro de som e nossas palavras de ordem. Eram múltiplos atores, na sua maioria de rostos mais jovens, com pautas e faixas que se somavam na grande multidão. Corríamos da polícia, das bombas de gás lacrimogênio, nos abaixávamos formando uma massa humana sob os voos rasantes dos helicópteros das redes de televisão.

### **A VEA JORNALÍSTICA**

Ao ficar plenamente tomada pelos protestos dia a dia, passei a reunir um farto material de imprensa, pois, como jornalista, me chamou a atenção o fato dos protestos terem ocupado a agenda, a pauta dos veículos de comunicação, impressos e televisivos. Nas bancas, era possível perceber que o tema das manifestações, assim como os muitos subtemas que suscitaram, ganhou por longos dias as manchetes das capas de jornais e revistas, de diferentes segmentos e áreas do conhecimento: antropologia, sociologia, filosofia, economia, política, literatura, artes, cultura, saúde, educação, etc. Ainda que os protestos não estejam mais em destaque nas primeiras páginas, os desdobramentos desse processo continuam em foco nos diferentes assuntos que colocaram em evidência. Isso me levou a organizar em quatro pastas um *clipping* com esse material, a fim de analisar as diferenciadas interpretações do fenômeno, sendo possível perceber, implícita e explicitamente, a ideologia difundida em cada um dos materiais pesquisados, seja pelos discursos e abordagens, ou pelos termos utilizados para caracterizar os manifestantes e suas reivindicações, seja pelas frases, títulos, fotografias e do que se escolheu evidenciar ou ocultar, extrapolando o registro factual daquilo que passou a ser considerado como notícia, em nome da “liberdade de imprensa”. A revolta imediata dos manifestantes que não aceitaram a criminalização dos protestos, na matéria da revista *Veja*, por exemplo, levou um grupo de ativistas a fazer um ritual de queima de exemplares desta revista em praça pública. Além disso, muitos jornalistas, durante a cobertura dos protestos, foram hostilizados pelos ativistas, e carros de reportagem foram apedrejados e queimados por representarem os veículos que são alvos daquilo que desejam combater. Não se pode esquecer que a democratização dos meios de comunicação entrou no rol da pauta reivindicatória manifestada nas ruas e ganhou força, tanto na cobertura contra-hegemônica que fizeram, postando em tempo real as imagens coletadas nos seus celulares, acompanhadas de comentários e posturas críticas, quanto por se posicionarem diante da perseguição policial reforçada por parte da imprensa, que os classificou de vândalos e criminosos.

## A VEA ARTÍSTICA

Mas, além de toda essa dimensão política da manifestação que me fez retomar fortemente a militância nos movimentos sociais e culturais, também foi despertada a minha veia jornalística para perceber que tinha em mãos um rico material registrado, tanto nas vias tradicionais quanto nas formas independentes de circular a informação, sobretudo pela internet. Além disso, explicitando essas duas forças em disputa, o que despertou também a minha atenção foi perceber que os jovens, em geral, utilizaram meios não convencionais de mobilização, que não são oriundos das políticas tradicionais. Para isso, lançaram mão de estratégias e de uma organização comunicacional diferenciada de convocar para a rua e de transmitir as imagens dos atos. Mas não só isso, as intervenções e estratégias utilizadas pelos ativistas assumiram uma forma estética, expressa pelo atravessamento das imagens e pela performance artística, dispensando muitas vezes o tradicional uso da palavra escrita, falada em microfones ou transmitida em matérias jornalísticas. Um exemplo são os *Black Blocs*. Com suas vestimentas escuras, de bandanas e máscaras, eles partiam para o confronto direto com a polícia e/ou para a quebra de agências bancárias e demais estabelecimentos identificados como símbolos do capitalismo. O vermelho dos antigos ativistas de esquerda deu lugar ao preto, de tom mais anarquista, nesse caso, com suas intervenções performáticas que, com



Fotografia de Pablo Vergara de um professor durante o protesto nas ruas do Rio de Janeiro em 2013.

o uso de táticas de combate e de forma espalhada, veio a substituir o formato compacto de marcha pacífica. Vamos perceber, depois, que essa indumentária dos ativistas da multidão que ocupou as ruas, com sua corporeidade, seus personagens, figurinos, máscaras e elementos de cena, será detalhadamente usada para identificar e punir os pretensos responsáveis pelos protestos. Nesse caso, identifiquei, a partir da minha prática artística, elementos do teatro e de espetáculo nesses protestos que, em minha opinião, merecem ser analisados.

### **O DE VIR REVOLUCIONÁRIO**

Antes de tudo, minha principal motivação é o devir revolucionário, mesmo sabendo que as revoluções não têm um curso determinado, inventando a cada momento seu itinerário. Ao mesmo tempo, me parece urgente que também as universidades não fiquem de fora deste debate, até mesmo para se repensarem dentro deste cenário social, político e cultural, ultrapassando a complexidade e as limitações que estão implicadas em toda e qualquer tentativa de se fazer uma leitura de algo tão recente, que ainda está em curso e se desenhando a cada dia.

No entanto, há uma potência da qual é impossível desviar o olhar, que me instiga a fazer parte e a me posicionar. Estamos sendo provocados, diariamente, por uma infinidade de vozes, de imagens e narrativas ocupando o espaço público, principalmente de jovens, que estão expressando novos comportamentos da sociedade e seus desejos de futuro. Isso à revelia das tradicionais formas de se fazer política, cobertura jornalística e, quem sabe, também da escrita acadêmica. Nesse universo, busco analisar quais são os marcos de identificação que esses jovens usam quando se manifestam? A partir daí, poder-se-ia perguntar: quais são os princípios/horizontes utópicos da juventude brasileira? Que elementos fazem com que se juntem e se organizem? Como se mobilizam? O que estão tentando dizer? Até onde esses mecanismos, que saem do controle e estão numa fronteira entre insurgências e atos de vandalismos, são capturados? Até onde podemos chamar tais atos de insurgências? Que estratégias utilizam? Que potência é essa que se investe de 20 centavos — na força à luta contra o aumento das passagens do transporte público? De que maneira esses elementos expressam corporeidades múltiplas? Conseguiriam ser um avesso que escapa à captura do espetáculo?

Mais do que isso, interessa focar, nessa polissemia de significados, uma estética que atravessa esses manifestos, um conjunto de símbolos, gestos, comportamentos, máscaras, personagens, corpos que ocupam os espaços da cidade, que me impulsionam não somente a seguir essas trilhas como observadora, como também, a me deixar impregnar deste devir revolucionário de modo a inventar e a dar espaço

para que o corpo encontre uma nova forma de registrá-las, que não seja apenas pela via da escrita. Se esses jovens usam formas não convencionais de mobilização que não são as políticas tradicionais, em que medida a cultura e a arte tornam-se instrumentos de mobilização de coletivos que lutam por alguma demanda? O caráter performático está associado ao caráter de violência? Que termos novos aparecem nas discussões? O que pensam esses ativistas acerca da política? O que pensam da democracia? Que subjetividades expressam? Como eles avaliam os protestos de junho?

### COMO INTERPRETAR O MUNDO?

Nesse contexto, não me vejo como observadora, mas como participante do processo, de certa forma como a antropóloga Mônica Wilson<sup>1</sup>, que negava a si mesma esse estatuto de observadora, ao afirmar “o intérprete é o que ouve, mas também, o que fala”, por entender que ser intérprete é uma opção política. É um sujeito político coletivo que interpreta, mas também propõe e sobre o qual recaem as políticas públicas e ações políticas. Além de tomar como referência Mônica Wilson, para falar do lugar do intérprete, o antropólogo português João de Pina Cabral<sup>2</sup>, avalia que o relativismo epistemológico é perverso porque é possível traduzir sem viver. O gesto etnográfico faz parte da história. “Nos afastamos da questão simbiótica, porém, não somos agentes neutros, os antropólogos não são tradutores, são intérpretes”, afirma o autor (Cabral, 2013). Para romper com essa lógica, Pina Cabral toma por base Julian Pitt-Rivers, ao propor uma des-etnocentrificação, uma intertextualidade, onde deixamos de ser uma máquina semiótica e passamos a ser um agente humano. Nessa perspectiva, como então se posicionar e interpretar o mundo? Creio que, mesmo com toda a incerteza que isso possa implicar, é assumindo os riscos. A palavra mundo, nesse caso, joga um papel social. É habitar o mundo, ser parte do mundo, confrontar o mundo no sentido de participar, de pertencer. Nesses caminhos comuns de humanidade, só dentro deles faz sentido ser cientista social. Que assim seja... embora esteja escrevendo na primeira pessoa sobre minhas motivações de escolha, na condição de intérprete, sou Ninguém, me coloco na mesma posição dos jovens que iniciaram os protestos no país. O Movimento Passe

1 Antropóloga citada por João de Pina Cabral, na conferência de abertura da X Reunião de Antropologia do Mercosul, que ocorreu na Argentina, no período de 10 a 13 de julho de 2013.

2 Antropólogo que abriu os trabalhos da X Reunião de Antropologia do Mercosul, com a conferência: *Tudo que tem nome existe — Mundo e Condição Humana*, proferida na cidade de Córdoba, na Argentina, em 10/07/2013.

Livre, com sua pauta restrita, teve uma sabedoria política inigualável, nas palavras do filósofo Peter Pelbart (2013):

Soube até como driblar as ciladas policiaiscas de repórteres que queriam escarafunchar a identidade pessoal de seus membros “Anota aí: eu sou ninguém”, dizia uma militante, com a malícia de Odisseu, mostrando como certa des-subjetivação é condição para a política hoje. Agamben já o dizia, os poderes não sabem o que fazer com a singularidade qualquer.

O anonimato de ativistas que usaram as máscaras, ou se intitularam “Ninguém”, em resposta à tentativa de nomeá-los como responsáveis pelos protestos, conforme mencionado por Peter Pelbart, nos remete ao “Filósofo Mascarado”, de Michel Foucault, que, ao ser convidado para uma grande entrevista para o jornal *Le Monde*, em janeiro de 1980, por Christian Delacampagne, aceitou imediatamente, mas colocou como condição prévia que deveria permanecer anônimo. Para isso, seu nome não poderia aparecer e todos os indícios que permitissem reconhecê-lo deveriam ser eliminados. Foucault justificou sua posição da seguinte forma: estando o cenário intelectual sob o domínio da mídia e das celebridades, prevalecendo sobre as ideias, e o pensamento como tal não sendo mais reconhecido, o que se diz conta menos do que a personalidade daquele que fala... “É preciso, então, para romper com esses efeitos perversos e tentar fazer ouvir uma palavra, que não possa ser banalizada em função do nome de quem ela procede, decidir-se a entrar no anonimato”. O segredo foi bem guardado até a morte Michel Foucault e raríssimos foram os que conseguiram desvendá-lo (Foucault, 1980).

Os protestos, inicialmente desencadeados pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, por parte dos estudantes e trabalhadores que vêm se articulando desde 2005, ganharam, com essas manifestações em junho de 2013, uma magnitude inesperada. O MPL não só se replicou em inúmeras manifestações desde então, nas diversas regiões e principais cidades do país, como também ganhou uma dimensão ainda maior e grande repercussão nos veículos de comunicação, multiplicando a pauta de reivindicações para muito além da luta contra o aumento de 20 centavos, no transporte público. Com um agravante decisivo: o comportamento ostensivo dos policiais no conflito armado durante as manifestações acabou por acirrar os ânimos de parte dos ativistas e transformar as ruas em verdadeiras arenas de guerra. Esse poder de dominação da polícia e do seu sistema penitenciário entra em ação na sociedade disciplinar, “atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadrinhamento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder” (Machado, em: Foucault, 1984: XIX).



A antropóloga Anelise dos Santos Gutierrez destacou, em seu artigo na revista *Proposta*, publicada pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), que muitas capas de jornais tentaram culpar os manifestantes, considerados agressores, chamando-os de vândalos, de arruaceiros e de baderneiros. Ela utilizou mensagens dos cartazes destes manifestantes nos entretítulos do artigo, tais como: “Não é mole não, pedi transporte público e me deram caveirão”, “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”, “Aqui é proibido viver, quanto mais se manifestar”, “UPP nos olhos dos outros é colírio”. O seu relato revela uma população indefesa diante de um clima de guerra instaurado na cidade:

Às 22 horas as ruas da Lapa foram transformadas em cenário para um “toque de recolher” que fechou todos os bares, tirou as pessoas das ruas e criminalizou quem ousasse permanecer nelas. “Caveirões”, dezenas de veículos — do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar e da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil — passaram com policiais sentados na parte de trás e, posição de mira: eles portavam armas e apontavam — com sarcasmo — para qualquer coisa que se movesse. As pessoas foram varridas por uma nuvem de fumaça vinda de dezenas de bombas de gás lacrimogêneo que tornavam o ar irrespirável. Assustadas, muitas delas sentiram nesse dia, pela primeira vez que a polícia não estava ali para defendê-las. (Gutierrez, 2014: 14)

Na contramão, porém, os manifestantes declaravam amor à pátria: “Havia quem cantasse o hino nacional; quem andasse enrolado na bandeira do Brasil; quem exibisse as cores verde e amarela na face; quem carregasse flores e vestisse branco dos pés à cabeça; havia os alegres quase carnavalescos; aqueles que estavam nas ruas pela primeira vez; havia crianças, jovens, idosos; havia os partidos, os movimentos sociais” (Gutierrez, 2014: 14). E, além disso, uma extensa pauta de reivindicações que se espalhou pelas cidades brasileiras:

Cartazes traziam frases escritas à mão com tintas e canetas coloridas e que, levantadas pelos braços dos manifestantes, exigiam: o fim da corrupção, o fim da violência; eram contra a PEC 37; pediam a saída de governantes e de alguns representantes eleitos; clamavam pela paz e declaravam o seu amor à pátria. Apesar de específicos e pouco unificadas, essas reivindicações sugeriam moralidades de caráter nacionalista e esse sentimento nutriu demandas locais e fez com que cidades muito pequenas também organizassem protestos nesse período. (Gutierrez, 2014: 13)

### **AVALIAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES A PARTIR DE 12 HIPÓTESES**

Na avaliação de sociólogos que debateram, em Sessão Especial, “As manifestações de Rua no Brasil: algumas reflexões”, com a participação,

no Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho (ALAST)<sup>3</sup>, a grande mídia imediatamente se manifestou em favor da ação da polícia, caracterizando os protestos como “vandalismo”. Porém, diante da indignação crescente e da intensificação dos protestos, esta mesma mídia resolveu mudar rapidamente de postura e passou a fazer uma cobertura simpática, distinguindo sistematicamente dentre os manifestantes uma “minoria violenta”, cuidando de blindar o governo de São Paulo, e demais governos de oposição ao governo federal, procurando (acintosamente) induzir uma pauta de seu interesse (corrupção, “mensalão”, governo federal, superfaturamento nas obras da Copa) (ALAST, 2013: 5). De acordo com este documento, depois de incorporar outras bandeiras sociais, políticas e morais, inclusive conservadoras e reacionárias, os meios de comunicação usuais perderam fôlego, embora permaneçam na forma de manifestações mais específicas (sociais e políticas; de esquerda e de direita; locais e gerais).

Tudo isso passa ao largo das antigas agências sociais que constituíram o chamado Campo Democrático Popular (Movimentos Sociais, sindicatos, partidos... mesmo os que estão na oposição) no auge das manifestações, quando esses tentam “entrar em cena”, se deparam com feroz hostilidade (uma cena emblemática). (ALAST, 2013: 7)

Somadas às doze hipóteses que aparecem no documento resultante do Congresso da ALAST, há um farto material relacionado às manifestações, em coberturas jornalísticas na imprensa, matérias, artigos, entrevistas em jornais, revistas e livros publicados neste curto período, que apresentam diferentes interpretações sobre os protestos. Além disso, trazem abordagens focadas nos principais temas que estariam relacionados, direta ou indiretamente, tais como: as condições de vida nas grandes cidades, a mobilidade e uso do espaço público, a segurança, a chamada nova classe trabalhadora, o preço e a qualidade dos transportes, da saúde e da educação e as enormes cifras gastas com os grandes eventos internacionais relacionados à Copa do Mundo e às Olimpíadas de 2016.

A primeira hipótese levantada pelos sociólogos para as motivações que teriam levado aos acontecimentos de junho é a vida nas cidades,

---

3 Documento intitulado “Protestos de Junho: elementos iniciais de análise”, resultante da abordagem dos sociólogos Pedro Véra, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Ricardo Antunes, da Universidade Estadual da Campinas (Unicamp) e Graça Druck, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), feita na Sessão Especial: “As manifestações de Rua no Brasil: algumas reflexões”, durante o Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho (ALAST), realizada na Universidade de São Paulo (USP), no período de 2 a 5 de julho de 2013.

não só para a periferia, mas também para classes médias (sobretudo seus extratos inferiores), que têm atingido pontos de saturação, com destaque para segurança, mobilidade, saúde (veja-se o Sistema Único de Saúde (SUS), e educação). Sobre esta hipótese, o tema da cidade ganhou a atenção especial da revista *Fórum* do mês de julho de 2013, na página “Os protestos e a cidade”. Nessa entrevista, concedida à jornalista Adriana de Lorenzo, a urbanista Ermínia Maricato destaca a condição de vida insuportável das cidades brasileiras, tendo como primeiro ponto o transporte, porque afeta a todas as camadas sociais.

Quando 300 mil pessoas saem às ruas, é como eu falei, não vamos olhar a faísca. Tem muito descontentamento. O Brasil tem leis e planos para fazer inveja ao mundo inteiro. Tenho sido chamada em vários países para falar sobre o Estatuto da Cidade, temos um novo arcabouço legal e institucional, como é o caso do Ministério das Cidades, da Conferência Nacional das Cidades, mas nada disso está funcionando. (Maricato, Ermínia apud De Lorenzo, 2013: 18-19)

Maricato já havia anunciado que era preciso agir sobre a força do capital, em relação aos municípios, com obras que, muitas vezes, não beneficiam a maioria da população. Por conta disso, depois de 40 anos na área urbana, a urbanista acredita:

... que nada funcione na esfera institucional se nós não estivermos nas ruas. Porque o capital, esse capital imobiliário, o capital das empreiteiras, da indústria automobilística, tem muita força. E essa força está ligada ao financiamento de campanha, não só, mas principalmente. Hoje, essa moçada não pode sair das ruas. (Ibidem, 2013: 19)

Indo além dos problemas estruturais urbanos, o filósofo Antônio Lemos da Silveira, ao ser entrevistado pela jornalista Laís Modelli, diz que esbarra na conduta dos próprios moradores. “Temos a cidade que queremos? Reproduzimos em nosso comportamento como cidadãos a cidade em que moramos?”. É a sua pergunta (Modelli, 2013: 1-13). Segundo ele, a cidade não privilegia a pessoa, pois o que predomina na vida moderna é o negócio, a negação do ócio, a ocupação, a atividade e o empreendimento é que define: “Qual é o seu negócio”, daí os problemas do trânsito, da insegurança, do barulho, da destruição da saúde, da falta de alegria e da infelicidade. Ele aponta, como primeiro passo para se pensar no mal-estar urbano gerado em várias cidades brasileiras, a recuperação do real sentido do “ócio”, como tempo de convívio e, a partir de aí, o desenvolvimento das artes. No entanto, o geógrafo, urbanista e antropólogo David Harvey, que é um teórico das metrópoles contemporâneas, afirma que esses grandes centros para onde fluem as multidões de todo o mundo, no século 21, são bem mais

do que templos da desigualdade, da vida automatizada e da devastação da natureza. Segundo este autor, é lá que se articulam as multidões às quais o capital já não oferece alternativas.

Essa gente estabelece novas formas de sociabilidade, identidades e valores. É nas metrópoles que aparece a coesão reivindicante das periferias; novos movimentos como o Occupy; as fábricas recuperadas por trabalhadores em países como a Argentina; as famílias que fogem ao padrão nuclear-heterossexual-monogâmico. (Harvey, 2012)

Para Harvey, na entrevista citada, é nestas cidades que se concentram tanto as energias do capital quanto as melhores possibilidades de superá-lo. “Elas não são túmulos, mas arenas. Aí se dá o choque principal entre dois projetos para a humanidade e à própria (re) construção de um projeto pós-capitalista”. Ele complementa, ainda, que gosta de pensar nas cidades porque estas podem ser entendidas numa escala maior do que uma simples fábrica.

Se você observar as fábricas recuperadas na Argentina, tomadas pelos trabalhadores em 2001-2002, verá que uma das finalidades que surgiram desse movimento e das associações de trabalhadores envolvidas é que, em certo ponto, como estão imersas num sistema capitalista, veem-se envolvidas na competição e, em consequência, em práticas de auto-exploração. (Harvey, 2012)

Porém, não é suficiente a tomada dos meios de produção para fazer a transformação revolucionária defendida por Karl Marx e Friedrich Engels, autores nos quais Harvey fundamenta suas obras. Politicamente, Harvey acredita que não é possível falar de um sindicato nos termos tradicionais; é preciso criar formas de organização sindical diferentes, menos restritas que a dos sindicatos convencionais. Ao tomar o exemplo da Argentina, país no qual, para se adquirir as matérias primas pode ser montada uma rede de cooperativas produzindo coisas diferentes, mas de economias interligadas, ele sugere.

Outro fato interessante sobre as fábricas na Argentina, é que quando foram tomadas, não permaneceram simplesmente como fábricas. Tornaram-se centros comunitários, integraram realmente os bairros próximos, tinham programas educacionais e culturais. Quando os donos voltaram, uns cinco anos depois, e disseram: “queremos nossa fábrica de volta ou levaremos as fábricas”, a população saiu de suas casas para impedi-los. Assim, é muito mais fácil defender as fábricas tomadas. (Harvey, 2012)

Ao se pensar na relação cidade/campo, Harvey considera que, nos últimos cinquenta anos, o mundo em que vivemos tornou-se totalmente

urbano, desaparecendo a separação entre vida urbana e vida camponesa autossustentável. Nessa direção, ele menciona que há, em alguns lugares, tentativas de organizar uma cadeia de produção de alimentos para as cidades, que começa nos campos e passa por várias etapas, vendendo a produção aos supermercados.

Em El Alto (subúrbio popular de La Paz, na Bolívia), um dos meus exemplos preferidos, a conectividade entre as pessoas que vivem na cidade e as que estão fora dela é muito, muito forte. Foi ampliada, nos últimos dez ou quinze anos, por causa do agronegócio e a forma com que o campo tem se transformado em uma paisagem capitalista. (Harvey, 2012)

Quão longe uma cidade pode ir quanto à sua organização? Há exemplos disso, mencionados por Harvey, como Porto Alegre, que construiu sua forma de orçamento participativo e agora há orçamento participativo em muitas cidades do mundo. Não é uma medida revolucionária, ele esclarece, mas uma medida transformadora que aprofunda a democracia urbana. Para completar sua análise acrescento que, com outros prefeitos, o orçamento participativo de Porto Alegre afastou-se, e muito, da proposta original colocada em prática, em 1989, durante o governo do prefeito Olívio Dutra. Outra cidade brasileira que o mesmo autor considera interessante é Curitiba, que trabalhou questões ambientais e tornou-se conhecida por organizar seu sistema de transporte coletivo de forma ecológica e sofisticada. As inovações que vieram de lá também estão sendo implantadas em outras cidades. Curitiba agora tem uma estrutura institucional diferente ao ponto de tais mudanças se espalharem pela rede urbana. Harvey, então, imagina que uma situação como esta possa ser pensada nos termos do que chama de “teoria dos cupins”, referindo-se aos casos em que é possível corroer por dentro uma estrutura capitalista, sem alarde, até que ela entre em colapso e se desmonte, como acontece com a madeira atacada pelos cupins.

Na segunda hipótese, para entender as manifestações que ocorreram em junho no país, apontada pelos sociólogos, aparecem os segmentos que ascenderam à condição de “novas classes médias” (emprego formal, de qualidade média baixa; acesso à escola, pública ou privada; acesso à habitação — em geral, implicando deslocamentos para mais longe), as quais estão diante de novas e velhas necessidades (mobilidade, saúde, educação). Porém, a filósofa Marilena Chauí discorda dessa posição, ao afirmar que não existe uma nova classe média no Brasil, o que se tem é a classe média de sempre, que, numericamente cresceu e prosperou, mas ela não é nova. Trata-se, isto sim, de uma nova classe trabalhadora.

Os programas sociais trouxeram 40 milhões de pessoas para a classe trabalhadora, o Prouni trouxe gente para a classe trabalhadora, o Bolsa Família... Estou dizendo que ela é nova, não porque ela começou agora, estou dizendo que ela é nova porque ela vem marcada pelo selo da economia neoliberal, portanto fragmentada, precarizada, sem formas de organização, sem formas de identidade e absorvida pela teologia da prosperidade do pentecostalismo e do empreendedorismo da baixa classe média. (Chauí, 2013: 10-14)

A autora questiona a utilização de alguns instrumentos dos sociólogos e dos institutos de pesquisa, sobre distinção por renda e escolaridade para definir “uma classe que não conhecemos e não sabemos como está operando” (Chauí, 2013: 12). Por expressar sua discordância destes instrumentos de pesquisa, o posicionamento desta autora não é consenso entre os autores que pensam e escrevem sobre as mudanças ocorridas nas cidades.

A terceira hipótese considerada pelos sociólogos é quanto à ascensão social verificada nos últimos anos. Esta resultou em geral, direta ou indiretamente, da ação do governo federal (retomada do crescimento; emprego formal; aumento do salário mínimo; queda dos juros ao consumidor; aumento de vagas no sistema educacional...). Na avaliação desses sociólogos, com as lutas coletivas em baixa, prevalece a sensação de que tal ascensão se deu por mérito próprio (fez algum curso, conseguiu uma vaga no mercado de trabalho, ascendeu funcionalmente e mal participa do sindicato e da vida política do país). De algum modo este crédito é transferido ao governo federal, do Partido dos Trabalhadores (PT), constituindo parte do capital eleitoral deste Partido, utilizado neste período das eleições de 2014.

A quarta hipótese seria de responsabilidade do governo federal, que, ao incorporar a via da ascensão pelo consumo, tem contribuído para saturar alguns serviços (privados e públicos): mobilidade, telefonia, atendimento médico, aeroportos. Sobre esse aspecto, acrescento a reflexão feita pela psicóloga Jussara Goyano, sobre a ausência do bem-estar subjetivo na esfera social:

Há algo que motiva essa sociedade atravessada por relações de poder e consumo propagadas pela mídia, mantidas pela ordem capitalista vigente. É um bem-estar subjetivo que está em jogo, somado ao Estado de Bem-Estar. E quando o espaço público poderá dar conta de esse bem-estar subjetivo, evidentemente, no caso por sua ausência na esfera social? (Goyano, 2013: 57-60)

Na quinta hipótese levantada aparece o conservadorismo de determinados segmentos das classes médias tradicionais, mas especialmente da chamada classe alta, de perfil conservador / reacionário e profun-

damente preconceituoso em relação à esquerda, mas também, aos pobres, pretos, mulheres, analfabetos, uma classe que “cansou”... de ter presidente operário e iletrado, de ver pobre em aeroporto, de ter que compartilhar ruas e estradas com pobres dirigindo carros, de ter que lidar com empregada doméstica “cheia de direitos”. Esta reação também deve ser levada em conta na análise das manifestações sociais.

Já na sexta hipótese, o documento contabiliza que há 10 anos a grande mídia, em uníssono, faz sistemática oposição ao governo e ao PT, oposição esta que é considerada pelos sociólogos como “histórica atuação conservadora, golpista e anticomunista” (Véra; Antunes e Druck, 2013). Estes autores apontam que as contradições do governo e do PT alimentam denúncias e acusações, que, embora a atuação da mídia até agora não tenha conseguido reverter a preferência eleitoral por Lula/Dilma/PT, contribui, mesmo assim, para criar um ambiente pessimista e de insatisfação. Somado a isso, o documento aponta, como sétima hipótese, uma instabilidade na economia que patina, trazendo a ameaça da inflação. Além disso, consideram que o governo tenta manter uma agenda desenvolvimentista, com medidas que geram desconfiança e reação dos empresários, como a redução da taxa de juros e das tarifas de energia.

Enquanto isso, como oitava hipótese, os sociólogos apontam que os antigos componentes do que chamaram de Campo Democrático e Popular não conseguem agenciar as demandas sociais e atuar como fatores de politização das classes populares. Uma situação flagrante seriam os protestos e as greves dos trabalhadores da construção civil, que atingiram, em cheio, as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC, 2011 e 2012), com as direções dos sindicatos e das centrais sindicais tomados de surpresa. Há, também, sinais, que se identificam como a nona hipótese levantada na avaliação feita no mesmo Congresso da ALAST, de que os movimentos sociais começam a sentir mais fortemente a necessidade de se mobilizarem por suas pautas específicas, cujo exemplo é o Movimento Passe Livre (MPL), que teve a luta contra a elevação das passagens como gota de água. A questão da Copa do Mundo surgiu como oportunidade de visibilização e de poder de pressão, na opinião dos teóricos que formularam as 12 hipóteses.

Um dos fatores, que se constitui como décima hipótese, é a onda de protestos que tem percorrido o mundo (Primavera Árabe, *Ocuppy Wall Street* nos Estados Unidos, protestos e greves na Europa) e que influenciam especialmente os jovens, cada vez mais ligados nas redes sociais. No entendimento dos sociólogos, a Copa do Mundo realizada no Brasil, em 2014, assume o significado de uma oportunidade, tanto para o Movimento Passe Livre, em termos de mobilização e de poder de pressão, quanto para a mídia, e a oposição de direita e das

classes médias conservadoras, de repercutir sua perspectiva e operar associações que lhes interessam, aparecendo como a décima primeira hipótese do documento.

Com base nas três últimas hipóteses, sobretudo na oitava, em que os sociólogos identificam que o Campo Democrático Popular não está mais dando conta das demandas sociais das classes populares, e a décima hipótese, onde aparece a influência dos protestos ocorridos na Europa e Estados Unidos, observamos que o próprio exercício da política e da democracia estão sendo questionados, como se estivessem impregnando as manifestações da multidão em revolta. Nesse campo, trazemos como contribuição de análise, a entrevista do filósofo francês Jacques Rancière, à revista *Carta Capital* (2014: 52), sobre o seu mais recente livro *Ódio à Democracia*, onde esclarece que, “a começar pelo conceito, democracia pode significar coisas bastante diferentes e contraditórias” e que o sufrágio universal e a subsequente representação já não são formas democráticas através das quais as pessoas exprimem suas preferências políticas. A democracia, segundo ele, é sempre um poder em estado de excesso, e reconhece que há democracia nos movimentos recentes:

Tentei dizer que a democracia não é mera forma de governo ou sistema igualitário. Ao contrário, a democracia é uma ideia extravagante. Expus a tese de um poder para aqueles isentos e sem títulos ao poder. Escrevi que, paradoxalmente, por causa da falta de poder há política porque há demo-



Fotografia de Pablo Vergara durante os protestos dos professores em 2013 no Rio de Janeiro.



cracia. Há política devido ao poder de pessoas que não são nada não têm qualidades especiais e não possuem títulos (ao poder). Há democracia nos recentes movimentos: “Primavera Árabe”, “Occupy”, etc. Nestes casos se solidifica um poder das pessoas em estado de excesso, que é independente em relação ao poder inteiramente incorporado ao Estado. Sublinhei que a democracia não é uma forma de governo, é sempre um poder em estado de excesso em relação à democracia formal, sem a necessidade de ser transformado em um futuro remoto após uma revolução a se distanciar. (Rancière, 2014: 53)

A socióloga holandesa, Saskia Sassen fala dos protestos que estão espalhados no mundo, como conectados, e avalia que, ao longo dos últimos 30 anos houve significativa perda de renda da população mundial e, ao mesmo tempo, de concentração enorme com o grupo que se encontra no topo, de modo que chegamos ao limite. Uma presença comum e marcante às manifestações é a de jovens que mostram rostos insatisfeitos. “Que novas narrativas da globalização essa geração “desobediente” está escrevendo nas ruas de Londres, Damasco, Cairo, Atenas, Benghazi, Madri, Tel-Aviv, Santiago?”, pergunta uma jornalista sobre esta questão? (Rossinetti, 2011). “A economia roubou desses jovens um futuro razoável e o sistema político roubou-lhes a voz política, a capacidade de serem ouvidos. A rua se tornou, portanto, o espaço para a política daqueles que não têm acesso aos instrumentos formais”. É o crescimento de um grupo de pessoas, de jovens com educação, em conjunto com uma ampla e poderosa circulação de ideias, experiências e atos comunicacionais... (Rossinetti, 2011). Segundo Sassen, a socióloga citada por Rossinetti, há um limite para o tanto de renovação que o *establishment* político pode fazer.

Como décima segunda e última hipótese considerada, o documento de autoria de Véra; Antunes e Druck, 2013, aponta que há uma comunidade virtual se constituindo no mundo inteiro que envolve, sobretudo, jovens os quais desenvolvem sua própria linguagem, se articulando sem mediações institucionais tradicionais. Uma comunidade que se afirma como lugar de compartilhamento de indignações, começa a discutir o Brasil e se revela como um novo e potente espaço articulado de ações coletivas. Os sociólogos avaliam que isso ajuda a compor um processo que ganhava novos contornos desde antes: a crise de representatividade de partidos, sindicatos e outras organizações sociais.

Porém, eles ponderam: “Mas se são um grande fator de detonação de processos de mobilização social, não se constituem em fator de organização, orientação, direção das ações, em igual proporção; configuram um agenciamento social de outro tipo” (Véra; Antunes e Druck, 2013: 13). Essa abordagem sociológica sobre os acontecimentos de junho de 2013 procura focar nos processos sócio-históricos que concor-

reram para a sua eclosão e que concorrerão para a direção dos seus possíveis desdobramentos. São levantados, no final, alguns aspectos que provavelmente sofrerão alterações: agenda e dinâmicas dos poderes nas três esferas; o quadro de instabilidade política que repercute negativamente na economia; a relação entre os partidos de esquerda (governistas e oposicionistas); a agenda das centrais sindicais e dos movimentos sociais; o quadro eleitoral de 2014 e o debate acadêmico. Da mesma forma que ouvimos múltiplas vozes na multidão das ruas e diferentes abordagens da imprensa, buscamos dialogar com diversos teóricos na tentativa de interpretar o fenômeno.

### **QUE MOTIVAÇÕES FIZERAM OS JOVENS IREM PARA AS RUAS?**

Na tentativa de ir além das análises dos cientistas sociais e do documento da ALAST sobre os protestos, neste trabalho buscamos trazer as motivações dos jovens que organizaram os grandes atos no país, a partir de suas vozes. Indo nessa direção, apresentamos algumas das entrevistas feitas com jovens representantes de entidades. Ao lado disso, é interessante observar o grande espaço que os protestos ganharam na imprensa, assim como as diferentes interpretações dadas ao mesmo fenômeno entre os veículos de comunicação e em revistas especializadas em psicologia, antropologia, sociologia, ciência, política, etc. Mais interessante, ainda, é perceber seus infinitos desdobramentos sobre os diferentes temas que passaram a ganhar destaque na agenda pública.

Após identificarmos algumas das principais motivações que impulsionaram os jovens a se mobilizarem nas ruas do País, seguimos acompanhando através de uma pergunta, feita pela Revista: *Caros Amigos*, aos representantes de entidades que organizaram os atos: “Qual o modelo de sociedade que vocês defendem?”. Segue-se a resposta de Érica de Oliveira, do Movimento Passe Livre (MPL), afirmando que eles acreditam mais no processo coletivo do que no modelo pronto de sociedade.

A gente é um movimento social com uma pauta, mas na nossa carta de princípios está escrito claramente que a gente é um movimento anticapitalista. Quer, de fato, construir uma nova sociedade. Não pensamos num modelo pronto, acreditamos que é um processo coletivo, tanto que trazemos isso para nossa organização. E a maneira de fazer isso, é romper com a desigualdade dentro do nosso próprio processo. Daí o apartidarismo, daí a horizontalidade, daí a nossa independência. (Oliveira, 2013: 23)

Érica afirma que, quando se propuseram a lutar contra o aumento da passagem junto a uma série de organizações de esquerda, “a gente imaginava fazer uma luta grande, mas de fôlego curto”. Segundo Éri-

ca, eles tinham consciência de que, sendo vitoriosa em São Paulo, esta vitória se alastraria para outras cidades. Mas a militante considera que à proporção que tomou surpreendeu não só ao Movimento, como a todo mundo, “em função de uma demanda reprimida não só pela questão do transporte, mas por estar nas ruas mesmo” (Ibidem, 2013). Do mesmo modo, afirmam Hardt e Negri (2002: 421) que:

Circulando, a multidão se reapropria de espaços e constitui-se como um sujeito ativo [...]. Esses movimentos geralmente custam terríveis aflições, mas neles existe também um desejo de libertação que só é saciado pela reapropriação de novos espaços, em torno dos quais novas liberdades são construídas.

De acordo com a lógica do MPL, essa nova sociedade para a qual os manifestantes apontam, precisa ser construída pelas pessoas, por isso eles esclarecem que não chegam num bairro dizendo como o transporte precisa ser organizado, nem impõem a construção de conselhos.

A gente não se assume socialista, a gente é anticapitalista. E o que é esse anticapitalismo? Ele vai ter que ser construído e discutido coletivamente. Se é um novo socialismo, a gente vai ter que descobrir juntos, na luta que está fazendo. A gente quer o fim das desigualdades e o fim do capitalismo e tenta prefigurar isso na nossa própria organização. Não é nossa tarefa dizer como ela será, queremos construir coletivamente essa nova sociedade. (Oliveira, 2013: 35)

De outro lado, Gabriel Simeoni, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na mesma entrevista (Oliveira, 2013), explica que os três consensos de que as mudanças se faziam por dentro das instituições, por dentro do Estado e por meio das eleições, caíram por terra em quinze dias. Na avaliação dele, as grandes instituições que hegemonizaram o movimento de massas, nos últimos 25 anos — CUT, PT, UNE e o MST<sup>4</sup> — hoje fazem parte do governo federal. “A direção, ao se identificar com o governo, levava a um grande vazio na luta e a canalizá-la para dentro das instituições. A tarefa é fortalecer as lutas” (Oliveira, 2013: 32). Embora deixando claro que, com isso, a instituição não deixa de ser importante, “mas, ao mesmo tempo, a gente sempre acreditou que sem luta de massa, sem luta de rua, as mudanças não aconteceriam”. Maurício Carvalho, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), faz parte do Movimento Juntos! Ele também analisa que a situação do transporte, principalmente ônibus e metrô, em São

---

4 Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Paulo, chegou a um estágio de insustentabilidade. Associadas a isso, as situações nacional e mundial estavam mais favoráveis e, em 2012, já havia sido retomada a cultura de rua, com as lutas dos bombeiros, a Marcha da Liberdade, as Marchas das Vadias, os atos contra o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado federal Marco Feliciano. Por fim, Arielli Moreira, da Assembleia Nacional dos Estudantes, ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), na mesma entrevista concedida à Revista: Caros Amigos, acrescenta que o principal elemento, desde o princípio dessa mobilização, foi a combinação entre a situação de completo abandono dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, os investimentos feitos com a preparação do país para um evento do porte da Copa do Mundo.

A contradição entre os estádios suntuosos e a qualidade dos serviços públicos de saúde, transporte e educação. Isso se transformou num catalisador do processo de mobilização, que acompanha também o processo internacional e a dinâmica que do que vinha acontecendo em nosso País. Não é à ao que chegamos neste semestre ao maior número de greves dos últimos anos. (Oliveira, 2013: 33)

Eder Sader, intelectual e ativista político brasileiro, estudou a formação de novos movimentos sociais, entre o fim dos anos setenta e início dos anos oitenta, e uma nova sociedade civil, com atores atuando com uma política diferente dos partidos de esquerda tradicionais, durante um movimento de vigência autoritário, como a ditadura civil militar que, no Brasil, se estendeu de 1964 a 1985. Sader (1988) mostra, em sua obra, como esses movimentos influenciaram decisivamente os desdobramentos da cena política no Brasil. No presente trabalho, pretendo também interpretar o comportamento desses novos atores que surgiram no cenário, a partir dos protestos de 2013 nas ruas e redes sociais do país. Se a multidão assume a dimensão corpórea ocupada por um corpo múltiplo, se não tem unidade, ganhando contornos de uma multiplicidade expressiva, no espaço do entre, da chamada comunidade dos “sem comunidade”, o que seriam, então, esses corpos enquanto unidade, o “entre” pessoas diferentes? Isso se entendermos que esses agenciamentos coletivos têm uma lógica própria que está se construindo na corporeidade da multidão de processos comunicacionais intrínsecos, cujo alcance dessas mídias nas redes sociais é cultural, mas também performático no âmbito do corpo, do discurso, do gesto.

Depois de efetuar o levantamento de material de imprensa, das análises de diferentes teóricos e das 12 hipóteses dos sociólogos da ALAST, além de ouvir algumas das muitas vozes dos jovens nas ruas,

durante as manifestações, numa escuta direta feita exclusivamente para esta pesquisa, isso tudo nos permite levantar alguns aspectos que revelam, em nosso entendimento, não somente novos atores que surgem nesse cenário político, como também significativas transformações na sociedade contemporânea, sobretudo nas subjetividades e formas de se relacionar com a cidade. Uma das leituras que se pode fazer é de que a cidade vive o tempo das tribos, em que o sentimento de pertencer não está mais vinculado às classes sociais ou às ideologias políticas de governança, e sim a grupos de pertencimento. “No tempo das tribos, os objetivos a ser atingidos, o projeto político, social ou cultural a ser realizado está em segundo plano, ou sequer é cogitado. O prazer de estar junto e a intensidade do momento são suficientes para mobilizar os afetos” (Maffesoli, 2006: 18).

Esse autor salienta, segundo Zanella (2006), que não se trata mais de uma comunidade projetada para o futuro, mas de uma pulsão de estar junto agora. As relações dos jovens nos contextos urbanos se transformam e enunciam outras juventudes; outra urbanidade; outra ética fundada na partilha dos afetos, como afirma Maffesoli (2006), pois as relações humanas passam a se respaldar nos valores que fazem referência ao momento, à necessidade de agregar-se, de pertencimento, de partilha; e, fundamentalmente, de outra política, uma vez que ensejam outras formas de sentir, introduzem novas formas de subjetividade política, na opinião de Rancière (2009). Os pressupostos da ação desses jovens não são homogêneos nem estão mais dentro de uma noção de universalidade, mas sim de rapidez e fluidez da comunicação, da conexão com o outro.

O foco de análise deste ensaio toma como base a definição de poder e resistência apresentada por Michel Foucault, ao destacar que “onde existe poder, existe resistência [...]”. Esta resistência não é substância. Ela não é anterior ao poder que enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (Foucault, 2004: 241). Assim, compartilho da análise feita por Zanella, (2012) no seu artigo intitulado “ReXistências”, que tomou por base as pesquisas realizadas no Nupra (Furtado, 2007; Assis, 2011; Gomes, 2007), afirmando que as práticas de resistência devem ser compreendidas no bojo da microfísica das relações de poder e das micropolíticas, porque, a partir do momento em que há relações de poder, há possibilidades de resistência. São práticas de resistências que ali se gestam, cavando brechas e tecendo linhas de fuga na molaridade das práticas de governabilidade, em contraposição à submissão das subjetividades que se tenta produzir nas relações humanas.

Em outra pesquisa, feita por Gomes (2007, em: Zanella, 2012: 137) com o Movimento Passe Livre de Florianópolis/SC, ela constatou

que se tratava de uma organização em coletivos efêmeros, que ora se juntavam e clamavam por um mesmo ideal, ora se dissipavam. E a cada nova mobilização, novos personagens surgiam, sem a certeza da presença no dia seguinte. Apesar de toda a repressão policial, as prisões, a depredação do patrimônio público, a opinião contrária da mídia e de alguns setores da sociedade, o Movimento Passe Livre sempre se caracterizou pelo caráter alegre e festivo de suas manifestações.

Os jovens sentiam-se atraídos a participar do movimento devido à sensação de pertencimento a esta grande festa da democracia e do direito de protestar [...]. A mediação das práticas políticas foi, fundamentalmente, afetiva, marcada por uma compreensão na qual a política se relaciona dentro de um contexto de alegria e festa (Gomes, 2009: 129, em: Zanella, 2012: 137). E, segundo Zanella, algumas vezes, o som grave das alfaias de grupos de maracatu marcava o ritmo da caminhada pelas ruas da cidade. Peças teatrais eram encenadas com o intuito de ilustrar contra o que os jovens se mobilizavam. A catraca, símbolo da barreira que os altos preços das passagens de ônibus impõem, era levada para as manifestações e, como em um ritual místico repleto de simbologias, as pessoas pulavam por cima desse obstáculo, um movimento de metáfora do livre acesso à cidade (Ibidem: 137).

É importante ressaltar que, possivelmente, as práticas de resistência dos jovens contemporâneos estejam além do embate, do confronto e das figuras clássicas de recusa, compartilhando das observações levantadas na pesquisa de Zanella (2012), que analisou práticas sociais protagonizadas por jovens que não são propriamente reconhecidas em suas dimensões subversivas/opositivas, por dar ênfase, assim como neste ensaio, à sua condição inventiva. Esta condição está reverenciada na obra *A evolução criadora* (Bergson, 2005), situando esta produção/criação como necessária para transformar a realidade, seja resistindo ao que está dado ou não.

Esses jovens re-existem na medida em que se afirmam como sujeitos, via ato criador, e intervêm nos mecanismos que negam o que os singulariza. Essa resistência é constituída, portanto, na produção daquilo que os difere, na demarcação de novos possíveis e, fundamentalmente, na afirmação da vida que se entretetece na relação com os outros. (Zanella, 2012: 129)

Seguindo na direção de entender as motivações e táticas usadas no Movimento e com as possíveis expectativas com relação a este Movimento, encontramos também abordagens reativas a essas práticas de resistência, por parte de determinados veículos de imprensa. Mas interessa neste trabalho mais do que isso, observar: como se vestem esses “personagens” das ruas?

## OS PERSONAGENS DAS RUAS

Há roupas pretas e rostos cobertos por bandanas ou máscaras antigas. Com esta indumentária, os integrantes do chamado “*Black Bloc*”, reúnem uma mescla de jovens que nem sempre partilham dos mesmos ideais. Em geral, são avessos a entrevistas e atos de violência e compartilham as opiniões do grupo. Só há uma recomendação clara: se houver atos de depredação, que eles sejam focados em “símbolos de poder capitalista”, como os bancos. Na entrevista que alguns aceitaram falar ao jornal *Folha de São Paulo* (04/08/2013: 5) afirmam que a regra básica é: cada um responde por si. Essa liberdade é decorrente do fato de não haver liderança entre os *Black Bloc*.

Os próprios adeptos fazem questão de ressaltar que não se constituem como um grupo; dizem compartilhar apenas uma “tática de manifestação”. Um dos métodos adotados é correr entonando o canto “uh, uh, uh”, para forçar os policiais a acompanhá-los, sem que tenham clareza do destino final. Com esta tática, conseguiram ocupar a Câmara Municipal, no Rio de Janeiro, percorrendo um trajeto de 1,4 km. Os encontros são marcados no Facebook, na página do Rio de Janeiro, considerada a mais popular em relação aos demais estados, porque tem mais de 18 mil seguidores; também há links para manuais de guerrilha, preparo físico e de sobrevivência.

Brás, de 27 anos, técnico em Química, quebrou uma estátua que estava na Câmara, justificando o ato como uma forma de “protestar contra o que os políticos representam”. Ele afirmou na entrevista: “Eu não sou *Black Bloc*, visto preto pra poder ir na frente, só isso”. A estudante Natália R., de 19 anos, defende “depredações de símbolos capitalistas”. “Entreí no grupo porque os acho corajosos, mais revolucionários do que quem só levanta cartaz. Fui seduzida por esse tipo de luta há um mês. A gente tem que afrontar, não se faz revolução com flores”. O estudante de Psicologia Jean S., de 19 anos, participou da ocupação da Câmara Municipal do Rio e afirma ter depredado as agências bancárias no Leblon, na zona Sul. Já foi ferido por estilhaços de vidro. Indagado se manifestava algum medo respondeu: “de ser preso, pela vergonha que minha mãe teria”.

De acordo com a matéria jornalística do Jornal *Estado de São Paulo*, intitulada “*Black Blocs* já se articulam em 23 Estados do País” (Manso, 2013: A23), no Maranhão, os integrantes da página dos *Black Blocs* no Facebook contam a história da Balaiada, movimento popular rebelde formado por “escravos aquilombados e caboclos”, que tomou a segunda maior cidade do Maranhão no século 19. Os de São José dos Campos colocaram na internet a imagem da “mãozinha do curtir” segurando um coquetel molotov. Já os goianos e os demais se dizem anarquistas e afirmam que a “sua pátria é o mundo inteiro” e a “sua lei é a liberdade”. No Pará, a bandeira brasileira está pintada de preto



Fotografia de Pablo Vergara de um jovem Black Bloc durante os protestos no Rio de Janeiro em 2013.

e vermelho, com o “A na bola”, símbolo do anarquismo, no lugar do lema *Ordem e Progresso*.

Quase dois meses depois do começo dos protestos com o Movimento Passe Livre, as discussões virtuais e presenciais sobre o uso da violência, como estratégia política nas manifestações de rua, vêm sendo feitas em 23 estados da federação brasileira. De acordo com o levantamento daquele jornal, só os estados do Amazonas, Tocantins, Sergipe e Acre não têm ainda fóruns de internet dos *Black Blocs*. “Muitos dos jovens que estão usando essa estratégia de violência nas manifestações vieram das periferias brasileiras. Eles já são vítimas da violência cotidiana por parte do Estado e por isso os protestos violentos passam a fazer sentido para eles”, afirma o professor Rafael Alcázar, Coordenador de pesquisas organizacionais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP).

### **REVOLUÇÃO, VIOLÊNCIA OU AÇÃO SIMBÓLICA?**

Para além desses dados, tomamos por base uma parte dos registros efetuados pelos meios de comunicação com o foco nos protestos de junho (2014), intercalando entrevistas<sup>5</sup> feitas com jovens que participam das manifestações sociais. Iniciamos pela reportagem do jor-

---

5 Entrevistas foram realizadas no dia 6 de setembro às 20:00 horas com jovens acampados na Praça Cinelândia transferidos do “Ocupa Cabral”, no Leblon, e com estudantes que estavam mobilizados em solidariedade e pressão por conta da prisão de integrantes dos *Black Blocs*, no Rio de Janeiro.



nal O Estado de São Paulo, que traz um box com um breve histórico do “Movimento dos Black Blocs”. Inspirada inicialmente em ativistas alemães, que atuavam de preto e com máscaras de gás como segurança nas manifestações nos anos noventa, segundo os dados, a estética e a ação dos Black Blocs se fortaleceram principalmente depois de ganhar espaço nos Estados Unidos, onde o pacifismo era o discurso hegemônico, graças às vitórias nas lutas pelos direitos civis, lideradas por Martin Luther King Júnior, e às passeatas hippies contra a Guerra do Vietnã, sob o lema “faça amor, não faça guerra”.

Atos de depredação em Seattle (EUA), em 1999, que impediram diversos delegados de chegarem à reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), conseguiram provocar o debate sobre o papel da violência nas manifestações. Esses manifestantes passaram a argumentar que depredação não é violência, mas uma intervenção simbólica que atinge o cerne do capitalismo: a proteção à propriedade privada. De acordo com essa filosofia, seriam atos violentos somente as ações que ferem os indivíduos. Uma das referências do debate foi o livro *Como a não-violência protege o Estado*, do ativista americano Peter Gelderloos, que já esteve preso nos EUA e na Espanha. “Depois de Seattle, os movimentos sociais passaram a aceitar a violência como uma das estratégias políticas e a debater abertamente a questão”, explica o filósofo Pablo Ortellado, coautor do livro: *Estamos vencendo!* (2004), sobre os movimentos autonomistas no Brasil.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) foi primeiro a criticar os *Black Blocs* abertamente, através de um documento publicado pelo Jornal *O Estado de São Paulo*, de 03/08/2013. Para o PSTU “A verdadeira revolução é a ação das massas, não a de pequenos grupos”. E, além disso:

Nas grandes mobilizações, houve momentos em que milhares de pessoas se defenderam como puderam dos ataques violentos da política. Naturalmente, acreditamos que essas atitudes foram totalmente legítimas. Os Black Blocs, porém, têm uma ação distinta. Entram nas passeatas e, sem que tenha havido nenhuma deliberação por parte dos manifestantes ou dos grupos que organizaram o protesto, atacam de forma provocativa a polícia, que reage, sistematicamente, reprimindo e acabando com as mobilizações. Agem como provocadores da repressão policial, tendo sido responsáveis muitas vezes, por acabar com várias passeatas. (PSTU, 2013)

A reportagem especial de capa da revista *Veja*, com o destaque “O bloco do quebra-quebra”, responsabiliza os *Black Blocs* espalhados pelo Brasil por transformar os protestos em arruaças, atribuindo a autoria aos jovens da periferia, punk, “tem até universitárias de tênis *Farm* e egressos de movimentos sociais decadentes, como o MST, engrossan-

do as fileiras do bando”, definido pela revista como defensor da “destruição consciente da propriedade privada”. A matéria apresenta uma composição dos personagens que estariam à frente do movimento, desde a vestimenta, “lenços pretos, na versão original; de qualquer cor que estiver à mão, na versão brasileira... Os primeiros com calças justas e coturnos de cadarços vermelhos ou amarelos” (*Veja*, 21/08/2013).

De acordo com essa descrição, em São Paulo, completam o que chamam de “babel social” estudantes de universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). “Na semana passada, uma aluna de ciências sociais da USP engrossava o bloco do quebra-quebra calçando tênis da grife Farm, custando em média 250 reais o par: ‘É ótimo para manifestações’”, afirma. Na capital paulista, “essa turma heterogênea”, segundo a mesma Revista, se reúne em uma casa na zona oeste, em festas regadas a cerveja e ao som de cumbia — ritmo nascido na periferia de Buenos Aires. Ao final, assistem a filmes como: *Brad, Uma Noite Mais nas Barricadas*, uma ode ao produtor de vídeo americano morto por um grupo paramilitar, durante uma manifestação no México. No Brasil, os primeiros integrantes dos *Black Blocs* viviam nos moldes das comunidades hippies e liam livros, como *Manual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighela, e *The Black Bloc Papers*, que conta o histórico do grupo.

Após apresentar características desses personagens, ainda que seus rostos e identidades estejam encobertos, como também, citar seus pontos de encontro e falar de filmes, música de preferência e livros de inspiração, a matéria da revista *Veja* tenta relatar as táticas usadas nesse tipo de manifestação:

Em turmas de cerca de 100 pessoas, os *Black Blocs* assumem a frente dos protestos, a pretexto de compor uma barreira entre os manifestantes e os policiais. De braços cruzados, movem-se como uma massa uniforme em direção às barreiras de segurança. Quando a polícia se aproxima, emitem em coro e de forma ritmada grunhidos semelhantes a um grito tribal. Nesse momento, alguns membros lançam morteiros, coquetéis molotov e pedras com estilingues. O objetivo é provocar a polícia. Quando ela reage, eles se dividem: uma turma parte pra cima e a outra foge pra pichar muros, atear fogo em latões de lixo e destruir estabelecimentos, preferencialmente bancos, concessionárias de carros, lanchonetes de cadeia e tudo o que considerarem “símbolos do capitalismo”. Placas de sinalização viram armas e orlhões escudos. (Megale e Aragão, 2013: 74)

Para acrescentar mais detalhes às estratégias de atuação dos *Black Blocs* descritas na matéria jornalística, é mencionada ainda uma cartilha apreendida pelo delegado Marco Duarte de Souza, da Polícia Civil do

Rio Grande do Sul, onde estão descritos os alvos do grupo: “bancos, grandes empresas e imprensa mentirosa”. Devem ser evitadas, segundo o texto, depredações de “carros particulares e pequenos comércios”. A revista contabiliza os prejuízos trazidos pelos *Black Blocs* no período de protestos: Em dois meses de manifestações, mais de 200 agências bancárias foram depredadas, o que causou um prejuízo superior a 100 milhões de reais, de acordo com a matéria. No comércio, foi de 38 milhões de reais. A Prefeitura de São Paulo teria gasto até agora 350 milhões de reais para consertar vidraças das estações de metrô destruídas, placas de rua e pontos de ônibus. No Rio de Janeiro, segundo os dados da mesma Revista, o prejuízo superou 1,5 milhão de reais. “Com toda essa destruição, porque não há vândalos presos?”, questionam os autores da matéria que definem esses atos como crimes.

Para eles e seus admiradores confessos — entre os quais professores universitários pagos com dinheiro público — destruir uma agência bancária a marretadas ou golpes de extintor de incêndio não é vandalismo, mas uma “ação simbólica que, inserida na ‘estética da violência’ simularia a ‘ruína do capitalismo’”. Embora haja uma definição mais precisa para isso — e ela pode ser resumida na palavra crime — quase nenhum *Black Bloc* está preso hoje no país. (Megale e Aragão, 2013: 78)

Porém, a prisão, numa quarta-feira, no Rio de Janeiro, de três maiores em flagrante e a apreensão de dois menores, por fazerem parte do *Black Bloc* e por administrarem a página no Facebook do grupo, acaba por corroborar com a matéria da *Vêja* de que este tipo de protesto se configura como crime e dá uma resposta à cobrança da mesma revista de que quase nenhum deles havia sido preso no país (Jacob, 2013). De acordo com a reportagem de *O Globo*, a operação foi deflagrada pela Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI) para desarticular o grupo conhecido como *Black Bloc*, “acusado de promover baderna e atos de vandalismo durante as manifestações que vêm sendo realizadas desde junho”. Os presos responderão por formação de quadrilha armada e incitação à violência e foram transferidos para um presídio. “Um deles também vai responder por pedofilia, já que foram encontradas em seu computador imagens de relações sexuais entre menores”. Segundo a chefia de polícia, a investigação para identificar integrantes vai continuar. Em depoimento na delegacia, um deles admitiu ser administrador da página no Facebook.

A operação contou com cerca de 30 policiais da DRCI, com o auxílio da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (CORE) e de outras organizações especializadas que participaram da ação, visando cumprir seis mandados de busca e apreensão. Equipes se dividiram e efetuaram buscas em Niterói, São Gonçalo, Cachambi, Abolição,

Maricá e Tribobó, no Rio de Janeiro. Na casa dos jovens, policiais apreenderam computadores, celulares, facas, jacarés, máscaras do *Anonymous*, máscaras de gás entre outros objetos. Os presos, de acordo com a Chefa de polícia, Martha Rocha, fazem parte do grupo dos 21 manifestantes já identificados com nomes e endereços, conforme disse o delegado Ruchester Marreiros, durante entrevista no Ministério Público. O advogado Gustavo Proença, do Instituto de Defensores de Direitos Humanos, que reúne profissionais voluntários na defesa de integrantes de manifestações, vai pedir a liberdade provisória dos três jovens — de 18, 20 e 21 anos, que estão presos. No entanto, o comportamento ostensivo dos policiais no conflito armado durante as manifestações acabou por acirrar os ânimos de parte dos ativistas e transformar as ruas em verdadeiras arenas de guerra. Esse poder de dominação da polícia e seu sistema penitenciário entram em ação na sociedade disciplinar:

Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadrinhamento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder. O nascimento da prisão, por exemplo, em fins do século XVIII, não representou uma massificação com relação ao modo como anteriormente se era encarcerado. O isolamento celular — total ou parcial — é que foi, ao contrário, a grande inovação dos projetos e das realizações de sistemas penitenciários. (Machado, em: Foucault, 1984: XIX)

Embora o foco das ações dos *Black Blocs* esteja na mira da polícia e de revistas, como a *Veja*, o Rio de Janeiro, como um todo, foi a capital que mais levou pessoas às ruas em julho e agosto deste ano, e teve o maior número de manifestações, praticamente a cada semana, segundo a jornalista Fânia Rodrigues (2013). Além disso, as ocupações em frente à casa do governador Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), da Câmara Municipal dos Vereadores, durante 13 dias no mês de agosto, e da Praça Cinelândia, em frente à Câmara e Teatro Municipal, no centro do Rio de Janeiro, criaram um ambiente de tensão em diferentes âmbitos do governo estadual e municipal. O governador Sérgio Cabral, sentindo-se acuado e os vereadores cada vez mais pressionados pelas manifestações foram obrigados a assinar uma ata, pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos ônibus.

A bancada governista na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Vereadores, apesar de sua maioria, enfrentou dura oposição que acabou por desgastar a imagem do PMDB no Rio, revelando uma grande baixa nas pesquisas de intenção de voto. Este é o cenário político da cidade levantado na matéria da Revista *Caros Amigos*:

A falta de transparência, a arrogância e a violência contra os manifestantes e a população das favelas cariocas são alguns dos elementos que fazem parte dos problemas que motivam a continuidade dos protestos nas ruas da capital cultural do Brasil. Tudo isso somado à forte repressão da Polícia Militar, as remoções de favelas, o polêmico projeto do entorno do Maracanã, que envolvia a demolição de uma escola pública e do Museu do Índio e as revelações de que um dos helicópteros oficiais estava sendo usado para levar o governador, a mulher, os filhos, a babá e o cachorro à casa de veraneio, só pioraram a imagem do governador. (Rodrigues, 2013)

A jornalista entrevistou os ativistas que estiveram acampados de forma permanente no *Ocupa Cabral*, em frente à casa do governador, no bairro Leblon, zona sul do Rio de Janeiro. Cerca de 20 pessoas ficavam acampadas e durante os fins de semana o número dobrava, com a organização de palestras de formação política, sarau e apresentações musicais. O cenário também serviu de painel para outras lutas e causas sociais, como a de famílias que perderam os filhos, como vítimas da violência do Estado, e que deixam lá seus cartazes, bandeiras e faixas. “Ninguém passa por aquela rua de forma indiferente, sempre há um grito, uma buzina, uma palavra de apoio aos corajosos jovens que está resistindo a toda forma de pressão política e policial”, escreve a mesma jornalista.

O biólogo Ernesto Fuentes Brito, de 36 anos, explica os motivos que levam os jovens a continuarem acampados no “Ocupa Cabral”, mesmo depois do pedido feito pelo governador de levantarem o acampamento em frente a sua casa, com a justificativa de que “O Cabral político deve ser separado do Cabral cidadão e pai”. Os manifestantes entenderam que as coisas não devem ser separadas e responderam com mais manifestações. “Estamos aqui pra criar uma situação de desconforto, essa é uma forma de pressão popular. Estamos cansados de apanhar. Não vamos mais nos submeter à violência do Estado. Não vamos nos levantar daqui até que se abra o diálogo ou até o Cabral caia”.

Porém, que tipo de sociedade os jovens manifestantes gostariam de ter? Mesmo depois de vivenciar de perto as manifestações e fazer um esforço para analisar suas variadas interpretações, resolvi ir para a rua ouvir as motivações e expectativas de alguns desses jovens resultando em uma série de entrevistas, anteriormente referidas. Vítor Borges, 25 anos, estudante de Direito da Universidade Estácio de Sá, assim se manifesta:

Eu tô na rua pela minha própria insatisfação que é geral da população toda. Ao mesmo tempo, que a gente luta pelas mesmas causas há 10 anos, vem acontecendo atuações do governo que nos faz mantermos na rua. Um mês depois da manifestação em junho, o Cabral criou a CEIV (Comissão Es-



Fotografia de Pablo Vergara durante os protestos do Ocupa Câmara na Cinelândia no Rio em 2013.

pecial de Investigação dos Atos de Vandalismo), para investigar os atos de vandalismo, cujos resultados são essas prisões. Um dos artigos desse decreto tirava o nosso direito de nos manifestar e ser criminalizado, informando as nossas ações. Ficamos meio que acuados com isso. Teve um decreto essa semana proibindo de usar máscara e ir para a delegacia. Todos esses atos governamentais proibem de pensar o que a gente pensa e de se manifestar, é o que move a gente. Qualquer pessoa hoje pode protestar da maneira que se veste uma máscara não significa o anonimato, significa o *V de Vingança*, o filme da Europa. Quando proibiram as máscaras, foi mais um motivo para que fôssemos pra rua com máscaras, faremos um baile de máscaras, faremos um baile de carnaval durante a manifestação na Avenida Passos. Nem máscaras de carnaval, podemos usar? (Vitor Borges, entrevista, 06/09/2013)

Outra declaração é dada por Isabela Santos, 19 anos, estudante de Jornalismo, da Universidade Estácio de Sá, ao ser entrevistada: “Estou há 40 dias no “Ocupa Cabral”, no Leblon, desde a ordem de desocupação, não poderia voltar. A estratégia pra voltar é com uma nova integração de posse”. E diante da pergunta “O que você espera alcançar com a ocupação”, Isabela assim se pronuncia:

Eu quero que ele (Cabral) seja cassado e cumprido o impeachment pra não ser reeleito. Porque o Cabral nunca separou a vida privada da vida política, todo o dinheiro ele se beneficia com helicóptero, a mulher dele ser advogada da Supervia, do Metrô do Rio, são aquelas coisas durante o mandato, o privilégio e o poder pra se beneficiar a vida social. A gente vê que os políticos mudam, mas a gente nunca vê mudanças na saúde, é um lixo de atendimento. Estão maquiando a cidade com coisas que não vamos usar por achar que é tudo bonito. E passamos 6 horas numa UPA (Unidade de Pronto Atendimento), eu não estou satisfeita com a educação. E quem não tem dinheiro pra estudar numa escola particular? Nesses 40 dias de acampada, vi que o Leblon é outra realidade, onde eu moro não têm cinco viaturas de polícia, toda a segurança e mais todas as coisas relacionadas à burguesia e ao povo. Uns usufruindo enquanto outros não têm nada. Sem roupa, comida como fiquei neste acampamento, recebendo doação, doente. Não foi uma derrota, vamos voltar. Será perigoso, armas letais, vamos proteger nossa vida. É uma luta desigual, a gente não tem arma. Fui presa na semana passada, mas eu vou do mesmo jeito. Enquanto eu tiver voz, eu tiver força eu vou pra rua. A Rani foi espancada e eu me meti e fui presa por desacato, fui intimidada. E aí veio a perseguição política. Se você não esconder a identidade você é cassado, ameaçado. Se não posso ir com a cara limpa, não sei porque aprovar a lei da máscara. (Isabela, entrevista, 08/09/2013)

Os depoimentos dos jovens entrevistados expressam um misto de temor da perseguição política e da violência policial e, ao mesmo tempo, a resistência de manter a ocupação mesmo com a pressão para seguirem obedientes às normas da sociedade disciplinar. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis””. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e faz diminuir essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (Foucault, 1987: 127). Na sequência, procuramos captar o que poderia ser identificado como uma estética, presente nas manifestações sociais iniciadas em junho de 2013. Seria possível considerar dessas intervenções estéticas de alguns jovens e seus modos de subjetivação contemporânea como novas práticas de resistência, de engajamento político? Poderiam ser compreendidas como novas possibilidades e mecanismos de fazer política pela via da arte e da cultura?

Uma pesquisa sobre a cidade e seus modos de subjetivação, aponta que a concepção estética utilizada nos planos das cidades serviu a

interesses diversos de produção e circulação de mercadorias e imprimiu uma rigidez e funcionalidade que levou a moldar o deslocamento dos corpos no contexto urbano e a uma certa disciplinarização do olhar e de processos de subjetivação a partir da era industrial. Além disso, com a cidade moderna, ocorreu a perda dos espaços comunitários onde se partilhava a vida cotidiana. A cidade concebida pelos arquitetos e urbanistas estaria distante, portanto, da cidade vivida e habitada com sua rede complexa de sentidos, de subjetivações e singularidades. “Na tensão entre cidade-razão moderna e a metrópole-dispersão contemporânea, os grupos juvenis vêm promovendo outras formas de intervenção nos espaços urbanos, configurando mapas alternativos, cosmopolitas e rearranjos nas relações com a política” (Furtado e Zanella, 2012).

Segundo as pesquisadoras, por conta de historicamente a imagem dos jovens estar vinculada a possibilidades de questionarem a realidade vivida, o que os permitiria modificá-la, foi estabelecida uma relação estreita entre juventude e transformação, sobretudo em decorrência de um protagonismo juvenil nos movimentos estudantis nos anos sessenta em diversos países ocidentais. Porém, este cenário mudou a partir dos anos oitenta com a redemocratização da sociedade brasileira. Dissemina-se a partir daí até hoje um discurso sobre o desinteresse dos jovens com relação ao campo da ação política. “Mesmo sua participação nas movimentações de rua pelo *impeachment* de Collor, em 1992, foi largamente desqualificada por ser “espontaneísta”, “espetacular”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização” (Abramo, 1997: 27). O que esses pesquisadores constatarem que isso talvez explique uma descrença por parte dos jovens em relação aos modelos tradicionais de atuar politicamente e aos modos convencionais de se lutar pela transformação da realidade.

### **A ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA PRODUZIDA NAS RUAS E REDES**

Depois de ouvir esses jovens, sejam eles representantes de entidades que deram início aos protestos, sejam eles rotulados como *Black Blocs*, ativistas acampados, ou ainda outros tipos de manifestantes na multidão, é interessante observar esses personagens e perceber que há uma estética nos protestos. No livro *Estamos vencendo* (2004), em que o fotógrafo André Ryoki dividiu a autoria com o historiador Pablo Ortellado, ele registrou muitas imagens dos protestos em São Paulo, entre 2000 e 2002. Embora o livro fale de Seattle, já que era um movimento internacional antiglobalização, que aglutinou anarquistas, intelectuais e políticos com a alternativa de que “outro mundo é possível”, André Ryoki identifica uma diferença estética nas manifestações, pois existia uma especificidade no Brasil: o caráter lúdico. “Essa



proposta lúdica era uma especificidade da época, mas não vejo isso nas manifestações atuais”. Segundo ele, a ideia era ocupar a cidade, pois a metrópole concretiza as relações entre o capital e o trabalho de forma muito cruel. Os manifestantes queriam ir para a rua inverter essa lógica e “brincar” para subverter a ordem urbana. (Ryoki, André apud Sayuri, 2013).

Essas manifestações se ancoravam em movimentos horizontais, sem hierarquia nem líderes; eram organizações autônomas que bebiam nas fontes do anarquismo. “Os anarquistas não estão ‘voltando’, porque nunca foram embora. Esses movimentos se contrapõem à organização partidária, que visa ao poder institucional. O alvo é outro: eles querem viver a própria utopia nas manifestações” (Ryoki, 2013).

Os protestos de junho no Brasil, carregados de símbolos, significados, narrativas e subjetividades, produziram uma estética trazendo todos os elementos de um espetáculo: a rua, como palco, a arena pública que concentrou milhares de ativistas, mas também as casas legislativas, como a Câmara Municipal de Vereadores, a Assembleia Legislativa do Estado e o poder executivo, no Congresso Nacional, em Brasília/DF. Havia personagens diversos, com seus figurinos — escuros ou coloridos, de botas ou coturnos, máscaras do *Anonymous* ou máscaras de gás, calças jeans ou uniformes policiais, — empunhando seus objetos de cena — cartazes, faixas, coquetéis molotov, bombas de gás lacrimogênio, armas e cassetetes, vinagre, etc., usando palavras de ordem, gritadas, cantadas ou escritas — “O gigante acordou” ou “Vem pra rua vem”, com intensos momentos de clímax, de conflito armado entre manifestantes e policiais, tumulto, correria, focos de incêndio e muitos holofotes da imprensa, que também entrou na guerra, nos sobrevoos de helicópteros, tanto da polícia quanto da imprensa. E essa multidão produziu subjetividades.

De um lado, estavam posicionados os policiais, representando o Estado, em nome da defesa do patrimônio público e privado, como também, os traficantes que se misturavam aos ativistas e que, assim como a polícia, representam o poder associado ao modelo produtivo adotado pelo capital, articulado ao consumo. Nesse caso, a subjetivação se dá em torno do consumo e do valor. De outro lado, estão os chamados *Black Blocs*, que escondem tudo e resistem a esse poder estabelecido e à política do consumo. Podem ser identificados como um fenômeno estético, tendo como principal estratégia separar a forma do conteúdo. Além destes, há os conhecidos *Mídia Ninja*, que, ao contrário, trazem tudo exposto, tudo revelado, assumindo uma Atitude Ninja. “Acho que a movimentação sem controle da juventude pelas ruas foi uma coisa muito bonita em junho, inclusive os *Black Blocs*. Eu acho que restringir os *Black Blocs* é muito careta pra ser de

esquerda. Onde a esquerda vai acabar, se tiver horror de *Black Bloc*?”, pergunta a historiadora Vera Malaguti.

Esse anticapitalismo defendido pelos jovens nas ruas ganhou um tom bem mais anarquista, próprio dos *Black Blocs*, que passaram a se diferenciar dentro dos movimentos por suas intervenções mais radicais de enfrentamento direto aos bloqueios policiais e com a quebra dos bancos como um dos fortes símbolos do capitalismo. “Em meio às nuvens de gás lacrimogênio, policiais fortemente armados enfrentam os vultos nas ruas. Mascarados e vestidos de preto, esses vultos são os *Black Blocs*. A bandeira negra da anarquia ondula em meio ao voo de garrafas, pedras e, algumas vezes coquetéis Molotov. Os policiais atiram granadas de gás lacrimogênio e balas de borracha — às vezes balas de verdade”, descreve o cientista político Francis Dupuis-Déri, há mais de quinze anos pesquisando sobre a história e as manifestações dos *Black Blocs*. Déri afirma que, segundo um mito bastante difundido, só existiria um *Black Bloc*, uma única organização permanente com múltiplas ramificações internacionais, e pode variar de tamanho, tendo de alguns poucos indivíduos até muitas centenas. Ele faz uma definição desses personagens e de sua tática:

Os *Black Blocs* são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas. Embora os *Black Blocs* por vezes recorram à força para exprimir sua crítica radical, eles costumam se contentar em desfilar calmamente. O principal objetivo de um *Black Bloc* é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político. Nesse sentido, um *Black Bloc* é como uma grande bandeira negra formada por pessoas no centro de uma manifestação. Como afirmou um ativista, “o *Black Bloc* é nosso estandarte”. Para explicitar ainda mais sua mensagem, os *Black Blocs* costumam ostentar diversas bandeiras anarquistas (pretas, ou vermelhas e pretas) e faixas com lemas anticapitalistas e antiautoritários. (Dupuis-Déri, 2014: 10)

Em geral, os manifestantes são chamados pela internet para a formação de um *Black Bloc*, como parte de uma mobilização maior, como ocorreu na Cúpula das Américas, em 2001; ou por meio de cartazes em muros, como em Berlim antes do Primeiro de Maio de 2013. Embora os grupos possam se encontrar horas ou dias antes para planejar e coordenar suas ações, nos casos de eventos muito importantes, o mais comum é que os *Black Blocs* surjam de maneira espontânea. Vera Malaguti lembra emocionada o momento em que os *Black Blocs* se somaram à manifestação dos professores nas ruas do Rio de Janeiro:

“Quando teve a manifestação dos professores, tinha gente da minha idade que já é avô, apanhando da polícia. Aí chegaram os Black Blocs, e eu fico arrepiada (ao lembrar). Pô, chegaram os Black Blocs, não é o Bope, não é o CORE, são os Black Blocs, são os meninos”. Os professores saíram. Mas sempre tem aquele limite: “desde que não seja baderna”... Aliás, baderna é uma palavrinha marcada. No Golpe de 1964 — que está fazendo 50 anos — “baderna” era a palavra “vândalos”... (Malaguti, em: Duarte e Barros, 2014)

Em seu estudo, Dupuis-Déri deixa claro que o Black Bloc não é um tratado de filosofia política, muito menos uma estratégia, mas uma tática que possibilita que eles expressem uma visão de mundo e uma rejeição radical ao sistema político e econômico, “mas nem por isso são ingênuos ao ponto de achar que essa ação possa desenvolver uma teoria geral da sociedade e da globalização capitalista” (Ibidem, 2014: 11). Sua tática quando envolve o uso da força, lhes possibilita mostrar ao “público” que nem a propriedade privada nem o Estado, representado pela polícia, são sagrados, assim como indicar que alguns estão preparados para se colocar no caminho do perigo contra o capitalismo ou o Estado, ou sua solidariedade para com os menos favorecidos pelo sistema. “Uma mulher que participou de muitos *Black Blocs* contou que suas ações contra as empresas e os veículos da mídia têm o



Fotografia de Pablo Vergara do confronto entre Black Blocs e a polícia nos protestos do Ocupa Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2013.

objetivo de “mostrar que não queremos empresas e veículos de mídia com taxas de lucro inacreditáveis e que se beneficiem do comércio livre à custa da população” (Ibidem, 2014: 12). O tipo de ação dos *Black Blocs*, para esse pesquisador, está dentro do espetáculo midiático, na medida em que busca introduzir um contra espetáculo, ainda que, de certa forma, este dependa do espetáculo oficial, e da mídia pública e privada. Dupuis-Déri menciona o participante de um *Black Bloc* em Toronto, em 2010, que afirmou: “O *Black Bloc* não vai fazer a revolução. Seria ingênuo pensar que, por si só, o ataque seletivo contra a propriedade privada poderia mudar as coisas. Isso continua sendo propaganda” (Ibidem, 2014: 12).

A verdade é que a ideia do *Black Bloc* se espalhou como uma onda por muitas passeatas, como, por exemplo, na marcha de Londres, em 31 de março de 2011, contra cortes nos serviços públicos... “quando as pessoas viram outras de preto, também passaram a usar preto. Alguns manifestantes até deixaram o protesto para comprar roupas pretas” (Ibidem, 2014: 13). Um veterano de diversos *Black Blocs* explica que o anonimato possibilita frustrar, ao menos em parte, a vigilância da polícia, que filma todas as manifestações e confisca imagens dos meios de comunicação para identificar, prender e intimidar “vândalos”. “Vestir preto permite que você ataque e depois volte para o *Black Bloc*, onde é só mais um em muitos outros” [...] “Dependendo da situação, as pessoas envolvidas em ações diretas podem escolher se dispersar, trocar de roupas e desaparecer em meio à multidão” (Ibidem, 2014: 13).

Essa tática, porém, que se provou eficaz após a Batalha de Seattle, nos Estados Unidos, agora perdeu o elemento-surpresa, facilitando que a polícia reprima ou manipule os manifestantes que a empregam. A popularidade, portanto, dos *Black Blocs*, os tornou mais vulneráveis à repressão, à vigilância e à infiltração policial. No entanto, em Seattle, fotos tiradas por ativistas e pela polícia indicam que os ataques do *Black Bloc* contra empresas e bancos começaram horas depois de os policiais dispersarem pela força os manifestantes que não usavam da violência e que estavam bloqueando as ruas e as entradas para o centro da cidade.

Nesse livro, Dupuis-Déri menciona o estudo comparativo, feito pelo sociólogo Patrick Rafail, com mais de mil manifestantes realizado em Vancouver, Toronto e Montreal, no Canadá, onde ele observou que as culturas policiais variam de uma cidade para outra. As prisões em massa, por exemplo, são mais frequentes em Montreal e que 22% das manifestações naquela cidade envolveram prisões, ao passo que Toronto apresentou 10% e Vancouver apenas 4%. E conclui, com isso, que a atuação dos manifestantes não é o fator principal da brutalidade da polícia. Em vez disso, em Vancouver é a relação de uma manifesta-

ção com grupos de contracultura, enquanto em Toronto é a identificação do evento com o radicalismo, e em Montreal, é o tema específico da manifestação que aumenta o risco de brutalidade policial: “a polícia de lá abomina manifestações contra o capitalismo, ou contra a brutalidade da polícia” (Dupuis-Déri, 2014: 205).

O radicalismo vem sendo igualado a terrorismo, até mesmo em ações menos violentas que as dos *Black Blocs*, a exemplo do agricultor e ativista José Bové “destruindo” um McDonalds, onde Max Clos, do jornal francês *Le Figaro*, estabeleceu uma semelhança entre a ação direta de Bové, conduzida, “sob o pretexto de combater a globalização” e os ataques de 11 de setembro, antes de acrescentar: “Obviamente, isso não tem a mesma escala que os ataques a Nova York, mas ambas têm o mesmo espírito”. Nos Estados Unidos, Michelle Malkin, da *Capitalism Magazine*, opina que “os titereiros anticapitalistas de cabeça oca de hoje atirando pedras são o John Walker Lindhs de amanhã”, fazendo uma referência ao jovem norte-americano que entrou para o Talibã com o nome Abdul Hamid e foi preso pelo exército dos EUA, durante a invasão do Afeganistão. Assim como uma matéria da British Broadcasting Corporation (BBC) sobre o *Black Bloc* egípcio, envolvido na Irmandade Muçulmana, em janeiro de 2013, disse:

O canal de TV afiliado à Irmandade Muçulmana, Misr 25, relatou em 26 de janeiro que o *Black Bloc* era “parte de movimentos ditos revolucionários, como o Anarquismo e os Socialistas Revolucionários (trotskistas egípcios) Esses movimentos rejeitam a existência de qualquer sistema político, jurídico ou parlamentar. Eles pedem sociedades sem Estado. Para conseguir isso, adotam todas as formas de atos violentos e bárbaros, como assassinatos e incêndios. Esses grupos anarquistas de sabotagem não são grupos revolucionários. Na verdade, usam a revolução para causar caos”. (Ibidem, 2013: 213)

Nessa mesma lógica dos jornalistas e colunistas, Alain Gérard Slama, do *Le Figaro Magazine*, estabelece uma relação entre o 11 de setembro e os *Black Blocs*:

É difícil não fazer uma relação entre o ataque que acabou de abalar a Meca do capitalismo mundial e a intensificação dos movimentos antiglobalização [...] todos eles contestam o Estado democrático liberal [...]. Por enquanto, os vândalos da extrema-esquerda dos *Black Blocs* [...] são apenas alguns milhares. Só os cegos podem se recusar a ver a rapidez com que a doença está se espalhando. (Slama, 2001)

Além do comportamento da polícia e da imprensa às manifestações políticas, outro fator a ser considerado na criação de uma imagem

negativa do *Black Bloc* para a sociedade é o estímulo ao consumo feito por determinadas empresas que lucram bastante com os protestos, sobretudo se forem carregados de conflitos armados. As empresas que fabricam e vendem armas anti-manifestantes fazem alarde da eficácia repressora de seus produtos, a exemplo das fotos tiradas na Cúpula do G20, que foram usadas para fins promocionais pela Mawashi, uma fábrica de equipamentos protetores para a polícia. Essa empresa usa também fotos em seu site onde faz referências a manifestações alter-globalização: “13 mil policiais empregados na Cúpula do G8 de 2007 na Alemanha; 433 feridos. Como saber se a sua tropa de choque está preparada para o trabalho? Se tiver a proteção de impacto CSA Z617, pode confiar”. Ou seja, no capitalismo denunciado pelos manifestantes considerados radicais, a própria repressão cumpre duplo papel: serve como propaganda para vender as armas para reprimi-los e para manter o sistema.

### O ROSTO POR TRÁS DA MÁSCARA

Na estética dos atuais protestos, o símbolo de Guy Fawkes marcou presença no Brasil nas ruas e redes sociais. A máscara do soldado inglês trazida no filme hollywoodiano *V de Vingança* (2006), passou a ganhar fotografias no Facebook, no Instagram e na imprensa. No artigo *Personagem: Anonymous Quem?*, do Jornal *O Estado de São Paulo*, a jornalista Juliana Sayuri descreve com detalhes os traços, assumindo que é uma difícil tarefa identificar quantos personagens estão por trás da máscara pop de Guy Fawkes.

Rosto branco, fino e ovalado, bochechas rosadas, cavanhaque estilo ca-fajeste e bigode debochado, olhos puxadinhos, sobrancelhas arqueadas e o sorriso de Mona Lisa um tanto cruel e sarcástico. Esse personagem poderia ser eu, poderia ser você, poderia ser a torcida do Corinthians acampada no Zuccotti Park em euforia semelhante à primeira conquista da Libertadores. Você já viu esse rosto. Seria um personagem esquecido, fosse tão identificável quanto um discreto perdido nas coloridas multidões. Ao contrário, porém, tem uma face muitíssimo pop. Guy Fawkes (1570/1606). (Sayuri, 2013: E4)

O rosto por trás da máscara tem, segundo a jornalista, uma história controversa. Foi o soldado católico que tentou explodir o Parlamento britânico no dia 5 de novembro de 1605, na Conspiração da Pólvora. A ideia era derrubar o rei protestante, os parlamentares e a nobreza. De posse de explosivos e conhecedor do seu uso, o soldado de 35 anos era o responsável pelos barris de pólvora. Mas o complô católico não deu certo; o golpe fracassou e Fawkes, acusado de traição, preso e torturado, se suicidou para escapar da condenação de morte. Esse “ros-

to” ficou diluído entre os manifestantes na rua, nas agitações sociais efervescentes no país e em festas. Alguns empunhavam cartazes “V de Vinagre”, uma referência ao “subversivo”, ácido acético proibido na manifestação paulistana no Movimento Passe Livre.

Muitas máscaras foram feitas desde que a HQ inglesa *V for Vendetta*, assinada pelo escritor Alan Moore e pelo ilustrador David Lloyd, na década de oitenta, que ganhou uma versão cinematográfica em 2006, pela Warner Brothers. De acordo com a jornalista Sayuri, o *New York Times* alertou aos rebeldes durante as convulsões sociais, nos idos de 2011; as máscaras pretensamente anarquistas, produzidas na China e no México, contribuíram parcialmente para o lucro de US\$28 bilhões da gigante americana Time Warner, que detém os direitos da ilustração. Mas foram os hackers do *Anonymous* que lhes deram destaque internacional, com os protestos por volta de 2008. Assim, Guy Fawkes já é um símbolo — para não dizer um clichê — de diversos movimentos. Do outono americano no *Occupy Wall Street* aos levantes da Primavera Árabe, o herói folk do século 17 se tornou um ícone para esses movimentos “horizontais” e sem líderes. A jornalista Juliana Sayuri afirma que, em Londres, em 2011, Julian Assange também vestiu a máscara por uns minutos — mas a polícia pediu para que o fundador do WikiLeaks a retirasse, pois a lei britânica não permite “anonimato público”. Em Istambul e Paris, em 2013, esse “rosto” também estava por lá, mais uma vez.

Por outro lado, “V” tem outra faceta fora do “mundo real”, menciona o artigo. Vestindo o mesmo disfarce pop, no dia 18 de junho, ocorre uma inusitada mensagem do *Anonymous Brasil*. São os “haktivistas” — sonoro neologismo para “hacker + ativista”— que invadiram o Instagram da presidente e o Twitter de uma revista. Diz o início da mensagem de 1 minuto e 45 segundos, postado no Youtube: “Seremos simples e diretos. As mídias de rádio e TV dizem que não temos uma causa específica. Isso pode enfraquecer o movimento. Só a diminuição do valor das passagens dos transportes públicos não nos satisfaz, mas realmente temos que saber por onde começar um novo Brasil”. A mensagem é transmitida com música de suspense ao fundo, tom azulado nas imagens trepidantes e voz grossa digitalmente alterada tal qual os discursos do Movimento, propagados em outros idiomas. Desta vez, os mascarados brasileiros pretendem pautar cinco metas específicas para as novas manifestações:

“1°. Não à PEC 37; 2°. Saída imediata de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional; 3°. Imediata investigação e punição de irregularidades nas obras da Copa do Mundo, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal; 4°. Queremos uma lei que torne corrupção no Congresso

um crime hediondo; 5º. Fim do foro privilegiado, pois ele é um ultraje ao Artigo 5º da nossa Constituição”.

E isso para mostrar que os movimentos sociais podem até colocar máscaras para se defender, mas têm clareza sobre o que estão protestando.

### **A ESTÉTICA MÍDIA NINJA**

Ainda na direção de identificar esses personagens, suas estéticas e subjetividades, no contexto das manifestações que ocorrem desde o início de 2013, no Brasil, a população e a imprensa brasileira foram atravessadas pela cobertura da *Mídia Ninja*, um coletivo midiálistra que ficou popular no contexto das manifestações, em especial, por fazer uma cobertura midiática diferenciada e ao vivo, portando celulares que transmitiram situações jamais imaginadas de serem cobertas pela imprensa formal brasileira. Assim, inauguraram uma série de rupturas de ordem política, estética e até comercial a partir da produção e transmissão destas multi-narrativas em primeira pessoa, mostrando a violência da Polícia Militar brasileira contra os manifestantes. No entanto, a pesquisa do artista Gabriel Mascaro sobre o anonimato no contexto dos protestos de junho no país faz o caminho inverso, usando imagens supostamente produzidas e filmadas pelos policiais contra os manifestantes com o foco nos pés:

Importantes movimentos políticos internacionais hoje se propõem mais horizontais, despersonalizados, internacionalistas, e que pregam o anonimato a partir do uso lenço negro ou de máscaras uniformizadas para cobrir a face nas ações diretas. Mas esta pesquisa aqui se lança para os pés, já que os sapatos revelam paradoxalmente esta singularidade que se esconde por trás deste rosto comum. As imagens policialescas mapeiam de forma sistemática os sapatos e os rostos dos manifestantes de forma a criar uma associação. Uma vez que durante as manifestações é comum a troca de roupa ou o uso de máscaras, raramente os manifestantes trocam de sapatos, constituindo assim um fácil elemento para gerar a identificação. (Mascaro, 2014)

### **O QUE FAZER COM OS PÉS?**

A mesma potência que identificamos na estética das ruas, fundamentada na biopolítica de Antonio Negri, aparece no trabalho de Gabriel Mascaro, mas com um interessante diferencial que, inicialmente, havia passado despercebido pelas diferentes imagens e interpretações dos protestos e que passou a ser utilizada pelos policiais para criminalizar os ativistas: os pés. O uso da máscara, de acordo com a pesquisa, não deu conta de encobrir as identidades dos manifestantes, demonstrando a fragilidade deste anonimato.





Fotografia de Gabriel Mascaro de sua pesquisa sobre os pés dos manifestantes, 2013.

A premissa aqui é pesquisar as potências e as fragilidades do anonimato no contexto da biopolítica contemporânea das manifestações recentes no Brasil. Aqui, além da subjetividade que emana dos pés, os sapatos dos manifestantes são ícones geradores de provas criminais e uma intrigante ferramenta para lermos a política do presente. Em tempos de faces anônimas, o que fazer com os pés? (Mascaro. 2014)

Na sequência teremos uma fotografia, de Gabriel Mascaro, na obra citada, que desmascara as estratégias usadas pela polícia para reconhecer as lideranças dos protestos.



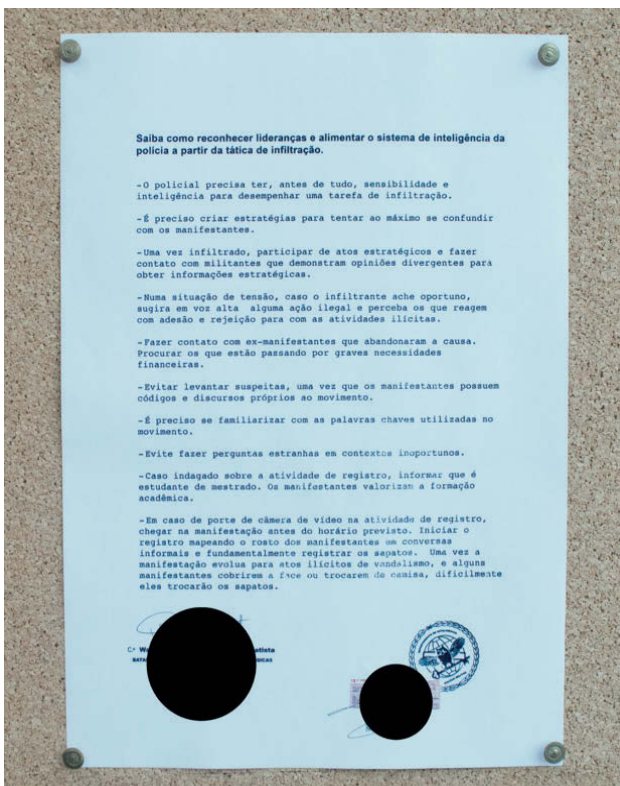
Fotografia de Gabriel Mascaro dos manifestantes nos protestos de junho de 2013.

## NÓS SOMOS ANONYMOUS

Mas, além dos ativistas radicais vestidos de preto intitulados *Black Blocs*, que, embora protegidos pela máscara, ganharam destaque nas manifestações, outro grupo que se espalhou pelo mundo, porém, cujo foco de atuação está na internet, é o *Anonymous*. Por trás do nome, uma história, um personagem, um filme, um artista e toda uma estética. Sem rosto, sem líder, sem estrutura, de táticas tão arriscadas quanto o *Black Bloc*, os hackers estão no confronto, numa insurgência cibernética global.

Seus panfletos e mensagens digitais mostravam o logotipo de um homem sem cabeça trajando terno e cercado por ramos da paz (ao estilo dos ramos de oliveira do símbolo da ONU), supostamente inspirado na pintura surrealista de René Magritte, aquela com um sujeito de chapéu-coco e a maçã verde. Muitas vezes incluíam a máscara lasciva de Guy Fawkes, o revolucionário londrino adornado no filme *V de Vingança* e agora símbolo da horda rebelde e sem rosto. Era impossível quantificar os membros do Anonymous, mas não eram apenas dezenas, nem mesmo centenas de pessoas. Em dezembro de 2010 eram milhares de pessoas do mundo todo tinham visitado suas principais salas de bate-papo para participar dos ataques ao PayPal, e outras milhares visitavam habitualmente os blogs relacionados ao Anonymous e novos sites, como Anon-News.org. Todo mundo no ramo da segurança cibernética comentava sobre o grupo de hacktivistas, mas ninguém parecia saber quem era esse pessoal. (Olson, 2014: 8)

O símbolo da máscara Anonymous não só ocupou as ruas nas manifestações ocorridas em diversos países, mas também a internet, pois é o nome de um grupo de hackers que criou um novo tipo de resistência, desafiando governos e grandes corporações ao redor do mundo, até a sua derrocada por conta da traição de um de seus integrantes. Milhares de ativistas se uniram, no final de 2010, para uma investida digital sem precedentes, atacando os sites da VISA, do MasterCard e da PayPal, para protestar contra o tratamento dado ao WikiLeaks e seu fundador, Julian Assange. Outros alvos, como a Sony Entertainment, a Fox, o Vaticano, a Igreja da Cientologia, foram hackeados, desfigurados e ridicularizados pelo grupo, que mandou o recado de que nada, nem ninguém estavam seguros. Milhares de contas de usuários e de sites de pornografia foram liberadas, expondo, entre outros, da intimidade de empregados do governo americano e do serviço militar. Parmy Olson, que entrou no mundo do *Anonymous* e do Lulz Sec, detalhando centenas de conversas com os hackers, descreve as características desses grupos e suas ações:



Fotografia de Gabriel Mascaro do sistema de inteligência da polícia com a lista de estratégias que utilizam para reconhecer as lideranças dos protestos.

Hacker era uma palavra famosamente vaga. Podia se referir a um programador entusiasmado ou a um criminoso cibernético. Mas os membros do Anonymous, ou Anons, com frequência eram chamados de hacktivistas — hackers com mensagem ativista. A opinião consensual baseava-se no fato de eles acreditarem que todas as informações deveriam ser livres e, caso você discordasse, podiam muito bem invadir o seu site. Afirmavam não dispor de estrutura nem de líderes, além de não constituírem um grupo, mas sim “tudo e nada”. A descrição mais aproximada parecia ser “marca, estilo” ou “ação coletiva”. Suas poucas regras lembravam as do filme *Clube da Luta*: não falar sobre o Anonymous, nunca revelar sua identidade verdadeira e não atacar a mídia, já que ela podia ser fornecedora de uma mensagem. (Olson, 2014: 7)

O anonimato facilitava a realização de atos ilegais, como invadir servidores, roubar dados de clientes de uma empresa e, em seguida, desfigurá-los. Uma das modalidades de ataque mais popular do grupo

*Anonymous* é chamado de DDoS, tipo de ataque no qual um conjunto de computadores era coordenado para dominar um site com tanto tráfego que, temporariamente, o tirava do ar. “É como acertar um soco no olho de alguém. Você fica de olho roxo e dolorido, mas não morre disso” (Ibidem, 2014: 10). Atos que poderiam levar os hackers a cumprirem uma prisão por dez anos, parecia não preocupar o grupo, que postava o seu slogan em blogs e sites hackeados:

Somos Anonymous  
Somos Legião  
Não perdoamos  
Não esquecemos  
Esperem por nós

### **FALAMOS DE DESEJOS, NÃO DE REIVINDICAÇÕES**

Bem, o fato é que milhares de, não somente rostos, mas corpos protestaram nas ruas, usando máscaras ou não, de uma forma mais branda ou radical, saíram da rede pra rua, fazendo o país trepidar como uma avalanche que saiu arrastando o que encontrou pela frente. Os protestos ganharam tanta dimensão e grandiosidade que, mesmo tendo eclodido e se estendido pelo curto tempo de menos de dois meses e pequenos focos de continuidade, conseguiram produzir abalos em todas as organizações, estruturas e instituições existentes: sindicais, partidárias, governamentais, legislativas, empresariais, comunicacionais, religiosas, acadêmicas. O sociólogo francês Michel Maffesoli interpreta que é o fim da política moderna. Ele cita outro sociólogo, Julien Freund (1921-1993), que dizia que o político é a ideia de um projeto, de um programa, da dimensão nacional, seja de esquerda ou de direita e identifica que há uma saturação, um tipo de indiferença. “Esses jovens não se reconhecem mais num programa, num partido ou sindicato. Não é mais programático, e sim emocional. A modernidade é racional, e a pós-modernidade é emocional” (Eichenberg, 2013: 7). No entanto, o economista João Pedro Stédile, líder do Movimento Sem Terra, pondera que:

A juventude é uma espécie de termômetro da luta de classes, quando esquenta, sobe a temperatura ela vai pra rua, mas ela por si não faz as mudanças, quem faz as mudanças é a classe trabalhadora. A juventude grita, protesta, anuncia, berra, denuncia, mas esses processos não têm concretude se a classe trabalhadora não se mexer. (Stédile, palestra no Youtube, 15/03/2014)

Já o cientista político Emir Sader faz um alerta de como o governo e os partidos devem dialogar com os jovens:

Este governo e os partidos populares ainda tem uma oportunidade de retomar diálogos com os jovens, mas para isso tem que assumir como prioritários temas como os ecológicos, os culturais, os das redes alternativas, os da libertação nos comportamentos, sexuais, de drogas, entre outros. Tem que se livrar dos estilos não transparentes de comportamento, não podem conciliar nem um minuto com atitudes que violam a ética pública, tem que falar aos jovens, mas acima de tudo ouvi-los, deixá-los falar. Com a consciência de que eles são o futuro do Brasil. Construiremos esse futuro com eles ou será um futuro triste, cinzento, sem a alegria e os sonhos da juventude brasileira. (Sader, 2011)

Mas afinal, o que quer a multidão? “Eu quero transformações radicais, fazer as pessoas pensarem de forma diferente” diz Raquel Glória, 24 anos, estudante de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que mora em Vila Isabel. E continua: “revolução por causa disso, muita gente nunca tinha ido pra rua, só isso já é válido; isso aqui é revolucionário, ocupar a Câmara Municipal e discutir política”. Embora participando das manifestações, ela não soube me dizer o que mudou, apenas que se tornou mais radical. “Fui um dia assistir uma ópera no Teatro Municipal e na saída havia uma manifestação acontecendo aqui na praça. Pensei: o que eu tô fazendo aqui na ópera enquanto a galera tá tomando bomba aqui fora. Depois de lá saí da ópera e vim pra cá pra praça” (Raquel Glória, entrevista, 2013).

O conceito de multidão, produzido por Hardt e Negri (2002: 420) nos auxilia a interpretar essas manifestações que emergiram nas ruas.

Uma mitologia material da razão começa, portanto, a ser formada e construída nas linguagens, nas tecnologias e em todos os meios que constituem o mundo da vida. É uma religião material dos sentidos que separa as massas de todos os resíduos de poder soberano e de todos os “longos braços” do Império. A mitologia da razão é a articulação simbólica e imaginativa que permite a ontologia da multidão expressar-se como atividade e consciência.

Os motivos que explicam os protestos são diversos e se somam; tem a ver com a certeza de que o transporte deveria ser um bem comum, assim como o verde da praça, o aumento do aluguel, a remoção das favelas, as condições de atendimento nos hospitais, a melhoria da educação, a eliminação da violência policial, assim como pela água, a terra, a internet, os códigos, os saberes, a cidade, não nos faltam motivos para protestar. E não se trata da falta de foco ou de uma pauta específica de reivindicações, quando o organismo todo do país padece. O filósofo Peter Pelbart define que é a expropriação do bem comum pelos mecanismos de poder que ataca e depauperava capilarmente aquilo que é a fonte e a matéria mesma do contemporâneo — a vida (em) comum. E para ele, não se trata de reivindicações, mas de desejos:

...quando arrombaram a porteira da rua, muitos outros desejos se manifestaram. Falamos de desejos e não de reivindicações, porque estas podem ser satisfeitas. O desejo coletivo implica imenso prazer em descer à rua, sentir a pulsação multitudinária, cruzar a diversidade de vozes e corpos, sexos e tipos e apreender um “comum” que tem a ver com as redes, com as redes sociais, com a inteligência coletiva. (Pelbart, 2013)

Porém, Pelbart, no mesmo texto, afirma que não se deve subestimar a potência psicopolítica da multidão, que se dá o direito de não saber de antemão tudo o que quer, mesmo quando ocupa os jardins do palácio, “pois suspeita que não temos fórmulas para saciar nosso desejo ou apaziguar nossa aflição...como diz Deleuze; falam sempre do futuro da revolução, mas ignoram o devir revolucionário das pessoas”. Ele acredita que possivelmente uma outra subjetividade política e coletiva esteja (re)nascendo, aqui e em outros pontos deste Planeta, para a qual carecemos de categorias. Mais insurreta, de movimento mais do que de partido, de fluxo mais do que de disciplina, de impulso mais do que de finalidades, com um poder de convocação incomum, sem que isso garanta nada, muito menos que ela se torne o novo sujeito da história.

Ao participar ativamente das manifestações Rafaela de Paula, 18 anos, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, também entrevistada diz que:

Eu tô mais aqui pelo exemplo de ir pra rua. Faço parte do momento mais pra tornar um hábito, não acredito em coisas pequenas. A mudança que eu quero é grande demais para mudar a estrutura da sociedade, não um ponto específico. O *Ocuppy* foi um movimento há dois anos que começou nos Estados Unidos, contra todo o sistema capitalista, guerras. A questão era questionar e não uma resposta imediata do governo. A gente não sabe o que quer, mas o que não quer. Sistema opressor, polícia que é criminosa, mete a porrada, CPI dos ônibus com um miliciano presidindo. O sistema capitalista traz mais crises. Não vai ser uma crise que vai acabar o sistema, mas estamos no auge, no momento que está chegando, da coisificação de tudo. As pessoas vão pra rua tentando se encontrar; as pessoas não se reconhecem no seu meio, não se veem na cidade. Acho que as pessoas estão se procurando, como os sofistas de Platão que falava que o homem era o animal, bípede, desesperado. Os sofistas pra questionar passaram a procurar o homem de Platão. As pessoas estão procurando o seu potencial transformador. (Rafaela, entrevista, 2013)

Neste cenário político, social, cultural, artístico, há uma infinidade de agentes, personagens, mascarados ou não, jovens de diferentes perfis, mas não somente jovens. Radicais ou menos radicais, há os acampados, os intitulados *Black Blocs*, enfim, uma mescla de subjetividades

tão urgentes de se expressar que resiste a todo o aparato de repressão do Estado, ao apelo do governador, às investidas da imprensa de colocá-los no foco, como heróis ou vilões. Que propósitos sustentam essas manifestações que fazem jovens e nem tão jovens participar? O que esperam ao enfrentar a polícia, ao acampar, enfim, ao se manifestarem descontentes com a realidade atual? Diz Isabela “Eu espero um país onde tudo é igual pra todo mundo, quero isso pros meus filhos. Ou vou preferir não ter filhos se não se pode vir pra rua lutar pelos seus direitos. É uma ditadura disfarçada”. Já a estudante Raquel Glória amplia sua compreensão do que espera.

Talvez o que seja mais perto seja o anarquismo, mas não tenho certeza. Estou cansada de coisas velhas, estou cansada desse tipo de sociedade. Ter liberdade para usar e fazer o que tem direito. As instituições têm que mudar de caráter. Acho que tenho pouca maturidade para vislumbrar algo deste tamanho. Quando eu não vou poder transformar algo no meu trabalho de antemão, não sou artista, não tenho talento, no trabalho não tenho autonomia pra isso, só na rua. Se eu tivesse um violão para envolver gerações. Só posso mudar na educação dos filhos. Nem quando se abre seu próprio negócio, você está sujeito a leis e dentro do sistema. Quando as pessoas vão pra rua elas procuram muito o sentido, o prazo, a meta. Vai sem esperar, porque ter algo escrito? Objetivo é coisa que tem meta a cumprir. Se eu fosse esperar já teria desistido”. (Raquel, entrevista, 2013)



Fotografia de Pablo Vergara de manifestante nas ruas do Rio de Janeiro, 2013.

De fato, “o poder imperial já não pode resolver o conflito de forças sociais pelo esquema mediador que substitui os termos do conflito. Os conflitos sociais que constituem o político confrontam-se diretamente, sem qualquer espécie de mediação” (Hardt e Negri, 2002: 417). Para Hardt e Negri, na mesma obra, a crise generalizada da representação coloca no centro da agenda política a necessidade de experimentar novas formas de repercussões e formas não representativas de organização democrática. Esses autores defendem que precisamos de um novo vocabulário e enquadramentos conceituais novos para entender o mundo contemporâneo e as possibilidades que ele nos proporciona. Para eles, parece que esse tipo de engajamento filosófico ou de renovação conceitual está em curso, mas de um modo mais abrangente do que se possa imaginar.

Ainda que possam estar imbuídos de um certo heroísmo, os manifestantes, ao mesmo tempo em que se contrapõem ao sistema do qual são integrantes, pretendem ocupá-lo e transformá-lo, como protagonistas da história. Mesmo quando assumem a linha de frente dispostos a apanhar, a aspirar ao gás lacrimogêneo ou a ser presos, procuram preservar a identidade se escondendo atrás da máscara do *Anonymous*. Porém, eles parecem perceber que esses personagens, assim como suas máscaras, são deslizantes. Eles conseguem colocar na centralidade do país o difícil cotidiano das pessoas nas grandes cidades, e ainda que sejam criticados e deslegitimados, principalmente pela grande imprensa conservadora e reacionária, por não apresentarem uma proposta de mudança ou por assumirem posturas radicais, por irem para o embate ou quebrarem carros, bancos e lojas, os ativistas não arrisgam apontar o caminho, o modelo, o projeto, a pauta, temendo repetir a mesma lógica do que não concordam de se perpetuar.

Da mesma forma, o roteiro dessa história é tão multifacetado, híbrido quanto seus atores. Outro ponto a destacar é que nunca se falou tanto em política na cidade, por todos os cantos e na voz de muitos dos cidadãos comuns, considerados Anônimos, rompendo com uma certa atmosfera apática, despolitizada e morna, de uma aparente zona de conforto que buscava evitar o conflito e o senso crítico. O estado de torpor trazido pelas facilidades utilitárias das mercadorias, dos equipamentos e roupas, da corrida veloz que nos faz sentir atrasados em comparação com a máquina, as novas técnicas e o curto tempo, parece ter se rompido soltando uma infinidade de gritos sufocados de uma só vez. Na ocupação do espaço público, acabaram se juntando o movimento do passe livre, com os insatisfeitos contra a cura gay, os sem teto, os índios da Aldeia Maracanã e outros indignados que foram às ruas e, ao mesmo tempo, se esbarrando no contra-fluxo a Marcha das Vadias com a Jornada Mundial da Juventude, misturando diferen-



tes bandeiras, palavras de ordem, inquietações, símbolos e expressões profanas, religiosas, políticas, científicas, culturais, artísticas... A rua teve espaço para o encontro com Dionísio, Baco, Apolo, Jesus Cristo, Deleuze, Foucault, Marx... E quem mais viesse.

E aqui emerge ainda uma questão fundamental que parece sinalizar uma mudança. A indignação geral causada pelo desaparecimento do pedreiro Amarildo, da Rocinha, no período dos protestos, atingiu a tal ponto a população que atravessou as manifestações como um todo, não somente no Rio de Janeiro, mas em muitas cidades pelo país. Da mesma forma, mas com menor ênfase, os temas da saúde, educação, o casamento gay, atravessaram os atos ultrapassando as questões corporativas, ainda que tenham também proliferado as manifestações de cada categoria. As lutas sociais, ambientais, culturais, econômicas, sexuais, feministas, somente em forma de movimentos fragmentados nos dividem e não são capazes de ruir e abalar o sistema capitalista, que nos oferece mercadorias de consumo para toda essa diversidade, conforme nos dizia Ellen Wood (2003).

Ao escrever sobre a experiência de construir uma estrutura estatal plurinacional, autônoma e de um governo revolucionário que baseou sua solidez e estabilidade na unidade do povo boliviano, de suas organizações sociais, indígenas-campesinas, trabalhadoras e populares, o vice-presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, o sociólogo Álvaro García Linera fala das tensões criativas da revolução e reconhece que:

...são contradições vivas e dialéticas do nosso Processo de Mudança, forças produtivas que nos permitem avançar. Se tratam de tensões próprias de um processo revolucionário que tem que afrontar problemas, contradições e novas lutas não previstas nem planejadas com antecedência porque assim são as verdadeiras revoluções. (Linera, 2011: 29)

Apesar das diferenças e contradições que encontramos nos distintos setores sociais populares e o aproveitamento que fazem os setores reacionários da velha elite neoliberal, são tensões, temáticas e divergências que visibilizam debates no seio do povo, que envolvem a sociedade e servirão para observar, defender, acelerar ou fortalecer o seu processo revolucionário. Vitor, também entrevistado, expressa o que espera com as lutas que mobilizam estudantes e trabalhadores de todo o país.

Pra mim a gente deveria mudar a nossa Constituição e o Código Penal, acrescentar penas mais severas para os crimes que hoje liberam os criminosos. Se você muda o Código Penal e não altera nada na Constituição não adianta porque ela é suprema. Por isso deve haver modificação nos dois. Esta será a minha monografia no curso de Direito. (Vitor, entrevista, 2013)

E complementa: “vivemos uma opressão de 10 anos, desde FHC que discute internamente e não vai pra rua. Desde que o PT ocupou o governo os movimentos sociais deixaram de ir pra rua, enfraqueceram muito e agora voltamos” (Vitor, entrevista, 2013).

A constatação evocada com insistência por pensadores como Antonio Negri, Giorgio Agamben, Paolo Virno, Jean Luc-Nancy, Maurice Blanchot, é a de que vivemos uma crise do “comum”. As formas que antes pareciam garantir aos homens um contorno comum, e asseguravam alguma consistência ao laço social, perdem sua pregnância e entram definitivamente em colapso, desde a esfera dita pública, até os modos de associação consagrados, comunitários, nacionais, ideológicos, partidários, sindicais.

Perambulamos em meio a espectros do comum: a mídia, a encenação política, os consensos econômicos consagrados, mas igualmente as recaídas étnicas ou religiosas, a invocação civilizatória calcada no pânico, a militarização da existência para defender a “vida” supostamente “comum”, ou mais precisamente pra defender uma forma-de-vida “comum”. No entanto, sabemos bem que esta “vida” ou esta “forma-de-vida” não é realmente “comum”, que quando compartilhamos esses consensos, essas guerras, esses pânicos, esses circos políticos, esses modos caducos de agremiação, ou mesmo esta linguagem que fala em nosso nome, somos vítimas ou cúmplices de um sequestro. (Pelbart, 2003: 28)

Diferente do comum considerado e também vivido antes como aquele espaço abstrato que conjugava individualidades e se sobrepunha a elas, seja como espaço público ou político, hoje o comum é o espaço produtivo por excelência. Dentro disso, Pelbart, na mesma obra, avalia que o trabalho dito imaterial, a produção pós-fordista, o capitalismo cognitivo, todos eles são frutos da emergência do comum, o saber, a linguagem, a inteligência, os saberes, a cognição, a memória, a imaginação e, por conseguinte, a inventividade comum. Mas também requisitos subjetivos relacionados à linguagem, como a capacidade de comunicar, de relacionar-se, de associar, de cooperar, de compartilhar a memória, fazer conexões e proliferar as redes. Ele menciona que o comum para Heráclito era o *logos* e que a expropriação do comum, numa sociedade do espetáculo, é a expropriação da linguagem, sequestrada por um regime democrático-espetacular, de modo que já não revela nada e ninguém se enraíza, entrava a própria comunicação ao atingirmos o ponto extremo do niilismo. Para isso, Agamben (1990) evoca uma resistência vinda, não de uma classe, um partido, sindicato, grupo, minoria, mas de uma singularidade qualquer, de qualquer um, que não reivindica uma identidade, que constitui uma multiplicidade inconstante, mas manifesta o seu ser comum “é a condição — diz Agamben, de toda a política futura.

Volta a pergunta insistente: Como pensar as subjetividades em revolta? Talvez o desafio atual seja intensificar esses estalos e rachaduras a partir da biopotência da multidão. Afinal, o poder, como diz Negri (2000), inspirado em Espinosa, é superstição, organização do medo; Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação, como nos diz Pelbart (2003).

Ao contrário dos que muitos afirmaram de que não havia uma pauta clara de reivindicações ou de chamar alguns ativistas de reacionários, os protestos nos mostraram que as múltiplas motivações, individuais ou coletivas, expressam o esgotamento de um modelo capitalista, desenvolvimentista, que não se resolve no atendimento de reivindicações específicas, nem na reforma, concertação ou substituição do modelo, senão numa mudança estrutural que não tem nome ou formato. Quem sabe pode ser pensado como um horizonte distante, por isso difuso e apontando que ainda há muito para ser construído, com todos os riscos, contradições e incertezas de futuro. As experiências históricas de revoluções mostram que estas não têm um formato pré-determinado; podem ser uma estrada que se vai demarcando no processo em que os movimentos populares se organizam, se articulam, se manifestam e, com isso, constroem outras alternativas de transformação da realidade.

Neste percurso, de uma comunidade ausente, dos sem comunidade, quem sabe se possa descobrir comunidade lá onde não se via comunidade, possíveis linhas de fuga. Assim como novos desejos de comunidade emergentes estão surgindo, novas formas de associar-se e dissociar-se, de compartilhar os afetos. Na contramão dos sequestros do comum, da expropriação do comum, trata-se de pensar o comum ao mesmo tempo como imanente, ou seja, que está dado, e por outro, que ainda está por se construir. Como estamos vendo, o roteiro dessa história, — assim como os seus múltiplos atores, e suas subjetividades individuais e coletivas — está em processo de construção, onde a insurgência das ruas revela-se um importante motor de transformação.

É certo que no capitalismo estético, pontuam Lipovetsky e Serroy (2014: 41), conseguiu se criar um ambiente estético fértil, difundindo, ao mesmo tempo, normas de existência de tipo estético (prazer, emoção, sonho, evasão, divertimento). No entanto, este modelo estético de existência está voltado para o consumo, estando longe de ser sinônimo de vida prazerosa, porque acompanhado de dependência, de febrilidade, de sujeição aos modelos comerciais, de uma relação, com o tempo e com o mundo, dominada pelos imperativos da velocidade, do rendimento e da acumulação. Uma vida estética neste nível não pode ser aprisionada nos limites das normas do mercado. Assim, finalizo a reflexão proposta neste texto apropriando-me da citação de Lipovet-

sky e Serroy (2014: 42), quando afirmam: “Dever-se-ia sublinhar os limites, as contradições que estão no centro da sociedade de mercado transtético, assim como as vias que conduzem a uma vida estética mais rica, menos insignificante, menos formatada pelo consumismo”. Quem sabe podemos seguir um pouco por esta trilha sem, no entanto, imaginar que ela é definitiva porque, assim, estaríamos negando tudo o que analisamos e afirmamos neste artigo. Um pouco de suspense também pode nos desafiar e estimular...

## **BIBLIOGRAFIA**

- Agamben, Giorgio 1990 *La communauté qui vient* (Paris: Seuil).
- Assis, Neiva 2011 “Relações entre Jovens, arte e cidade: (im) possibilidades de relações estéticas em programas de contraturno escolar”, dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis).
- Bergson, Henri 2005 *A evolução criadora* (São Paulo: Martins Fontes).
- Cabral, João Pina 2013 “Tudo que tem nome existe — Mundo e Condição Humana” em Conferência de abertura proferida na *X Reunión de Antropología del Mercosur*, (Córdoba, Argentina) 10 a 13 de julho.
- Carta, Gianni 2014 “A falácia democrática. Entrevista: A tradição liberal é antidemocrática segundo Jacques Rancière. O objetivo é criar um governo dos educados e iluminados” em *Carta Capital*, Ano XX, Nº 819, 1º de outubro, p. 52 a 53.
- Chauí, Marilena 2013 Revista *Caros Amigos*, Edição 197, 19/08, p. 10-14.
- De Lorenzo, Adriana 2013 “Era óbvio. As cidades estão insuportáveis” em *Edição Especial Fórum* (São Paulo) Nº 124, julho, p. 18-19.
- Depuis-Déri, Francis 2014 *Black Blocs* (São Paulo: Veneta) tradução de Guilherme Miranda.
- Duarte, Lúvia e Barros, Joana 2014 “Entrevista: Vera Malaguti — Movimento de rua é sempre bom, principalmente quando as causas são justas” em *Proposta — Revista Trimestral de Debate* (Rio de Janeiro) Ano 38, Nº 127.
- Eichenberg, Fernando 2013 “Vejo esses movimentos como Maios de 68 pós-modernos. Entrevista com Michel Maffesoli” em *O Globo: O Brasil nas ruas*, 23/06, p. 7.
- Fantti, Bruna e Vettorazzo, Lucas 2013 “Adeptos do ‘Black Bloc’ crescem no Rio” em *Folha de São Paulo*. Seção: Cotidiano, 04/08, p. 5.

- Foucault, Michel 1980 “O filósofo mascarado. Entrevista com C. Delacampagne, fevereiro” em *Jornal Le Monde*, Nº 10.945, 06/04, p. I e XVIII.
- Foucault, Michel 1987 *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão* (Petrópolis/RJ: Vozes).
- Foucault, Michel 2004 *Microfísica do Poder* (Rio de Janeiro: Graal).
- Furtado, Janaína Rocha 2007 “CriaInventi (cidades): Os processos de criação no grafite. Florianópolis, 2007”, dissertação de Mestrado em Psicologia — Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis).
- Gomes, M. A. 2007 “Passe Livre já: participação política e constituição do sujeito”, dissertação de Mestrado em Psicologia — Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis).
- Goyano, Jussara 2013 “A nova marcha dos 100 mil” em *Psique, Ciência e Vida* (São Paulo) Ano VII, Edição 91, julho, p. 57-60.
- Gutierrez, Anelise dos Santos 2014 “‘Não é mole não, pedi transporte público e me deram um caveirão’: uma descrição não distanciada das manifestações políticas de junho e julho de 2013 no Rio de Janeiro” em *Proposta — Revista Trimestral de Debate* (Rio de Janeiro) Ano 38, Nº 127.
- Hardt, Michael e Negri, Antonio 2002 *Império* (Rio de Janeiro: Record).
- Harvey, David 2012 “As Cidades Rebeldes” em *Portal Forum*, entrevista concedida a John Brissenden e Ed Lewis, do site britânico *New Left Project*, 13/07, tradução de Daniela Frabasile e Laís Bellini. Disponível em <[www.revistaforum.com.br/2012/07/17/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey/](http://www.revistaforum.com.br/2012/07/17/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey/)>.
- Jacob, Pablo 2013 “Black Blocs presos vão responder por formação de quadrilha armada” em *Jornal O Globo* (Rio de Janeiro) 05/09.
- Linera, Álvaro García 2011 “Las tensiones creativas de la revolución: La quinta fase del proceso de cambio” em *Cadernos FLACSO* (Rio de Janeiro) Nº 7, setembro, p. 29.
- Lipovetsky, Gilles e Serroy, Jean 2014 *O capitalismo estético na era da globalização* (Lisboa: Edições 70).
- Machado, Roberto 1984 “Por uma genealogia do poder”, Introdução a Foucault, Michel *Microfísica do poder* (Rio de Janeiro: Edições Graal) p. VII-XXIII.
- Maffesoli, Michel 2006 *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa* (São Paulo: Forense Universitária).
- Magnani, José Guilherme 2002 “Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, Nº 49, junho.

- Magnani, José Guilherme 2005 “Os circuitos dos jovens urbanos” em *Tempo Social*, Vol. 17, Nº 2, novembro, p. 173-205.
- Manso, Bruno Paes 2013 “Black Blocs já se articulam em 23 Estados do País” em *Jornal Estado de São Paulo*, 04/08, Metrópole, p. A23.
- Mascaro, Gabriel 2014 *Não é sobre sapatos*. Exposição e pesquisa, disponível em <<http://pt.gabrielmascaro.com.br>>.
- Mayorga, Claudia; Castro, Lucia Rabello e Prado, Marco Aurélio Máximo 2012 *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (Rio de Janeiro: Contra Capa).
- Megale, Bela e Aragão, Alexandre 2013 “O bloco do quebra-quebra” em *Revista Veja* (São Paulo) 21/08, p. 74.
- Modelli, Laís 2013 “Quando a cidade aflige” em *Revista Caros Amigos*, julho, p. 1-13.
- Nabuco, Aray; Vasconcelos, Frédi; Primi, Lilian e Nabuco, Wagner 2013 “Marilena Chauí: O efeito das manifestações” em *Revista Caros Amigos*, Edição 197: “A Revolta Urbana”, agosto, p. 10-14.
- Nancy, J. L. 2001 *La communauté affrontée* (Paris: Galilée) p. 26.
- Negri, Antonio e Cocco, Giuseppe 2005 *Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina globalizada* (Rio de Janeiro: Record).
- Negri, Antonio e Hardt, Michael 2000 *Império* (Rio de Janeiro: Record).
- Oliveira, Erica; Simeoni, Gabriel; Moreira, Arielli e Carvalho, Maurício 2013 “A tarefa é fortalecer as lutas” em *Revista Caros Amigos*, julho, p. 32.
- Olson, Parmy 2014 *Nós somos Anonymous: por dentro do mundo dos hackers: LucSe, Anonymous e o poder revolucionário do ativismo na internet* (São Paulo: Novo Século) tradução de Henrique Guerra.
- Pacheco, Anelise dos Santos 2014 “Não é mole não, pedi transporte público e me deram um caveirão: uma descrição não distanciada das manifestações políticas de junho e julho de 2013 no Rio de Janeiro” em *Proposta — Revista Trimestral de Debate* (Rio de Janeiro) Ano 38, Nº 127.
- Pelbart, Peter 2003 *Vida Capital. Ensaios de biopolítica* (São Paulo: Iluminuras).
- Pelbart, Peter 2013 “Anota aí: eu sou ninguém” em *Jornal Folha de São Paulo*, Seção: Opinião, 19/07.
- PSTU 2013 *Jornal Estado de São Paulo*, 03/08.
- Rodrigues, Fania 2013 “Juventude em ação” em *Revista Caros Amigos* (São Paulo) Ano XVII, Nº 198, setembro, p. 31.
- Rossinetti, Carolina 2011 “A globalização do protesto. Entrevista com a socióloga Saskia Sassen” em *Jornal Estado de São Paulo*, 14/08, disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,a-globalizacao-do-protesto,758196,0.htm>>.

- Ryoki, André *apud* Sayuri, Juliana 2013 “Reviver a utopia” em *Jornal Estado de São Paulo*, Caderno Especial Aliás, 04/08, p. E6.
- Ryoki, André e Ortellado, Pablo 2004 *Estamos vencendo — Resistência global no Brasil* (São Paulo: Editora Conrad).
- Sader, Eder 1988 *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Sader, Emir 2011 “A rebeldia dos jovens que nos faz tanta falta” em *Blog do Emir*, 22/06, disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/A-rebeldia-dos-jovens-que-nos-faz-tanta-falta/2/23546>>.
- Sayuri, Juliana 2013 “Personagem — Anonymous Quem?” em *Jornal Estado de São Paulo* (São Paulo) Caderno Aliás, 23/06, p. E4.
- Simeoni; Gabriel; Carvalho, Maurício e Moreira, Arielli 2013 “A tarefa é fortalecer as lutas sociais (entrevista com Érica de Oliveira)” em *Revista Caros Amigos*, Edição 196, Seção: Artigos e Debates, 16/07.
- Slama, Alain-Gérard 2001 «Antimondialisation et terrorisme: vers une menace globale» em *Le Figaro Magazine* (Paris) 15/09.
- Véra, Pedro; Antunes, Ricardo e Druck, Graça 2013 “Protestos de Junho: elementos iniciais de análise”. Sessão Especial: “As manifestações de Rua no Brasil: algumas reflexões” em *Congresso da Associação Latino-americana de Estudos do Trabalho — ALAST*, realizado na USP, 2 a 5 de julho.
- Vergara, Pablo 2014 Fotografias pesquisadas na internet em: <<https://www.Facebook.com/atelierbananeiras?fref=ts>> acesso 5 de abril de 2014.
- Wood, Ellen Meiksins 2003 *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico* (São Paulo: Boitempo Editorial).
- Zanella, A.; Levitan, D.; Bueno, G. e Furtado, J. s/d “Sobre reXistências” em *Revista Psicologia Política*. No prelo.
- Zanella, Andreia 2006 “Pode até ser flor se flor parece a quem o diga: reflexões sobre educação estética e o processo de constituição do sujeito” em Zanella, A.; Ros, S. Z.; Maheirie, K. (orgs.) *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência* (Florianópolis: NUP/CED/UFSC).
- Zanella, Andréia; Furtado, Janaína Rocha; Assis, Neiva; Bueno, Gabriel e Levitan, Déborah 2012 “ReXistências” em Mayorga, Cláudia, Costa, Lucia Rabello de, Prado, Marco Aurélio (orgs.) *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (Rio de Janeiro: Contra Capa).

## AGRADECIMENTOS

*“São os imprescindíveis, os que lutam por toda  
uma vida...  
Que seria deste mundo sem militantes? Como seria a  
condição humana se não houvesse militantes?  
Não porque os militantes sejam perfeitos, porque te-  
nham sempre a razão, porque sejam super-homens e  
não se equivoquem. Não é isso.  
É que os militantes não vêm para buscar o seu, vem  
entregar a alma por um punhado de sonhos.  
Ao fim e ao cabo, o progresso da condição humana de-  
pende fundamentalmente de que exista gente que se sinta  
feliz em gastar sua vida a serviço do progresso humano.  
Ser militante não é carregar uma cruz de sacrifício. É  
viver a glória interior de lutar pela liberdade em seu  
sentido transcendente.”*

Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, 2014

AGRADEÇO, muito especialmente, ao meu orientador Pablo Gentili e sua luta pela Educação, uma das principais pautas justas que surgiram na multidão das ruas.

AGRADEÇO a toda equipe de professores e funcionários da Flaco e da Clacs.,

AGRADEÇO aos meus familiares, especialmente à Marlene Ribeiro, que me levou pras ruas quando pequena pra militância e fez a revisão deste trabalho, ao meu pai Aldenir dos Santos Pardo, Eliane Pardo, ao Wladimir Pardo, que muito me ajudou, ao meu companheiro Steven Dutt-Ross, pela cumplicidade e apoio, à jornalista Fânia Rodrigues.

AGRADEÇO aos professores e pesquisadores que iluminaram este trabalho, com suas escritas, análises e posicionamentos.

AGRADEÇO E PARABENIZO ao fotógrafo chileno Pablo Vergara e o artista brasileiro Gabriel Mascaro pela potência de suas criações e pelo engajamento e militância política pra estarem nas ruas e se embrenharem na multidão e mostrarem com suas imagens de rostos, corpos, dos pés da população da cidade e do país em estado de confronto e de festa, de potência, de desejo de mudança. De vida.

AGRADEÇO a todos os militantes.





Maurício Hashizume\*

## QUANDO *OUTROS* PERSONAGENS MUDAM O CENÁRIO

### LUTAS DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988\*\*

Em sua clássica obra acerca da emergência de novos personagens<sup>1</sup> sociopolíticos na cidade de São Paulo entre 1970-1980, Eder Sader busca refletir sobre um processo mais largo de mudanças nos quadros organizacionais da sociedade brasileira que vinham ocorrendo então. Este ensaio — fundamentado em análises historiográfico-bibliográficas e em pesquisa de campo<sup>2</sup> realizada na Terra Indígena Raposa Ser-

---

1 Além da alusão ao controvertido debate sobre os “Novos Movimentos Sociais”, o título da obra de referência de Sader (1988) — *Quando novos personagens entraram em cena* — assume, a meu ver, uma noção de temporalidade progressiva e linear e uma sugestão de existência prévia de um “palco” pré-concebido que, como ver-se-á, contrastam com a perspectiva aportada pelos movimentos indígenas.

2 Investigação qualitativa que se deu entre os meses de setembro e novembro de 2013, com base em combinação metodológica que considerou elementos do “estudo de caso alargado” (a partir de “observação participante” não verticalizada, com a realização de cerca de 70 entrevistas semi-estruturadas com pessoas e grupos que participam do circuito de inter-relação entre os povos indígenas com instituições estatais,

\* Pesquisador do Projeto ALICE e doutorando em Sociologia (Pós-Colonialismos e Cidadania Global) no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), no Brasil, concluiu tese (2010) sobre a formação do movimento katarista que tem papel relevante na consolidação dos movimentos camponeses-indígenas na Bolívia. É graduado (2001) em Jornalismo pela mesma USP. Vem atuando há mais de uma década na comunicação (com diversos trabalhos de investigação, reportagem e cobertura, em especial na área social).

\*\* Este ensaio foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação “ALICE, espelhos estranhos, lições imprevistas”, coordenado por Boaventura de Sousa Santos (<alice.ces.uc.pt>) no CES/UC. O projeto recebe fundos do Conselho Europeu de Investigação, 7º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

ra do Sol, no Estado de Roraima — promove um duplo e simultâneo movimento de aproximação e de afastamento com relação ao trabalho de Sader. De uma parte, há uma convergência nesse sentido supracitado do enfoque em determinadas lutas protagonizadas por organizações específicas como uma espécie de “articulação simbólica” de um processo estendido que não se encontra encapsulado a demandas e interpretações particulares da realidade. De outra, evidencia-se uma dissonância quanto às lógicas que subjazem aos respectivos esforços: enquanto Sader se dedica a esmiuçar a “politização do cotidiano” — qual seja, o processo de contestação e conscientização mais geral sobre as injustiças do sistema vivenciado por coletivos avessos às amarras institucionais típicas a partir do enfrentamento de problemas concretos e pontuais que os cercam —, a atuação da parte dos movimentos indígenas poderia ser entendida como “cotidianização do político”, no sentido de que denuncia o caráter etnocêntrico e supostamente “universalista” das estruturas de poder vigentes e reivindica o pleno exercício de seus modos de vida. Ao passo que os ditos novos personagens enfatizados por Sader refletiam o surgimento de formas, estratégias e sujeitos não convencionais de atuação e mobilização políticas calcadas nas experiências ordinárias no maior polo de concentração urbana e principal centro de dinamismo econômico do país, o que se busca destacar aqui é como os outros personagens<sup>3</sup> indígenas vêm rompendo de forma ainda mais profunda com o paradigma do que comumente se entende como político e como politização. O impulso de “cotidianização do político” consistiria, portanto, na denúncia enfática das lógicas e estruturas que regem o funcionamento de alianças e disputas no interior da “nobreza dirigente” que se descolaram das práticas concretas de democracia e de participação social que se exercitam entre os povos indígenas.

Busca-se aqui, portanto, dar enfoque ao papel dos movimentos indígenas como relevante e singular protagonista nas lutas pela de-

---

sejam integrantes e lideranças das comunidades, bem como gestores e mandatários do poder público ou membros de outras organizações da sociedade civil). Constitui-se como trabalho empírico para elaboração em curso da referida tese de doutorado. Os excertos citados neste ensaio são parcela bastante pequena de um conjunto que está sendo trabalho para a tese.

3 O adjetivo *outros* não tem aqui a intenção única de sublinhar a “diferença em termos de identidade étnico-cultural” das personagens em tela, mas também de destacar o contraste quanto aos modos de entender e de fazer políticos com base em perspectivas epistemológicas e ontológicas distintas. Devido aos seus intensos graus de “desajustes” para com o sistema capitalista e colonial, tais perspectivas têm propiciado ações diretas que vêm inspirando reconfigurações nas lutas sociais de um modo mais amplo. Vide notas 77 e 78.

mocratização e participação social no contexto sociopolítico dos últimos 30 anos.

A escolha se justifica por três argumentos centrais e interligados, os quais serão desenvolvidos de modo mais aprofundado nas páginas que se seguem. O primeiro deles é o de que os movimentos indígenas passaram a atuar, com maior ênfase e visibilidade a partir do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 (que garantiram, ao menos no papel, direitos coletivos e diferenciados aos povos indígenas no Brasil), como uma força social expressiva e propositiva que contribui para deslegitimar a profunda e renitente matriz colonial da organização social brasileira.

Alvos de violentos e sistemáticos ataques desferidos pelos poderes instituídos (político, econômico e cultural), seguem desfraldando não só o trágico e atroz descumprimento da própria Carta Magna (e as flagrantes e complementares limitações por trás de conceitos-chave como nação e república), mas também têm construído, ainda que com imensas dificuldades, caminhos e iniciativas autodeterminadas de diálogos interculturais que interpelam e desestabilizam padrões históricos de relações de poder.

Fundadas em demandas associadas aos próprios ciclos de reprodução social e cultural de povos e comunidades, tais interpelações denunciam a fragilidade, a parcialidade e, em especial, a colonialidade<sup>4</sup> das bases em que o Estado brasileiro se ampara. Por meio das lutas dos movimentos indígenas, é possível realçar, portanto, as enormes ausências<sup>5</sup> do projeto discriminatório de Estado-nação<sup>6</sup> brasileiro, que tende a priorizar as vontades e os interesses de uma minoria branca, masculina, dominante e “esclarecida”. A despeito da exigência de providências concretas por parte de autoridades, colegiados ou órgãos específicos, as mobilizações indígenas não se restringem apenas a pressionar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (em seus

---

4 A noção aqui empregada de *colonialidade* está relacionada com as formulações consagradas pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, a quem se atribui a ideia de *colonialidade do poder* (Quijano, 2005) — no sentido da continuidade de lógicas de discriminação e exclusão étnico-raciais, com evidente recorte na questão da “raça”, para além do esgotamento de processos institucionais de colonialismo político.

5 Em diálogo com a “sociologia das ausências”, proposta por Santos (2002) para realçar “invisibilidades” intrínsecas a marcos teórico-científicos totalizantes, que também falham no registro de “emergências”.

6 Entre as inúmeras críticas que surgiram nos últimos anos acerca da “questão nacional” no bojo dos estudos pós-coloniais e descoloniais, destacaria as reflexões de Fanon (2001), Bhabha (1998) e Chatterjee (2004). Cada um a seu modo, os autores demonstram os riscos e as operações de “hierarquização” e “sublimação” no bojo das nações que se formaram com as independências das antigas colônias europeias.

distintos âmbitos), nem somente a invocar instâncias e/ou agentes da esfera internacional, mas se dirige, em larga medida, ao conjunto da sociedade. Não por acaso, multiplicam-se, por exemplo, por meio das mais distintas plataformas (com destaque para a internet), campanhas públicas, com adesão multiplicada entre cidadãs e cidadãos de centros urbanos, que se dedicam a fortalecer direitos indígenas.

O segundo argumento tem mais a ver com as contribuições diretas das organizações indígenas no que se refere à contestação do sistema liberal-representativo de democracia. Se abundam sinais mais generalizados de que estamos diante de uma grave crise envolvendo as formas de exercício democrático institucional(izado) hoje existentes, em alguns microcosmos singulares — como no município de Uiramutã, em Roraima, que fica dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e dispõe do maior percentual de população indígena do país (88%, isto é, 7,3 mil de um total de 8,3 mil habitantes), segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —, essa falência do modelo dominante e universalizado de representação delegada através do voto individual (um cidadão, um voto) parece ainda mais exorbitante.

Composto de entrevistas e de observações acerca de fluxos, processos e interações sociais (entre outros registros), o trabalho de campo realizado junto a integrantes de comunidades, lideranças e membros do poder público na região de Uiramutã permite o detalhamento dos impasses e gargalos referentes ao “funcionamento” (ou não) da democracia em sua vertente representativa, tal qual ela vem sendo operacionalizada. Pelas análises preliminares de uma pequena parcela do material que compõe a pesquisa qualitativa, vislumbra-se uma série de questões práticas e simbólicas que dão materialidade e, portanto, ajudam a compreender melhor a interface<sup>7</sup> entre as bases sociais de eleitores/as e aqueles/as que ocupam posições de poder e tomada de decisões (seja em nível local, estadual ou federal). Embora repleto de contingências, o panorama local realça aspectos a serem considerados, de maneira profícua, em variados contextos socioculturais — que não exclusivamente aqueles dos territórios indígenas.

Já o terceiro argumento se volta ao tema da participação social. O poder público, em suas distintas esferas do pacto federativo brasileiro, vem sendo pródigo, ao longo dos últimos anos, em criar instâncias —

---

7 Ainda que seja complexa e pouco consistente a interface entre sociedade civil e Estado, como demonstram variados autores que se dedicaram ao tema, entre eles Poulantzas (1985), que propõe a noção de Estado como “relação social”. Tal opção processual escapa de armadilhas fechadas: nem a sociedade civil se encontra por inteiro alheia e “abaixo” do aparato do Estado, como pregam alguns analistas, e nem ambos correspondem exatamente o mesmo, como sugerem outros.

como grupos de trabalho, comissões, mesas, conselhos, conferências e até secretarias especiais etc. — para estabelecer o almejado “diálogo social” e tentar institucionalizar as relações com setores da sociedade civil. Nesse sentido, sobressaem propostas manejadas mais recentemente pelo governo federal<sup>8</sup> com vistas a esse ensaio de acercamento com os movimentos indígenas do país que, conforme já se frisou, vêm sendo protagonista de um conjunto múltiplo e intenso de mobilizações para cobrar o respeito efetivo a direitos assegurados por lei<sup>9</sup>.

Acenou-se, por exemplo, com a criação de uma “mesa de diálogo”, por ordem da presidenta Dilma Rousseff e sob a gerência da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério da Justiça, em reunião com lideranças indígenas decorrente das manifestações massivas de rua em meados de 2013<sup>10</sup>. A representação indígena, contudo, insistiu para que esse “espaço” fosse integrado aos trabalhos da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), instância criada por decreto em março de 2006 e instalada a partir de abril de 2007, que tem como função justamente estreitar o “diálogo” entre as partes. Mas diante de um rol de questões controversas envolvendo o Executivo federal<sup>11</sup> e a ausência de posicionamentos assertivos do governo no bojo da Mobilização Nacional Indígena ocorrida em maio de 2014,

---

8 A Fundação Nacional do Índio (Funai), ligada ao Ministério da Justiça (MJ), é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Tem como atribuições coordenar e executar a política indigenista com o propósito de “proteger e promover” os direitos dos povos indígenas do Brasil. Ocorre que, na prática, muitos outros órgãos do poder público, inclusive (mas não só) do próprio governo federal, executam as suas próprias “políticas indigenistas”, muitas delas em flagrante cerceamento de direitos indígenas.

9 Vale ressaltar, em especial, a íntegra do *caput* do art. 231 do Capítulo VIII (Dos Índios), incluído no Título VIII (Da Ordem Social) da Constituição, “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

10 Há análises, que partem dos movimentos sociais, que inclusive interligam os dois fenômenos.

11 Explicitadas na pauta de reivindicações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) — <[https://mobilizaconacionalindigena.files.wordpress.com/2014/05/cartamj\\_mni.pdf](https://mobilizaconacionalindigena.files.wordpress.com/2014/05/cartamj_mni.pdf)> —, como as exigências: de avanços quanto a processos de demarcação de terras indígenas que dependem apenas da assinatura de autoridades; do repúdio à criminalização de lideranças envolvidas em conflitos fundiários (detenção de indígenas de diferentes povos, como Kaingang e Tenharim); da punição daqueles que cometem crime (inclusive de parlamentares que pregam o ódio) contra os indígenas; do descarte de minutas de portarias com o intuito de rever os processos de demarcação de e a revogação da Portaria 303, da Advocacia-Geral da União (AGU), que procura estender os efeitos das 19 condicionantes definidas no julgamento da Raposa Serra do Sol para outros territórios (detalhes do acórdão em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2288693>>).

toda essa agenda da participação social “de cima para baixo”<sup>12</sup> foi colocada em xeque.

Os movimentos indígenas, no entanto, vêm abrindo outros espaços de participação social “de baixo para cima” na reformulação, aplicação, avaliação e “subversão” de políticas públicas, com iniciativas avançadas que enfrentam o paradigma do capitalismo-colonização-patriarcado na área social (educação e saúde). Nesse campo, projetos levados a cabo pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), que interliga comunidades dentro e fora da Raposa Serra do Sol, colocam em evidência uma constelação de traduções interculturais (Santos, 2007) que desafiam modelos pré-estabelecidos de governança pela via da ecologia de saberes (Santos, 2009), como se pôde verificar durante o trabalho de campo realizado em 2013.

Um dos espaços privilegiados desse exercício de interculturalidade se encontra no Instituto Insikiran, estrutura criada há mais de dez anos na Universidade Federal de Roraima (UFRR), a partir das demandas dos movimentos, que se dedica a atender centenas de estudantes universitários indígenas. Organizações, alunos e alunas e parte dos docentes têm lutado arduamente para manter a voz e o voto na escolha da direção do Insikiran, que mantém três cursos de graduação: Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial e Gestão em Saúde Coletiva. Pouco conhecida, essa forma de participação social desafia o status quo das universidades públicas, um dos núcleos estratégicos (e elitistas) da República “dos poucos”.

Quando movimentos indígenas são trazidos para o centro da análise social, comumente se invoca o caráter de minoria específica a eles associados. Por suposição, esse traço afasta-los-iam daquilo que se poderia denominar como popular. Ocorre que reflexões antropológicas — manifestadas por especialistas como Viveiros de Castro (2008) — têm sublinhado com alguma ênfase o oposto: “no Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”<sup>13</sup>. Ou seja, as lutas dos movi-

---

12 Tolhida também pelas articulações no Congresso Nacional para o constrangimento deliberado de direitos indígenas, via propostas de emendas e de leis. Enquanto isso, segue estagnado no Parlamento o projeto de Estatuto dos Povos Indígenas, instrumento fulcral para complementar os pressupostos da Constituição Federal de 1988. Vale ressaltar que a mesma Carta, no art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC), estabelece: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição [ocorrida em 5 de outubro de 1988]”.

13 “Digo que os coletivos caiçaras, caboclos, camponeses e *índios* são índios [...] no sentido de que são o produto de uma história, uma história que é a história de um trabalho sistemático de destruição cultural, de sujeição política, de ‘exclusão social’ (ou pior, de ‘inclusão social’), trabalho esse que é propriamente interminável. Não é possível fazer todos os brasileiros deixarem de ser índios completamen-

mentos indígenas, por mais que sejam rotuladas como particularistas, guardam correspondências diretas e indiretas com a população dita não-indígena.

Os estudos pós-coloniais/descoloniais — em abordagem interdisciplinar que procura combinar elementos de sociologia, história, antropologia e ciências políticas — consistem nas principais referências teóricas deste trabalho. Parte-se de um preâmbulo colonial, seguido de um vasto panorama acerca da inter-relação dos povos indígenas com as instituições estatais que vai das políticas coloniais até o período da redemocratização — movimentações para a Assembleia Nacional Constituinte que culminaram na Constituição de 1988 —, em que se franqueia espaço a aportes significativos como os de Cunha (1987, 1992), Marés (1994 e 2004), Porto-Gonçalves (2006) e Souza Lima (1995a), tendo o quadro-maior dos povos de Roraima como principal referência. Importa sublinhar que o impulso aos movimentos indígenas, nas últimas décadas, tem também conexões com normas internacionais<sup>14</sup> incorporadas pelo país.

Este ensaio assume o desafio de se diferenciar de esforços anteriores (alguns deles, aliás, marcos da produção intelectual nacional) em duplo aspecto. Como ponto de partida, adota-se a perspectiva decolonial, nem sempre presente, da formação dos movimentos indígenas como sujeitos cujas demandas, ações e intervenções, se bem voltadas para garantir direitos coletivos diferenciados, acabam por repercutir no conjunto da sociedade. Em outras palavras, o “estudo interno” de comunidades indígenas — que marcou empreendimentos importantes que dialogam com quadros sociológicos como os de Fernandes (1963 e 1970) sobre os Tupinambá, bem como uma miríade de obras mais antropológicas de referência como a de Ribeiro (1970) — dá lugar, nos moldes aqui assumidos, a um estudo relacional, no sentido dos impactos da atuação dos movimentos indígenas em interpelações aos modelos estabelecidos de democracia e de participação social no Brasil contemporâneo.

Esta proposição também se distingue por não se empenhar em outra vertente consolidada da área: o exame pormenorizado das cha-

---

te” — trecho extraído de reflexão em entrevista do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro.

14 Merecem menção o Convênio 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), datada de 1989 e promulgada pelo Poder Executivo em 2004 — que determina, entre outros pontos, a consulta livre, prévia e informada acerca de medidas administrativas e legislativas como direito dos povos indígenas e princípio de relacionamento político destes com os Estados nacionais — e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2007.



madas “políticas indigenistas”. Em vez de avaliar leis e programas lançados pelo Estado, a intenção deste trabalho é seguir os passos dos movimentos indígenas, que passam eles próprios por processos contínuos de (re)construção, nas lutas pela vivência e reprodução da diversidade social, seja em suas dimensões culturais, econômicas e políticas. A pesquisa de campo com o CIR e as comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, é, portanto, indispensável à tarefa de traduzir e problematizar as jornadas desses “outros personagens que mudam o cenário”.

### **PREÂMBULO COLONIAL**

Para sedimentar as características, a intensidade e o potencial transformador das demandas que vêm sendo apresentadas pelos outros personagens que mudam o cenário a partir de 1988, faz-se necessário um recorrido histórico-historiográfico e crítico-analítico da formação da colonialidade do poder e do colonialismo interno<sup>15</sup> no Brasil. Entre os diversos escritos que se dedicam à história da inter-relação entre povos e comunidades indígenas frente às institucionalidades oficiais em construção<sup>16</sup>, destacam-se as obras da antropóloga luso-brasileira Manuela Carneiro da Cunha.

Em sua “Introdução a uma História Indígena”, publicada originalmente em 1992 na já tornada clássica História dos índios no Brasil<sup>17</sup>, a autora ressalta que “sabe-se pouco da história indígena: nem a origem nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu” (Cunha, 2012: 11). A parcialidade e o grau de fragmentação do que se sabe (ou, melhor, da “extensão do que não se sabe”, como frisa a especialista) permite, contudo, não incorrer em armadilhas. A maior delas é o que ela chamou de “ilusão do primitivismo”<sup>18</sup>.

Na segunda metade do século XIX, essa época do triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram, portanto algo como fósseis vivos que testemunhavam

15 Apontamentos complementares podem ser encontrados em Hashizume (2013).

16 As quais, no período colonial, incluíam a coroa portuguesa, ordens da igreja católica, com destaque especial para os jesuítas, e também os ditos colonos “particulares e privados”, que compunham o empreendimento colonial.

17 Obra que reúne 25 ensaios acerca de distintos aspectos do tema; alguns deles tratam particularmente da política e da legislação indigenistas, desde o período colonial, passando pelo império até a república.

18 Para uma ampla e circunstanciada revisão sobre os problemas que envolvem classificações como as de “história estacionária” e “história cumulativa”, bem como as parcialidades, limitações e condicionantes em torno da perspectiva do “etnocentrismo”, consultar Lévi-Strauss (2012).

o passado das sociedades ocidentais. Foi quando as sociedades sem Estado se tornaram, na teoria ocidental, sociedades “primitivas”, condenadas a uma eterna infância. E, porque tinham assim parado no tempo, não cabia procurar-lhes a história. Como dizia Varnhagen [1854] (1978: 30)<sup>19</sup>, “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”. (Cunha, 2012: 11)

Em contraponto, a autora recapitula uma série de estudos e trabalhos de diversas áreas do conhecimento para demonstrar, entre outras constatações, que as sociedades indígenas contemporâneas da Amazônia — “igualitárias”, em geral, e “diminutas”, em termos populacionais — “não são, portanto, o produto da natureza, antes suas relações com o meio ambiente são mediatizados pela história” (Cunha, 2012: 14).

Essas histórias, no plural, que não começaram com a invasão europeia (mas foram profundamente afetadas pela mesma) têm como um de seus marcos o morticínio<sup>20</sup> impulsionado, segundo a autora, por dois motores principais: ganância e ambição. O massacre indígena, para a analista, não se deveu apenas às circunstâncias geradas pelos micro-organismos trazidos pelas pessoas vindas do Velho Continente, os quais provocaram doenças fatais em largos contingentes de nativos. Tem vínculo direto com escolhas e decisões daqueles que ocupavam posições de influência e poder; isto é, com a política indigenista colonial.

No plano político, a antropóloga diferencia o período inicial do domínio português (primeira metade do século XVI), quando predomina a divisão da colônia nas famigeradas “capitanias hereditárias” concedidas a administradores familiares e em que os índios teriam sido “sobretudo parceiros comerciais dos europeus” no escambo de objetos por pau-brasil para tintura de tecidos e animais exóticos, do período posterior (inaugurado com a instalação do primeiro governo geral do Brasil, entre 1548 e 1549)<sup>21</sup>.

Nesta segunda fase, teria passado à centralidade da empresa colonial o controle de mão de obra das populações locais, ou seja, a escravização indígena.

---

19 A autora faz aqui referência ao célebre compêndio *História geral do Brasil*, de autoria do engenheiro militar Francisco Adolfo de Varnhagen (visconde de Porto Seguro), que teve atuação de relevo como primeiro-secretário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), no início da década de 1840, seguida de carreira diplomática, dedicando-se em paralelo à redação como historiador da citada obra.

20 Segundo Cunha (2012: 17), “as estimativas da população aborígene e da magnitude do genocídio tendem [...] a ser mais altas desde 1960”.

21 Fundação da cidade de Salvador e nomeação e envio de Tomé de Souza por parte do rei D. João III para assumir e comandar o processo, que teve no jesuíta Manuel da Nóbrega outro expoente.

O exacerbamento da guerra indígena, provocado pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconheciam os recursos ou se tinham de enfrentar os habitantes [...], a exploração do trabalho indígena, tudo isso pesou decisivamente na dizimação dos índios. (Cunha, 2012: 15)

Uma das ações mais determinantes do período foi a concentração da população indígena nos chamados aldeamentos religiosos e civis que, além de nefastos (visto que a disseminação das epidemias foi facilitada pelo adensamento de pessoas nesses núcleos), “jamais conseguiram se autorreproduzir biologicamente”<sup>22</sup> (Cunha, 2012: 15).

Reproduziam-se, isso sim, predatoriamente, na medida em que índios das aldeias eram compulsoriamente alistados nas tropas de resgates para descer dos sertões novas levas de índios, que continuamente vinham preencher as lacunas deixadas por seus predecessores. (Cunha, 2012: 15)

Completava o contexto o sistema “que conferia um poder excepcional à Coroa em matéria religiosa”, chamado de padroado, “em que o rei de Portugal, por delegação papal, exercia várias das atribuições da hierarquia religiosa e arcava também com as suas despesas” (Cunha, 2012: 20), vinculada com a obrigação assumida pela realeza de além-mar em promover a evangelização em suas colônias<sup>23</sup>.

---

22 Nem biologicamente e nem socioculturalmente. Reside aí um dos pontos fulcrais da releitura aqui proposta no sentido de evidenciar as violências contidas tanto na captura de indígenas “rebeldes” como na submissão dos “aculturados” nos aldeamentos. Em nenhum dos casos, é possível identificar, de fato, garantias mínimas dos direitos indígenas, como outras análises, especialmente do campo jurídico, tentam supostamente assinalar. A própria historiografia por vezes incorre na absorção da *colonialidade*, assumindo que a “liberdade” indígena se resumia à incorporação “domesticada” aos aldeamentos. Enfocado em outros estudos (Viveiros de Castro, 2011), o encontro entre católicos e indígenas no século XVI não foi nenhuma bênção a estes últimos, como se chegou a entender no passado.

23 Como realça Cunha (2012: 20), o padroado “era a base da partilha entre as duas potências ibéricas [Portugal e Espanha] que o papa Alexandre VI havia feito no Novo Mundo em 1493 e contra a qual outros países se insurgiam”. Nesse trecho, a autora ainda destaca uma certa “independência” da Companhia de Jesus perante o próprio clero. Essa constatação, ainda que fundada em acontecimentos históricos, contribui para o realce do “mito maior” dos conflitos entre as três partes (coroa, colonos e missionários), que tende a invisibilizar o quarto contingente, formado justamente pelos indígenas, bem mais numeroso que os outros. Como destaca a mesma autora em outra parte (Cunha, 1990: 106), a convergência das três partes investidas de poder no sentido da sujeição política (como condição para a sujeição religiosa) da quarta (nativos), seja por meio dos aldeamentos ou das caravanas destinadas à

De fato, a disputa pelo controle do trabalho indígena ocupou a centralidade das relações de poder na época colonial. Existem numerosos trabalhos dedicados ao tema, grande parte deles referenciados em documentações e registros deixados pelos colonizadores (não só ibéricos) vindos da Europa. Aspectos subjetivos (epistemológicos e ontológicos) da relação dos jesuítas com a “inconstância” — termo literal presente nos sermões de Padre Antônio Vieira — entre os Tupinambá foram, por exemplo, meticulosamente destrinchados por Viveiros de Castro (2011), que tematiza a perplexidade diante das formas como os indígenas concebiam a própria ideia de crença. Dessa ideia de “inconstância” deriva uma outra a qual vaticina que, por mais empenho e recursos que se reúnam, os indígenas jamais foram, são ou serão completamente controlados pela colonização ocidental hegemônica.

Nesse sentido, o conteúdo do “Diálogo sobre a Conversão do Gentio”<sup>24</sup>, redigido pelo já citado principal da Companhia de Jesus, padre Manuel da Nóbrega, entre 1556 e 1557 (cerca de sete a oito anos após cruzar o Atlântico), condensa aspirações lapidares acerca da relação com os povos indígenas. Mais do que os conhecidos rasgos realçados por Cunha (1990: 105) — em particular, a de que faltaria aos índios “a lei que os tornaria ‘políticos’, membros de uma sociedade civil que lhes conferia a ‘razão’, estirpando-lhes a rudeza e a bestialidade em que vivem”<sup>25</sup> —, o “Diálogo” (imaginário) entre dois religiosos (irmãos, que se situam em diferentes postos na estrutura hierárquica dedicada à catequização: um pregador propriamente dito e formado, e outro reles ferreiro) apresenta um “receituário” implícito, em sintonia com o afã pelo controle político dos sujeitos indígenas, surpreendentemente ilustrativo e profético<sup>26</sup>.

---

escravização dos ditos “rebeldes”, parece ser uma das chaves da *colonialidade do poder* no Brasil.

24 O termo “gentio”, no caso, faz referência direta aos indígenas que viviam no Brasil. De acordo com definições que constam da edição *online* do Michaelis Moderno Dicionário de Língua Portuguesa, “gentio” caracteriza “que, ou quem segue o paganismo” ou “que ou o que não é civilizado”.

25 Que, como recorda Cunha (1990: 97), ganha uma “forma canônica” nas palavras do historiador e cronista português Pero de Magalhães Gândavo, autor de “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil” (escrita entre 1570 e 1576, considerado o primeiro livro inteiramente dedicado ao país): quando o mesmo sublinha que a língua dos indígenas carece de três letras: F, L e R; ou seja, “não tem Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente”.

26 Ainda mais quando o próprio Manuel da Nóbrega é considerado por parcela da historiografia como o primeiro “estadista”, haja vista sua insinuante atuação em diferentes regiões, com presença e participação nas fundações de Salvador, de São Paulo e do Rio de Janeiro (Nóbrega, 2004).

Considerada por analistas ainda como a primeira peça de cunho literário<sup>27</sup> do país, o “Diálogo” se sustenta em um arguto jogo argumentativo em que o autor “põe em cena as dúvidas e os preconceitos dos missionários, deixando perceber que a visão jesuíta dos índios não é homogênea” (Cunha, 1990: 104), criando uma atmosfera inicial pessimista<sup>28</sup> como trampolim para uma conclusão mais otimista. O derradeiro intento, como se sabe, é um só: convencer os pregadores da época de que a conversão dos indígenas, apesar de todos os pesares e dificuldades, merece o esforço e a dedicação de cada um. Para tanto, contudo, Nóbrega faz um exame minucioso e crítico das situações concretas vividas na colônia e, ao fim e ao cabo, apresenta os seguintes caminhos, que devem ser seguidos concomitantemente: a integração por meio da educação jesuítica das crianças indígenas, desde muito pequenas, e, literalmente, mais “polícia”, isto é, mais repressão institucional visto que todos são pecadores.

Em vez de corroborar com as impressões que abrem o “Diálogo” de que os indígenas eram “naturalmente” inferiores, o ferreiro Mateus Nogueira, que faz as vezes da “consciência elevada” na obra de Manuel da Nóbrega, aponta para um outro caminho: os indígenas são compostos de um mesmo material (o ferro, a ser metaforicamente moldado pelo calor emanado da fé cristã) e têm vícios que são compartilhados pelos próprios colonizadores europeus. Com investimentos em educação e na coerção, será perfeitamente possível converter nativos em “civilizados” como os gregos (“mais polidos, que sabem ler e escrever, tratam-se limpamente, souberam a filosofia, inventaram as ciências”), até com vantagens dos primeiros sobre estes últimos, visto que a própria “civilização” também traz outros indesejáveis vícios, até mais complicados de serem extirpados. Se o trabalho de conversão emperrava, assim o era por falta de comprometimento dos próprios pregadores.

A conjunção dos fatores acima assinalados reflete os primórdios de uma política deliberada das instituições para com os indígenas, ou seja, as bases de um processo contínuo de colonialidade do poder que tem se estruturado até hoje, nos campos simbólico e prático.

---

27 Conforme sustenta Gambini (2000), em estudo sobre o tema. Em consonância com outras análises, o referido autor se vale de um arcabouço psicanalítico e reforça a ideia de que os jesuítas desataram contornos negativos e pré-concebidos dos indígenas que eram traços incômodos deles próprios.

28 Em algumas passagens, o “Diálogo” transpõe os preconceitos dos europeus com relação aos indígenas de forma violenta, comparando-os, de modo pejorativo, por exemplo, a animais (“são cães em se comerem e se matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem”). Também a “inconsciência” dos indígenas é sobremaneira criticada na conversa fictícia entre os religiosos.

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder. (Quijano, 2002: 4)

Assim, por meio da *colonialidade do poder*, o entranhado “receituário” de controle político dos “inconstantes” povos e indivíduos indígenas, fundado no binômio “rendição ou massacre”, vem conseguindo manter a sua validade e legitimidade por mais de 450 anos através, entre outros mecanismos, do *colonialismo interno*.

Em uma definição concreta da categoria colonialismo interno, tão significativa para as novas lutas dos povos, se requer precisar: primeiro, que o colonialismo interno dá-se no terreno econômico, político, social e cultural; segundo, como evolui o colonialismo interno ao longo da história do Estado-nação e do capitalismo; terceiro, como se relaciona o colonialismo interno com as alternativas emergentes, sistêmicas e anti-sistêmicas, em particular as que concernem à “resistência” e à “construção de autonomias” dentro do Estado-nação, assim como à criação de vínculos (ou à ausência de vínculos) com os movimentos e forças nacionais e internacionais da democracia, da liberação e do socialismo. (González Casanova, 2006).

Desde o início do processo de colonização, portanto, as lutas dos movimentos indígenas no Brasil têm enfrentado essas tentativas constantes de controle político (que se valem de e, ao mesmo tempo, validam, tanto a *colonialidade do poder* quanto o *colonialismo interno*) das mais distintas formas, em diferentes territórios e nos mais variados contextos. Este é o preâmbulo colonial que marca a entrada em cena dos *outros* personagens na redemocratização do país.

Como referido na introdução, o adjetivo *outros* aparece aqui no sentido de marcar os direitos diferenciados conquistados pelos indígenas e consagrados pela Constituição Federal de 1988, em defesa de seus modos de vida, nessa interface com a chamada sociedade envolvente. Mas de modo algum tem a intenção de “isolar” esses mesmos protagonistas sociais que, como ver-se-á, ganharam e seguem ganhando força por meio de intercâmbios com conhecimentos e experiências “ocidentais e modernas”, em complexos processos defini-

dos pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos como de “traduções interculturais”.

Inserido no âmbito de construção de uma tese de doutorado sobre o tema da inter-relação entre comunidades indígenas e as instituições estatais a partir de trabalhos realizados no Brasil e na Bolívia, este ensaio coloca em primeiro plano as lutas dos povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e da principal organização que as agrega, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), fundado no ano de 1985. Após um largo período de conflitos institucionais e não-institucionais desde a colônia, o movimento indígena de Roraima desafiou poderosos interesses político-econômicos e conquistou oficialmente o seu território em área contínua<sup>29</sup>.

### **ARGUMENTO 1: CONTRIBUIÇÕES PARA ENFRENTAR A COLONIALIDADE**

Uma série de obras — algumas mais conhecidas e disseminadas no meio “acadêmico”; outras, nem tanto — ajudam a ilustrar a história da inter-relação entre indígenas e não-indígenas em Roraima<sup>30</sup>, que faz parte da Amazônia brasileira. Sobre o período colonial, Farage (1992) apresenta um vasto painel de intervenções coloniais (tanto de portugueses como de holandeses) em contato direto com os povos indígenas da região do Rio Branco. Para o propósito aqui acolhido, retém-se da obra a centralidade do “controle político” das comunidades — que não se dava apenas em mão única e foi aproveitada também pelos “controlados”, mas que resultava em prejuízos múltiplos de maior monta aos indígenas inferiorizados pela colonialidade presente seja nas legislações, nos trabalhos forçados realizados dentro e fora dos chamados aldeamentos<sup>31</sup>, nas expedições para ampliar o número de escravizados etc. — como critério para a definição das “muralhas dos sertões”, ou seja, dos limites estratégicos entre os distintos territórios “nacionais” em formação.

Na região do Rio Branco, mais especificamente, a instalação do Forte de São Joaquim, em 1775, foi a primeira ação mais incisiva de

---

29 Para detalhes sobre o processo jurídico da referida demarcação, consultar Mota e Galafassi (2009).

30 Iniciativas na linha da história oral das comunidades indígenas, como as realizadas em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade de Brasília (UnB), permitem evidentemente um amplo enriquecimento acerca das perspectivas desta inter-relação.

31 Povoações coloniais, inicialmente geridas por jesuítas, formadas com o objetivo maior de facilitar a aculturação e a dominação de grupos indígenas, conciliando objetivos religiosos, econômicos e políticos.

ocupação político-militar empreendida pelos portugueses, receosos de investidas tanto de holandeses<sup>32</sup> como de espanhóis.

Diferentemente de outras parcelas do então extenso Estado do Maranhão e Grão-Pará<sup>33</sup> em que a coroa já mantinha iniciativas prévias principalmente no campo do extrativismo (drogas do sertão, caça de animais etc.), a chegada à região que hoje compreende o Estado de Roraima já se deu sob os auspícios da égide imposta pelas reformas implementadas pelo Marquês de Pombal que, vencida a primeira metade do século XVIII, determinou o “clímax” da política oficial de assimilação da população indígena por meio dos modelos de aldeamentos.

Note-se que, desde a chegada dos colonizadores, uma tensão (mais ou menos aparente e aguda, a depender das circunstâncias vividas) caracterizou a inter-relação entre os estrangeiros e as comunidades indígenas. Para constituir os aldeamentos, os portugueses buscaram firmar alianças com alguns dos líderes indígenas, chamados de “principais”. Esse parcial “convencimento” — que também rendeu vantagens de diversas ordens às lideranças e a seus grupos familiares envolvidos — esteve muito longe de alcançar o conjunto das comunidades indígenas. Muitas delas permaneceram distantes dos aldeamentos, inclusive com resistências à política da metrópole.

Tal divergência se acentuou notadamente com as eclosões da chamada “Revolta da Praia de Sangue”, em referência literal à carnificina que teria tingido de vermelho as águas do Rio Branco. Atribui-se a uma pendenga envolvendo o líder macuxi Parauijamari — o qual, quando levado como preso pela coroa, no ano de 1790, teria reagido e tirado a vida não só do soldado que o escoltava como do soldado diretor do Forte São Joaquim — o ponto alto do conflito entre indígenas e colonizadores portugueses, que já vinha se desenrolando há mais tempo<sup>34</sup>. Depois do episódio e da subsequente repressão e/

---

32 Farage e Santilli (2009: 23-24) especificam melhor essa disputa. “Os holandeses atingiram a região através de uma rede extensa e multilateral de trocas de manufaturados por escravos índios, que envolvia povos indígenas desde o baixo rio Essequibo até o vale do rio Branco. A inserção de holandeses nesta rede de trocas lhes valeu a aliança política dos índios, que, mais tarde, seria reivindicada pela Inglaterra como título de domínio territorial (Farage, 1991: 85-119)”.

33 Como descreve Farage (1992: 23), o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi “Instituído em 1621 pela Coroa portuguesa como unidade administrativa separada do Brasil e ligada diretamente a Lisboa” e “correspondia na época a um território muito maior do que o que possuem atualmente os estados brasileiros de mesmo nome: englobava toda a Amazônia portuguesa e anda, até meados do século XVIII, o Ceará e o Piauí”.

34 Há registros de uma primeira “fase” da revolta liderada por indígenas diante das precariedades de condições de vida que teria ocorrido no ano de 1780, a qual



ou dispersão dos indígenas, a investida no século XIX<sup>35</sup>, ao longo da fase do Brasil Imperial, se deu mais no campo econômico, por meio de arregimentações (algumas ainda com base em coerções violentas, independentemente da vigência de leis) de mão de obra indígena para o cultivo da borracha, outras formas de extrativismo e início da expansão da pecuária.

Parte substantiva da história que se seguiu a partir da Proclamação da República foi condensada em dois outros volumes publicados no formato de cadernos, elaborados pelo Centro de Informação da Diocese de Roraima (CIDR), ligado à Igreja Católica. São eles: *Índios de Roraima*, de 1989, e *Índios e Brancos em Roraima*, de 1990. Um artigo assinado conjuntamente por Nádia Farage e Paulo Santilli, dois analistas familiarizados nos estudos relacionados com os povos de Roraima, também filtra registros de relevo. As três peças trazem panoramas detalhados dos processos históricos registrados e experimentados na fronteira Norte do país, na tríplice divisa com a Venezuela e a Guiana.

A colonização “pela pata do boi”<sup>36</sup> na região do Rio Branco por meio da instalação de fazendas “régias” sofreu impactos significativos no final do século XIX<sup>37</sup>. A representação maior da entrada de particulares foi o arrendamento da Fazenda São Marcos, situada em território historicamente ocupado por povos indígenas, na década de 1890, ao empresário amazonense Sebastião Diniz (CIDR: 1989: 28). O advento da República, como destacado por Farage e Santilli (2009: 28), favoreceu o esbulho generalizado das áreas públicas. Legislações

---

teria sido acompanhada de uma reorganização dos aldeamentos em 1784, seguida de revolta maior em 1790 (Farage e Santilli, 2009: 23).

35 Século em que, com base nas informações do naturalista R. H. Schomburgk, a serviço da Royal Geographic Society, a Inglaterra deu curso a um litígio com o Brasil pela disputa do território que hoje compreende, em grande parte, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O imbróglgio, que ficou conhecido como Questão do Pirara, seria encerrado em 1904, com a arbitragem do rei da Itália, em decisão favorável ao Brasil e de seu vínculo com indígenas. Para mais detalhes da disputa, consultar Farage (1992) e Farage e Santilli (2009).

36 “A pecuária não foi ainda uma atividade empreendida por colonos civis. Ao contrário, sua implementação dói uma iniciativa oficial, visando justamente integrar a região do Rio Branco ao mercado interno colonial. Tal iniciativa partiu do Governo da Capitania de São José do Rio Negro, durante a administração de Manuel da Gama Lobo D’ Almada, que ali introduziu as primeiras cabeças de gado em 1787” (Farage e Santilli, 2009: 24-25).

37 Em Cunha (2012: 54-97), é possível encontrar um longo ensaio sobre as disputas político-ideológicas que se deram em torno da política indigenista do período, as quais reforçam aspectos tratados em Hashizume (2013) quanto à complementaridade no trato de indígenas “assimilados” e “rebeldes”.

do início do período republicano deram margem para que governos estaduais deliberassem sobre as chamadas terras devolutas. E o governo do Estado do Amazonas se empenhou em atender às pressões dos poderosos de plantão, efetivando, ainda que com sinalizações tímidas de resistência do Ministério da Guerra preocupado tão-somente com domínios fronteiriços, a “venda” de imensas áreas de “fazendas nacionais” correspondentes a territórios indígenas.

Providência mais concreta da gestão republicana foi a transferência da gestão das fazendas nacionais do Ministério da Fazenda, em 1912, para o Ministério da Agricultura, que a descentralizou para a Superintendência de Defesa da Borracha (SDB). Em 1915, as terras foram realocadas para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, que fez da Fazenda São Marcos a sua sede local. Segundo relatório do órgão — replicado em CIDR (1989: 28) —, Sebastião Diniz “deixou” a Fazenda São Marcos levando consigo mais de 20 mil rezes de gado e ostentando o título de uma outra propriedade (Fazenda Flechal), cujo perímetro compreendia por “coincidência” parte da mesma Fazenda São Marcos<sup>38</sup>. Assim como ele, uma enormidade de produtores privados se multiplicou na região, muitos deles se aproveitando das terras e das criações bovinas viabilizadas com base em empreendimentos estatais<sup>39</sup>. Ainda no começo do século XX, garimpeiros em busca de ouro e diamante começaram a adentrar as mesmas áreas indígenas: eram simples indivíduos ou pequenos grupos que vinham de outras partes do país com a “ilusão da riqueza fácil. No vilarejo de Surumu, atualmente na Raposa Serra do Sol, tinham o principal núcleo de referência no qual “indígenas eram ‘contratados’ como carregadores e, posteriormente, como braçais, nos lugares de garimpagem” (CIDR, 1990: 11).

O próprio SPI atuou na área como mais um agente econômico privado em busca de viabilizar economicamente a propriedade agro-

---

38 A disputa entre Sebastião Diniz (e herdeiros, que se converteu posteriormente em pleito da empresa J. G. de Araújo Ltda., que teria “herdado” bens do primeiro, de quem era credora) se estendeu até a década de 1930 e chegou até o Supremo Tribunal.

39 Conforme relata outro famoso etnólogo que esteve na região durante os anos de 1911-1912, o alemão Theodor Koch-Grünberg, outras duas grandes fazendas nacionais da época, São Bento e São José, “estavam praticamente perdidas ao patrimônio do Estado, tal o número de posses já instaladas em seus limites” (Farage e Santilli, 2009: 29). Um relatório do próprio SPI, datado de 1924, chega a confirmar abertamente que a Fazenda São Marcos “emprestava” reprodutores para “melhoramento dos rebanhos” dos invasores privados de terras públicas (CIDR, 1989: 30). Ainda no final da primeira década do século XX, o Governo do Estado do Amazonas editou lei legalizando as posses de fato, apenas reservando área para o domicílio e aproveitamento dos índios Macuxis e Jaricunas (Taurepang), ignorando flagrantemente o grande contingente Wapixana (CIDR, 1989: 30).

pecuária, empregando homens e mulheres indígenas como peões de fazenda e serviçais domésticas. Paralelamente, no início da década de dez, missionários beneditinos fundaram uma missão à beira do Rio Surumu, que ficava próxima a um depósito das fazendas nacionais e ao ponto de encontro dos garimpeiros. Confirmava-se, portanto, em plena República, o mesmo tipo de competição do período colonial (entre a institucionalidade estatal, a igreja e os colonos) em torno do controle político dos indígenas. Episódios de violência e perseguições teriam determinado o afastamento dos beneditinos da região, acudados, retornaram a então Boa Vista do Rio Branco (CIDR, 1989: 31), fundada para atrair investimentos em 1890 pelo governador do Amazonas, Augusto Ximeno de Ville Roy.

Na tentativa de estreitar alianças com as comunidades macuxi, o SPI, por sua vez, passou a montar escolas em outras propriedades (quatro foram fundadas em 1924, com cerca de 25 alunos cada uma), a exemplo do que fizera na Fazenda São Marcos. Como fórmula, utilizou a divisão colonial entre “selvagens”, “semi-civilizados” e “civilizados”. Aos “semi-civilizados” se destinavam os bancos escolares<sup>40</sup>, comprovando a permanência da colonialidade do poder.

O acontecimento mais significativo para os povos indígenas viria a se der no final da década de vinte, com a presença do Marechal Cândido Rondon na região. Para além do caráter positivista e integracionista que pousava sob suas ideias, o militar foi responsável por um trabalho fundamental: a fixação de marcos de delimitação das terras ocupadas pelos indígenas. O patrono do SPI constatara ainda um quadro de graves violências contra os povos locais.

Finalizada a visita de Rondon, o SPI caminhou paulatinamente para o seu ocaso. Em 1937, o maior garimpo do território<sup>41</sup> é encontrado. Diante da mais nova invasão, o órgão se limitou a recomendar a vinda de mais fazendeiros colonos privados à região (CIDR, 1989: 32). Em setembro de 1943, o presidente Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei Nº 5.812 e cria cinco territórios federais: Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (hoje Rondônia), Amapá, Ponta Porã e Iguassu (ambos extintos três anos depois, em 1946, e anexados respectivamente aos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná). A conversão em

---

40 De acordo com excerto do relatório do SPI de 1924, transcrito em CIDR (1989: 30), era necessário implantar escolas primárias “nas zonas habitadas pelos silvícolas que se vão adaptando aos costumes da civilização” para “torna-los úteis ao engrandecimento da Pátria e ao bem da família”.

41 “A partir desta data, espalhou-se, pelo norte do Brasil, a notícia do ‘Novo Eldorado’ e, conseqüentemente, o afluxo de gente aumentou consideravelmente, transformando a garimpagem individual em pequenas empresas extrativas sob as ordens de um ‘patrão’” (CIDR, 1990: 11).

território<sup>42</sup> implicou no incremento dos investimentos na região, notadamente na construção de residências, estradas, escolas e colônias agrícolas, bem como incentivou a fixação e a interiorização no território com a chegada de migrantes nordestinos (em especial, do Maranhão), beneficiados pela oferta de transporte, terras, apoios técnicos e recursos em dinheiro para a produção agrícola.

Os investimentos governamentais promoveram um grande fluxo de produtores rurais e garimpeiros para a região. Pouco antes do golpe militar de 1964, o território do Rio Branco passou a se chamar território de Roraima. As décadas de sessenta e setenta foram marcadas por reforços na infraestrutura, acompanhados pela criação em 1967 da Funai, como substituta da deslegitimada<sup>43</sup> SPI, e a promulgação do Estatuto do Índio (1973). Todo esse “pacote” de medidas aumentou a pressão sobre os povos indígenas<sup>44</sup>.

Tornou-se famosa a afirmação do governador Fernando Ramos Pereira (que governou Roraima entre os anos de 1975 e 1979), esclarecedora dessa atitude [que considerava os indígenas como empecilhos ao desenvolvimento do território]: “Não será uma meia dúzia de tribos indígenas que impedirá o progresso de Roraima”. (CIDR, 1990: 14)

Nomeado como governador de Roraima em 1979 (ficaria até 1983, nesta sua primeira de quatro passagens pelo cargo<sup>45</sup>), o Brigadeiro da Aeronáutica Ottomar de Souza Pinto buscou imprimir novas bases para a inter-relação com os indígenas, bancando políticas de cunho assistencialista e populista junto às comunidades, na constante tentativa de controle político dos povos de Roraima. De outra parte, desde 1975, o bispo ca-

---

42 No bojo da Igreja Católica, uma outra mudança de rumos na representação local foi consumada em 1948: “os Beneditinos deixaram Roraima e os Missionários da Consolata receberam da Santa Sé o encargo de levar em frente, no lugar deles, a obra de evangelização” (Mongiano, 2011: 23). Como se viria a seguir, a troca trará consequências na inter-relação da Igreja com as comunidades indígenas.

43 A entidade que teve em Rondon o seu primeiro diretor foi envolvida em escândalos de corrupção.

44 A síntese de Cunha (2012: 21), exprime com nitidez tanto a noção de *pacote* como de *pressão*. “Os anos 1970 são os do ‘milagre’, dos investimentos em infraestrutura e em prospecção mineral — é a época da Transamazônica, da barragem de Tucuruí e da de Balbina, do Projeto Carajás. Tudo cedia ante a hegemonia do ‘progresso’, diante da qual os índios eram empecilhos: forçava-se o contato com grupos isolados para que os tratores pudessem abrir estradas e realocavam-se os índios mais uma vez, primeiro para afastá-los da estrada, depois para afastrá-los do lago da barragem que inundava suas terras”.

45 Ottomar seria governador de Roraima pelo PTB, por vias democráticas, de 1991 a 1995; reassumiu de 2004 a 2006, em virtude da cassação de Flamarion Portela (PT), e retornou como eleito (PSDB) em 2007.

tólico Aldo Mongiano, vindo de uma experiência de quase duas décadas em Moçambique, tinha se juntado à atuação de décadas dos missionários da Consolata contra o desrespeito aos direitos dos povos indígenas.

Em reunião geral dos chefes Macuxi e Wapixana, realizada nos primeiros dias de janeiro de 1977, na Missão de Surumu, os índios denunciaram a situação de injustiça e a opressão em que viviam. Queixa semelhante já tinha sido feita, na década de 1920, quando o General Rondon visitou Roraima. Outras denúncias foram repetidas ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e à Fundação Nacional do Índio (Funai), sem nunca melhorar a situação indígena. (CIDR, 1990: 5<sup>46</sup>)

Os conflitos fundiários em terras Macuxi, entre as décadas de setenta e noventa, são retratados nos cadernos da CIDR (1989 e 1990), em Farage (1991)<sup>47</sup> e em dossiê especial intitulado “Crime e impunidade em Roraima”<sup>48</sup>, elaborado pela advogada Ana Paula Souto Maior e divulgado Conselho Indígena de Roraima (CIR) em março de 2003, por ocasião do assassinato do indígena Aldo da Silva Mota, dois meses antes, em meio aos conflitos por terra na Raposa Serra do Sol.

Em entrevista concedida ao autor durante trabalho de campo realizado na região de Uiramutã, que fica dentro do referido território, um experiente tuxaua<sup>49</sup> confirmou o modus operandi dos fazendeiros: vinham “como quem não quer nada”, traziam gado, esticavam cercas e iniciavam o plantio de algo. Na sequência, surgiam com forças privadas e/ou policiais de repressão, por vezes até com decisões judiciais, com o propósito de tomar as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, com a recorrente queixa de que os indígenas estavam “invadindo” as propriedades privadas que lhes pertenciam.

Quando a gente foi fazer as roças, que era coisa pequena, ao redor das aldeias, já tinha uns brancos dizendo: você não faz nada daí para cá porque

---

46 Trecho de Apresentação da obra assinada pelo bispo Aldo Mongiano, datada de 18 de abril de 1990.

47 Inclusive com compilação de extratos de um conjunto de denúncias feitas de próprio punho e conflitos fundiários difundidos pela imprensa local (com destaque para o célebre caso da aldeia Santa Cruz, ocorrido em 1987, quando 19 indígenas, incluindo uma mulher grávida, foram espancados por forças policiais a mando de um fazendeiro local).

48 A relação de crimes revela uma repetida participação de políticos e de forças policiais e militares nos ataques e violações de direitos indígenas, que incluem uma plêiade de ofensas físicas e morais.

49 Denominação que se dá às lideranças nas comunidades indígenas no território da Raposa Serra do Sol, a qual também pode ser encontrada em outras regiões da Amazônia.

é meu. Só pode daqui para lá. Eles pegavam as áreas mais bonitas e mais seguras. E deixavam as áreas que não eram apropriadas para os povos indígenas trabalharem. Por exemplo, os rios e os lagos. Eles souberam escolher. Conheciam o lago. Durante 50 e poucos anos estiveram aqui.

Havia ainda o assédio promovido tanto por fazendeiros, como garimpeiros e políticos. Prometiam benefícios diretos aos indígenas em troca de autorizações para facilitar a exploração dos recursos naturais. O mesmo tuxaua fez relatos de prefeitos que ofereciam quantias substantivas em dinheiro para que as lideranças anuissem com a entrada de forasteiros em seus territórios. Havia quem empregava vaqueiros indígenas e exigia que a totalidade da população local o chamasse de “patrão”, galvanizando relações de poder, ou seja, sustentando as diferenciações de cunho étnico-racial<sup>50</sup> que perpetuam formas de colonialismo interno (Gonzalez-Casanova, 1969).

Esses mesmos gêneros de conflitos estão presentes também na obra de referência de Santilli (2000), que trabalhou pessoalmente como antropólogo membro de sucessivos grupos de trabalho da Funai, desde o final da década de oitenta, no processo de reconhecimento oficial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Na apresentação do livro, ele explica:

O período recortado se justifica por constituir um momento em que se assistiu ao embate, com redobrada força, entre o reordenamento jurídico e institucional do país — no qual se inclui, necessariamente, o reconhecimento das terras indígenas pelo Estado — e uma violenta investida do capital no campo, que se desdobra, também, em projeto oficial de ocupação da Amazônia, com efeito considerável sobre as terras indígenas. [...] durante os trabalhos da mais recente Assembleia Nacional Constituinte [1997-1988], enquanto se inscrevia na nova constituição um capítulo específico sobre os direitos indígenas a vigor no país, implementava-se, concomitantemente, o Projeto Calha Norte<sup>51</sup>, em que se atrelava o indigenismo oficial aos mais variados interesses econômicos e políticos sob o abrigo do Estado. Este contraste vem evidenciar a contradição secular entre uma sociedade que se funda e se expande à custa do genocídio dos povos indígenas e que produz, ao contrário e em profusão, o discurso enaltecido de prerrogativas jurídicas aos índios. (Santilli, 2000: 9-10)

50 Outra porção de episódios como esse podem ser vislumbrados em Mongiano (2011).

51 Mais detalhes em: <<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=246&cod=N-RIQU>>. A despeito da inspiração militar, o Projeto Calha Norte veio à tona em 1985, durante o governo do ex-presidente José Sarney (PMDB), e também fez parte do Avança Brasil, da lavra do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que englobava uma série de ações de ambições econômico-estratégicas semelhantes.

O largo percurso histórico e historiográfico trilhado desde os primeiros passos do processo colonial até o período específico das mobilizações em torno da Constituição de 1998 e das lutas dos movimentos indígenas deste período, que vem a constituir o núcleo deste ensaio, se deve precisamente à “contradição secular” apontada acima. Aqui, essa lógica permanente materializada no desejo repetido (ainda que ladeado por concessões parciais e pontuais) de controle político dos indígenas, a qual combina exploração de ordem econômica com discriminação étnico-racial, é tratada como manifestação da *colonialidade do poder*.

Daí que a formação e multiplicação<sup>52</sup> de organizações indígenas como sujeitos políticos atuantes durante o período da redemocratização passam a desafiar em cheio os fundamentos da colonialidade do poder. No caso de Roraima, a constituição<sup>53</sup> e a trajetória do CIR demonstram a responsabilidade assumida e a influência irradiada no sentido da descolonização da inter-relação com as instituições estatais e com outros segmentos sociais.

De acordo com a interpretação de Santilli (2000), a inauguração de “uma organização política [indígena] verticalizada [no caso, o CIR]” trouxe

como correlato necessário, a constituição de uma unidade territorial ou desencadeou, como tão bem expressou Oliveira Filho (1988), uma nova etapa no processo de “territorialização”. Ou seja, a concepção de um território contínuo não estava dada de partida, mas foi sendo, paulatinamente, construída no processo de disputa pela terra<sup>54</sup>. (Santilli, 2000: 12)

---

52 Moog Rodrigues (2002: 501) cita um dado retirado do Diretório de Associações e Organizações Indígenas no Brasil, publicado em 1999: naquele ano, foram contabilizadas 290 entidades desse tipo, em comparação com apenas 8 em 1986, ao menos segundo uma contagem. Marés (1994: 230-231) apresenta tabelas com dezenas de organizações indígenas atuantes, com aos seus respectivos acrônimos e datas de fundação, em quatro regiões do país (que não incluem apenas o Sul).

53 “O período entre as décadas de 1970 e 1990 assiste [...] à emergência de uma política indígena no cenário mais amplo, em contrapartida ao plano político-institucional nacional. No caso específico dos Macuxi, trata-se da criação, nesses anos, do Conselho Indígena de Roraima (CIR), entidade que, baseada na construção de uma unidade étnico-política mais ampla, veio a assumir a interlocução com o Estado e a sociedade civil” (Santilli, 2000: 11-12).

54 Na parte de sua obra que trata da construção política do território, Santilli (2009: 94) avalia que “[...] o caso Raposa Serra do Sol [...] assume um valor analítico crucial para essa discussão, por constituir um caso-limite, em que se revelam, de modo mais nítido, os impasses entre o formalismo legal a que se sujeita, em tese, a política indigenista e os interesses econômicos e políticos que, na prática, a perfazem”. Como já frisado, a prevalência das práticas coloniais define precisamente a *colonialidade*.

O argumento aqui arrolado é o de que a intervenção descolonial do CIR, no caso das lutas pelos direitos indígenas em Roraima, vai além da “territorialização” e também das “r-existências”, conforme elaboração de Porto-Gonçalves (2006) — nas reflexões que erige sobre a reinvenção dos “territórios”<sup>55</sup> como aglutinador de dimensões materiais e simbólicas. Ao assumir papel de protagonismo nas lutas sociais, os povos indígenas contribuem para o rompimento de uma matriz histórica de desigualdade e discriminação, que encontra amparo — e, simultaneamente, ajuda a reforçar — a colonialidade do poder e o colonialismo interno. Em outras palavras, os movimentos indígenas a partir da Constituição de 1988 desmascaram radicalmente o construto da “democracia étnico-racial” em que está assentada a ideia de nação brasileira.

As conquistas traduzidas no já citado artigo 231 da Carta Magna, em especial o reconhecimento de direitos coletivos<sup>56</sup>, são marcos des-

---

55 Baines (2006: 208) reitera que, no caso da fronteira internacional entre Brasil e Guiana que engloba o Estado de Roraima, os conceitos de território e as etnicidades são construídos “dentro de contextos altamente politizados que refletem as divisões políticas nesta região”.

56 Marés (2004) e Viveiros de Castro (2009) acentuam o reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas, baseados na diversidade cultural, na Constituição de 1988. “Estes novos direitos têm como principal característica o fato de sua titularidade não ser individualizada. Não são fruto de uma relação jurídica, mas apenas uma garantia genérica, que deve ser cumprida e que, no seu cumprimento, acaba por condicionar o exercício dos direitos individuais. Isto quer dizer que os direitos coletivos não nascem de uma relação jurídica determinada, mas de uma realidade, como pertencer a um povo ou formar um grupo que necessita ou deseja ar puro, água, florestas e marcos culturais preservados, ou ainda garantias para viver em sociedade, como trabalho, moradia e certeza da qualidade dos bens adquiridos. Esta característica os afasta do conceito de direito individual concebido em sua integridade na cultura contratualista ou constitucionalista do século XIX, porque é um direito sem sujeito. Ou, dito de maneira que parece ainda mais confusa para o pensamento individualista, é um direito onde todos são sujeitos. Se todos são sujeitos do mesmo direito, todos dispõem dele, mas ao mesmo tempo ninguém pode deles dispor, contrariando-o, porque a disposição de um seria a violação do direito de todos os outros” (Marés, 2004: 94). “O ‘índio’ deu lugar à ‘comunidade’ (um dia vamos chegar ao ‘povo’ — quem sabe), e assim o individual cedeu o passo ao relacional e ao transindividual, o que foi, desnecessário enfatizar, um passo gigantesco, mesmo que esse transindividual tenha precisado assumir a máscara do supra-individual para poder figurar na metafísica constitucional, a máscara da Comunidade como Super-Indivíduo. Mas de qualquer modo o individual não podia deixar de ceder ao relacional, uma vez que a referência indígena não é um atributo individual, mas um movimento coletivo, e que a ‘identidade indígena’ não é ‘relacional’ apenas ‘em contraste’ com identidades não-indígenas, mas relacional (logo, não é uma ‘identidade’), antes de mais nada, porque constitui coletivos transindividuais intra-referenciados e intra-diferenciados. Há indivíduos indígenas porque eles são membros de comunidades indígenas, e não o inverso” (Viveiros de Castro, 2009).



comunais para a abertura no sentido da descolonização das relações sociais em uma sociedade em que a colonialidade encontra abrigo de forma sorrateira e disfarçada: quanto mais é negada, mais se acentua. É ilustrativo o depoimento de Aílton Krenak, liderança que esteve na proa da União das Nações Indígenas (UNI), cujas atividades foram cruciais no contexto da Assembleia Constituinte (1987-1988):

Em toda a história do Brasil, nunca houve um tratado entre o governo brasileiro e os povos indígenas. Efetivamente, o governo brasileiro nunca se dirigiu aos povos indígenas como nações, que eles são. Essa relação sempre se baseou num ponto de vista hipócrita. E, por isso, nunca houve o menor esforço para defini-la melhor. Para o governo, para todos os governos que se sucederam através da história deste país, o problema está resolvido: ignora-se o direito à existência dos índios. A própria imagem que nos é passada na escola<sup>57</sup> conta a seguinte história: “quando [o navegador português Pedro Álvares] Cabral chegou, o Brasil era habitado por índios”. Aí, fecha rápido a cortina e pronto: “não há mais índios!” Acontece que há. O Estado prefere continuar ignorando o direito à existência de índios no Brasil, mas eles começam a se fazer representar junto às instituições. (Krenak, 1984: 88)

Sínteses e análises históricas como as de Moog Rodrigues (2002), Marés (1994 e 2004) e Cunha (2012) costumam atribuir as conquistas constitucionais consagradas no capítulo especial dos direitos indígenas a uma aliança entre grupos organizados de ambientalistas e organizações indígenas e indigenistas. Três fatores principais, segundo Moog Rodrigues (2002: 488-499), estariam por trás dessa coalizão que permitiu o que ela descreve como “aumento da capacidade política em demandar e monitorar a implementação dos direitos indígenas de cidadania”: a) o benefício de recursos políticos e materiais providos por conexões com coalizões transnacionais de organizações ambientalistas e de defesa de direitos humanos; b) o entendimento crescente da política brasileira da parte os próprios povos indígenas, que se dispuseram a operar dentro do quadro institucional; c) a emergência e consolidação de uma rede doméstica de organizações comprometidas com os direitos indígenas.

Sem deixar de reiterar a relevância das parcerias com outros setores da sociedade civil, as pesquisas *in loco* realizadas no trabalho de campo na Raposa Serra do Sol — um território imenso que, mesmo com todas as pressões e violências coloniais e capitalistas desde a invasão colonial, foi, depois de séculos de lutas, oficialmente confir-

---

57 Souza Lima (1995b) traz reflexões sobre a “invenção” do Brasil como “unidade social homogênea”.

mado como indígena pela corte máxima do Poder Judiciário — não deixam dúvidas de que aquilo que Marés (2006) chama de “renascimento” dos povos indígenas, ainda que se leve em conta todas as auxílios e estruturas propiciadas por apoiadores importantes como os missionários da Consolata, se deve principalmente à iniciativa dos próprios povos indígenas.

O civilizado diz que a nossa vida não presta e isto nos dói. Eles têm tudo e não querem que sejamos índios. Eu quero ser índio para sempre e estou cheio de orgulho de ser filho dos meus pais. E não tem civilizado que me possa obrigar a não caçar, ou pescar, a não comer damorida [prato típico indígena], ou fazer o que eles pedem. (*Depoimento do tuxaua Terêncio, Macuxi, da maloca do Cumaná, década de 1980*). (CIDR, 1990: 51)

O Estado nunca foi muito de dar atenção aos povos indígenas. Nós temos, na verdade, um Estado antiindígena. Temos um Estado em que a atenção aos povos indígenas é muito pouca. [...] O Estado se apresenta como inclusivo, mas, na prática, exclui... Nós brigamos muito para conquistar o que temos. Se for mexer comigo [individualmente], tudo bem. Mas não mexa com o meu povo. (*Depoimento de liderança Macuxi do movimento das mulheres da região de Uiramutã, setembro de 2013*). (Ibidem)

Avaliações que priorizam sumamente a “ajuda exterior” trazem embutidas algo da *colonialidade*. O protagonismo indígena foi e continua sendo o principal propulsor do processo de descolonização das relações sociais. Deve-se a eles essa “lição pela diversidade” no enfrentamento concreto e efetivo das desigualdades “abissais” (Santos, 2009), como se detalhará mais adiante. Sem a autonomia política indígena, não é possível construir uma sociedade pós-abissal.

## **ARGUMENTO 2: CONTRIBUIÇÕES PARA DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA**

Situado no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o município roraimense de Uiramutã<sup>58</sup> tem como particularidade o fato de abrigar a maior proporção de indígenas do país: quase 90% da população municipal de 8,3 mil habitantes se declara como tal<sup>59</sup> (pertencentes às etnias Macuxi e Ingariçó, majoritariamente). Estatísticas

58 Criado a partir de plebiscito realizado em 1995, “coroado” por uma enormidade de manobras e chicanas político-institucionais e jurídicas, as quais foram contestadas pelo próprio CIR (sem que houvesse sucesso) no Judiciário (Santilli: 2000: 121-124), Uiramutã, que pertencia a Normandia, se tornou oficialmente um município emancipado a partir de 1º de janeiro de 1997.

59 De acordo com Dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

oficiais dão conta de que cerca de 86% dos habitantes vivem em áreas rurais, enquanto o restante reside em pequenas “vilas”<sup>60</sup>, como a controversa “sede urbana”<sup>61</sup> municipal.

Desde que foi confirmada como área especial excluída do território, a “sede urbana” de Uiramutã causa incômodo a muitas personalidades e coletividades indígenas (apesar de ter o apoio decidido de outras<sup>62</sup>) da região. Para os primeiros, mais ligados ao CIR, a existência de uma área excepcional oficializada em que vigora a “lógica dos não-indígenas”, movida por interesses pessoais e econômicos, a partir de onde se irradiam outros “males” como o consumo e distribuição de bebidas alcoólicas, é um problema. A “cooptação” de indígenas (lideranças, famílias, indivíduos etc.) para fins eleitorais é outro fator que traz muitas complicações ao cotidiano das comunidades. Um tuxaua define assim a situação atual:

Antes, o invasor era o fazendeiro. Hoje, é o político. Esse é o risco maior: essa gente ligada aos governos, como é o caso aqui do Estado [de Roraima]. E não é só aqui. É no Brasil inteiro, em todo o mundo. Vem um lá de São Paulo, vem um lá de Brasília, vem um lá de não sei onde e diz: “índio é isso, índio é aquilo”. Aí fazem lei, lei em cima de lei. A política hoje é o principal risco. Eles são bastante unidos. Temos a nossa terra demarcada,

---

60 Comunidades indígenas recusam a denominação de “vilas” para evitar qualquer confirmação de legitimidade na formação desses pequenos núcleos populacionais. Alguns preferem chamar de “corruptelas”, justamente por associá-las às invasões ilegais, em sua maioria vinculadas ao garimpo.

61 A exclusão da sede urbana de Uiramutã e de outras áreas da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, consideradas de “interesse público”, foi determinada no Despacho Nº 080/1996, assinado pelo então ministro da Justiça Nelson Jobim. Renan Calheiros, quando à frente da mesma pasta, expediu um novo despacho (Nº 50/1998) que revogou o anterior, e editou, logo na sequência, uma nova portaria (Nº 820/1998) confirmando a exclusão da “sede urbana” de Uiramutã e da área do 6º Batalhão Especial de Fronteiras do Exército, que permitia o início aos trabalhos de demarcação física por parte da Funai. O processo, iniciado em 1978, viria a ser suspenso por liminares conquistadas em tribunais. Uma nova portaria (Nº 534/2005), assinada desta vez por Márcio Thomaz Bastos, homologou as citadas exclusões, além de outras (faixa de fronteira, estradas, linhas de transmissão de energia elétrica e área do Parque Nacional do Monte Roraima, então submetido à gestão compartilhada ambiental). Para estes e outros lances do processo que culminou na ratificação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da área contínua em detrimento da divisão em “ilhas”, consultar Santilli (2000) e Mota e Galafassi (2009). O desfecho só se deu em outubro de 2013, com o julgamento das 19 condicionantes do caso pelo mesmo STF.

62 Uma das estratégias utilizadas pelas forças políticas e econômicas hegemônicas de Roraima foi o estímulo ao funcionamento de entidades indígenas que pudessem “concorrer” com o CIR (maior organização indígena do Estado), que pudessem dar suporte às ações e aos interesses dos poderes regionais. A Sociedade de Índios Unidos de Roraima (Sodiur), de 1993, é a mais significativa delas.

e eles não estão satisfeitos. Temos que cuidar. Tomar conta disso tudinho. O que eles queriam mesmo era empregar todo mundo. Não, senhor, ninguém vai ser empregado aqui, não. Aqui é a minha casa. (*Depoimento de liderança Macuxi da região de Uiramutã, setembro de 2013*).

O pronunciamento da liderança local deixa patente os limites da democracia representativa. O mesmo tuxaua se queixa particularmente do desvio de recursos públicos para a viabilização de políticas sociais e de incentivo à produção, que são remetidos para a prefeitura municipal, mas não se convertem em benfeitorias que atendem as comunidades. De acordo com ele, os políticos atuais “estudaram para roubar os outros” e para manter os seus eleitores sob controle político, “dando um dinheiro aqui e construindo uma ponte acolá”.

O atual prefeito de Uiramutã, Eliésio Cavalcante (PT), se apresenta como índio do povo Macuxi, e foi reeleito nas últimas eleições de outubro de 2012. Quando eleito da primeira vez, em 2008, chegou a declarar publicamente que pretendia adotar as assembleias comunitárias das organizações tradicionais indígenas como modo de deliberação<sup>63</sup>. Em 2013, vencidos já cinco anos como governante do município que fica a 315 km da capital Boa Vista, o mandatário não se dispôs a partilhar a sua experiência durante as pesquisas feitas por este autor na área. Os depoimentos de diversas lideranças indígenas, assim como de dois secretários municipais e três vereadores (dois deles também indígenas, apenas um diretamente indicado pela comunidade e membro atuante do CIR), atestam, entretanto, que a prometida proximidade entre o poder público municipal e as comunidades não se cumpriu.

Um dos secretários segue afirmando que está em curso um sistema de “gestão participativa” com as comunidades, apesar das inúmeras provas de descontentamento da parte dos indígenas. Prevalece no discurso dele uma sanha pela implementação de “projetos” que possam injetar mais recursos financeiros em Uiramutã. Insistiu, por exemplo, na tese de que o município vivia um “risco eminente de desabastecimento” em termos de gêneros básicos alimentícios, situação essa não confirma-

---

63 À imprensa de Roraima, Eliésio sublinhou, logo após ser eleito em 2008, a intenção de fortalecer formas de “tradução intercultural” no tocante à deliberação política. “Temos que ouvir cada comunidade, cada tuxaua [liderança, autoridade e/ou articulador entre comunidades] e assim valorizar essa tradição cultural de se resolver as questões através do diálogo”, afirmou. “Temos uma identificação muito forte com as causas indígenas e isso foi levado em consideração pelos eleitores na hora de escolher seu candidato. Uiramutã é um município indígena e tivemos o apoio do CIR para consolidar nossa eleição” (ver em <[http://www.folhabv.com.br/Noticia\\_Impressa.php?id=49489](http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=49489)>).

da em absoluto pelas incursões no terreno. Nas comunidades indígenas visitadas da Raposa Serra do Sol, mesmo que se concorde que é preciso investir mais em prol de melhorias nas atividades agropecuárias, a produção atende tranquilamente às necessidades das famílias, contrariando quadro interessadamente pintado por veículos comerciais de imprensa de Roraima e até por revista de circulação nacional<sup>64</sup>.

Outra obsessão do secretário municipal é o incentivo à indústria do turismo, uma vez que Uiramutã é pródiga em atrações turísticas naturais — com destaque para cachoeiras e corredeiras exuberantes. Algumas pousadas já atendem esse público e operadores particulares atuam livremente na “sede” do município, levando interessados (sem antes deixar de desferir improperios contra os indígenas) até algumas das atrações com acesso mais facilitado pela estrada, que não exigem travessia por estradas vicinais que ligam comunidades.

A área segue despertando cobiça não apenas por ser rica em minerais, mas também por causa de seu potencial hidrelétrico, que só não foi explorado graças à mobilização das organizações indígenas locais. Enquanto isso, Uiramutã amarga a posição de município com o quinto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>65</sup> de todo o Brasil, empatado com Chaves, no Pará.

A resistência<sup>66</sup>, a legitimação e a perseverança das lutas dos movimentos indígenas a partir da Constituição de 1988 deixam expostas, portanto, as fragilidades do modelo canônico democrático entronizado pela modernidade ocidental hegemônica. Se uma prefeitura não é capaz sequer de atender minimamente a contento as comunidades indígenas que compõem quase a totalidade de seus moradores e tem a seu favor fortes laços socioculturais e históricos, algo provavelmente não vai bem com o sistema em si — e não apenas com aqueles que estão momentaneamente ocupando cargos públicos.

---

64 Como na peça jornalística intitulada “Uma reserva da miséria”, publicada por *Veja* em junho de 2011.

65 Segundo estatísticas compiladas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de dados do Censo 2010 do IBGE, divulgadas em julho de 2013, o IDH — que combina indicadores de saúde, educação e de renda — de Uiramutã é de 0,453 (muito baixo desenvolvimento humano).

66 Como ressalta nota de abril de 2013 do CIR sobre a luta pelo direito à TI Raposa Serra do Sol, são “30 anos de luta pacífica dos povos indígenas de Roraima pelos seus territórios tradicionais, em que a violência e falta de vida digna sempre partiu dos invasores e grupos contrários ao movimento indígena”. “Neste período ocorreram mais de 20 assassinatos de lideranças indígenas e a atuação de milícias armadas a serviço dos fazendeiros e arroteiros, promovendo queima de aldeias, destruição de pontes, lançamento de bombas contra um posto da Polícia Federal, chegando a bloquear os acessos a cidade de Boa Vista por vários dias [...]” (confira íntegra em <[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=6814&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6814&action=read)>).

Enquanto a colonialidade do poder e o colonialismo interno se eternizam pela replicabilidade do vetor de controle político dos indígenas — a quem supostamente só caberia o binômio “rendição” (assimilação) ou “massacre” (repressão), conforme a prescrição do “Diálogo sobre a Conversão dos Gentios”, do padre “estadista” Manuel da Nóbrega —, as instituições que materializam os três poderes basilares (Executivo, Legislativo e Judiciário) do manual republicano de Estado-nação conseguem escapar de qualquer tipo de controle social daqueles que ocupam a base do sistema representativo.

Os materiais empíricos colhidos nos arredores de Uiramutã corroboram a sensação de “baixíssima intensidade” que caracteriza o formato federativo em voga. Em vez de acompanhar as lógicas de organização social existentes e facilitar melhorias através delas, o aparelho estatal ergue um edifício paralelo com regras e valores alheios aos representados, distanciando-se dos mesmos. Em consonância com o argumento anterior deste ensaio (desafio à colonialidade), sobressai a censura à interculturalidade imposta pelos paradigmas, estruturas e fórmulas adotadas no exercício da democracia.

### **ARGUMENTO 3: CONTRIBUIÇÕES PARA DENSIFICAR A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Para exemplificar contributos nesse último tópico, recorrer-se-á a um recorte que privilegia dois exemplos de participação do movimento indígena na definição de políticas públicas praticados com a atuação decisiva do CIR, em Roraima, e da APIB, atualmente a principal articulação<sup>67</sup> de âmbito nacional a reunir organizações indígenas do país.

Desde a década de setenta (antes da sua fundação formal), o CIR tem se pautado pela defesa dos “direitos dos povos indígenas que devem ser respeitados e implementados de acordo com suas especificidades tradicionais, regionais e, principalmente, culturais”<sup>68</sup>. E a educação superior indígena sempre esteve entre as reivindicações do

67 Criada em 2005, a APIB tem organizado mobilizações nacionais indígenas nos últimos anos e reúne a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) — em que está o CIR —, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul), a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ArpinSudeste), a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região (Arpipan), a Grande Assembleia do Povo Guarani (Aty Guasu) e o Conselho do Povo Terena.

68 Confira nota de esclarecimento: <<http://www.cir.org.br/index.php/component/k2/item/262-nota-de-esclarecimento-sobre-o-risco-de-exclus%C3%A3o-das-organiza%C3%A7%C3%B5es-ind%C3%ADgenas-do-conselho-do-instituto-insikiran---ufrj>>. Em um dos trechos, o CIR afirma que os “povos indígenas estão conquistando os espaços na Universidade mesmo enfrentando preconceitos dentro e fora dela”.

movimento, especialmente da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), associada ao CIR. Como resolução de assembleia promovida pela OPIR na comunidade Canauanin, em 2001, fez-se a solicitação para que a reitoria da Universidade Federal de Roraima (UFRR) abrisse um núcleo específico voltado para a educação superior indígena. Naquele mesmo ano, foi criado o então Núcleo Insikiran, primeira instituição formal do gênero que já contava com um conselho responsável pela tomada de decisões composto, além da coordenação do próprio núcleo, de membros do CIR, da OPIR, da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) e da Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR) — todos como representantes das comunidades indígenas —, e ainda integrantes da Funai, do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos (NEI-SECD) e da Pró-Reitoria de Graduação da UFRR.

A seleção específica pioneira para o primeiro curso superior do Núcleo Insikiran, de Licenciatura Intercultural, foi, como frisa Baines (2012: 41), realizada em janeiro de 2003. As aulas tiveram início em julho do mesmo ano, com uma turma de 60 estudantes.

O objetivo principal é a formação de professores indígenas que possam contribuir para o benefício de suas comunidades. O curso foi criado com base em uma reivindicação e um diálogo entre setores da UFRR, instituições públicas e as organizações indígenas do Estado de Roraima. A discussão estendeu-se às comunidades indígenas, que participaram da definição da proposta. O curso de Licenciatura Intercultural tem duração de cinco anos: dois anos de formação comum e três anos de concentração. O objetivo é levar os professores indígenas a construir sua própria educação escolar. (Baines, 2012: 41)

Em 2009, o Núcleo se converteu, por resolução do Conselho Universitário da UFRR, em Instituto Insikiran. E foi mantido o espaço das organizações indígenas na definição dos rumos do Insikiran — que se estende em votos para a eleição da diretoria da instituição e conta inclusive com parecer jurídico da própria universidade ancorado na Convenção 169 da OIT. Além do curso de Licenciatura Intercultural, foram criadas posteriormente as graduações em Gestão Territorial e Gestão em Saúde Indígena, sempre em sintonia com as demandas emanadas pelas próprias comunidades. Tal forma de participação, em que os movimentos indígenas atuam como sujeitos políticos de direitos na definição do desenho de políticas públicas educacionais que atendem a eles mesmos representa um grande passo para as comunidades de Roraima. Não só a elas, visto que a democratização real do acesso ao ensino superior irradia reflexos por toda a sociedade, através do enfrentamento dos vetores da *colonialidade do poder* e do *colonialismo interno*.

As reações ao lampejo de autonomia política do movimento indígena na tomada de decisões em um órgão público da UFRR brotaram algo inesperadas. Em 2012, um grupo de professores universitários do próprio Insikiran entrou com uma ação no Ministério Público Federal (MPF) pedindo a impugnação da eleição para a diretoria do instituto sob a alegação de que o envolvimento das organizações indígenas (CIR, OPIR, OMIR e APIR) no processo, como representantes das comunidades, carecia de legitimidade. Com base na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da OIT, o MPF não acatou a denúncia e arquivou o processo.

Em julho de 2013, em assembleia do Conselho Universitário, o mesmo grupo voltou a questionar publicamente a participação direta das organizações na escolha da diretoria do Insikiran, enfatizando que as comunidades representadas estariam sendo “manipuladas” pelos representantes das organizações. Houve ainda acusações de que os movimentos estariam interferindo nas salas de aula das disciplinas dos cursos, provocando “ingerências”. E até refutações à validade, por falta de regulamentação, da Convenção 169 da OIT. Uma vez mais, o CIR divulgou comunicado em que manifesta indignação diante da postura do grupo de professores, apontando a existência de “interesse por poder” na eleição da diretoria.

Os capítulos em torno do Instituto Insikiran são lapidares no sentido de simbolizar a persistência da colonialidade do poder e do colonialismo interno no desmonte de experiências de “ecologia de saberes” (Santos, 2009), que movem as linhas abissais que cindem a sociedade. Uma iniciativa diferenciada, na qual os movimentos indígenas têm assumido e exercido um papel de notório relevo, sofre ameaças dos próprios docentes diretamente envolvidos no projeto. E subjaz no pleito dos descontentes a tal incapacidade — que a legislação nacional já igualara no passado, em Código Civil, com a infanti- lidade — indígena. De novo, aflora a máxima de que estariam sendo as comunidades enganadas pelos dirigentes das organizações que elas mesmas mantêm. De novo, salta à superfície o desejo de controle político dos indígenas, eternos “súditos” sociais<sup>69</sup>.

---

69 Viveiros de Castro (2008) reflete proficua- mente sobre as razões da “submersão” das comunidades indígenas nos contextos anteriores à redemocratização: “por- que tinham sido ensinadas a não dizer mais que eram indígenas, ou ensinadas a dizer que não eram mais indígenas; porque tinham sido colocadas em um liquidificador político-religioso, um moedor cultural que misturara etnias, línguas, povos, regiões e religiões, para produzir uma massa homogênea capaz de servir de “população”, isto é, de sujeito (no sentido de súdito) do Estado. Como se sabe, as antigas mis- sões que estão na origem de tantas cidades, vilas, vilarejos e arraiais do interior do Brasil foram os lugares privilegiados dessa fabricação do componente indígena do



O outro exemplo da intervenção do movimento indígena na linha do rompimento de padrões de participação política está se dando no processo de interferência na agenda da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), instância em que, como assinalado na abertura deste ensaio, o governo já tentou impor a priorização das desmoralizadas “Mesas de Diálogo”, a principal delas instalada logo após as jornadas de junho de 2013. Por diversos meios e estratégias, representantes da APIB conseguiram fazer com que a CNPI, ligada ao Ministério da Justiça (MJ), passasse a priorizar as discussões e negociações sobre a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, planejada para novembro de 2015.

Uma das questões relevantes que estão sendo propostas pela APIB é a adoção das assembleias indígenas, no modo como ocorrem normalmente, como espaços de discussão e deliberação no processo de mobilização e construção da Conferência Nacional. Em vez de adotar o sistema de etapas locais e regionais (com a eleição dos respectivos delegados), emulado em praticamente todas as outras conferências temáticas, integrantes do movimento indígena estão exigindo o ajuste da fórmula às realidades e práticas indígenas.

Seja na deslegitimação dos modelos federativos adotados pela democracia liberal-representativa ou no desvio das rotas e rotinas indiferenciadas de participação social, as intervenções indígenas reforçam o sentido já mencionado de “cotidianização da política” em detrimento da “politização do cotidiano” (Sader, 1988). Esta última sinaliza para a pertinência do alargamento dos cânones reconhecidos e consagrados de organizações e lutas dedicadas às transformações sociais (partidos, sindicatos e movimentos sociais “tradicionais” etc.), mas não toca na matriz ocidental do problema.

Grande parte das iniciativas que vêm sendo adotadas no Brasil em torno da “participação democrática cidadã” (conferências, conselhos e comissões especiais focadas em políticas públicas setoriais, por exemplo) tende a seguir o quadro-geral colmatado pela modernidade ocidental hegemônica em que a política tem de ser exercida “oficial e preferencialmente” em instâncias institucionalizadas, burocratizadas e formatadas para este fim. Abre-se inclusive espaço para a diversidade sociocultural, mas o potencial do exercício mais

---

“povo brasileiro”, ao sintetizar os célebres índios genéricos, os índios de aldeamento, catecúmenos do sacramento estatal da transubstanciação étnica: a comunhão nacional... A Constituição de 1988 interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de desíndianização, ao reconhecer que ele não se tinha completado. E foi assim que as comunidades em processo de distanciamento da referência indígena começaram a perceber que voltar a “ser” índio — isto é, voltar a virar índio, retomar o processo incessante de virar índio — podia ser interessante”.

intenso da interculturalidade é limitado pelas amarras de um modelo multiculturalista em que sobressaem as hierarquias “civilizatórias”. Fundamentados em garantias constitucionais de direito coletivo e diferenciado, os indígenas passaram cada vez mais a colocar em xeque esses pressupostos de cidadania modernizante consagrados pelas esferas políticas do Norte global.

Nesse sentido, mais que repetir a “entrada em cena” — como descreve o título da obra de referência de Sader — com as suas histórias e trajetórias, subjetividades e modos de produzir discursos e de “fazer política” com base no dia a dia, os movimentos indígenas “mudam o cenário” em que se dá o enfrentamento político no Brasil. Com o que temos designado aqui de “cotidianização da política”<sup>70</sup>, fortalece-se ainda mais o sentido de contingência situada dos embates emancipatórios em detrimento de uma essência supostamente universal. O abismo existente entre as formas de organização e as decisões que se tomam nas comunidades e as diretrizes aplicadas no âmbito das instituições estatais demonstraria, assim, um cenário de “descotidianização da política”. Frente a esse desligamento da esfera política oficial diante das realidades vividas pelos povos, as lutas protagonizadas pelos indígenas corroboram para subverter a ordem que estabelece condições e espaços separados e específicos para o exercício dos direitos à cidadania, atravessam essa “linha abissal” e, dessa maneira, desmontam o grande teatro montado pelos marcos moderno-ocidentais hegemônicos. Os gargalos da democracia e da participação social não se resumem, como deixam evidente os indígenas, à abertura de novas “arenas” ou “canais” para que possam ser exercidas por tais ou quais públicos, mas na própria “mudança de cenário” do que se entende como “político” em si.

Ao centrar suas mobilizações sobre o direito ao território (sistematicamente negligenciado pelo Estado), os movimentos indígenas expõem o vínculo intrínseco e estruturante entre capitalismo e colonialismo<sup>71</sup>. Por mais que esteja de algum modo presente (ainda que implicitamente) nos estudos de Sader, este vínculo ganha outra escala

---

70 Quanto a essa formulação, vale frisar a sua dissonância em relação às proposições do movimento situacionista surgido na Europa na década dos sessenta do século XX. A despeito de referências à “pluralidade da vida comum”, os situacionistas se voltam particularmente aos modos de vida urbana típicos da modernidade ocidental, enquanto os indígenas apresentam questionamentos profundos em termos epistemológicos e ontológicos, em contraponto com o etnocentrismo e o eurocentrismo.

71 Também trabalhado intensamente ao longo da história pelos movimentos negros no Brasil. Ressalte-se que o intuito deste ensaio não reside em advogar por exclusividades de determinadas lutas, mas pelo realce da contribuição relevante dos movimentos indígenas, que não se deu de forma isolada de outras.

de projeção com a atuação decisiva de organizações como o CIR. A “re-existência” (Porto-Gonçalves, 2006) dos povos indígenas passa a influenciar o conjunto de movimentos sociais que atuam no campo e se expande até pelas cidades.

As mobilizações de cunho descolonial proporcionadas pelas lutas em questão abrem espaço para a reinvenção da participação social em linha com as reflexões acerca da “tradução intercultural” (Santos, 2007), que podem densificar e conferir mais concretude aos processos políticos, levando-se em conta a sua “cotidianização”, ou seja, o reconhecimento das formas de organização social já praticadas nas comunidades.

## CONCLUSÃO

Na tentativa de enfatizar a “percepção de uma política e uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas”, Cunha (2012: 24) expõe o desenrolar de episódios de *política indígena* de maneira que eles são apresentados separadamente da *política indigenista*.

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos<sup>72</sup>. (Cunha, 2012: 22)

Este ensaio admite como seu o objetivo fulcral de realçar o sentido decolonial das lutas que tiveram os movimentos indígenas como protagonistas no contexto do apagar das luzes da funesta ditadura militar que dominou o Brasil entre as décadas de sessenta e oitenta. Mencionado por Viveiros de castro (2009), o fenômeno de “transfiguração étnica”, em que comunidades arquetipicamente “camponesas” reasumem sua condição indígena, está imbuído de algo que transborda (e muito) as fronteiras do Brasil rural.

---

72 No que a mesma autora completa adiante: “A percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois eventos fundamentais — a gênese do homem branco e a iniciativa do contato — sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua própria ação ou vontade” (Cunha, 2012: 24).

Ao reivindicar, insistir<sup>73</sup> e conquistar direitos coletivos, indígenas deixaram exposta a “fratura” que o paradigma capitalista e colonial se esmera em esconder, com muitos artifícios: a de que o abismo da desigualdade e exclusão social no país não tem a ver apenas com a diferença de renda ou o pertencimento à determinada classe social, mas também está profundamente baseada em preconceitos, hierarquizações e violências com substrato étnico-racial<sup>74</sup>.

A atitude de cutucar e chacoalhar este verdadeiro “vespeiro” político-ideológico implica no questionamento de estruturas profundas que organizam a “sociedade nacional”. Tem, por conseguinte, muito mais relevância e alcance do que se possa presumir. A discriminação étnico-racial no Brasil é tão sofisticada que, como salientado por muitas análises, “inexiste”. Até quem defende o “pluralismo e a convivência cultural” e a “igualdade de direitos” acaba aceitando-a, visto que muitas vezes não consegue nem identificá-la e/ou assumi-la pela cortina de fumaça que lhe vem aos olhos pelo sopro da colonialidade.

Realçar as contribuições do papel desempenhado pelos movimentos indígenas não significa apostar em culturalismos e essencialismos, como podem acusar alguns, porque a abordagem aqui escolhida em nenhuma passagem louva possíveis virtudes e qualidades “típicas ou tradicionais”. A ausência do reconhecimento desse papel protagônico, por seu turno, alimenta “naturalizações” levianas e imprecisas que classificam os indígenas como eternos manipulados por entidades religiosas ou organizações não-governamentais (ONGs) internacionais.

A resposta a essas “naturalizações” vem aqui no formato de análises de processos históricos, artigos e documentos, bem como de fundamentações em pesquisa de campo realizada junto com os indígenas da Raposa Serra do Sol. Como já foi dito, lá, as lutas encampadas pelas próprias comunidades asseguraram não só o território, mas transbordaram para outros campos dos direitos sociais diferenciados, como a educação superior. A intensificação e multiplicação das intervenções

---

73 Moog Rodrigues (2002: 495) descreve, por exemplo, a “mais efetiva estratégia de lobby” promovida pelos movimentos indígenas durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), quando permaneceram em caráter permanente no Congresso Nacional, comparecendo praticamente em todas as discussões e votações de temas de interesse. Ainda que os representantes da etnia Kayapó tenham liderado mobilizações com frequência, pelo menos 35 nações indígenas estiveram representadas pessoalmente ao longo dos debates e negociações que resultaram na Constituição de 1988.

74 Não há dúvidas de que o movimento negro brasileiro também se mobilizou e segue mobilizado por bandeiras similares de enfrentamento e combate ao racismo (tanto no plano institucional como nas relações sociais), mas a consagração paradigmática dos direitos coletivos indígenas parece ter pavimentado uma trajetória que vem guiando outros movimentos como o quilombola.

autônomas indígenas na democratização da democracia e na densificação da participação política (via formulação, gestão e avaliação de políticas públicas) abrem perspectivas de descolonização do Estado.

Nas considerações finais da sua obra de referência que, entre outras, inspira este ensaio, Sader (1988: 314-315) decreta que o projeto político dos movimentos sociais urbanos do fim da década de setenta (dos quais trata) sofreu uma “derrota política”<sup>75</sup>. Por isso, discorre o autor, as “promessas” desses coletivos acabaram tachadas como “ilusões, mistificações, erros de avaliação”<sup>76</sup>. Apesar disso, são apontados legados, uma vez que “as formas de expressão que eles instituíram, passaram a constituir um elemento da vida política do país” (Sader, 1988: 315) e que as mesmas “promessas, inscritas numa memória coletiva, podem ser atualizadas”. Por fim, ele define esses “alargamentos das fronteiras da política”<sup>77</sup> postos em prática nas várias iniciativas estudadas (clubes de mães, grupos de fábrica, “sindicalismo autêntico” e comissões de saúde) pela cidade de São Paulo como “condição para a democracia” no país.

Como referido no início, este ensaio se aproxima e se distancia das contribuições de Sader. Compartilha-se, por certo, o foco na atuação de sujeitos políticos capazes de influir de maneira mais ampliada nas disputas políticas de fundo que se dão no país. No caso das lutas dos movimentos indígenas, contudo, são mobilizadas interpelações outras que evidenciam a existência e o funcionamento, na definição do próprio núcleo (e não necessariamente nas “fronteiras”) da concepção hegemônica moderna — e, poderia se acrescentar, “descotidianizada” — de “política”, de uma “linha abissal” determinante e legitimadora de profundas desigualdades e injustiças sociais. Pleiteada por

---

75 No final dos anos oitenta, quando o trabalho é concluído enquanto alvorece a nova Constituição do país. O próprio autor chega a apontar o “grau de formação” dos sujeitos desses movimentos, que não teriam acompanhado o “ritmo da política instituída” e fraquejaram diante das exigências históricas, como uma das razões para essa “derrota política”, a despeito de ganhos no plano mais geral. Não teriam sido capazes, portanto, de se constituir “enquanto alternativas de poder no plano da representação política”. Tais observações aludem à distinção entre o substrato das teorias de modernização de narrativas totalizantes como pano de fundo da análise de Sader (na qual “*novos personagens entraram em cena*”) e o aporte descolonial heterogêneo das lutas indígenas (em que “*outros personagens mudam a cena*”).

76 Para o próprio autor, esse tipo de constatação, todavia, é um tanto inescapável, pois “não há como prever a totalidade dos desdobramentos no momento presente da ação que, para os sujeitos sociais envolvidos, fazia sentido enquanto alternativa” (Sader, 1988: 315).

77 De algum modo entrelaçadas com a já referida “politização do cotidiano” (linguagens, subjetividades e diversidades), naquilo que Sader (1988: 311) denomina como “nova configuração de classe”.

“personagens” indígenas que vêm denunciando, encarando e reagindo às violências e às opressões combinadas da colonialidade do poder e do colonialismo interno, essa “mudança de cenário” tem sofrido muitos ataques (diretos e indiretos), mas também tem angariado suportes via campanhas<sup>78</sup> e apoios inclusive de organizações urbanas<sup>79</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- Araújo, Ana Valéria 2006 *Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença* (Brasília: MEC, LACED / Museu Nacional).
- Baines, Stephen G. 2006 “A fronteira Guiana-Brasil e etnicidade entre povos indígenas” em *Revista Brasileira do Caribe* (São Luís: UFMA) Vol. II, Nº 13, p. 197-210.
- Baines, Stephen G. 2012 “O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana” em *Caderno SRH* (Salvador) Vol. 25, Nº 64, p. 33-44.
- Bhabha, Homi K. 1998 *O local da cultura* (Belo Horizonte: Editora da UFMG).
- Chatterjee, Partha 2004 *Colonialismo, Modernidade e Política* (Salvador: EDUFBA).
- CIDR — Centro de Informação da Diocese de Roraima 1989 *Índios de Roraima* (Boa Vista: CIDR) Coleção Histórico-Antropológica Nº 1.
- CIDR — Centro de Informação da Diocese de Roraima 1990 *Índios e Brancos em Roraima* (Boa Vista: CIDR) Coleção Histórico-Antropológica Nº 2, Vol. 2.
- Cunha, Manuela Carneiro da (org.) 1992 *História dos índios no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Cunha, Manuela Carneiro da 1987 *Os direitos do índio: ensaios e documentos* (São Paulo: Brasiliense).
- Cunha, Manuela Carneiro da 2012 *Índios no Brasil: história, direito e cidadania* (São Paulo: Claro Enigma).
- Fanon, Frantz 2001 *The Wretched of the Earth* (Londres: Penguin).
- Farage, N. e Santilli, P. 2009 “TI Raposa Serra do Sol: fundamentos históricos” em Trujillo, Julia et al. (orgs.) *Makunaima Grita!*

---

78 Como, por exemplo, a Campanha “Índio é nós” (<<http://www.indio-eh-nos.eco.br>>), que engloba vários grupos “unidos na resistência contra os ataques às terras e às vidas dos índios no Brasil”, que organiza e divulga conteúdos e eventos, além de promover um manifesto, em defesa dos direitos indígenas.

79 Em diversas oportunidades, o Movimento Passe Livre (MPL) tem se juntado a organizações indígenas em cidades como São Paulo, para ações diretas de cobrança dos poderes instituídos com o intuito de assegurar os direitos coletivos dos povos indígenas que constam da Constituição Federal de 1988.

- Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil* (Rio de Janeiro: Azougue).
- Farage, Nádia 1991 “Terras indígenas no Lavrado: o impasse continua” em Ricardo, Beto e Ricardo, Fani (orgs.) 1991 *Povos Indígenas no Brasil: 1987/1990* (São Paulo: Cedi) Aconteceu Especial 18, p. 147-154.
- Farage, Nádia 1992 *As muralhas dos sertões — Os povos indígenas no rio Branco e a colonização* (São Paulo: Paz e Terra / ANPOCS).
- Fernandes, Florestan 1963 *A organização social dos Tupinambá* (São Paulo: Difusão Européia do Livro).
- Fernandes, Florestan 1970 *A função social da guerra na sociedade tupinambá* (São Paulo: Pioneira / Edusp).
- Gambini, Roberto 2000 *Espelho Índio: A formação da alma brasileira* (São Paulo: Axis Mundi / Terceiro Nome).
- González Casanova, Pablo 1969 *Sociología de la explotación* (México: Siglo XXI).
- González Casanova, Pablo 2006 “Colonialismo interno (uma redefinição)” em Borón, Atilio et al. (orgs.) *A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas* (Buenos Aires / São Paulo: CLACSO / Expressão Popular / Coleção Campus Virtual).
- Hashizume, Maurício 2014 “Hermenêutica de elite: apontamentos sobre o colonialismo interno no Brasil” em *Cabo dos Trabalhos* (Coimbra: CES) N° 10. Disponível em <[http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/11.3.3\\_Mauricio\\_Hashizume.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/11.3.3_Mauricio_Hashizume.pdf)>.
- Krenak, Ailton 1984 Depoimento: “Os índios não estão preparados para votar, para trabalhar, para existir...” em *Lua Nova* (São Paulo: CEDEC) Vol. 1, N° 1, p. 86-91.
- Marés, Carlos Frederico 1994 “On Brazil and Its Indians” em Van Cott, Donna Lee (org.) *Indigenous Peoples and Democracy in Latin America* (Nova York: St. Martin’s Press / Inter-American Dialogue).
- Marés, Carlos Frederico 2004 “Multiculturalismo e direitos coletivos” em Santos, Boaventura de Sousa (org.) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural* (Porto: Edições Afrontamento) p. 71-109.
- Marés, Carlos Frederico 2005 *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito* (Curitiba: Juruá).
- Mongiano, Aldo 2011 *Roraima entre Profecia e Martírio* (Boa Vista: Diocese de Roraima).
- Moog Rodrigues, Maria Guadalupe 2002 “Indigenous Rights in Democratic Brazil” em *Human Rights Quarterly* (Baltimore) Vol. 24, N° 2, p. 487-512.

- Mota, C. e Galafassi, B. 2009 “A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: processo administrativo e conflitos judiciais” em Trujillo, Julia et al. (orgs.) *Makunaima Grita! Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil* (Rio de Janeiro: Azougue) p. 73-125.
- Nóbrega, Manoel da 2004 *Cartas do Brasil e mais escritos (1517-1570)* (Lisboa: Universitária Editora).
- Oliveira Filho, João Pacheco de 1988 “O Nosso Governo” — *Os Ticuna e o Regime Tutelar* (São Paulo: Marco Zero / Brasília: MCT/CNPq).
- Porto-Gonçalves, C. W. e Barbosa, A. M. 2014 “Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento” em Meneses, M. P. e Vasile, I. (orgs.) *CES Contexto Debates*, N° 5. Disponível em <[www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto\\_debates\\_v.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_v.pdf)>.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2006 “A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha” em Ceceña, Ana Esther (org.) *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado* (Buenos Aires: Clacso) p. 151-197.
- Poulantzas, Nicos 1985 *O Estado, o poder, o socialismo* (Rio de Janeiro: Graal).
- Quijano, Aníbal 2002 “Colonialidade do poder, globalização e democracia” em *Novos Rumos* (Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências Unesp) Ano 17, N° 37, p. 4-37.
- Quijano, Aníbal 2005 “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” em Lander, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (Buenos Aires: CLACSO, Colección Sur-Sur).
- Ribeiro, Darcy 1970 *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Sader, Eder 1988 *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Santilli, Juliana (org.) 1993 *Os Direitos Indígenas e a Constituição* (Porto Alegre: Fabris).
- Santilli, Paulo 2000 *Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito* (São Paulo: Editora Unesp).
- Santos, Boaventura de Sousa 2002 “Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências” em *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra: CES / UC) N° 63, p. 237-280.



- Santos, Boaventura de Sousa 2007 *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (São Paulo: Boitempo Editorial).
- Santos, Boaventura de Sousa 2009 “Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes” em Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (orgs.) *Epistemologias do Sul* (Coimbra: Editora Almedina) p. 23-71.
- Souza Lima, A. C. e Barroso-Hoffmann, M. (orgs.) 2002a *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista* (Rio de Janeiro: Contra Capa).
- Souza Lima, A. C. e Barroso-Hoffmann, M. (orgs.) 2002b *Estado e Povos Indígenas: bases para uma política indigenista II* (Rio de Janeiro: Contra Capa).
- Souza Lima, Antônio Carlos de 1995a *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil* (Petrópolis: Vozes).
- Souza Lima, Antônio Carlos de 1995b “Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do *Brasil*” em Silva, Aracy Lopez da e Grupioni, Luiz Donisetti Benzi (orgs.) *A questão indígena da sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus* (Brasília: MEC) p. 407-419.
- Viveiros de Castro, Eduardo 2008 “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é” em *Eduardo Viveiros de Castro: Entrevistas* (Rio de Janeiro: Azougue). Disponível em <[http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_institucional/No\\_Brasil\\_todo\\_mundo\\_%C3%A9\\_%C3%ADndio.pdf](http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf)>.
- Viveiros de Castro, Eduardo 2011 *The Inconstancy of the indian soul — The encounter of catholics and cannibals in 16th-century Brazil* (Chicago: Prickly Paradigm Press).
- Yokoya Simoni, Maria 2010 “O reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sob a perspectiva internacional e a brasileira” em *Boletim Meridiano* 47 (Brasília) Vol. 10, N° 105, p. 37-42.

Cláudio L. Camargo Penteado\*,  
Marcelo B. Pimentel dos Santos\*\*  
e Rafael de P. Aguiar Araújo\*\*\*

## **SOCIEDADE CIVIL E A *EPARTICIPAÇÃO* EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

O ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E  
INFLUÊNCIA (IPPI) DO INSTITUTO PÓLIS  
E DO PORTAL MOBILIZE BRASIL

### **INTRODUÇÃO**

A sociedade em rede, tal como a definiu Manuel Castells (1999), tem se consolidado graças à popularização da internet e a aceleração do

- \* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997), Mestre em Ciências Sociais (2001) e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC, atuando nos programas de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais e Energia da UFABC. É pesquisador do Núcleo de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUCSP (NEAMP).
- \*\* Professor de Sociologia e Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui mestrado (2003) e doutorado (2012) em Ciências Sociais, área de concentração em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). No ano de 2010 cumpriu estágio de doutoramento (CAPES - PDEE) na Université Paris Ouest, Nanterre, La Défense. Pesquisador do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP e do NUPPs (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas) da USP. É líder do GETS (Grupo de Pesquisa em Estética, Técnica e Sociedade) do DCS/UFPB. Atualmente realiza pesquisa de pos-doutoramento no NUPPs/USP.
- \*\*\* Graduado em Ciências Sociais (2000), Mestre (2003) e Doutor (2009) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte Mídia e Política e professor do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP; professor de Sociologia Contemporânea e coordenador do curso de Sociologia e Política da Escola de Sociologia e Política de São Paulo; professor do Departamento de Política da PUC-SP e editor da Revista *Aurora*.

desenvolvimento tecnológico. Essa realidade vem produzindo novas dinâmicas nas relações sociais e novos processos políticos. A população mundial, conectada ao ciberespaço, passou a desenvolver algumas de suas atividades cotidianas com a mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A velocidade e a facilidade de acesso à informação e a essas ferramentas permitiram aos interagentes o estabelecimento de novos hábitos no trabalho, no entretenimento, na sociabilidade e, também, nas atividades políticas.

O relatório da Pesquisa Brasileira de Mídia 2014<sup>1</sup>, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), aponta que a internet já é o segundo meio de comunicação preferido pelos brasileiros com 13,1%, atingindo 25% da preferência entre jovens de 16 a 25 anos, ficando atrás somente da televisão. Esse dado indica que está, de fato, ocorrendo uma mudança fundamental no consumo de mídia, principalmente por existir uma tendência de aumento do acesso à internet como fonte de informação em substituição ao rádio, jornais, revistas e a própria televisão. A pesquisa aponta que a maioria dos usuários (53%) tem o hábito de acessar a internet todos os dias da semana, com média de uso superior a três horas e trinta minutos por semana. Os resultados confirmam que as TIC não substituem necessariamente a mídia tradicional. Ocorre uma convergência midiática, pela qual muitos dos conteúdos produzidos em outras mídias são retransmitidos pelo ciberespaço; além disso, a internet, por sua velocidade de circulação da informação, passa a pautar a agenda dos outros meios de comunicação.

Os dados em si confirmam o crescimento da importância da internet como espaço de comunicação, não só no Brasil, mas em todo o mundo, formando uma nova esfera pública interconectada (Dahlgren, 2005) através da qual as pessoas, conectadas em rede, passam a participar ativamente do processo de produção, circulação e transmissão de informações.

Nos últimos anos, em diversas localidades do globo, ocorreram manifestações que foram organizadas e articuladas por meio dos canais de comunicação da internet, principalmente as redes sociais, que criaram condições para a rápida e livre divulgação de informações, possibilitando a mobilização dos manifestantes (Castells, 2013b). As TIC exerceram um papel central em protestos no Egito contra o ditador Mubarak (Wilson e Dunn, 2011), no movimento dos Indignados de Madri — 15M (Barba e Blanco, 2011; Subirats, 2011), nas ocupações realizadas nos EUA, o Occupy Wall Street (Penney e Dadas, 2014)

---

1 Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-2014.pdf>> acesso 27 de agosto de 2014.

e nas Jornadas de Junho no Brasil de 2013 (Parra, 2013), para citar apenas alguns exemplos.

Por seu caráter interativo e colaborativo, a internet possibilita a seus usuários uma maior participação na vida pública da sociedade. A participação política por meio das TIC, a chamada eParticipação, permite ampliar e aprofundar a participação cidadã no processo político, permitindo aos cidadãos conectarem-se uns com os outros e com seus representantes políticos (Tambourius et al., 2007) para atuarem no processo de tomada de decisão (Macintosh, 2004) e ter um papel mais ativo na vida política de sua comunidade.

Apesar da maioria dos estudos sobre eParticipação serem voltados para a análise de experiências desenvolvidas e gerenciadas pelo Estado, a internet por sua organização em rede permite que a sociedade civil, em sua heterogeneidade (Maia, 2011), possa criar mecanismos de divulgação de informação política, participação, mobilização, debate e engajamento *online*.

Os estudos sobre a eParticipação podem ser associados a um contexto de reforma do Estado, pelo qual ocorre um novo arranjo político voltado para a maior participação da sociedade civil (Bresser-Pereira, 1999). No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (CF88) também contribuiu para isso ao estimular mecanismos de participação dos cidadãos nas esferas públicas através de proposições, participação em conselhos e reuniões. Essas novas formas de participação cidadã são estimuladas e facilitadas pelas TIC diminuindo o custo de participação dentro de iniciativas promovidas pelos governos, permitindo que a sociedade civil possa ter um papel mais ativo (Araujo et al., 2013). Ainda assim, a participação política encontra alguns entraves como os desenhos institucionais, a falta de informação, a apatia política e a desconexão entre representantes e representados (Maia, 2011).

Algumas formas de mobilização da sociedade civil acompanham as transformações da conjuntura política e as mudanças tecnológicas. Essas organizações deixaram de ser somente formas de pressão e protesto contra o Estado e passaram a atuar também em parceria com os governos, tornando-se mais ativas e propositivas. Essas mudanças são exemplos da nova permeabilidade ou capilaridade do Estado em relação à sociedade civil desenvolvida a partir de novos desenhos institucionais da administração pública, além do estímulo constitucional e das tecnologias desenvolvidas, como já citado. Atuando dentro do paradigma de rede e em parceria com outros atores sociais, essas organizações da sociedade passam a agir dentro dos marcos institucionais (Gohn, 2013), apropriando-se das TIC para promover suas diversas atividades e ativismo. A rede mundial de computadores torna-se

uma importante ferramenta para o desenvolvimento das estratégias de ação, assim como um espaço vital para a realização de demandas, criando condições para uma participação mais ativa dos cidadãos.

Dentro de um contexto de questionamento do papel do Estado (influenciado por políticas neoliberais e adoção de prática participativas) e a intensificação do uso das TIC, condições que favorecem a maior atuação política de determinados grupos sociais, esse artigo apresenta uma análise comparativa de dois atores da sociedade civil, Instituto Pólis e Mobilize Brasil, que estão se apropriando das ferramentas digitais para promover suas ações, enfocando sua capacidade de influência na ação e participação política, principalmente, sobre o ciclo de desenvolvimento de políticas públicas.

Para a realização do estudo comparativo, entre essas duas iniciativas, foi aplicado o Índice de eParticipação Política e Influência (IPPI) que procura identificar o grau de influência das organizações da sociedade civil, que utilizam a internet em suas ações, dentro do ciclo de políticas públicas. O IPPI, criado dentro de uma perspectiva interdisciplinar, a partir das teorias e estudos sobre e-participação, ciberativismo, comunicação política e políticas públicas, tem como objetivo identificar os diferentes níveis e possibilidades de influência das ações que envolvem, de alguma forma a internet no ciclo de políticas públicas (Araújo et al., 2013, Santos et al., 2013).

Por meio do estudo do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil, o estudo visa contribuir de maneira empírica na avaliação dos efeitos que o uso das TIC exerce nas organizações sociais sobre o ciclo das políticas públicas, construindo uma metodologia confiável de pesquisa que permite analisar essa nova forma de ativismo sociopolítico, que atua dentro do paradigma de rede, com ações no mundo *online* e *offline*.

### **INTERNET, EPARTICIPAÇÃO, SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO DO IPPI**

O desenvolvimento das TIC e a expansão da internet indica a necessidade de uma mudança na concepção de política e democracia, incorporando a cidadania de maneira direta, comunitária e autônoma (Subirats, 2011). Castells (2013b) propõe novas concepções da ação e do fazer político a partir de redes independentes ao poder público institucional.

As TIC criam condições para a ampliação da participação civil dentro do processo político por meio dos canais de comunicação interativos e colaborativos. O uso dos diferentes dispositivos comunicacionais da web oferece espaços para o engajamento dos cidadãos e maior influência sobre o processo de tomada de decisão (mesmo que a decisão final ainda fique restrita ao governo), contribuindo para

a formação de práticas de e-democracia, como o caso da reformada constituição da Islândia por meio de técnicas de *crowdsourcing* (Freeman e Quirke, 2013).

A participação cidadã por meio do uso das TIC insere-se em um amplo debate que envolve as possibilidades de transformações no campo político através do uso da eParticipação. Esse termo, dentro da literatura da área, possui diferentes definições. Para esse estudo utilizamos a definição de Medaglia (2012), Macintosh (2004) e Tamboribus *et al* (2007) que a compreendem a partir do uso que diferentes instituições e cidadãos fazem das TIC para apoiar e dar suporte a tomada de decisão democrática, de forma a criar oportunidades para consulta e diálogo entre governantes e governados, a partir das diferentes ferramentas de comunicação digital.

O campo de estudo de práticas e iniciativas de eParticipação mostra um grande dinamismo na agenda de pesquisa. Medaglia (2012), ao analisar as diferentes contribuições acadêmicas sobre o tema, indica que novos estudos devem mudar o foco de ações governamentais para as práticas desenvolvidas pelos cidadãos e *stakeholders*. A emergência da web 2.0 tornou os usuários mais ativos no uso dos recursos da internet, criando condições para que os cidadãos e a sociedade civil tenham um papel mais ativo nas atividades de e-participação pelo uso de dispositivos participativos, interativos e colaborativos. Desta forma, a sociedade civil tem maior capacidade de ter coordenação, comunicação, cooperação dentro do processo político, por meio de mecanismos que os habilitam a discutir e fazer parte do processo de tomada de decisão e possam contribuir e influenciar nos assuntos públicos e na agenda de políticas públicas, contribuindo para tornar os processos participativos mais democráticos.

Uma das dimensões chaves para a eParticipação é o uso da tecnologia de comunicação (Macintosh, 2004). O uso criativo das ferramentas existentes (como sites, blogs, redes sociais de internet, etc.) são importantes meios de mobilização, divulgação de informações, debate, criação de fóruns de discussão e outras formas participativas que promovam o engajamento do cidadão de maneira que esse possa ter um papel mais ativo dentro das políticas institucionais e, mais especificamente, no ciclo das políticas públicas. O uso das ferramentas contribui para a criação de canais de comunicação alternativos, pelos quais os movimentos sociais podem reproduzir seu próprio discurso e ampliar o repertório de mobilização e ação (*online e offline*) (Pereira, 2011). Essas ferramentas criam condições técnicas para que os cidadãos sejam incluídos no *fazer democrático*.

Mais recentemente, a popularização das Redes Sociais de Internet (RSI) transformam essas plataformas em importantes espaços para o debate político. As RSI se caracterizam pelo papel ativo dos

usuários na produção, transmissão e circulação de informações. Nesse sentido, algumas práticas de eParticipação vêm sendo desenvolvidas nesses ambientes. Taylor-Smith e Lindner (2010) destacam que as RSI podem ser utilizadas para a discussão e formulação de políticas públicas, como o projeto HUWY (Hub Websites for Youth Participation) desenvolvido na Estônia, Irlanda, Alemanha e Reino Unido, apresentado no workshop “Social networking tools supporting constructive involvement throughout the policy-cycle”, durante a Conferência EDEM 2009 em Viena. Os casos apresentados no workshop ilustram como aplicar ferramentas de RSI para aumentar a eficiência da participação cidadã no processo de produção de políticas públicas com exemplos de experiências com o uso do Facebook, blogs, Twitter e outras redes sociais para estimular a participação cidadã nos processos políticos.

O uso desses dispositivos oferece condições para o desenvolvimento de diversos tipos de ação política *online* (webativismo): difusão de informações, articulação com outros grupos, mobilização, engajamento, construção e alimentação de fóruns de discussão, pressão sobre os agentes públicos, etc.

Outro fator importante na ação política da sociedade civil é a capacidade de mobilização de recursos (financeiros, materiais, políticos e humanos) de alguns grupos em prol de suas causas. Dessa forma, a capacidade e qualidade das instituições reunirem *atores e capital social* são importantes fatores na prática ativista das organizações. Na atual configuração da sociedade contemporânea, caracterizada pela heterogeneidade social, a sociedade civil tende a se organizar em redes organizacionais de movimentos (com diferentes identidades, mas com atuação em conjunto), que pela formação de parcerias e alianças estratégicas conseguem ampliar seu poder de capitalização de recursos, possibilitando a transposição de fronteiras territoriais, articulação em diversos níveis de atuação e promovendo uma nova forma de ativismo (Scherer-Waren, 2006).

Nesse novo formato de atuação, os atores (sejam coletivos ou individuais) com maior capacidade de conexão de redes são importantes fontes de poder dentro da conjuntura da Sociedade em Rede (Castells, 2013a). A habilidade na formação e conexão de redes com diferentes setores da sociedade é um elemento central dentro da prática política contemporânea. A ligação com grupos, indivíduos e instituições são fatores centrais para a promoção da cooperação, engajamento e criação de redes informais que permitem a acumulação de recursos políticos e financeiros (Diani, 2003).

O conceito de capital social, por sua vez, possui diferentes leituras, mas pode-se compreender que este está relacionado aos recursos

que um indivíduo ou grupo consegue mobilizar a partir de suas conexões sociais. O capital social pode ser acumulado e advém do investimento e dedicação do ator em suas relações sociais, possuindo assim uma dupla dimensão: investimento e benefícios (Recuero, 2012).

A posse de capital social permite a formação de relações de confiança (e credibilidade) entre atores sociais dentro do espaço público, criando condições para a atuação coletiva em busca de benefícios mútuos (Putnam, 2006). Assim, os grupos ativistas da sociedade civil buscam investir em ações para acumular prestígio e confiança, para que possam dessas relações extrair recursos para suas causas e ações.

As relações de cooperação (laços), desenvolvidas por meio de relações de confiança, são fatores essenciais no processo de recrutamento dos movimentos sociais, exercendo um importante papel de socialização ao criar oportunidades para o engajamento individual e reduzir o custo da participação (Diani, 2003). A formação de redes de movimentos sociais ou outras formas de organização da sociedade civil também exercem a função de conexão estrutural entre os membros e participantes, ampliando sua capacidade de influência, pressão e mobilização, trabalhando em uma dupla dimensão: agência e estrutura (Passy, 2003).

Outro elemento considerado para a construção do IPPI é a eParticipação em si. As dimensões da eParticipação ainda são muito vagas existindo divergência nas categorias que estas englobam. Fato importante até aqui é que o engajamento na participação política tem procurado romper com o modelo *top-down* (do Estado para a sociedade civil ou de governantes para cidadãos) existentes em grande parte das políticas públicas desenvolvidas. Esse modelo ignora ou diminui a participação política cidadã. Assim, mais recentemente, observam-se modelos *bottom-up* que emergem da sociedade civil e influenciam as políticas adotadas pelo Estado.

Wilson Gomes (2011) faz uma interessante distinção entre ação e participação, ao refletir sobre participação política e internet. Para o autor a ação está mais ligada a um conjunto de atividades individuais como buscar informação, acompanhar e ler blogs e sites, entre outros exemplos. A participação, por sua vez, está diretamente ligada a um perfil ativo, como escrever em blogs e sites, fazer campanhas, assinar petições etc. A primeira pode fomentar a segunda, mas não se trata de participação em sentido estrito.

A eParticipação tem colaborado para a promoção de novos meios de partilhar responsabilidades entre governos e cidadãos, uma vez que abre espaços de interlocução entre estes dois entes, empoderando entidades e organizações sociais na intervenção e atuação da vida política. Por um lado, o uso das ferramentas das TIC possibilita o en-



volvimento da sociedade civil na busca de soluções para alguns dos problemas da sociedade (Meijert et al., 2009). Por outro, auxilia no mecanismo de responsividade do Estado ao dar ouvido aos anseios cidadãos, auxiliando, com isso, em uma das prerrogativas atuais da democracia, possibilitando sua qualificação (Rennó et al., 2011).

As organizações observadas nesta pesquisa, assim como muitas outras, utilizam o ciberespaço em suas ações políticas, que podem ser classificadas em seis categorias de análise, a saber: (i) eInformação; (ii) eConsulta; (iii) eMobilização; (iv) eEngajamento; (v) eDeliberação; (vi) eEmpoderamento.

Segundo Araújo *et al* (2013a) e Tamboribus *et al* (2007) é possível definir essas categorias. Como eInformação compreende-se um canal de informação para os cidadãos a respeito do tema a que se refere uma ação. Vale a ressalva que os sites da internet são primordialmente canais de comunicação e publicização de ideias e valores. A eConsulta consiste em um canal de comunicação *online* para coletar do público desejos, respostas e alternativas para diferentes problemas. A eMobilização é interpretada como uma ação de estímulos e convocação em campanha de determinadas iniciativas e medidas na defesa de alguma ideia ou valor por parte de grupos sociais e políticos.

A categoria eEngajamento ocorre quando os cidadãos compreendem a importância de valores e ideias que acreditam ser significativas em seu envolvimento e defesa em relação a outras proposições discordantes. Ela difere da eMobilização por contar com uma participação mais ativa dos cidadãos. A eDeliberação implica o auxílio na resolução de um impasse ou problema no processo de tomada de decisão, ou ainda em um planejamento de uma ação política a partir da discussão e debate entre atores sociais que se interessam sobre o tema proposto. Por fim, o eEmpoderamento significa a transferência da influência, do controle, da proposição e da formulação de políticas (ou discussões públicas) para a população em geral ou mais especificamente para os cidadãos envolvidos nas discussões políticas.

Os grupos da sociedade civil que atuam dentro do ciberespaço se valem de diferentes estratégias com o intuito de formar agendas capazes de contribuir de alguma forma para o desenvolvimento de políticas. A partir do uso das TIC as estratégias passaram a ser adotadas pelos grupos de acordo com os diferentes contextos e objetivos. Algumas dessas estratégias já foram testadas em distintas ocasiões e podem ser organizadas em grupos. O potencial de mobilização em torno de um discurso e/ ou uma identidade é um fator essencial na prática política dos movimentos sociais como apresenta Castells (2013b) ao discutir sobre o poder da identidade na *Sociedade em Rede*. As estratégias variam de ações simplesmente informativas a ações que congregam geração de conteúdo, mobilização e formação de lideranças.

A principal estratégia de mobilização utilizada pelos coletivos é a criação de eventos no Facebook e a convocação em cascata. Algumas instituições também procuram elaborar e disseminar conteúdos e promover sua circulação nas RSI. Aqui, é possível observar uma nova dinâmica nos usos da internet uma vez que, os sites nem sempre são a principal fonte de publicização de ideias das instituições pois algumas delas usam os espaços das RSI para ampliar a divulgação de seus projetos, propostas, ideias e valores.

Outra estratégia identificada é a criação de eventos artísticos, culturais e educacionais, tais como seminários, debates e cursos de formação como meio criativo de mobilização e engajamento. Também ocorre o uso de mensagens SMS, criação de enquetes, cadastramento de usuários, envolvimento de pessoas públicas e a circulação de vídeos.

Merece destaque o fato de que algumas instituições reconhecem a necessidade de manter atividades presenciais, tais como reuniões e grupos de debate, o que evidencia uma estratégia menos imediatista e com aspectos formativos. Ainda é possível identificar como estratégia a participação em órgãos governamentais, tais como os conselhos municipais, e a participação de editais para a obtenção de financiamentos públicos para, com isso, ser possível ampliar o alcance das ações.

Outro ponto fundamental identificado na atuação estratégica da sociedade civil, em suas mais diversas formas, é o uso dos meios de comunicação tradicionais de maneira a ampliar a repercussão das ações. Essa tática consiste na produção de conteúdos com o intuito de construir um capital social relevante capaz de servir de referência a jornalistas e, em alguns casos, para o próprio poder público, garantindo maior legitimidade (Lavallo et al., 2006) para a ação desses grupos, coletivos e organizações. Com isso, determinada organização ou movimento acaba ocupando espaço na mídia tradicional, o que confere uma ampliação do alcance e da divulgação das ações. Outra estratégia adotada implica o envolvimento em ações específicas de atores sociais com capital simbólico, como intelectuais, artistas e esportistas, com o intuito de ampliar a audiência e a participação.

Contudo, a articulação política *online* precisa ter uma conexão com a prática política *offline* (política institucional), principalmente em relação a influência sobre políticas públicas. O uso dos canais de participação política e capacidade de influenciar órgãos e representantes políticos procura garantir que as ações desenvolvidas ganhem efetividade seja para participar da formação da agenda, formulação de alternativas, para a sua implementação e a avaliação de políticas, projetos, planos de governo e mesmo para garantir maior *accountability*.

Algumas instituições da sociedade civil possuem credibilidade (assim como capacidade de mobilização de recursos) suficiente para gerar conteúdos e formatar discursos que ganham espaço na web e

nos meios de comunicação de massa. Outras instituições conseguem pautar a agenda do poder público preenchendo espaços de participação como conselhos municipais e consultas públicas. A presença de profissionais qualificados nessas ocasiões obriga os gestores públicos a incorporarem ideias e adotarem metas específicas em suas políticas (Santos et al., 2013).

O conhecimento do potencial de influência das ações adotadas por uma instituição pode significar um maior entendimento da relação entre governantes e governados no atual estágio de desenvolvimento da democracia (Araújo et al., 2013b). O empoderamento do cidadão corresponde a uma nova fase de um longo processo de amadurecimento, tal como afirma Subirats:

A proposta de uma outra democracia, a proposta de uma democracia do comum, aqui parcialmente exposta, mas presente em muitos lugares e experiências em todo o mundo, está ganhando terreno e está presente na crescente mobilização social em todo o mundo. Não há dúvidas de que continuaremos falando dela e, melhor ainda, que continuaremos a experienciá-la (2011: 103).

Vale notar que a importância das ações adotadas é ampliada na medida em que as estratégias usadas contemplam a incorporação de atores sociais ao ciclo de desenvolvimento de políticas. As instituições deixam de ser meramente consultivas e passam a figurar junto aos gestores, contribuindo diretamente para a implementação e avaliação das políticas. Essa situação é ainda pouco comum, mas é possível verificar a cada dia uma ampliação dessa tendência em determinadas instituições, o que pode representar uma mudança na qualidade dos processos democráticos.

Mesmo atuando dentro do ciberespaço, a ação política dos grupos e organizações da sociedade civil precisa conseguir espaço dentro dos canais de comunicação da chamada mídia tradicional, como um importante elemento para o aumento do capital político e capacidade de mobilização de recursos. O atual modelo de comunicação se caracteriza não pela formação de esferas públicas comunicacionais concorrentes, mas pela convergência entre a esfera da web e dos *mass media* tradicionais. O potencial de navegar nesses dois ambientes é um fator central para que os elementos apontados acima se concretizem de forma efetiva.

A pesquisa realizada pelo IBOPE<sup>2</sup> para a realização do Índice de Confiança Social — 2014 revela que embora as taxas de confiança dos

---

2 O IBOPE é o maior instituto de pesquisa da América Latina. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/Paginas/home.aspx>> acesso 27 de agosto de 2014.

brasileiros tenham caído nos últimos anos em vários aspectos institucionais, os meios de comunicação, em geral, ainda mantêm credibilidade perante os brasileiros. Nos números do IBOPE é possível observar que, em termos institucionais, os meios de comunicação ocupam o quarto lugar geral na confiabilidade brasileira, ficando atrás do Corpo de Bombeiros (1º lugar), Igrejas em geral (2º) e Forças Armadas (3º). Embora os números da confiança dos meios de comunicação estejam em declínio (de 71% em 2009 para 54% em 2014) ainda podem ser considerados altos em relação às outras instituições. Ademais a queda da confiança atinge todas as instituições averiguadas pelo instituto no mesmo período.

Essa crise das instituições brasileiras afeta a própria ideia de democracia no Brasil (Moisés, 2010 e Moisés e Meneguello, 2013). Entretanto, por mais que a internet ocupe espaços cada vez mais amplos na sociabilidade, na ação e na participação política no Brasil atual, os meios de comunicação ainda gozam de prestígio e confiança, e principalmente se consolidam como principal esfera pública pela qual a população consome informação, conforme aponta a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 (citada anteriormente). Entretanto, é cada vez mais comum e usual a capacidade que as organizações que se organizam nas e pelas TIC têm de pautar assuntos e debates na mídia tradicional, como veremos adiante.

### **DESCRIÇÃO E MENSURAÇÃO DAS DIMENSÕES DO IPPÍ**

A mudança no perfil de atuação da sociedade civil, conforme indicada na introdução do texto, abre caminho para que as entidades civis tenham uma participação mais ativa na vida pública. Os mecanismos de comunicação interativos e colaborativos da internet criam condições para que esses grupos da sociedade desenvolvam novas atividades políticas, principalmente no exercício de influência sobre políticas públicas setoriais. Com o objetivo de estudar essa prática, foi criado o Índice de eParticipação Política e Influência (IPPI), que visa avaliar como a sociedade civil, dentro de sua heterogeneidade, está usando os recursos da internet para promover a participação cidadã e conseguir influenciar o processo de desenvolvimento de políticas públicas em pelo menos alguma etapa do ciclo.

A avaliação da participação (eParticipação) e influência sobre políticas públicas envolve uma série de fatores complexos, que representam dificuldades metodológicas. Há a necessidade de uma múltipla dimensionalidade que abarca conhecimentos teóricos de diferentes campos de conhecimento como Ciência Política, Políticas Públicas, Comunicação Política, Sociologia, Ciência da Informação e áreas de pesquisa como eParticipação, ciberativismo, movimentos sociais, etc.

O Índice de eParticipação Política e Influência da sociedade civil no ciclo de políticas públicas possui 6 dimensões analíticas criadas com base na revisão da literatura sobre o tema, das diferentes áreas do conhecimento citadas acima. As dimensões tratam dos *Usos e recursos da internet* (D1); *Atores e capital social* (D2); *eParticipação* (D3); *Estratégias de mobilização* (D4); *Desdobramento da ação e relação com PPs* (D5) e; *Repercussão na mídia tradicional* (D6).

O desenvolvimento dessas categorias procura analisar a capilaridade das relações entre sociedade civil e Estado por meio dos usos da internet tanto na mediação e articulação, quanto na repercussão das ações desenvolvidas pelos diferentes grupos. As categorias foram pensadas com o intuito de dar forma aos distintos níveis de participação política *online* e *off-line* e as diferentes estratégias adotadas pelos grupos com o intuito de influenciar de alguma forma o processo de desenvolvimento de políticas.

Nesse sentido, o modelo de mensuração construído é formado pelas 6 dimensões citadas acima e detalhadas no quadro abaixo. As dimensões visam integrar esses diferentes referenciais teóricos e metodológicos em uma ferramenta de análise e avaliação prática que facilite o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Elas procuram também verificar o potencial de influência exercido por grupos da sociedade civil, por meio do ativismo digital e sua ingerência sobre o ciclo de políticas públicas, evidenciando um novo *modus operandi*.

O quadro abaixo com a descrição das dimensões de análise do IPPI também apresenta a forma de mensuração de cada uma delas, que varia de uma escala de 0 a 5, conforme detalhado abaixo.

**Quadro 1. Dimensões do IPPI**

<b>Dimensões do IPPI</b>	<b>Descrição</b>	<b>Mensuração</b>
1. Uso dos recursos da internet	Identificação e avaliação dos dispositivos comunicacionais que o grupo/coletivo utiliza em uma ação ativista	Quando não utiliza recursos da internet Quando somente utiliza um site Quando utiliza além do site, redes sociais, Youtube Quando o site oferece ferramentas, apps e dispositivos para a mobilização e debate sobre temas correlacionados a PP Quando o site e redes sociais oferecem ferramentas, apps e dispositivos para a mobilização e debate sobre temas correlacionados a PP Quando os usuários podem participar da produção de propostas e ações do grupo ciberativista
2. Atores e capital social	Identificação e classificação dos atores envolvidos quanto ao seu capital social para a mobilização de recursos financeiros e mobilização de pessoas	Quando os atores envolvidos não possuem ligações com outros grupos ou instituições Quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais locais/regionais Quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais nacionais Quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais internacionais Quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais e possuem vínculos com instituições públicas Quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais, possuem vínculos com instituições públicas e atuam dentro dos mecanismos de representação política
3. eParticipação	Identificação e classificação das formas de eParticipação webativismo (com base nas categorias desenvolvidas por Tamboribus et al., 2007 e Araújo et al., 2013)	eInformação: quando há apenas informação para cidadãos eConsulta: quando possibilita o recolhimento de informações do público em geral eMobilização: quando a ação de estímulo e convocação na defesa de valores e ideias eEngajamento: quando além das características acima, os cidadãos defendem suas ideias e valores em detrimento de outras eDeliberação: quando auxilia na resolução de impasses, tomadas de decisão a partir de discussão e debate entre atores políticos eEmpoderamento: quando há transferência de influência, controle, proposição e formulação de políticas a partir dos desejos e anseios cidadãos

<p>4. Estratégias de mobilização</p>	<p>Identificação e avaliação das estratégias de uso dos recursos do ciberespaço para a mobilização de recursos</p>	<p>Quando as ações são meramente informativas, sem interatividade, apenas pela página da instituição e não procuram encorajar o engajamento da sociedade na causa em questão.                  Quando as ações utilizam ferramentas básicas de comunicação como envio de e-mails e encorajam a mobilização apenas através de informações publicadas em sua página                  Quando ocorre a criação de eventos no Facebook e outras formas de interação e mobilização nas redes sociais                  Quando ocorre a promoção da mobilização através de convocação em cascata e uso de torpedos, além das redes sociais                  Quando a mobilização ocorre através de uma somatória de estratégias que envolvem o uso das TIC e ocorre o uso dos meios de comunicação de massa para ampliação da mobilização                  Quando ocorrem ações de mobilização com utilização das ferramentas tecnológicas e utilização dos meios de comunicação de massa, além do desenvolvimento de ações offline de conscientização e promoção do engajamento social</p>
<p>5. Desdobramento da ação e relação com PPs</p>	<p>Verificar se após a realização de uma ação ou mobilização houve um desdobramento político: proposta de uma política pública, influência na formação da agenda, etc.</p>	<p>Quando as ações não são consideradas pelo poder público                  Quanto as ações são incorporadas a discursos, mas não são incluídas a projetos e a programas de governo                  Quando as ações são incorporadas a projetos novos ou influenciam a revisão e avaliação de agendas do governo                  Quando as ações são determinantes para a formação da agenda de governo e influenciam novos projetos e planos de metas para a gestão                  Quando as ações implicam a elaboração própria de políticas que são incorporadas pelos governos. O governo mantém para si a tarefa de implementação e avaliação.                  Quando as ações implicam a elaboração de diretrizes e projetos por parte da sociedade civil que são incorporadas pelo governo. O Estado permite o envolvimento da sociedade civil também na implementação e avaliação do projeto.</p>
<p>6. Repercussão na mídia</p>	<p>Identificar se a ação ou mobilização teve repercussão nas mídias tradicionais e dentro do ciberespaço</p>	<p>Quando não há repercussão na mídia tradicional                  Quando ocorrem referências indiretas da ação em jornais e/ou revistas impressas de bairro e/ou de circulação local                  Quando ocorrem referências diretas à ação em jornais e/ou revistas impressas de bairro e/ou de circulação local                  Quando ocorrem referências indiretas à ação em meios de comunicação eletrônicos tradicionais (rádio e TV) com ou sem referências a periódicos impressos                  Quando ocorre referência direta à ação em meios de comunicação eletrônicos tradicionais (rádio e TV) com ou sem referências a periódicos impressos                  Quando as ações são noticiadas e/ou comentadas de forma direta por meios eletrônicos e impressos com enquadramento propositivo, chamando a atenção do poder público</p>

Fonte: Elaboração dos autores

## **SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO BRASIL: O INSTITUTO PÓLIS E O MOBILIZE BRASIL**

Serão analisadas duas instituições da sociedade civil organizada que se utilizam das TIC em seu fazer político. Através de campanhas, informações, produção de conhecimentos, debates e outras formas de atuação, essas organizações auxiliam na promoção do debate de políticas públicas e possibilitam aos cidadãos que tenha voz frente ao poder público instituído, atuando nas três esferas de governo.

O Instituto Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais — é uma Organização-Não-Governamental (ONG) de atuação nacional e internacional, fundada em 1987, portanto, antes do advento das TIC, mas que atualmente utiliza essas ferramentas para o desenvolvimento de seu trabalho. Tem atuado em parceria com outras organizações de interesses similares não apenas no Brasil, mas também no exterior, desenvolvendo formas de participação em redes globais e locais.

Constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal, o Instituto Polis volta-se para a atuação em políticas públicas que vinculadas aos temas: inclusão e sustentabilidade, reforma urbana, democracia e participação e cidadania cultural (desenvolvimento cultural, práticas de convivência e cultura de paz e defesa da democratização da comunicação e das mídias livres).

O Polis declara em seu portal que tem por objetivo atuar no plano das relações entre governantes e governados, buscando ampliar as formas de participação política da sociedade, fortalecendo instituições e movimentos populares organizando fóruns e redes, oferecendo formação, realizando mapeamentos socioculturais, articulando ONGs, atuando em conselhos municipais, acompanhando a atuação do Estado e o processo de desenvolvimento de políticas.

O contexto histórico de criação do Polis contribui para a compreensão da forma como ele se estrutura e a forma como atua. Após o período de ditadura vivido pelo Brasil, o país começa a construir um novo modelo de organização política. O crescimento da pressão social possibilitou o surgimento de fóruns e a organização de redes de instituições representativas as mais diversas. Havia a necessidade de intervir no processo de desenvolvimento de políticas, procurando atender aos interesses da população, diminuindo um déficit social, restaurando o equilíbrio urbano e qualificando a máquina pública, tornando a administração mais eficiente e eficaz. Nesse contexto o Pólis foi sendo articulado com o intuito de orientar, sistematizar, analisar, difundir e debater práticas sociais inovadoras na gestão municipal, sempre articulando a ampliação e potencialização da participação popular.



Sempre mantendo em sua linha de ação os temas decorrentes da realidade urbana, em 1991 o Pólis se envolveu com a Rio 92, coordenando a elaboração do tratado *Por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis*, que se firmou como referência mundial na discussão da sustentabilidade das cidades. O Instituto passou a se destacar pela qualidade de seus trabalhos e as parcerias que conseguia estabelecer, passando a receber apoio de instituições nacionais e internacionais, no âmbito público e privado.

Uma série de fóruns foram organizados pelo Pólis ou contaram com sua ativa participação: Fórum da Reforma Urbana, Fórum Lixo e Cidadania, Fórum de Segurança Alimentar, Fórum Intermunicipal de Cultura, Rede da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário, dentre outros. A presença em fóruns é usada pelo Polis como forma de promoção de novas estratégias e de atualização, assim, novos temas foram sendo incorporados ao longo de sua história, tais como tecnologias sociais, planos de desenvolvimento sustentável, mídias livres (Pólis Digital).

Vale frisar a estratégia mantida pelo Instituto de integração a redes e projetos de pesquisa internacionais. Com isso, o Pólis foi criando sua expertise e ampliando os recursos no exercício de suas atividades. Como exemplo, é possível citar o trabalho realizado com o International Development Research Council, do Canadá; com o Lincoln Institute, com o United Nations Research Institute for Social Development, organismo das Nações Unidas; ou da participação em diferentes redes articuladas com o Centre for Urban and Community Studies da Universidade de Toronto. Desde 1994 o Pólis também participa da construção nacional e internacional da *Aliança Por um Mundo Responsável e Solidário*, articulada pela Fondation Pour le Progrès de L'Homme, que desenvolve e estimula novas práticas culturais como a *Carta das Responsabilidades Humanas* e a *Carta de Responsabilidade dos Artistas*. O Instituto Pólis também atua junto à UNICEF na criação da Plataforma dos Centros Urbanos.

Os meios de comunicação tradicionais e mesmo as administrações públicas passaram a recorrer ao Pólis e a produção de conteúdos realizada pelo instituto. Assim, o Centro de Documentação e Informação (CDI) recebem um grande número de consultas e o portal ultrapassou mil consultas diárias, consolidando-se como uma referência para o desenvolvimento de políticas públicas urbanas.

Outras experiências podem ser citadas como forma de dar materialidade ao trabalho desenvolvido pelo Pólis. Seu portal ostenta um imenso portfólio de projetos realizados e demonstra a viabilidade da articulação entre a sociedade civil e as diferentes esferas da administração pública. Os projetos representam ações de desenvolvimento de

conteúdos e indicadores, mapeamento e construção de soluções para diferentes problemas urbanos e sociais, servindo de referência para os *policy makers* enfrentarem os desafios colocados na gestão pública. Mas os projetos também permitem a criação de ferramentas de avaliação, como o *Observatório dos Direitos do Cidadão de São Paulo*, desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com diferentes movimentos e fóruns atuantes na capital. Com projetos assim, o Pólis contribui para o processo de avaliação de políticas, visando o seu aperfeiçoamento, além de incentivar a ampliação da participação cidadã.

Com vistas a manter projetos de formação, o Instituto Pólis criou a Escola da Cidadania, espaço formativo voltado a qualificação dos movimentos sociais, ambientais e culturais, mas também de capacitação de gestores públicos em geral. O Pólis também atua prestando assessoria, oferecendo formação técnica, intervindo no debate público ocupando espaços de participação e consultas públicas.

O Mobilize Brasil é fruto dos esforços e trabalho de seu idealizador, Ricky Ribeiro. Formado em Administração Pública pela FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas) e com mestrado em Sustentabilidade em Barcelona (ESP), que ao voltar para o Brasil funda com colegas em 2003 a Associação Abaporu, organização sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que atua nas áreas de educação, cultura e cidadania. A partir da experiência obtida com a Associação Abaporu e também por viagens e contatos com diversas cidades no Brasil e exterior, além de um drama pessoal, na passagem de 2010 para 2011, Ribeiro cria o Portal Mobilize Brasil que tem por objetivo se dedicar ao debate e contribuição para a melhoria da mobilidade urbana e da qualidade de vida nas cidades brasileiras<sup>3</sup>.

O Mobilize surge no final do mesmo ano a partir do Estudo Mobilize 2011 publicado em outubro e de um encontro realizado pouco depois e intitulado I Fórum Mobilize, na própria FGV (desde então já são 3 fóruns organizados em parceria com essa instituição de ensino). Esse estudo é considerado a primeira radiografia a respeito da mobilidade urbana no Brasil. Ao lado das campanhas, outra importante forma de atuação do Mobilize são os dados, estudos e estatísticas que o portal consegue trabalhar, produzir, reunir e disponibilizar para qualquer usuário da internet.

---

3 Em 2008, aos 28 anos de idade, Ricky Ribeiro foi diagnosticado com ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica), doença degenerativa que, paulatinamente fez com que perdesse a capacidade de locomoção. Algumas informações descritas aqui foram obtidas em contato por email, mas há outras disponíveis em: <<http://www.mobilize.org.br>> acesso 27 de agosto de 2014.

Em pouco tempo, o portal tornou-se referência deste tema na sociedade brasileira. Um dos grandes méritos foi a capacidade de reunir dados que muitas áreas do poder público não conheciam. Assim, diversas prefeituras passaram a procurar o site para obter informações sobre suas próprias cidades. Algumas vezes ocorre da própria cidade recolher dados, se espelhar em análises e informações disponíveis no portal para aprimorar sua gestão de mobilidade. Por exemplo, em 2014, o prefeito de Manaus, capital do Estado do Amazonas, apresentou um plano de reestruturação das calçadas após a cidade receber a pior nota entre 13 capitais brasileiras na campanha *Calçadas do Brasil*, promovido pelo Mobilize.

Essa campanha analisava, com ajuda de diversos usuários cadastrados no site, as calçadas de algumas cidades brasileiras a partir de critérios técnicos e das leis que regulamentam seus dispositivos e aplicabilidade. A decisão da prefeitura de Manaus em rever suas calçadas pode ser encarada como um resultado satisfatório de incentivo de prática de mobilidade urbana sustentável para a pequena equipe que trabalha diretamente no Mobilize Brasil<sup>4</sup>. Aqui, se observa que o site acabou servindo para ampliar a insatisfação dos cidadãos a respeito de um assunto muito importante da mobilidade urbana e auxiliou em um novo projeto desenvolvido pelo poder público.

As campanhas têm sido umas das principais atividades do Mobilize Brasil, que a cada ano tem apresentado um novo tema para ser desenvolvido, pesquisado, analisado. A campanha do ano de 2013 foi voltada para a criação da ferramenta *Acompanhe a Mobilidade*, que produz e reproduz dados, indicadores, mapas, projetos e obras de mobilidade urbana de 15 capitais brasileiras. As análises nesse caso estão voltadas à quantidade relativa de ônibus acessíveis para portadores de deficiências, o número de mortes no trânsito, estrutura cicloviária, tarifas de ônibus, extensão das redes metroviárias e rodoviárias quando existem. Além disso, também se preocupa com outros fatores como calçadas com rampas para deficientes, arborização e placas indicativas dos nomes das ruas<sup>5</sup>. Embora tenha sido a campanha desenvolvida em 2013, ela continua ativa e aberta a colaborações que podem ampliar ainda mais as informações disponíveis para a sociedade em geral.

---

4 Mais detalhes em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/786/ninguem-segura-ricky-ribeiro-2506.html>>. acesso 25 de setembro de 2014. Aqui também é possível notar a capacidade do portal pautar notícias na mídia tradicional, uma vez que Carta Capital é um revista de informações com circulação semanal e um das principais brasileiras em seu segmento de mercado.

5 Mais informações disponíveis em <<http://www.mobilize.org.br/acompanhe-a-mobilidade/>> acesso 24 de setembro de 2014.

Para o ano de 2014, estão sendo desenvolvidas ações da campanha *Sinalize*, que preconiza a sinalização urbana para pessoas que circulam de bicicleta, utilizam transporte público ou mesmo pedestres que, em geral, nas cidades brasileiras não têm à disposição informações básicas de mobilidade. De acordo com informações do portal, 90% da sinalização de trânsito é voltado para os motoristas de ônibus. A campanha pretende avaliar a sinalização de trânsito com auxílio de cidadãos e usuários (práticas colaborativas) e propor mudanças na legislação para que esta esteja mais voltada aos usuários em geral e não apenas para os veículos automotores.

Apesar dessa batalha ser tratada em nível local, ou seja, nas prefeituras municipais, ela alcança o governo federal pois o trânsito é regido por leis federais como a 9503/1997 que instituiu o Código Brasileiro de Trânsito e também a 12587/2012 conhecida como Lei da Mobilidade Urbana. Assim, embora agindo localmente e de forma multiplicada, a intenção é criar instrumental legal que permita facilitar a vida dos usuários gerais em qualquer cidade do Brasil. Mesmo que as leis sejam federais, cabe ao poder público municipal implementá-las adequadamente, uma vez que a responsabilidade de trânsito e mobilidade urbana foi municipalizada recentemente.

O site reúne informações que servem tanto às instituições políticas como aos cidadãos, pois explica passo-a-passo as leis que regulam cada aspecto não só do trânsito, mas também de mobilidade nas cidades. Na medida do possível esclarece sobre procedimentos de fiscalização e denúncias em cada cidade onde esta informação esteja disponível. O portal também tem proposições, pois disponibiliza aos interessados exemplos de maneiras mais adequadas de informar aos transeuntes sobre a cidade que poderiam ser reproduzidas aqui, a partir de experiências com Paris, Londres, Nova York e outras cidades. Além de estimular ações cívicas do tipo *do it yourself*, ao ilustrar, por exemplo, que os usuários de ônibus podem eles próprios escrever em um papel os ônibus que passam em determinado ponto e deixar disponível no local. Ou, ainda, a ação de cicloativistas e pedestres que pintam faixas de segurança e ciclovias nas ruas e espaços públicos, entre outros exemplos.

A atual campanha *Sinalize* ainda disponibiliza, mediante cadastro, aos pedestres, ciclistas e usuários de transporte coletivo um formulário que quando respondido e reenviado ao portal é tabulado e auxilia na formação de banco de dados e estatísticas do Mobilize. Essa ação intitulada “gincana cidadã” pretende atrair um número cada vez maior de colaboradores e, conseqüentemente, produzir mais informações sobre um número cada vez maior de localidades. Aqui se pode observar uma das principais características da democracia contemporânea que é o empoderamento cidadão.

O Mobilize Brasil, a partir do esforço de um indivíduo, conta com uma equipe pequena mas com ampla rede de colaboradores em diversas cidades brasileiras. Seus recursos de financiamentos são oriundos de patrocínios feitos pelo Banco Itaú e pela Allianz Seguros<sup>6</sup>. Vale lembrar que este banco já patrocinava campanhas de mobilidade, através de incentivo e compartilhamento do uso de bicicletas, em algumas cidades brasileiras, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo.

Outra característica importante do Mobilize Brasil, é a relação estabelecida com a chamada mídia tradicional. Rapidamente as ações e estudos do portal reverberaram em espaços importantes da grande mídia. O Jornal Nacional da TV Globo, principal telejornal da TV brasileira, por exemplo, exibiu reportagem em 05/11/2011 que trata da mobilidade em grandes cidades, a partir de pesquisa feita pelo Mobilize Brasil<sup>7</sup>. A reportagem teve duração de 2 min e 19 segundos e pode ser considerada longa para o tempo de exposição no telejornal. Além desse espaço, a própria Rede Globo vem dando cada vez mais visibilidade ao conteúdo produzido pelo portal.

*Folha de São Paulo*, jornal impresso com maior número de leitores no Brasil, também abre espaços para os estudos elaborados pelo Mobilize Brasil. A rádio CBN, umas das principais rádios de informação no Brasil (pertencente às Organizações Globo), também possui programas específicos em São Paulo e Curitiba que tratam da campanha de sinalização, desenvolvido pelo portal. TVs por assinatura como a Band News, canal de informação e telejornal, também abrem espaço para o Mobilize Brasil. Além de inúmeras outras mídias que colaboram e repercutem os estudos produzidos.

Após a apresentação e contextualização das duas entidades analisadas nesta pesquisa, passamos a aplicação do IPPI no Instituto Pólis e no portal Mobilize Brasil procurando dar forma para a contribuição que a sociedade civil organizada, a partir do uso das TIC, tem desempenhado em novos jogos de força e exercício de pressão no desenvolvimento de políticas públicas.

### **APLICAÇÃO DO IPPI NO INSTITUTO PÓLIS E MOBILIZE BRASIL**

Com base nas dimensões do IPPI detalhadas no Quadro 1, foram avaliadas as características do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil. As duas instituições foram analisadas de acordo com os critérios estipulados e uma pontuação foi atribuída com o intuito de construir o IPPI de cada uma delas e ser possível obter um parâmetro de comparação.

---

6 Informações obtidas no email já citado, para mais detalhes ver nota 4.

7 A reportagem está disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=FIVjnm3kbuk](http://www.youtube.com/watch?v=FIVjnm3kbuk)> acesso 24 de setembro de 2014.

Abaixo, o Quadro 2, sistematiza as notas atribuídas a cada uma das 6 dimensões para as duas instituições avaliadas:

**Quadro 2. Dimensões do IPPI — Pólis e Mobilize**

	<b>Pólis</b>	<b>Mobilize</b>
D1	2	3
D2	5	3
D3	5	5
D4	5	4
D5	4	3
D6	5	5
Média	4,33	3,83

Fonte: Elaboração própria

Quanto à Dimensão 1 (uso dos recursos da internet), o Instituto Pólis obteve nota 2, pois tanto o site como o Facebook são utilizados basicamente para a divulgação de informações. Embora algumas delas sejam preparadas a partir de material audiovisual, como alguns vídeos utilizados para informação e debate de ideias sobre os usos públicos da cidade. No momento da análise foi possível ver dois vídeos sobre reciclagem e lixo e sobre direito à cidade. Entretanto o site do instituto não permite debates *online* sobre os problemas que procura incentivar na discussão. Também é possível receber uma *newsletter* mediante cadastro realizado no próprio site. Assim, dentro desta dimensão o que se percebe é a convergência midiática por parte do site, ao utilizar programas audiovisuais para divulgação de seus projetos, embora não aprofunde os mecanismos de interatividade e horizontalidade das TIC.

O site Mobilize possui mais ferramentas para os usuários se comparado com o Instituto Pólis. Há notícias, agenda de divulgação de eventos, vídeos, links para blogs de colaboradores além da informação de dados estatísticos feitos em parceria com outras entidades. Por exemplo, há a divulgação de dados estatísticos sobre trânsito, sistemas de transportes, quilômetros de estradas, modais, etc., além da avaliação de calçadas e sinalização de trânsito comparando cidades brasileiras entre si e estas com outras cidades do mundo. No site também há espaço para interação entre cidadãos, ONGs, empresas e governos, para que possam expor ideias, projetos e ações, compartilhando situações e entendimento das questões que cercam a mobilidade urbana. Devido a estes espaços maiores de interação, o site obteve nota 3.

Na avaliação da dimensão 2 (atores e capital social), o Instituto Pólis pode ser definido como uma ONG de atuação nacional, com participação em redes locais, regionais e até mesmo internacionais. Atua diretamente dentro do campo de políticas públicas voltadas para construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. Tem experiência de 25 anos de atuação na discussão e análise de políticas urbanas, além de atuar na formação e mobilização da sociedade civil. O Instituto Pólis desenvolve projetos de estudos, formação e assessorias em políticas sociais em colaboração com outros atores sociais, redes, fóruns que protagonizam a ideia de produção de cidades com maior preocupação com o espaço e bens públicos. Também presta assessoria de orientação no trabalho de dirigentes e técnicos que operam políticas locais, além de lideranças comunitárias e entidades da sociedade civil que são mobilizadas para influenciar e participar dos processos decisórios de gestão pública e urbana. Por tudo isso, obteve a nota 5.

O site Mobilize é resultado de uma iniciativa da Associação ABAPORU, enquadrada na figura jurídica como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para atuar nas áreas de educação, cultura e cidadania que tem se envolvido em discussão sobre mobilidade urbana sustentável. Contém diversos parceiros institucionais como bancos, instituições de ensino superior (FGV), empresas de geração de conteúdo e pesquisa, outras ONGs nacionais e também internacionais. Divulga experiências e pesquisas elaboradas por suas “parceiras”. Entretanto, como não há vínculos formais com instituições públicas, obteve a nota 3.

Na avaliação da eParticipação, dimensão 3, o Instituto Pólis tem atuado em defesa da ampliação da participação democrática. Inclusive, no momento, realiza campanha contra o projeto do Congresso Nacional que pretende anular o Decreto Presidencial N° 8.243/2012 que criou a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Também realizam campanha para a reforma política defendendo maior espaço para a participação cidadã. Obteve nota 5.

O Portal Mobilize conta com a ajuda de diversos colaboradores, por exemplo, os pertencentes às cidades em que faz a campanha *Sinalize*<sup>8</sup>, que procura mostrar a importância da sinalização de trânsito e seu respeito a estas regras (inclusive para pedestres) nas cidades brasileiras, como abordado anteriormente. Neste trabalho os cidadãos podem exibir reportagens, fotos para cobrar atitudes e políticas das

---

8 Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/campanhas/sinalize/>> acesso 22 de setembro de 2014.

autoridades públicas, reforçando os mecanismos de eParticipação de empoderamento cidadão. Também obteve a nota 5.

A estratégia de mobilização, dimensão 4, do Instituto Pólis obteve nota 5. Atuam em diferentes projetos nas áreas de reforma urbana, democracia e participação, inclusão e sustentabilidade e cidadania cultural, e utiliza as redes sociais para divulgar seus projetos e incentivar a participação.

Além disso, possui o Canal Pólis que divulga vídeos documentários e o canal Polisdigital no Youtube. Envia boletim por e-mail e mantém ativas diferentes ações presenciais. Tem como característica, uma grande credibilidade junto aos órgãos públicos, sendo uma instituição de referência nas áreas que se propõe atuar. O Pólis desenvolve projetos presenciais e trabalha com especialistas qualificados em ações voltadas para a formação e acompanhamento de políticas públicas. A estratégia de mobilização pauta-se, portanto, na credibilidade construída junto aos gestores públicos e sociedade civil, o que permite ao Pólis ocupar espaços na mídia tradicional como referência nas áreas em que atua. Cursos de formação e atividades culturais também figuram como estratégias, evidenciando que o Pólis preocupa-se com ações *offline* como forma de engajamento social.

O Mobilize possui um portal bastante interativo e centra suas estratégias de mobilização nas tecnologias de comunicação e informação. Por manter seu foco de atuação concentrado na área de mobilidade urbana, consegue ser uma referência cada vez maior e respeitada nesta área. Com isso, ocupa alguns espaços em jornais, rádios e telejornais. O portal concentra informações de diferentes partes do país e divulga cursos e palestras de outras instituições que também trabalham com a mesma temática. O Mobilize possui canais de comunicação e divulgação nas redes sociais e newsletter e obteve nota 4.

A dimensão 5 procura abarcar as ações e a sua relação com as Políticas Públicas. Nessa abordagem, o Pólis concentra expertise na área de desenvolvimento urbano e conta com a colaboração de profissionais respeitados. Por conta disso, participa diretamente do processo de desenvolvimento de políticas públicas e ocupa espaços em conselhos de participação social e político. Embora o governo ainda guarde para si os processos de implementação e avaliação, o Pólis, muitas vezes, exerce pressão por acompanhar as ações e divulgá-las em seus espaços na mídia e redes sociais. Obteve nota 4.

O Mobilize não possui profissionais especializados como o Pólis, portanto não desenvolve propostas de políticas públicas em âmbito institucionais oficiais. No entanto, por concentrar sua atuação na área de mobilidade, desenvolve campanhas que exercem pressão perante o poder público, como é o caso da campanha “calçadas do Brasil”,



preocupadas com as condições para a mobilidade de pedestres nas cidades. E, por conta disso, acabou gerando uma nova abordagem no tratamento deste problema na cidade de Manaus. A partir desta campanha, os gestores públicos passaram a anunciar projetos de qualificação de suas calçadas, como já observado. Como suas ações não foram diretamente adotadas pelo governo, obteve nota 3.

A dimensão 6 trata da repercussão que os institutos observados tiveram na mídia tradicional. O instituto Pólis como já abordado, por sua tradição, expertise, estudos e publicações acaba por avançar na mídia tradicional. É um dos fundadores e editores da revista *Le Monde Diplomatique* no Brasil. Possui ainda um canal editorial que publica estudos acadêmicos e científicos sobre os temas desenvolvidos pelo Pólis. Além disso, alguns estudos reverberam em reportagens feitas pela mídia tradicional, obtendo nota 5.

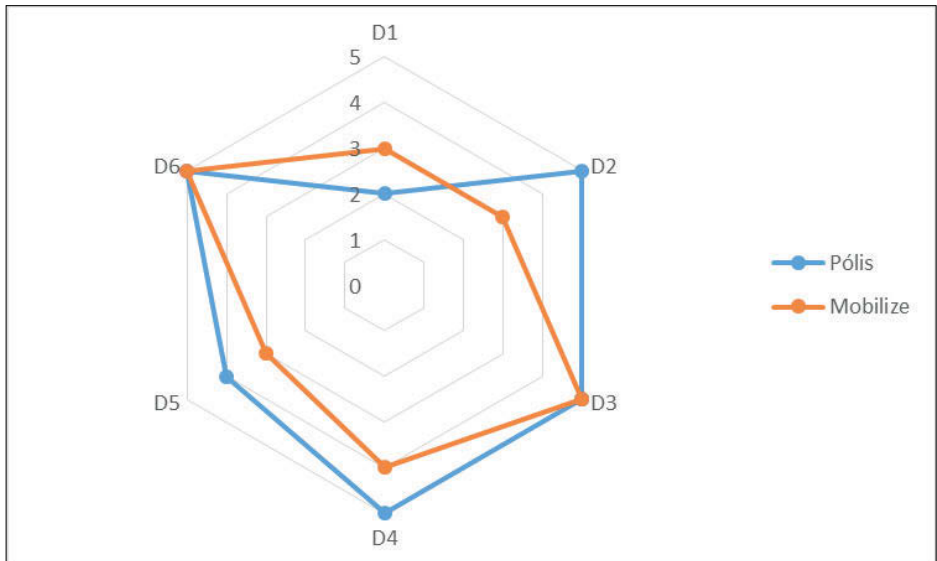
O site Mobilize possui programas na rádio CBN em São Paulo e Curitiba, que tratam da campanha de sinalização de trânsito no Brasil. Recentemente, no dia 13 de agosto de 2014, o telejornal *Bom dia Brasil*, da *TV Globo*, fez uma reportagem sobre o estado das sinalizações de trânsito em algumas capitais no Brasil. Essa reportagem estava ancorada e citava nominalmente o Mobilize Brasil, revelando uma grande repercussão para o site que teve sua ideia reproduzida na principal emissora de TV brasileira, numa reportagem longa para o padrão televisivo com quase 8 minutos de duração<sup>9</sup>. Por tudo isso, obteve nota 5.

A partir da pontuação alcançada por cada uma das instituições analisadas, detalhada acima, é possível estabelecer uma comparação multidimensional entre os serviços, análise, estudos e produtos produzidos pelo Instituto Pólis e o Mobilize Brasil de forma a identificar a capacidade de influência de cada uma dessas instituições no debate político contemporâneo. O gráfico abaixo ilustra os resultados nas seis dimensões:

---

9 Para mais detalhes, ver: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/08/pesquisa-mostra-falha-na-sinalizacao-em-13-capitais-brasileiras.html>> acesso 22 de setembro de 2014.

Gráfico 1 — Dimensões IPPI — Pólis e Mobilize.



Fonte: Elaboração própria

Conforme o gráfico acima apresenta, o Instituto Pólis tem um melhor desempenho geral. Somente na dimensão 1 (uso dos recursos da internet) ele tem uma pontuação menor que o Mobilize, igualando-se nas dimensões 3 (eParticipação) e 6 (repercussão na mídia).

Esses resultados podem ser explicados pela própria trajetória histórica do Pólis. Fundado em 1987, o instituto já possui uma longa experiência em suas ações políticas, contato com agentes institucionais e uma rede ampla de colaborações nacionais e internacionais. O Pólis ainda conta com uma estrutura organizacional maior que permite maior capacidade de atuação em diferentes frentes (principalmente *offline*) e mobilização de recursos.

Hoje o Instituto Pólis é uma importante referência nacional atuando nas áreas de assessoria, formação, pesquisas para governos locais e diversos órgãos da sociedade civil e movimentos sociais para formular e implementar políticas e planos nas áreas de reforma urbana<sup>10</sup>, democracia participativa, inclusão e sustentabilidade e cidadania cultural. O instituto ainda atua dentro do debate público, com envolvimento efetivo dentro dos fóruns de participação política existente.

10 O Pólis teve uma participação efetiva na formulação do novo Plano Diretor da cidade de São Paulo aprovado em 2014.

Por outro lado, o Mobilize Brasil além de ser bem mais recente, fundado em 2011, possui uma equipe de profissionais bastante reduzida. O destaque fica para a atuação de Ricky Ribeiro, idealizador do portal e seu principal articulador. Apesar de encontrar-se acamado, com comprometimento da movimentação e da fala, segue trabalhando ativamente com auxílio da tecnologia e das pessoas que o cercam<sup>11</sup>.

Nesse sentido, as TIC possibilitam que iniciativas da sociedade civil, mesmo as desenvolvidas por pessoas com limitações físicas, possam alcançar importantes resultados. Hoje o Mobilize Brasil é a principal referência brasileira no debate sobre políticas de mobilidade urbana, reunindo de forma colaborativa (dentro do espírito da web) estudos e propostas de especialistas do setor. Por conseguir ganhar legitimidade, o Mobilize consegue articular importantes atores e promover uma crescente influência sobre políticas públicas de mobilidade urbana.

O uso dos recursos da internet (dimensão 1) talvez seja o aspecto menos visível deste trabalho porque fomenta a ação, no sentido de obtenção de informação e conhecimento das possibilidades de atuação da sociedade civil em relação ao poder público instituído. Entretanto, as discussões e debates sobre políticas públicas não ocorrem necessariamente em seus sites ou no universo das TIC. Nesse sentido, a participação política pela internet ainda está longe de ser efetivada. Na dimensão 2, ambos os sites envolvem atores e relações sociais que se constituem não só no universo das TIC, mas que antes disso já eram relevantes para o universo real da política e da sociedade, principalmente o Instituto Pólis que conta em seus quadros com diversos especialistas do mundo acadêmico. Assim, boa parte deste capital social foi construído fora da internet, mas em momento anterior.

A dimensão da eParticipação (dimensão 3) procura fomentar a ideia de empoderamento cidadão pois consegue transferir influência, proposições e formulação de políticas que são oriundos dos desejos e anseios cidadãos. Não fomentam uma eDeliberação mas isto se deve mais aos entraves do desenho democrático brasileiro, que não permite o desenvolvimento desse modelo de participação cidadã, do que pela ausência de propostas por estes institutos. A mobilização de ambos os grupos via TIC é significativa pois angariam presença em fóruns de discussão, conselhos políticos e acabam por influenciar gestores públicos. O Pólis, como dito anteriormente, também conta com cursos de formação e publicações, que procuram fundamentar teoricamente a participação democrática além de incentivarem campanhas sobre diferentes questões políticas.

---

11 Mais informações disponíveis em: <<http://www.mobilize.org.br/noticias/2599/limite-uma-palavra-sem-sentido-para-ricky.html>> acesso 22 de setembro de 2014.

Por conta dessas características, o Pólis consegue exercer uma influência mais significativa junto ao poder público. Seus profissionais são muitas vezes envolvidos em algum momento do processo de desenvolvimento de políticas. O Portal Mobilize Brasil, embora não tenha a tradição e perenidade junto aos órgãos públicos como o Instituto Pólis, soube centrar suas ações em um tema, o que lhe permitiu focar no desenvolvimento de conteúdos e construir uma respeitabilidade na área de mobilidade, ganhando a cada dia maior potencial de influência na área de políticas de mobilidade. Mesmo porque o tema da mobilidade ganha cada vez mais destaques nos debates a respeito das cidades brasileiras.

Durante a realização da pesquisa, foram observados vários desdobramentos de ações realizadas pelo Instituto Pólis ou pelo Mobilize Brasil que ganharam repercussão na chamada mídia tradicional. Sem dúvida, isso reforça a ideia de expertise desses grupos na esfera pública, principalmente nos temas em que eles mais atuam. A parceria que o Mobilize estabelece com rádios (CBN), por exemplo, ajuda na maior visibilidade e publicização de suas ideias e valores. A divulgação destes estudos acabam por gerar mais referências aos próprios institutos que os produzem. As publicações do Instituto Pólis também acabam por gerar conhecimento e reconhecimento acadêmico, corroborando uma outra forma de participação social.

Por fim, cabe destacar que tanto organizações mais tradicionais como o Pólis, como as mais recentes, como o Mobilize Brasil, tem no uso das TIC um novo paradigma de atuação e ferramenta de mobilização. Aliás, o Mobilize apesar de não atuar politicamente com atores institucionais, tem no ciberespaço seu principal meio de atuação, repercutindo ações para além do campo virtual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As duas organizações escolhidas para a análise no presente estudo são importantes e significativas das relações existentes entre sociedade civil e Estado na atualidade. Ambas atuam dentro do ambiente *online* e *offline* para organizar demandas e interagirem com o poder público, em suas diferentes formas. Em que pese suas diferenças, ambas conseguem criar e desenvolver ações de participação política que repercutem nas políticas adotadas pelos governos instituídos. Foi o caso da atuação do Instituto Pólis na discussão e aprovação do Plano Diretor da cidade de São Paulo ou ainda a campanha de sinalização de trânsito desenvolvida pelo Mobilize, só para citar dois exemplos.

Vale ressaltar que todas essas mudanças na relação entre poder público e participação política provocadas, na atualidade, em grande parte pelo uso das TIC, no caso brasileiro, também se deve ao dese-

nho institucional existente na promulgação da CF88, que criou e incentivou novos canais e possibilidades de participação social na vida política. É possível verificar a ampliação do empoderamento cidadão oriundo dos conselhos sociais que, através de discussão democrática com a sociedade civil, fizeram e fazem com que o Estado sofra pressão no sentido de atender as vozes e demandas de sua população, procurando respostas e ações políticas em diálogo com a sociedade, aumentando sua responsividade na administração pública. Ou seja, as políticas implementadas deixam de ser de uma maneira impositiva de cima para baixo como foi caracterizada em grande parte das políticas na história brasileira, mas passam a ser dialogadas com a sociedade civil (ao menos parte delas).

A evolução dos desenhos institucionais, das TIC e também o aprimoramento dos conselhos participativos (presentes em diversas áreas) tem propiciado que o próprio Estado brasileiro incorpore essas ferramentas, inclusive as TIC, na tentativa de ampliar espaços de participação cidadã, aumentando sua responsividade em relação aos anseios da população. O portal e-democracia ligado à Câmara dos Deputados<sup>12</sup> pode servir como ilustração deste processo. Mais recentemente, o Executivo Federal desenvolveu um portal<sup>13</sup> que pretende aprofundar o diálogo direto com os cidadãos. Também criou o Decreto N° 8.243 que cria a Política Nacional de Participação Social. Esses exemplos ajudam a corroborar a ideia das TIs como ferramentas cada vez mais utilizadas nas práticas políticas por parte do Estado e por parte da sociedade civil.

Apesar dos impedimentos à ampliação da participação propiciados por uma série de fatores, tais como o longo processo de desinteresse pela política, o afastamento entre o Estado e a sociedade civil, os entraves burocráticos da máquina pública e a falta de informação qualificada, é possível identificar a emergência de uma nova realidade. A participação cidadã é estimulada pela presença das TIC e pelo fato de que o acesso a essas tecnologias tem sido cada vez mais ampliado.

Os grupos organizados da sociedade têm conseguido capitalizar essa realidade estabelecendo estratégias criativas, capazes de associar propostas qualificadas, desenvolvidas pelas instituições com expertise, a estratégias de mobilização massivas. Essa junção qualitativa e quantitativa no desenvolvimento de proposições e exercício de pressão tem chamado a atenção dos policy makers, dando forma a uma realidade que ainda deverá ser ampliada. O caso do Instituto Pólis

---

12 Ver <<http://edemocracia.camara.gov.br>>.

13 Ver <<http://www.participa.br>>.

e do Portal Mobilize são expressões pontuais de um fenômeno mais amplo que tem se desenvolvido na Sociedade em Rede.

Ao tomar para si, a responsabilidade de contribuição para o fazer público, a sociedade civil organizada dá poderes aos cidadãos ao fazer com que eles contribuam para a decisões políticas que afetarão diretamente suas vidas diárias. Através da geração de conteúdo sobre mobilidade urbana sustentável (Mobilize Brasil) ou participação social (Pólis) para citar apenas dois exemplos, as organizações aqui analisadas auxiliam a promoção do debate sobre diversos temas, na disseminação de uma cultura política mais participativa e também na pressão exercida sobre governos em prol de implementação de políticas públicas que efetivamente façam jus à preocupação pública de todos os cidadãos. Para isso, também é importante ressaltar a articulação estabelecida entre esses grupos e a mídia tradicional que ajuda na repercussão de seus estudos aumentando ainda mais a visibilidade dos mesmos.

A avaliação desses dois casos com o objetivo de dar forma ao IPPI pode servir de parâmetro para que novas estratégias sejam adotadas pela sociedade civil organizada e, principalmente, para que pesquisadores possam qualificar seu olhar para as múltiplas dimensões envolvidas no complexo fenômeno da ciberpolítica. Espera-se que esse trabalho possa despertar o interesse de outros estudiosos e pesquisadores sobre o tema, de forma a ampliar e desenvolver o debate a respeito da relação entre a sociedade civil e o Estado, bem como a necessidade e a possibilidade de se exercer pressão no processo de desenvolvimento de políticas públicas.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Araújo, Rafael A. de P.; Santos, Marcelo B. e Penteado, Claudio L. 2013a “Mobilização social e sociedade civil em São Paulo: construção do índice de participação política”, comunicação apresentada no *V Congresso da Compolítica*, 8 a 10 de maio.
- Araújo, Rafael A. de P; Penteado, Claudio L. e Santos, Marcelo B. (2013b) “Democracia digital e experiências de eParticipação: construção do Índice de Participação Política e Influência no ciclo de Políticas Públicas”, comunicação apresentada no *37º Encontro anual da ANPOCS*, 23 a 27 de outubro.
- Barba, Carmen Haro e Blanco, Víctor Sampedro 2011 “Activismo político en Red: del Movimiento por la Vivienda Digna al 15M” em *Teknokultura — Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales* (Madrid) Vol. 8, Nº 2.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos 1999 *Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. Sociedade e estado em transformação* (São Paulo: UNESP/ENAP).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos 2013a *Communication power* (Oxford/ Nova York: Oxford University Press).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos 2013b *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor).
- Castells, Manuel 1999 *A sociedade em rede* (São Paulo: Editora Paz e Terra) Vol. 1.
- Dahlgren, Peter 2005 “The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation” em *Political Communication* (Washington DC) Vol. 22, Nº 2.
- Diani, Mario 2003 “Social Movements, Contentious Actions and Social Networks: ‘From Metaphor to Substance?’” em Diani, M. e McAdam, D. (orgs.) *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action* (Oxford/Nova York: Oxford University Press).
- Freeman, Julie e Quirke, Sharna 2013 “Is E-Democracy a Myth?”, comunicação apresentada em *Conference for E-Democracy and Open Governement*.
- Gomes, Wilson 2011 “Participação política online: questões e hipóteses” 2011 em Maia, Rousiley; Gomes, Wilson e Marques, Jamil (orgs.) *Internet e Participação Política no Brasil* (Porto Alegre: Editora Sulina).
- Lavalle, Adrián Gurza; Houtzager, Peter P. e Castello, Graziela 2006 “Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade” em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 21, Nº 60.
- Macintosh, Ann 2004 “Characterizing e-participation in policy-making”, comunicação apresentada em 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences.
- Maia, Rousiley 2011 “*Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política*” em Maia, Rousiley; Gomes, Wilson e Marques, Jamil (orgs.) *Internet e Participação Política no Brasil* (Porto Alegre: Editora Sulina).
- Maia, Rousiley; Gomes, Wilson e Marques, Jamil 2011 *Internet e Participação Política no Brasil* (Porto Alegre: Editora Sulina).
- Medaglia, Rony 2011 “eParticipation research: Moving characterization forward (2006-2011)” em *Government Information Quarterly*, Vol. 29, Nº 3.

- Meijer, A.; Burger, N. e Ebbers, W. 2009 “Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on the Internet” em *Electronic Journal of e-Government*, Vol. 7, Nº 1.
- Moisés, José Álvaro 2010 *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* (São Paulo: EDUSP).
- Moisés, José Álvaro e Meneguello Rachel 2013 *A desconfiança política e os seus impactos da Qualidade da Democracia* (São Paulo: EDUSP).
- Parra, Henrique 2013 “Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência” em *Revista Pensata*, Vol. 3, Nº 1.
- Passy, Florence 2003 “Social Networks Matter But How?” em Diani, M. e McAdam, D. (orgs.) *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action* (Nova York: Oxford University Press).
- Penney, Joel e Dadas, Caroline 2014 “(Re) Tweeting in the service of protest: Digital composition and circulation in the Occupy Wall Street movement” em *New Media & Society* (Chicago) Vol. 16, Nº 1.
- Perreira, Marcus 2011 “Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital”, comunicação apresentada no *IV Encontro da Compólitica*, 15 de abril.
- Putnam, Robert D. 2006 *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas).
- Recuero, Raquel 2012 “O Capital Social em Rede: Como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social” em *Contemporânea — Revista de Comunicação e Cultura* (Salvador) Vol. 10, Nº 3.
- Rennó, Lúcio; Smith, Amy E.; Layton, Matthew L. e Pereira, Frederico B. 2011 *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania* (São Paulo: Intermeio; Nashville: LAPOP).
- Santos, Marcelo B.; Penteadó, Claudio L. e Araújo, Rafael A. de P. 2013 “Sociedade Civil y participación ciudadana en São Paulo”, comunicação apresentada no *VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política* (ALACIP), 25 a 27 de septiembre.
- Scherer-Waren, Ilse 2006 “Das mobilizações às redes de movimentos sociais” em *Revista Sociedade e Estado* (Brasília) Vol. 21, Nº 1.
- Segurado, Rose 2014 “Multitude and webactivism in the city of São Paulo”, comunicação apresentada no *Congresso Internacional da International Political Science Association* (IPSA) 19 a 24 de julho.
- Subirats, Joan 2011 *¿Otra sociedad, otra política? — De “no nos representan” a la democracia común* (Barcelona: Icara Editorial).



- Tambourius, E., Macintosh, A. Coleman, S. et al. 2007 “Introducing eParticipation: DEMO\_net Consortium. IST Network of Excellence Project” em <[www.ifib.de/publikationsdateien/Introducing\\_eParticipation\\_DEMOnet\\_booklet\\_1.pdf](http://www.ifib.de/publikationsdateien/Introducing_eParticipation_DEMOnet_booklet_1.pdf)>.
- Taylor-Smith, Ella e Lindner, Ralf 2010 “Social networking tools supporting constructive involvement throughout the policy-cycle”, comunicação apresentada no *4th International Conference on Electronic Democracy* (Centre for E-Government).
- Wilson, C. e Dunn, A. 2011 “Digital Media in the Egyptian Revolution: Descriptive Analysis from the Tahrir Data Sets” em *International Journal of Communication* (Los Angeles), Nº 5.